

FERNANDA COELHO MENDES

A “FIADORA DO GOVERNO”:

AS CRÔNICAS DE RACHEL DE QUEIROZ NA REVISTA *O CRUZEIRO* (1960-1975)

Banca examinadora

Prof.^a Dr.^a Lucia Grinberg (UNIRIO) – Orientadora

Prof.^a Dr.^a Angela de Castro Gomes (UNIRIO)

Prof.^a Dr.^a Samantha Viz Quadrat (UFF)

AGRADECIMENTOS

Ironicamente, o período de dois anos durante o qual foi cursado este Mestrado foi extremamente longo, trabalhoso e cansativo, por um lado, mas parece ter passado em um piscar de olhos, por outro. A seguir, gostaria de agradecer a todos que fizeram deste processo uma mistura de sentimentos tão diversa.

Agradeço à CAPES pela concessão da bolsa ao longo de toda a dissertação, auxílio que proporcionou o tempo e a tranquilidade necessários para o desenvolvimento desta pesquisa.

Agradeço aos funcionários, aos professores e à coordenação do PPGH da UNIRIO por toda a ajuda e colaboração durante este período, em especial à Priscila Luvizotto e ao Prof.º Pedro Caldas, sempre tão solícitos e acolhedores.

Agradeço aos funcionários das instituições nas quais pesquisei ao longo desses dois anos – Biblioteca Nacional, Academia Brasileira de Letras, Associação Brasileira de Imprensa, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e Instituto Moreira Salles, especialmente à Jane Silva e à Manoela Oliveira. O atendimento atencioso de todos vocês fez toda a diferença no meu trabalho, tornando-o infinitamente mais fácil e agradável.

Agradeço aos amigos e colegas feitos durante o Mestrado, por todas as discussões enriquecedoras que extrapolavam a Academia e faziam refletir sobre a nossa realidade. Vocês foram um verdadeiro refúgio encontrado em um período tão difícil da nossa história e me fizeram perceber que ainda existe esperança em meio a tanto ódio e intolerância.

Agradeço a minha família e amigos por sempre torcerem pelo meu êxito, ouvirem minhas angústias e compartilharem minhas alegrias, acreditando que eu daria conta de tudo antes mesmo de começar. Sem vocês nada disso teria sentido.

Agradeço à banca de qualificação, Prof.^a Angela de Castro Gomes e Prof.^a Samantha Viz Quadrat, que, além de serem referências bibliográficas para esta pesquisa, contribuíram com comentários e sugestões extremamente enriquecedores, incorporados na medida do possível ao texto final. Gostaria de fazer um agradecimento especial à Angela, que desde a graduação me convidou a participar de estágios de pesquisa importantes para minha formação profissional e acadêmica, me aconselhou e me deu a confiança necessária para continuar seguindo em frente. Angela, muito obrigada por ser tão solícita, por estar disponível para as

minhas dúvidas e anseios, por dar conselhos tão certos e me tratar sempre com tanto carinho e atenção. Foi um verdadeiro presente para mim e para a UNIRIO tê-la como professora visitante nos últimos anos.

Agradeço a minha orientadora, Lucia Grinberg, que já me acompanha desde a graduação tanto como professora quanto como orientadora, e foi quem despertou meu interesse definitivo pelo tema da ditadura civil-militar lá atrás, em História do Brasil IV, cursada em 2013. De lá para cá foram muitas reuniões, trocas de e-mail e encontros no café *Cake & Co*, de onde saíam sempre conversas extremamente produtivas e inspiradoras, renovando a minha certeza de que esta área de pesquisa é uma das mais interessantes que poderia existir. Muito obrigada por todo o tempo dedicado ao meu trabalho, todos os conselhos e leituras atentas, todos os livros emprestados e, no final, pela sugestão do título que abre esta dissertação – principalmente levando em consideração a minha total falta de talento para isso. Vou sentir muito a sua falta nesta próxima etapa que se aproxima.

E, por fim, gostaria de agradecer à História, este campo de estudos tão complexo e inspirador, por ter me proporcionado uma visão de mundo abrangente e questionadora. Foi graças à História que me tornei uma pessoa completamente diferente hoje do que quando entrei nesta Universidade, há exatos oito anos atrás. Sou muito feliz por ter escolhido um caminho que, apesar de difícil, faz meus olhos brilharem como nenhum outro poderia fazer.

RESUMO

Esta pesquisa analisa a atuação política e intelectual de Rachel de Queiroz antes e durante a ditadura civil-militar. Para isso, tem como fonte as crônicas escritas por Rachel na revista *O Cruzeiro*, no período de 1960 a 1975, e as correspondências trocadas pela escritora entre 1960 e 1985, organizadas pelo Instituto Moreira Salles. Estudando as redes de sociabilidade de Rachel de Queiroz, suas relações com intelectuais, políticos e militares ligados aos altos círculos do poder e o “jornalismo de combate” praticado pela escritora em *O Cruzeiro*, defendendo o golpe de 1964 e a consequente instauração da ditadura, pretende-se contribuir para o debate historiográfico sobre as complexas interações entre intelectuais e Estado no Brasil. Considerando a ditadura não como um objeto deslocado e alheio à sociedade, mas construído nas suas relações com ela, entendemos que as crônicas de Rachel de Queiroz contribuíram para a legitimação de um governo autoritário no país.

Palavras-chave: Rachel de Queiroz; crônicas; redes de sociabilidade; ditadura.

ABSTRACT

This research analyzes the political and intellectual performance of Rachel de Queiroz before and during the civil-military dictatorship. The sources are the chronicles written by Rachel in the magazine *O Cruzeiro*, from 1960 to 1975, and the correspondences exchanged by the writer between 1960 and 1985, organized by Instituto Moreira Salles. Studying Rachel de Queiroz's social networks, her relationships with intellectuals, politicians and military connected to the high circles of power and the “combative journalism” practiced by the writer in *O Cruzeiro*, defending the coup of 1964 and the consequent establishment of the dictatorship, this research intend to contribute to the historiographic debate about the complex interactions between intellectuals and the State in Brazil. Considering the dictatorship not as an object disjointed and unrelated to society, but built in its relations with it, we understand that the chronicles of Rachel de Queiroz contributed to the legitimization of an authoritarian government in the country.

Key words: Rachel de Queiroz; chronicles; social networks; dictatorship.

ABREVIACES E SIGLAS

Academia Brasileira de Letras – ABL

Aliança Renovadora Nacional – ARENA

Assessoria de Relações Públicas – ARP

Assessoria Especial de Relações Públicas – Aerp

Associação Brasileira de Imprensa – ABI

Banco Nacional da Habitação – BNH

Banco Nacional de Desenvolvimento Econmico – BNDE

Conselho Federal de Cultura – CFC

Consolidação das Leis do Trabalho – CLT

Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS

Frente nica Antifascista – FUA

Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural – FUNRURAL

Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais – IPES

Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB

Instituto Moreira Salles – IMS

Jornal do Brasil – JB

Juscelino Kubitschek – JK

Livraria José Olympio Editora – JO

Ministério da Educação e Cultura – MEC

Movimento Brasileiro de Alfabetização – Mobral

Movimento Democrático Brasileiro – MDB

Organização das Nações Unidas – ONU

Organização dos Estados Americanos – OEA

Partido Comunista do Brasil – PCB

Partido Democrata Cristão – PDC

Partido Libertador – PL

Partido Republicano – PR

Partido Social Democrático – PSD

Partido Social Progressista – PSP

Partido Trabalhista Brasileiro – PTB

Partido Trabalhista Nacional – PTN

Programa de Assistência ao Trabalhador Rural – PRO-RURAL

Programa de Integração Nacional – PIN

Programa Especial para o Vale do São Francisco – PROVALE

Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE

Supremo Tribunal Federal – STF

União Democrática Nacional – UDN

União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil – ULTAB

Universidade de Brasília – UnB

Vanguarda Popular Revolucionária – VPR

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1. RACHEL DE QUEIROZ E A REVISTA <i>O CRUZEIRO</i>	20
1.1 Rachel de Queiroz: atuação política e intelectual	21
1.2 “A maior e melhor revista da América Latina”	34
1.3 <i>O Cruzeiro</i> e a ditadura	44
2. CARTAS PARA RACHEL: REDES DE SOCIABILIDADE E RELAÇÕES COM O PODER (1960-1985)	55
2.1 O Acervo Rachel de Queiroz	57
2.2 Práticas intelectuais e redes de sociabilidade	69
2.3 “Prezada amiga”: a relação de amizade e favores com políticos e militares	93
2.4 Repercussão e prestígio da <i>Última Página</i>	106
3. “JORNALISMO DE COMBATE”: A DEFESA DO GOLPE E A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA DITADURA (1960-1968)	117
3.1 Rachel de Queiroz e o udenismo	117
3.2 A institucionalização da ditadura	142
3.3 “O coro das onze mil virgens”: desqualificando a oposição	161
4. “NINGUÉM SEGURA ESTE PAÍS!”: OTIMISMO E UFANISMO NA <i>ÚLTIMA PÁGINA</i> (1970-1975)	170
4.1 O retorno de Rachel de Queiroz e a construção de um novo Brasil	171
4.2 O diálogo com as oposições e denúncias à ditadura	187
4.3 Entre presenças e ausências: as crônicas sobre o governo	202
CONSIDERAÇÕES FINAIS	218
REFERÊNCIAS	222

INTRODUÇÃO

“A 1º junho, parti do Ceará e estava na firme intenção de procurar Vossa Excelência, em Brasília ou no Rio, a fim de lhe prestar um depoimento sobre o que acontecia – e também do que não acontecia – na região central do sertão cearense, que é o meu nativo Quixadá. E não era de oficioso, sr. Presidente [Médici], que eu pretendia obter essa entrevista. Era porque [...] eu me tinha constituído numa espécie de fiadora do governo, junto ao povo da zona.”

(Rachel de Queiroz, O Jornal, 02/08/1970)

Rachel de Queiroz foi uma escritora nordestina, nascida no sertão do Ceará em 1910 e autora de uma série de romances e crônicas publicadas em diversos jornais e revistas ao longo da vida. Intelectual influente e reconhecida em seu meio, foi também uma mulher essencialmente política, desde cedo acompanhando de perto e opinando sobre os principais acontecimentos do país. Neste trabalho, analisaremos as crônicas escritas por Rachel de Queiroz na revista *O Cruzeiro* entre o período de 1960, quando tem início a campanha eleitoral que terminaria com a vitória de Jânio Quadros, até 1975, ano em que a revista deixa de circular. Desta forma, o estudo abrange desde o discurso da escritora no período logo anterior ao golpe civil-militar, analisando o encadeamento de suas opiniões que culminaria na defesa do movimento de 1964, até os primeiros onze anos de ditadura, quando Rachel de Queiroz seguiu apoiando os militares e suas medidas autoritárias.¹

Além das crônicas publicadas na revista *O Cruzeiro*, também são fontes de pesquisa para este trabalho as correspondências trocadas por Rachel de Queiroz entre 1960 e 1985, depositadas no acervo da escritora no Instituto Moreira Salles (IMS), no Rio de Janeiro. O recorte temporal do acervo inicia no mesmo período que o estudo sobre as crônicas e abrange toda a ditadura, uma vez que, diferentemente do periódico, não teve sua produção interrompida. A análise das correspondências trocadas por Rachel tem como objetivo mapear as redes de sociabilidade da escritora, identificando quais eram seus círculos de amizade e de inserção profissional, com que outros intelectuais e políticos mantinha contato, o perfil desses missivistas e suas relações com o Estado.

¹ A revista *O Cruzeiro* foi pesquisada principalmente na Associação Brasileira de Imprensa (ABI), onde está catalogada boa parte do periódico. As edições que faltavam foram consultadas na Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro.

Nos últimos anos, a historiografia sobre a ditadura civil-militar (1964-1985) tem procurado elucidar as complexas relações estabelecidas entre a sociedade brasileira e o regime autoritário instaurado no país. O início da distensão política promovida pelo governo Geisel possibilitou a emergência de memórias e testemunhos de ex-presos políticos e familiares de mortos e desaparecidos que até então estavam silenciados. Esses discursos começaram a ser reproduzidos em uma série de filmes, livros e documentários, dando início à “batalha de memórias” sobre a ditadura.

Esta “batalha” ganhou um importante capítulo com a Lei da Anistia em 1979, responsável por anistiar tanto presos políticos e exilados quanto agentes do Estado envolvidos em graves violações de direitos humanos. O objetivo principal da lei, segundo João Martins Filho, foi firmar um pacto com a sociedade, “zerar as contas” do que acontecera nas duas últimas décadas e, assim, seguir em frente, deixando o passado para trás.² Na mesma linha, Daniel Aarão Reis afirma que a partir dos anos 1980 houve movimentações para um pacto que promovesse a conciliação nacional, considerada necessária pelas autoridades para a transição democrática. Assim, uma vez que o foco principal passou a ser a redemocratização do país a partir de um “pacto social”, os apoios e colaborações de diversos setores da sociedade brasileira à ditadura foram inicialmente deixados de lado.³

Acompanhando os livros e depoimentos de ex-guerrilheiros e presos políticos, a historiografia brasileira voltou seus estudos para as esquerdas durante a ditadura, analisando formas de tortura, censura, exílio, manifestações políticas e culturais, enfim, tudo o que estava relacionado à oposição aos militares. Na última década, contudo, muitos historiadores incluíram as direitas como objeto de estudo e passaram a problematizar as relações entre sociedade e ditadura, entendendo que a primeira teve um papel fundamental no apoio ao golpe, em 1964, e que alguns dos seus setores seguiram ao lado dos militares até o fim, em 1985.⁴ Ou seja, a historiografia brasileira passou a compreender a ditadura como fruto das relações entre Estado e sociedade, e não como um produto externo e alheio a ela. Para evidenciar o papel da sociedade civil durante este período, alguns desses acadêmicos

² MARTINS FILHO, João Roberto. “A guerra da memória: a ditadura militar no depoimento de militantes e militares”. *Varia História*, Belo Horizonte, n. 28, dez. 2002.

³ REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

⁴ Para saber mais a respeito desta historiografia sobre ditadura, ver: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz (Orgs.). *A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no Século XX. Brasil e América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, v. 2.

passaram a adotar o termo *ditadura civil-militar*, no lugar de *ditadura militar* – termo que será adotado nesta pesquisa, pelos mesmos motivos.

As pesquisas historiográficas voltaram-se, então, para os veículos de imprensa conservadores, para a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), partido que deu suporte à ditadura, para as diversas instituições que mantiveram relações próximas com os militares, como a Academia Brasileira de Letras (ABL) e a ABI, e também para setores específicos da sociedade, como empresários, políticos e intelectuais conservadores.⁵ É nesta corrente historiográfica que este trabalho se insere, analisando a produção intelectual e as redes de sociabilidade de Rachel de Queiroz, intelectual conservadora que apoiou a ditadura civil-militar.

Consultando a bibliografia acadêmica produzida sobre Rachel, percebemos uma predominância na área de Letras/Literatura, voltada majoritariamente para a análise da produção literária da escritora. A maior parte das pesquisas estudam as características marcantes de suas obras, tais como o regionalismo e o protagonismo de mulheres nordestinas. Contudo, recentemente foram feitos trabalhos também na área de História, principalmente por pesquisadoras da Universidade Federal Fluminense (UFF).

O primeiro deles foi a dissertação de Mestrado de Natalia de Santanna Guerellus, publicada em livro com o título *Regra e exceção: Rachel de Queiroz e o campo literário dos anos 1930*⁶. Em sua pesquisa, Guerellus estuda a escritora sob o olhar da história cultural, analisando Rachel de Queiroz nos diferentes círculos sociais em que conviveu ao longo dos anos 1930, através de sua produção intelectual e das características do campo literário na época. Dando prosseguimento a sua pesquisa, defendeu recentemente, em 2015, a tese de Doutorado “Como um Castelo de Cartas: culturas políticas e a trajetória de Rachel de Queiroz (1910-1964)”⁷, na qual estuda a trajetória política da escritora desde o seu nascimento até o golpe civil-militar.

Analisando de perto a mudança entre a Rachel comunista e depois trotskista nas décadas de 1920/1930 para a intelectual conservadora que apoiou o movimento de 1964, Guerellus traça um perfil complexo, contraditório e heterogêneo da escritora cearense,

⁵ Cf. CARVALHO (2010); KUSHNIR (2004); MARTINS (2001); GRINBERG (2009); CUNHA (2014); ROLLEMBERG (2010); BEZERRA (2013); PAULA (2007).

⁶ GUERELLUS, Natália de Santana. *Regra e exceção: Rachel de Queiroz e o campo literário dos anos 1930*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2013.

⁷ GUERELLUS, Natália de Santana. “Como um Castelo de Cartas: culturas políticas e a trajetória de Rachel de Queiroz (1910-1964)”. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015.

apresentando suas ambiguidades e singularidades. Para a autora, que estuda justamente este período de transição ideológica em Rachel de Queiroz, sua radicalização teve início a partir de 1954 e foi uma consequência da desilusão política que sofreu no período, ao não ver uma saída para o que acreditava ser a influência de uma herança varguista na história nacional.⁸ O apoio ao golpe, segundo Guerellus, foi a tomada de uma “atitude prática” por parte de Rachel, acostumada a pensar política de forma maniqueísta em anos de Guerra Fria, e em concordância com as ideias que circulavam à época na mídia e entre seus círculos de amizade.⁹

Outra historiadora que se dedicou ao tema foi Marisa Schincariol de Mello (2012), em sua tese de Doutorado “Como se faz um clássico da literatura brasileira? Análise da consagração literária de Erico Veríssimo, Graciliano Ramos, Jorge Amado e Rachel de Queiroz (1930-2012)”¹⁰. Neste trabalho, Rachel de Queiroz é estudada ao lado de outros três grandes nomes da literatura brasileira, cujo objetivo é analisar suas posições no campo intelectual e suas inserções profissionais, para compreender as formas de funcionamento coletivo do movimento literário no país ao longo do século XX, passando pela profissionalização do escritor e pela consolidação da indústria cultural de massas.

Por fim, temos a tese de Doutorado de Raquel França dos Santos Ferreira, defendida em 2015: “A ‘Última Página’ de *O Cruzeiro*: crônicas e escrita política de Rachel de Queiroz no pós-64”¹¹. O trabalho analisa as crônicas publicadas entre 1964 e 1975, além de alguns discursos e textos produzidos pela intelectual durante sua passagem pelo Conselho Federal de Cultura. Ferreira divide as crônicas da escritora em três temáticas principais: o estrangeiro, o regionalismo e a ditadura. Contudo, seu trabalho se aproxima mais da história cultural e acaba não aprofundando outras questões relevantes, como as relações da intelectual com o Estado e as diversas formas de consenso e colaboração com o governo militar.

Esta pesquisa, portanto, retoma as fontes utilizadas por Ferreira – as crônicas de Rachel de Queiroz na revista *O Cruzeiro* –, mas possui uma questão central diferente: analisar as complexas relações de apoio exercidas por parte da sociedade junto à ditadura, suas motivações e possibilidades de negociação. O setor da sociedade aqui estudado são os

⁸ *Idem*, p. 24.

⁹ *Idem*, p. 24-25.

¹⁰ MELLO, Marisa Schincariol de. “Como se faz um clássico da literatura brasileira? Análise da consagração literária de Érico Veríssimo, Graciliano Ramos, Jorge Amado e Rachel de Queiroz (1930-2012)”. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, 2012.

¹¹ FERREIRA, Raquel França dos Santos. “A ‘Última Página’ de *O Cruzeiro*: crônicas e escrita política de Rachel de Queiroz no pós-64”. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015.

intelectuais conservadores, no qual Rachel de Queiroz, principal objeto desta pesquisa, está incluída.

Portanto, o principal problema desta pesquisa é compreender, de um lado, quais foram as questões que fizeram Rachel de Queiroz apoiar de forma contundente a ditadura civil-militar, e, de outro, de que forma aconteceu esse apoio, tanto através das crônicas escritas na revista *O Cruzeiro* quanto em suas redes de sociabilidade. Diferentemente da pesquisa de Natália Guerellus, que analisa as décadas anteriores ao golpe e, por tanto, o período de transição ideológica da escritora, este trabalho analisa as crônicas produzidas por Rachel de Queiroz de 1960 a 1975, período em que seu pensamento político já se encontra alinhado ao conservadorismo. Portanto, não é o objetivo aqui explicar como a escritora chegou até esta condição, mas sim analisar as características de sua argumentação, as afinidades e as oposições a outros discursos em vigência na época, o projeto político-cultural defendido por ela e o papel de intelectual exercido por Rachel de Queiroz na condição de cronista publicada em uma revista de distribuição nacional.

Em última instância, a pesquisa se propõe a mostrar como Rachel de Queiroz exerceu a função de “fiadora do governo” ao apoiar e justificar as medidas autoritárias empreendidas pelo militares e ao criticar o discurso e as reivindicações da oposição, colaborando para a legitimação da ditadura civil-militar junto aos leitores da revista *O Cruzeiro*, e, por consequência, junto à parte da sociedade brasileira.

Para isso, os textos semanais escritos por Rachel de Queiroz aparecem como fonte principal nesta pesquisa. Durante muito tempo a crônica foi considerada uma modalidade menor na literatura, por conta de algumas características intrínsecas ao gênero, como a efemeridade, a linguagem simples e direta, a predominância de assuntos que envolvem o cotidiano e a realidade do autor e seus leitores. Uma escrita vista como despreziosa, próxima do “nosso jeito de ser mais natural” e, por conta disso, com maior possibilidade de penetração entre o público.¹²

Trabalhos mais recentes, contudo, têm repensado o estudo com as crônicas. Antonio Candido em *Literatura e sociedade* destaca a ligação intrínseca entre o autor de uma obra e as condições sociais nas quais está inserido. Para Candido, o texto literário não pode ser analisado de forma autônoma, ou seja, não pode ser desligado do *contexto* no qual foi criado e

¹² CANDIDO, Antonio. “A vida ao rés-do-chão”. In: CANDIDO, Antonio (Org.). *A crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*. Campinas: Unicamp, 1992.

interpretado, pois pouco significa separado dessas circunstâncias. O escritor, neste sentido, não é apenas um *indivíduo* que trabalha de forma isolada, mas alguém que desempenha um *papel social*, “ocupando uma posição relativa ao seu grupo profissional e correspondendo a certas expectativas dos leitores”¹³.

Sidney Chalhoub e Leonardo Affonso de Miranda Pereira também apontam a necessidade de historicizar a obra literária, independente do seu gênero, inserindo-a no “movimento da sociedade”, investigando suas redes de interlocução social e destrinchando “não a sua suposta autonomia em relação à sociedade, mas sim a forma como constrói ou representa a sua relação com a realidade social – algo que faz mesmo ao negar fazê-la”. É preciso submeter as fontes literárias aos questionamentos presentes na prática historiográfica e no ofício do historiador, buscando a *lógica social do texto*.

Em suma, é preciso desnudar o rei, tomar a literatura sem reverências, sem reducionismos estéticos, dessacralizá-la, submetê-la ao interrogatório sistemático que é uma obrigação do nosso ofício. Para historiadores a literatura é, enfim, *testemunho histórico*.¹⁴

Tratando especificamente do estudo das crônicas, os autores apontam como uma de suas principais características a intervenção na realidade. Valendo-se do tom leve e da penetração junto ao seu público leitor, o cronista, longe de refletir a realidade, tem a possibilidade de analisá-la e transformá-la. Para isso, cabe ao escritor a responsabilidade de buscar assuntos atuais de relevo e interesse junto aos seus leitores, construindo uma cumplicidade entre autor e público. Assim, Chalhoub, Pereira e Margarida de Souza Neves descartam a definição de crônica como um gênero simples. Ao contrário, a compreendem como um gênero dialógico por excelência, cujo estabelece uma relação de mão dupla entre escritor e público: “se o cronista fazia dos seus artigos um modo de intervir sobre a realidade, influenciando os leitores, por outro ele era também influenciado por eles, cujas expectativas e interesses ajudavam a definir temas e formas que passaria a adotar”¹⁵.

Justamente por buscar no cotidiano assuntos e problemas com os quais dialoga em seus textos, o cronista está sempre sujeito a imprevistos, dependente dos acontecimentos com

¹³ CANDIDO, Antonio. *Literatura e Sociedade*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2010, p. 84.

¹⁴ CHALHOUB, Sidney; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. “Apresentação”. In: CHALHOUB, Sidney; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda (Orgs.). *A história contada: Capítulos de história social da literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p. 7.

¹⁵ CHALHOUB, Sidney; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda; NEVES, Margarida de Souza. “Apresentação”. In: CHALHOUB, Sidney; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda; NEVES, Margarida de Souza (Orgs.). *História em cousas miúdas: capítulos de história social da crônica no Brasil*. São Paulo: Unicamp, 2005, p. 17.

os quais procura interagir e sendo transformado e influenciado por eles. Neste sentido, para Chalhoub, Pereira e Neves a especificidade da crônica é a natureza da sua indeterminação, a ligação particular com o tempo vivido. O perfil do gênero, portanto, é definido a partir da “aparente contradição entre a leveza anunciada pelos cronistas e a cuidadosa elaboração de suas séries; da tensão entre a tarefa de comentar a realidade e o intuito de transformá-la; e da variedade de formas e temas por ela assumidas”¹⁶.

As crônicas escritas por Rachel de Queiroz na revista *O Cruzeiro* serão trabalhadas pensando justamente o diálogo e a cumplicidade estabelecidos entre autor e público; a influência que os acontecimentos do cotidiano podem exercer, interferindo na temática e na abordagem dos textos; e, principalmente, na possibilidade que esses artigos dispõem de intervir sobre a realidade de sua época, influenciando seus leitores, ao mesmo tempo em que o autor também era influenciado por eles.

Foram 639 crônicas analisadas e catalogadas durante todo o período entre janeiro de 1960 e janeiro de 1975. Os textos de Rachel na revista *O Cruzeiro* abordam os mais variados assuntos, desde política até crítica literária, reprodução de contos e anedotas, passagens do seu cotidiano, enfim, um conjunto rico de fontes que, em última instância, sugere a visão de mundo da escritora e as questões que a intrigavam. Para esta pesquisa, considerando o grande número de publicações, procuramos delimitar o estudo às crônicas políticas de Rachel, muito embora esta seja uma categoria complexa e de difícil precisão. No entanto, incluiremos também outras temáticas sempre que for julgado necessário e enriquecedor para análise. Ao longo deste trabalho, os textos aparecem agrupados tanto pelo tema quanto pela data e, por conta dos assuntos variados que muitas vezes fazem parte de uma única crônica, repetimos o seu uso em diferentes tópicos, abordando questões distintas, porém interligadas. Além disso, considerando as mudanças sutis que aconteceram na língua e na gramática portuguesa desde a época em que os textos foram publicados, optamos por reproduzi-los aqui fazendo a conversão para as regras ortográficas atuais, entendendo que esta ação não prejudica a mensagem transmitida por Rachel.

No entanto, a produção intelectual da escritora, assim como destacaram os autores acima, não pode ser pensada de forma isolada. É preciso historicizá-la, levar em conta o contexto na qual foi criada e interpretada, posicioná-la no “movimento da sociedade”. Para isso, é importante também pensar sua relação com outros intelectuais, políticos e militares

¹⁶ *Idem*, p. 19.

durante o período estudado, identificando a que grupos pertencia, que espaços frequentava, com quem dividia ideias, objetivos e dificuldades. Como intelectual, Rachel construiu ao longo de sua vida extensas e variadas *redes de sociabilidade*, conceito proposto por Sirinelli. Segundo o historiador, os intelectuais se organizam em torno de grupos, formando relações de amizade e fidelidade construídas através de uma linguagem comum e do compartilhamento de sensibilidades políticas, ideológicas e culturais. Nesta linha, Sirinelli aponta justamente a redação de uma revista como lugar propício à fermentação intelectual e ao espaço de sociabilidade:

As revistas conferem uma estrutura ao campo intelectual por meio de forças antagônicas de adesão – pelas amizades que se subentendem, as fidelidades que arrebanham e a influência que exercem – e de exclusão – pelas posições tomadas, os debates suscitados, e as cisões advindas. Ao mesmo tempo que um observatório de primeiro plano da sociabilidade de microcosmos intelectuais, elas são aliás um lugar precioso para a análise do movimento das ideias.¹⁷

É sob essa perspectiva que a revista *O Cruzeiro* será analisada, pensando-a como um lugar de sociabilidade entre intelectuais, tanto jornalistas quanto escritores. Para isso, é preciso compreender que tipos de disputas de poder existiam na redação, quais eram as relações de amizade entre seus colaboradores e os conflitos gerados pelas diferenças de opinião. E, principalmente, analisar como Rachel de Queiroz situava-se nesta rede de sociabilidade, como se relacionava com os outros intelectuais, com a direção da revista e com o dono do conglomerado do qual fazia parte, Assis Chateaubriand.

Além da revista *O Cruzeiro*, serão analisadas de forma mais detalhada outras três redes de sociabilidade identificadas no recorte temporal desta pesquisa: a editora José Olympio, o Conselho Federal de Cultura e a Academia Brasileira de Letras. O estudo dessas *redes*, percebendo como se deu a entrada de Rachel nesses espaços, que intelectuais a receberam, que papéis a escritora teve nessas instituições e quais foram os ganhos materiais e/ou simbólicos advindos são importantes para pensar a relação entre intelectuais e Estado durante a ditadura.

Para Angela de Castro Gomes, o envolvimento de intelectuais com regimes políticos é uma relação bastante complexa, uma via de mão dupla com inúmeras possibilidades, que permite a participação em um novo espaço político que se abre. Segundo a historiadora, que estudou a relação entre intelectuais e o Estado Novo¹⁸, o apoio a regimes autoritários não

¹⁷ SIRINELLI, Jean-François. “Os Intelectuais”. In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma História política*. Rio de Janeiro: FGV, 1996, p. 249.

¹⁸ Cf. GOMES, Angela de Castro. *História e historiadores*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996

passa apenas por uma simples adesão a diretrizes ideológicas ou pela cooptação de caráter utilitário, cuja única recompensa seriam bens materiais. O envolvimento com esses regimes passa, na maior parte das vezes, por um tipo de “pacto” construído com o governo, no qual ambas as partes acabam por se beneficiar.

De um lado, os intelectuais, por seu lugar de fala, por seu prestígio e capacidade de influência junto à sociedade, são detentores de capital simbólico¹⁹ e, conseqüentemente, são importantes produtores de bens simbólicos, “essenciais à legitimação de regimes políticos modernos”²⁰. Esses bens simbólicos podem ser a produção de uma revista, de artigos ou reportagens jornalísticas, a participação em políticas culturais e órgãos públicos, ou em eventos, comissões e comemorações oficiais, entre muitas outras possibilidades, que contribuem de alguma forma para a legitimação de um governo ou para a construção de uma atmosfera política favorável. Do outro lado, a proximidade com o Estado pode trazer para o intelectual tanto oportunidades financeiras quanto simbólicas, de prestígio sociocultural, como a nomeação para um alto cargo administrativo, um ministério ou para uma missão diplomática, por exemplo.²¹

Desta forma, a noção de “pacto” construído como uma via de mão dupla descarta a ideia de “alienação” por parte de políticos e intelectuais e “manipulação” ou “cooptação” por parte do Estado. Embora não se possa negar a diferença de forças que constituem essa relação, pressupomos que os atores investigados possuíam “margens de manobras” e espaços para negociação com a ditadura, possibilitando afastamentos e aproximações pelos mais variados motivos.²²

O que se busca argumentar aqui é que a relação de Rachel de Queiroz com a ditadura passou muitas vezes por afinidades ideológicas e semelhanças nos discursos patrióticos, mas não se limitou a este fator. Segundo Angela de Castro Gomes, a “cooperação” e o “consenso” com o Estado também estão ligados a relações profissionais ou de amizade, fruto do convívio em redes de sociabilidade, e aos mais diferentes tipos de recompensa, tanto materiais quanto simbólicas.

¹⁹ Cf. BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Edições 70, 2011.

²⁰ GOMES, Angela de Castro. *A República, a História e o IHGB*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009, p. 26.

²¹ GOMES, Angela de Castro. “Cultura política e cultura histórica no Estado Novo”. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel; GONTIJO, Rebeca (Orgs.). *Cultura política e leituras do passado*. Historiografia e ensino de História. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 46-47.

²² *Ibidem*.

É pensando nestas questões que as principais fontes deste estudo, as crônicas na revista *O Cruzeiro* e as correspondências trocadas pela escritora, serão trabalhadas ao longo de quatro capítulos. Embora cada fonte seja o foco principal em partes específicas, o diálogo constante entre elas será feito em toda a pesquisa, sempre que necessário. O primeiro capítulo desta dissertação, **Rachel de Queiroz e a revista *O Cruzeiro***, aborda aspectos da trajetória da escritora e do periódico, levantando informações importantes para compreendermos a posição de ambos diante do golpe em 1964 e da consequente instauração da ditadura. O objetivo é mostrar as complexidades de ambas as trajetórias, os pontos em que se conectam, suas particularidades, contradições e ambiguidades. Nem Rachel de Queiroz e nem *O Cruzeiro* percorreram caminhos lineares ou homogêneos, ao contrário, constituem objetos de pesquisa profundamente complexos e multifacetados. A intenção deste primeiro capítulo é problematizar algumas dessas singularidades, evidenciando o projeto conservador ao qual ambos aderiram nas décadas de 1960 e 1970.

O segundo capítulo, intitulado **Cartas para Rachel: redes de sociabilidade e relações com o poder (1960-1985)**, trabalha com o acervo da escritora no IMS, analisando o conjunto de correspondências trocadas principalmente com políticos, militares e outros intelectuais, mapeando as redes de sociabilidade de Rachel durante o período pesquisado. Ao evidenciar a proximidade da escritora com intelectuais, políticos e militares influentes, bem como as possíveis vantagens materiais ou simbólicas que Rachel possa ter alcançado a partir de suas relações com o governo militar, o objetivo do capítulo é pensar as possibilidades de troca entre intelectual e Estado. Procuramos mostrar, com esta análise, como a ligação da escritora com a ditadura se deu muito além de apenas afinidades ideológicas, abrangendo também toda uma rede de amigos e parentes que lhe proporcionava prestígio, influência e capital simbólico.

A seguir temos o capítulo **“Jornalismo de combate”: a defesa do golpe e a institucionalização da ditadura (1960-1968)**, onde o principal conjunto de fontes são as crônicas de Rachel de Queiroz na revista *O Cruzeiro*. Situando seu discurso no cenário político brasileiro da época, buscaremos identificar de quais correntes ideológicas e partidos políticos a escritora se aproximava neste período, de modo a identificar seus principais argumentos e motivações para o apoio dado ao golpe de 1964 e à institucionalização da ditadura. Analisando o “jornalismo de combate” praticado pela escritora a favor dos militares e a sua adesão a um projeto conservador para o país, o objetivo é mostrar como suas crônicas

contribuíram para legitimar a quebra institucional e a imposição de um regime autoritário em seu lugar.

A divisão temporal entre o terceiro e o quarto capítulo foi feita pensando em algumas nuances e diferenças entre os dois períodos contemplados, onde o conjunto inicial corresponde aos anos anteriores ao golpe e aos primeiros anos do governo militar, enquanto o grupo seguinte de crônicas é publicado em plena vigência do AI-5, constituindo o capítulo **“Ninguém segura este país!”: otimismo e ufanismo na Última Página (1970-1975)**. Além disso, o intervalo entre 1968 e 1970 representa o período de quase dois anos no qual Rachel de Queiroz ficou afastada da revista *O Cruzeiro* e não publicou nenhuma crônica no periódico. Nesta parte final, trabalharemos comparando a argumentação e as opiniões políticas da escritora em seus textos à propaganda oficial militar, evidenciando as similaridades entre ambos. O objetivo é aprofundar a análise do papel exercido por Rachel de Queiroz como intelectual, mostrando sua condição de mediadora entre governo e a sociedade.

Por fim, é importante destacar que a intenção deste trabalho não é propor julgamentos ou fazer denúncias, atribuindo juízos de valor às atividades políticas e intelectuais de Rachel de Queiroz. O objetivo desta pesquisa é, ao contrário, compreender a escritora em suas próprias complexidades e contradições, seus anseios e motivações. Uma análise que, apesar de não ter a pretensão de absolver ou condenar Rachel de Queiroz, também não foge à premissa principal desta pesquisa: a de que a escritora atuou como “fiadora do governo” e contribuiu para a legitimação da ditadura civil-militar. Como bem resume Jean-François Sirinelli, “nem complacente, nem membro, *a contrario*, de qualquer pelotão de fuzilamento da história, o historiador dos intelectuais não tem como tarefa nem construir um Panteão, nem cavar uma fossa comum”²³.

²³ SIRINELLI, Jean-François. *Op. Cit.*, p. 261.

1. RACHEL DE QUEIROZ E A REVISTA *O CRUZEIRO*

“Todo mundo se interessa por política. Todo mundo faz política. Todo mundo não é eleitor? Então, votar, já é fazer política. O habitante do mundo que não se interessa pela política que o governa é como aquele sujeito da anedota que não ligava ao naufrágio porque o navio não era dele.”

(Rachel de Queiroz, O Cruzeiro, 17/03/1971)

Rachel de Queiroz foi uma intelectual, escritora, jornalista e, acima de tudo, uma mulher da política. Nordestina, se dividia entre sua fazenda no sertão do Ceará e o apartamento no Rio de Janeiro. Apesar de ter sido comunista na juventude, conspirou pelo golpe de 1964 e seguiu apoiando a ditadura, fazendo política em suas crônicas na revista *O Cruzeiro*, para a qual escrevia desde 1945.

Neste capítulo, abordaremos aspectos da trajetória de Rachel, seu envolvimento com o Partido Comunista do Brasil (PCB)²⁴, suas relações com o governo de Getúlio Vargas e sua posterior aproximação com os militares. Além disso, analisaremos também sua vida profissional, seu ingresso em *O Cruzeiro*, as primeiras crônicas publicadas no periódico e sua trajetória literária. Em seguida, o foco passa para a revista *O Cruzeiro*, conhecida no seu período áureo como “a maior e melhor revista da América Latina”²⁵. Investigaremos em que circunstâncias foi criada, com que propósito, e como sua trajetória se relacionou com a história do país ao longo do século XX. Considerando o recorte temporal desta pesquisa, de 1960 a 1975, analisaremos também a cobertura política feita por *O Cruzeiro* neste período e, principalmente, de que forma a revista se posicionou diante da ditadura civil-militar no Brasil.

O objetivo do capítulo, contudo, não é traçar “a” biografia de Rachel de Queiroz ou mesmo “a” trajetória de *O Cruzeiro* como periódico, mas analisar alguns de seus aspectos considerados relevantes para esta pesquisa. Embora o texto siga uma estrutura de linearidade temporal, não é a nossa intenção construir uma trajetória baseada na coerência, na transparência, na constância de uma identidade específica, mas levar em consideração a complexidade de suas identidades e suas contradições.²⁶ Tanto neste capítulo quanto nos

²⁴ A alteração do nome para Partido Comunista do Brasil aconteceu apenas em 1961.

²⁵ A revista adotou a partir de 1950 o *slogan* “O CRUZEIRO, a maior e melhor revista da América Latina”. O *slogan* foi reproduzido inúmeras vezes ao longo dos anos tanto pelo periódico, em propagandas e reportagens, quanto pelos seus leitores, através de cartas publicadas na seção *Escreve o leitor*.

²⁶ LEVI, Giovanni. “Usos da biografia”. In: AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta de Moraes (Orgs.). *Usos & abusos da história oral*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998.

próximos, o objetivo desta pesquisa é discutir justamente a multiplicidade de fatores que compõe a atuação e principalmente as crônicas de Rachel de Queiroz, destacando seus aspectos heterogêneos, complexos e multifacetados.

1.1 Rachel de Queiroz: atuação política e intelectual

Rachel de Queiroz nasceu em Fortaleza, Ceará, em 17 de novembro de 1910. Filha de Daniel de Queiroz e Clotilde Franklin de Queiroz, Rachel era a mais velha entre os cinco irmãos de uma família com raízes lançadas no Quixadá e Beberibe. Seu pai, Daniel, era jurista e proprietário de terras no sertão cearense, enquanto sua mãe, Clotilde, tinha grande apreço por livros e cuidava da criação dos filhos e dos afazeres domésticos.

Ainda na infância, em 1917, Rachel se mudou com os pais para o Rio de Janeiro, na tentativa de fugir da grande seca que atingiu o Nordeste em 1915 – acontecimento que viria a ser o tema central de seu primeiro livro, *O Quinze*. Pouco tempo depois sua família deixou a capital em direção a Belém, no Pará, onde residiu durante dois anos. Voltaram para Fortaleza em 1919, onde Rachel passou o resto de sua infância e adolescência.²⁷

Com família de formação intelectual, Rachel de Queiroz foi influenciada a ler pelos pais desde criança, de Dostoiévski e Tolstói a Machado de Assis e Eça de Queiroz. Matriculou-se no Colégio Imaculada Conceição em 1921, no curso normal, e formou-se quatro anos depois, aos 15 anos de idade. Em 1927, após enviar uma carta com o pseudônimo de Rita de Queluz para o periódico *O Ceará*, foi convidada para ser colaboradora efetiva do jornal, onde passou a organizar o suplemento literário e a publicar suas primeiras crônicas.²⁸ Esse seria o início de uma longa carreira como colaboradora de periódicos, que incluiu veículos como *Diário de Notícias*, *O Jornal*, *O Cruzeiro*, *Última Hora*, *O Estado de S. Paulo*, entre muitos outros.

Contudo, Rachel de Queiroz entrou definitivamente para o meio literário em 1930, com a publicação do seu primeiro romance, *O Quinze*. Com os custos da primeira edição pagos pela própria autora, inicialmente o livro não despertou muito interesse no Ceará, mas Rachel enviou exemplares para jornalistas e literatos do Rio de Janeiro e de São Paulo, de

²⁷ O verbete sobre Rachel de Queiroz está disponível em seu perfil no site da Academia Brasileira de Letras, disponível em: <<http://www.academia.org.br/academicos/rachel-de-queiroz/biografia>>. Acesso em: 27 jan. 2016.

²⁸ QUEIROZ, Rachel de; QUEIROZ, Maria Luíza de. *Tantos anos*. São Paulo: Siciliano, 1998.

onde vieram críticas positivas. No ano seguinte *O Quinze* recebeu o Prêmio Graça Aranha, conferido pela primeira vez, na categoria romance. Daí até o fim de sua carreira a escritora publicaria ainda muitos livros, como *João Miguel* (1932), *Caminho de Pedras* (1937), *As Três Marias* (1939), *Dôra, Doralina* (1975), *Memorial de Maria Moura* (1992), entre outros.

Além de frequentar as rodas literárias cearenses desde cedo, Rachel também teve a juventude ligada a grupos de esquerda. Engajada politicamente, em 1931 ajudou a fundar o núcleo do Partido Comunista do Brasil (PCB) em Fortaleza, a partir da reorganização do que havia restado do Bloco Operário e Camponês, desmantelado pela polícia de Washington Luís. Seguindo as diretrizes dos dirigentes do partido no Rio de Janeiro, Rachel de Queiroz foi nomeada secretária do PCB no Ceará, segundo ela, “não por mérito, mas por ser capaz de escrever e datilografar”²⁹. Assim, a escritora participava de reuniões clandestinas e era encarregada das correspondências e do material de propaganda do PCB em seu estado.

Contudo, sua filiação partidária não foi duradoura e chegou ao fim no ano seguinte. O rompimento aconteceu por conta de seu novo livro, *João Miguel*. Em nova visita ao Rio de Janeiro, com o objetivo de estabelecer contatos com membros do partido de outras regiões, receber novas ordens e material de propaganda, a escritora foi convocada a apresentar o manuscrito do romance aos líderes do PCB. O livro foi considerado impróprio por não favorecer a imagem da classe operária, e o partido exigiu alterações em partes do enredo como condição para permitir a publicação do romance. Rachel não concordou com as exigências e acabou expulsa do PCB em 1932.³⁰

No mesmo ano, Rachel de Queiroz se casou com José Auto da Cruz Oliveira, poeta pernambucano e funcionário do Banco do Brasil. Menos de dois meses depois do casamento, Rachel engravidou de uma menina, a quem deu o nome de sua mãe, “Clotildinha”³¹. Após o nascimento da filha, o casal se mudou para São Paulo, onde a escritora passou a fazer parte de rodas trotskistas, frequentando reuniões clandestinas e traduzindo obras estrangeiras para auxiliar na difusão do marxismo pelo Brasil, principalmente as obras de Leon Trotsky. Em 1934, de volta ao Ceará, Rachel se candidatou a deputada pelo Partido Socialista, por orientação dos seus companheiros trotskistas. A escritora integrou a Frente Única Antifascista (FUA) junto com seu amigo Jäder de Carvalho, que a acompanhava nos comícios de campanha. Apesar de ter tido “uma votação muito boa”, segundo a própria escritora, Rachel

²⁹ *Idem*, p. 38.

³⁰ *Idem*, p. 39-41.

³¹ *Idem*, p. 58.

de Queiroz perdeu as eleições realizadas em outubro “porque a apuração dos votos era feita pelos próprios órgãos do Legislativo”³². No ano seguinte, em 1935, a filha de Rachel teve meningite e faleceu no mês de janeiro, o que acabou contribuindo para o afastamento entre a escritora e José Auto. Depois da tragédia, Rachel de Queiroz não teve outros filhos.

A escritora ainda passou alguns anos morando no Ceará e tentando manter o seu casamento, que, no entanto, só piorava. Em 1939, Rachel e José Auto se mudaram para o Rio de Janeiro e logo depois optaram pela separação. Contudo, como a lei que autoriza o divórcio só foi aprovada no país em 1977, era possível apenas solicitar o “desquite”, que permitia a separação dos cônjuges mas não anulava o vínculo matrimonial. Mesmo impedida de casar oficialmente de novo, pouco tempo depois da separação Rachel de Queiroz conheceu o médico Oyama de Macedo, com quem passou a morar no Rio de Janeiro e manteve uma união até 1980, quando Oyama faleceu.

Durante o governo Vargas, seu envolvimento com grupos de esquerda acabou lhe rendendo algumas passagens breves pela prisão, além da queima em praça pública do seu terceiro livro, *Caminho de Pedras*. Essa série de acontecimentos fez com que Rachel de Queiroz adotasse por muito tempo uma postura radicalmente anti-Vargas, evidenciada tanto em suas crônicas quanto na repulsa criada por tudo o que considerasse “herança varguista”. Em sua autobiografia, escrita a quatro mãos com sua irmã mais nova, Maria Luíza de Queiroz, Rachel aborda suas impressões sobre o ex-presidente:

Getúlio, a minha geração se habituou a considerá-lo como a fonte de todos os nossos males políticos. Talvez fossemos injustos em algumas coisas, em muitas coisas mesmo. Mas a figura de Getúlio, para nós, era o símbolo de todo o desastre nacional. [...] O fato é que Getúlio passou a simbolizar, para nós, a reação, o fascismo, a aliança com o Eixo. E essa imagem de Getúlio Vargas não se acabou com a sua morte: prolongou-se através de Jango, de Brizola, do quererismo de Hugo Borghi.³³

No ano em que o Estado Novo chegou ao fim e Getúlio Vargas se afastou do poder, em 1945, foi justamente quando Rachel começou sua duradoura parceria com *O Cruzeiro*. Convidada a se tornar colaboradora da revista por Assis Chateaubriand, a escritora conta em seu livro de memórias que foi se encontrar com Leão Gondim, na época diretor de *O Cruzeiro*, para acertar os termos de sua colaboração. Segundo Rachel, a intenção de Gondim era colocar sua crônica semanal na primeira página, o que acabou não se concretizando:

³² *Idem*, p. 66.

³³ *Idem*, p. 201.

Eu recusei e sugeri que me dessem a última página da revista. Leão achou “uma loucura botar uma colaboradora ‘do meu nível’ na última página”. Argumentei que o que faz a página é a matéria nela impressa. Se a minha colaboração interessasse, o leitor encontraria a última página com a mesma facilidade com que encontrava a primeira. Além do mais – creio que foi isso que o convenceu –, uma crônica assinada, na última página, iria valorizar a capa de trás em matéria de publicidade.³⁴

O pedido de Rachel foi então aceito e, por sugestão de Millôr Fernandes, sua seção ganhou o título de *Última Página*, permanecendo no mesmo lugar durante 30 anos de publicação.³⁵ No contrato assinado pela escritora e por Leão Gondim com a Empresa Gráfica “O Cruzeiro” S.A., em 6 de novembro de 1945, são esclarecidos os termos nos quais Rachel de Queiroz publicaria suas crônicas:

- a) – De 1º de dezembro de 1945 em diante V. Excia. escreverá, semanalmente, para ser publicada em nossa revista “O Cruzeiro”, uma crônica sobre qualquer assunto que lhe parecer interessante;
- b) – Tendo em vista o caráter eminentemente feminino de nossa aludida revista, o assunto escolhido não deverá versar sobre política partidária ou religiosa;
- c) – O presente acordo vigorará durante 2 (dois) anos e V. Excia. receberá, como remuneração dessa colaboração, o salário mensal de Cr\$2.000,00 (dois mil cruzeiros), que lhe será pago semanalmente devida proporção, isto é, Cr\$461,50 por semana, cuja quantia V. Excia. receberá em nossa caixa todas as quintas-feiras;
- d) – Enquanto vigorar o presente acordo V. Excia. não poderá colaborar para nenhuma outra revista que não pertença a esta Empresa;
- e) – Esta empresa se reserva o direito de coletar em livro os artigos de V. Excia, publicados em nossa revista “O Cruzeiro”, mediante prévio ajuste da percentagem que lhe deverá caber em cada edição;
- f) – O presente ajuste só poderá ser rescindido com um prazo nunca inferior a 60 dias, dado pela parte que pedir a rescisão.³⁶

Apesar de o primeiro item estabelecer que Rachel de Queiroz poderia escrever “sobre qualquer assunto que lhe parecer interessante”, o tópico seguinte faz uma ressalva, advertindo que o tema escolhido “não deverá versar sobre política partidária ou religiosa”. A justificativa apresentada é o “caráter eminentemente feminino” da revista. Esta perspectiva acerca do público-alvo de *O Cruzeiro* estava presente nos primeiros anos da publicação. Com o passar dos anos, contudo, a revista passou a mirar em um público mais abrangente. É interessante perceber como no contrato firmado com a revista, Rachel de Queiroz foi advertida a não escrever sobre política em suas crônicas, proibição que nunca foi obedecida de fato pela escritora, muito pelo contrário – política era um dos seus assuntos preferidos.

³⁴ *Idem*, p. 191.

³⁵ CARVALHO, Luiz Maklouf. *Cobras criadas*: David Nasser e *O Cruzeiro*. 2ª Ed, São Paulo: SENAC, 2001, p. 105.

³⁶ Arquivo Rachel de Queiroz/ABL.

Uma vez assinado o contrato, a escritora iniciou uma longa parceria de 30 anos quase ininterruptos com *O Cruzeiro*. Rachel escrevia normalmente de duas a quatro folhas datilografadas, com revisões à caneta e antecedência de 15 dias em relação à data de publicação. Mesmo quando ia passar férias no sertão nordestino, isolando-se na fazenda *Não Me Deixes*, a produção do texto não era interrompida. Para isso, um homem a cavalo buscava a crônica na fazenda da escritora e a levava para o correio mais próximo, no Quixadá. Por conta desta logística complicada e do caminho longo até o Rio de Janeiro, sujeito a imprevistos, as crônicas escritas em suas temporadas no sertão precisavam ser enviadas com bastante antecedência e, em alguns momentos, quando foram publicadas já haviam sido atropeladas pelos rumos dos acontecimentos.³⁷

O primeiro texto da escritora consta na edição do dia 1º de dezembro de 1945, como indicado no contrato acima. Embora na chamada para o artigo de Rachel, no índice da revista, o título esteja “Primeira crônica”, a *Última Página* veio intitulada como “Crônica nº 1”³⁸, seguida pelo nome da escritora, grafado incorretamente: “Raquel de Queiroz”³⁹. Como uma forma de inaugurar sua página na revista *O Cruzeiro*, Rachel inicia falando diretamente com o público leitor e fazendo as devidas apresentações:

Tanto neste jogo de ler e escrever, leitor amigo, como em qualquer outro jogo, o melhor é sempre obedecer às regras. Começemos portanto obedecendo às da cortesia, que são as primeiras, e nos apresentamos um ao outro. Imagine que pretendendo ser permanente a página que hoje se inaugura, nem eu nem você, – os responsáveis por ela, – nos conhecemos direito. É que os diretores da revista, quando organizam as suas seções, fazem como os chefes de casa real arrumando os casamentos dinásticos: tratam noivado e celebram matrimônio à revelia dos interessados, que só se vão defrontar cara a cara na hora decisiva do “enfim sós”.⁴⁰

Após o parágrafo introdutório, reproduzido acima, Rachel de Queiroz segue dialogando com o leitor na tentativa de se aproximar do seu novo público. A escritora chama a atenção para a tiragem da revista na época, de 100.000 exemplares, e comenta o que lhe foi passado sobre a preferência dos leitores de *O Cruzeiro*:

Dizem-me também que você costuma dar sua preferência a gravuras com garotas bonitas, a contos de amor, a coisas leves e sentimentais. Como, então, se isso não é mentira, conseguirei atrair o seu interesse? Pouco sei falar em coisas delicadas, em coisas amáveis. Sou uma mulher rústica, muito pegada à terra [sic], muito perto dos bichos, dos negros, dos caboclos, das coisas elementares do chão e do céu. Se você

³⁷ GUERELLUS, Natália de Santana. “Como um Castelo de Cartas: culturas políticas e a trajetória de Rachel de Queiroz (1910-1964)”. *Op. Cit.*, p. 252-253.

³⁸ *O Cruzeiro*, 01/12/1945.

³⁹ O nome da escritora só passou a ser publicado com a grafia correta – “ch” em vez de “qu” – a partir da edição de 22 de dezembro de 1945.

⁴⁰ *O Cruzeiro*, 01/12/1945, p. 90. “Crônica nº 1”.

entender de sociologia, dirá que sou uma mulher telúrica; mas não creio que entenda. E assim não lhe resta sequer a compensação de me classificar com uma palavra bem soante.⁴¹

Neste trecho, ao destacar a preferência do leitor por “coisas leves e sentimentais” e, mais adiante, “delicadas” e “amáveis”, Rachel de Queiroz corrobora o que consta no próprio contrato assinado por ela, cujo destaca o “caráter eminentemente feminino” da revista. A escritora, contudo, coloca em dúvida se conseguirá falar sobre tais assuntos, uma vez que se descreve como “uma mulher rústica”. Mais adiante, Rachel faz uma alusão direta ao contrato acordado com *O Cruzeiro*:

[...] sou uma senhora amorável, tal como a finada imperatriz, e de alma muito maternal. A política é que às vezes me azeda mas, segundo o trato feito, não discorreremos aqui de política. Em tudo o mais sempre revelo uma alma lírica, cheia de boa vontade; se sou triste um dia ou outro, não sou mal humorada nunca. E tenho sempre casos para contar, casos da minha terra, desta ilha onde moro: mentiras, recordações, mexericos, que talvez divirtam seus tédios.⁴²

Rachel de Queiroz escreve de forma explícita sobre a recomendação contratual de não discorrer sobre política e, ao menos inicialmente, parece disposta a cumprir o acordado. Em seguida, faz alusão à “ilha” onde mora – na época, a escritora vivia na Ilha do Governador, no Rio de Janeiro – e dá a entender que atenderia à preferência do público por assuntos leves e sentimentais, abordando “mentiras, recordações, mexericos” provindos do local onde morava.

No entanto, já na segunda crônica publicada, embora Rachel de Queiroz trate da Ilha do Governador, o assunto escolhido não é dos mais leves. A escritora comenta e critica a ação de demolição e desmatamento que tratores e escavadeiras realizavam na praia das Flecheiras, na ponta do Galeão, expulsando pescadores e destruindo o terreno para construir a base da ponte que ligaria a Ilha ao resto da cidade.⁴³

Da mesma forma, a promessa da escritora de não falar sobre política também não se mantém por muito tempo. Pouco mais de um mês depois da sua estreia na *Última Página*, Rachel de Queiroz escreve a crônica “No ano da graça de 46”, onde faz um balanço sobre os acontecimentos do ano anterior, 1945. A escritora começa relembrando os fatos marcantes do cenário internacional, como as bombas atômicas lançadas em Hiroshima e Nagasaki e a saída de Churchill do cargo de primeiro ministro inglês. Em seguida, descreve o panorama nacional, relembrando o fim da censura e a anistia aos presos políticos concedidas por Getúlio Vargas, e a chegada ao Brasil dos pracinhas que haviam lutado na Segunda Guerra Mundial.

⁴¹ *Ibidem*.

⁴² *Ibidem*.

⁴³ *O Cruzeiro*, 08/12/1945, p. 106. “Tristezas à beira-mar”.

Já no final da crônica, Rachel fala abertamente sobre o fim do Estado Novo e a realização de novas eleições, quando o país elegeu o general⁴⁴ Eurico Gaspar Dutra (PSD) para presidente da República:

E um belo dia, de repente, saíram os tanques no asfalto e caiu o pai dos pobres, que era também o pai dos ricos, e ao mesmo tempo a madrasta de nós todos. A terra lhe fosse leve se ele consentisse em ficar enterrado na sua cova, como convém a um defunto. Mas virou alma penada e anda por aí aparecendo em tudo quanto é terreiro alheio, fazendo assombração. Rei morto rei posto; caiu gaúcho, subiu cabeça-chata, sem dar tempo a esfriar o canto, naturalmente. E como negro forro procura dono, logo nos atiramos à folgança das eleições, com discursos, foguetes e barraquinhas de sortes. Podia ter ganhado um, mas ganhou o outro. Vamos ver em que dá. Enfim, se quinze anos são um curto período, quatro anos são ainda mais curtos. E já estamos dentro de 46.⁴⁵

Esta seria a primeira de muitas crônicas escritas por Rachel de Queiroz que abordariam o cenário político tanto nacional quanto internacional. A escritora colaborou com a revista *O Cruzeiro* do final de 1945 até o início de 1975, poucos meses antes de a publicação deixar de circular. Ao longo dos anos, a escritora foi subindo cada vez mais o tom e opinando ativamente nos rumos da política brasileira, sugerindo candidatos para seus eleitores votarem e criticando presidentes da República. O repúdio que Rachel de Queiroz nutria pela figura de Getúlio Vargas influenciou sua opinião sobre os governos de Juscelino Kubitschek e João Goulart, considerados “herdeiros do varguismo” pela escritora. Esse e outros fatores, ainda a serem abordados ao longo deste trabalho, fizeram com que Rachel conspirasse pelo golpe de 1964 e apoiasse os anos de ditadura que se seguiram. Em sua autobiografia, a escritora conta sobre como recebia intelectuais e militares em seu apartamento no Rio de Janeiro, passando as noites em “vigília cívica” com o objetivo de conspirar para a derrubada de João Goulart:

Já o que nós fazíamos era conspiração mesmo: saber onde estava a tropa, o que tinha havido, se o coronel fulano tinha se manifestado, se o coronel beltrano era de confiança, que fulaninho era muito ambicioso, só queria se meter com a gente procurando posições, que se tinham sérias desconfianças de que fulano traía – era conversa de conspiração mesmo, no duro. Naturalmente que comigo eles não se abriam ou se aprofundavam muito. Eles me usavam como jornalista, eu opinava muito e era muito lida.⁴⁶

A atuação jornalística à qual Rachel de Queiroz se refere são justamente seus textos afiados publicados em *O Cruzeiro* no período que antecedeu e sucedeu o golpe, com críticas

⁴⁴ Dutra foi promovido a marechal em dezembro de 1950. Cf. *Dicionário histórico e biográfico brasileiro*/ Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (DHBB/CPDOC). Verbete: Eurico Gaspar Dutra. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/dutra-eurico-gaspar>>. Acesso em: 03 jan. 2017.

⁴⁵ *O Cruzeiro*, 12/01/1946, p. 90. “No ano da graça de 46”.

⁴⁶ QUEIROZ, Rachel de; QUEIROZ, Maria Luíza de. *Op. Cit.*, p. 204.

constantes a João Goulart e ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Contudo, o leque de temas abordados pela escritora em suas crônicas foi muito extenso, englobando todo o tipo de assunto nacional e internacional. Escrevendo durante 30 anos quase ininterruptos para uma das revistas brasileiras mais importantes do século XX, Rachel consagrou-se como cronista e publicou muitas coleções reunindo seus textos, como *A donzela e a Moura Torta* (1948), *100 crônicas escolhidas* (1958) e *O caçador de tatuí* (1967), publicadas pela editora José Olympio.

Após o golpe de 1964, Rachel de Queiroz participou da Assembleia Geral das Organizações das Nações Unidas (ONU) como delegada do Brasil, em 1966, e no ano seguinte foi nomeada para o Conselho Federal de Cultura (CFC). Após deixar a revista *O Cruzeiro*, em 1975, Rachel de Queiroz colaborou de forma irregular para outros periódicos, como *Diário de Pernambuco*, *Última Hora* e *Jornal do Commercio*. No mesmo ano em que deixou a revista, a escritora publicou mais um de seus romances: *Dôra Doralina*. Em 1977 foi a primeira mulher a entrar para a Academia Brasileira de Letras (ABL), ocupando a cadeira nº 5. Alguns anos depois, em 1988, passou a escrever crônicas semanais para o *Estado de S. Paulo*, colaborando para o jornal até seu último ano de vida. Em 1992 publicou novo romance, *Memorial de Maria Moura*, mais tarde adaptado para a televisão e transmitido em cerca de 15 países. Com vasta produção literária e jornalística, Rachel acumulou inúmeros prêmios e homenagens ao longo de sua carreira, como o Prêmio Machado de Assis (1957), concedido pela ABL, o título de doutor *honoris causa* pela Universidade Federal do Ceará (1981) e o Prêmio Luís de Camões (1993), até vir a falecer em 4 de novembro de 2003, no Rio de Janeiro.

Já nos últimos anos de sua vida, Rachel de Queiroz passou a ser bastante questionada sobre seu envolvimento com a ditadura, uma consequência da “batalha de memórias” desencadeada com o início da redemocratização. A partir da Lei da Anistia, em 1979, e principalmente a partir do fim do regime autoritário que presidia o país, teve início uma “guerra de memórias” entre ex-militantes de esquerda e militares sobre o que teria sido a ditadura, como ela agiu e o que representou para a história brasileira. Depoimentos, testemunhos e livros autobiográficos sobre o período ditatorial ganharam a atenção da imprensa e passaram a ser discutidos dentro e fora do campo acadêmico. Com muitos militares, políticos, jornalistas, ex-guerrilheiros e militantes de esquerda ainda vivos, a disputa

se deu a partir de depoimentos inéditos, feitos no presente, com o objetivo de estabelecer uma visão sobre o que teria sido, de fato, a ditadura no Brasil.⁴⁷

Desta “batalha de memórias”, já comentada na introdução, saiu inicialmente vitoriosa a versão de que o movimento de 1964 teria sido um “golpe”, e não uma “revolução”, como preferiam os militares. Da mesma forma, os 21 anos em que os militares ocuparam o poder passaram a ser descritos como “ditadura”, agora rejeitada e condenada por grande parte da sociedade brasileira. Os políticos, intelectuais e militares que fizeram parte ou apoiaram o “golpe” e a “ditadura” começaram a ser questionados e chamados a “prestar contas” com a sociedade por conta de sua participação.

No livro autobiográfico de Rachel publicado em 1998, *Tantos anos*, há um capítulo inteiro dedicado as suas memórias sobre o período ditatorial, com título bastante sugestivo: “A revolução de 1964”⁴⁸. Apesar de o termo já ter caído em desuso, aparecendo apenas em discursos de militares ou políticos de extrema direita, Rachel de Queiroz continuou utilizando a nomenclatura com que escrevia nas páginas da revista *O Cruzeiro*, mesmo mais de uma década após o fim da ditadura.

Alguns termos, contudo, foram reformulados por Rachel ao longo dos anos. Quando se refere à queda de João Goulart, por exemplo, o termo utilizado passou a ser o mesmo adotado pela historiografia brasileira: “O golpe de 31 de março a gente previu, mas não se foi avisado de nada”⁴⁹. Apesar de chamar a ditadura de “Revolução”, neste trecho, ela se refere ao movimento de 1964 como “golpe de 31 de março”. Mais adiante, um novo termo aparece: “Quando veio o levante de 31 de março, como eu já disse, nós estávamos no Ceará, no sertão. Logo depois recebemos um telegrama assinado marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, presidente da República”⁵⁰. Depois de “golpe”, portanto, Rachel passa a chamá-lo de “levante de 31 de março”, uma denominação com peso bem menos negativo. Em nenhum momento durante seus 11 anos de crônicas na revista *O Cruzeiro* durante a ditadura, Rachel de Queiroz se referiu ao acontecimento de março de 1964 como “golpe”.

⁴⁷ Cf. MARTINS FILHO, João Roberto. *Op. Cit.*; REIS FILHO, Daniel Aarão. “Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória”. In: REIS FILHO, Daniel Aarão, RIDENTI, Marcelo; SÁ MOTTA, Rodrigo Patto (Orgs.). *O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru: EDUSC, 2004.

⁴⁸ QUEIROZ, Rachel de; QUEIROZ, Maria Luíza de. *Op. Cit.*, p. 201.

⁴⁹ *Idem*, p. 205.

⁵⁰ *Ibidem*.

Dominick Lacapra em *Historia y memoria después de Auschwitz* aborda o Holocausto e seus efeitos de memória como um “acontecimento traumático”. Segundo o autor, o acontecimento traumático influencia de forma mais intensa a vítima do evento. Contudo, afeta também, de diferentes maneiras, os agentes causadores do acontecimento, as testemunhas, os “colaboracionistas” e os que nascem depois do evento, podendo gerar problemas de identidade na medida em que perturbam as autoimagens desenhadas. Um acontecimento traumático, portanto, pode acabar sendo reprimido ou negado após passar um período de latência.⁵¹ Considerando Rachel de Queiroz como “colaboracionista” de um evento traumático, a ditadura civil-militar, podemos perceber como a memória existe não apenas no tempo passado, mas também no presente e no futuro.⁵²

Tais características da memória aparecem mais adiante, quando a escritora procura se desvencilhar do seu envolvimento com a ditadura: “Depois, com Castelo presidente, nunca me envolvi diretamente na política, senão como comentarista. Deixei de tomar parte, não quis, não aceitamos nada”⁵³. Rachel de Queiroz, contudo, entrou para o diretório nacional da ARENA e representou o Brasil como delegada na Assembleia da ONU em 1966, e no ano seguinte foi nomeada para o Conselho Federal de Cultura, órgão público que respondia diretamente ao Ministério da Educação e Cultura (MEC). Mais adiante, Rachel reafirma:

Eu tive a prudência de jamais me aproximar deles, do ponto de vista ideológico. Com aquilo eu não tinha nada a ver. [...] Depois veio a repressão contra a guerrilha urbana, mas, aqui fora, a gente não sabia de nada. E creio que o próprio Médici ignorava os detalhes mais sórdidos. Acho que se fazia tudo isso nos tais “porões” e ele, talvez, procurasse ser enganado, não sei.⁵⁴

É difícil imaginar que Rachel de Queiroz, escritora e jornalista com redes de sociabilidade por toda a imprensa brasileira, não tinha nenhum conhecimento sobre a repressão política e as torturas praticadas pela ditadura. Ainda na segunda metade da década de 1960, diversas reportagens jornalísticas denunciaram a repressão e a tortura. O objetivo aqui não é, no entanto, investigar se Rachel estaria mentindo ou não em seu livro autobiográfico, mas sim perceber as variações de memória e de testemunho pelas quais a escritora passou. É interessante observar também como Rachel acompanha o discurso militar ainda atual ao dizer que Médici provavelmente não sabia de nada.

⁵¹ LACAPRA, Dominick. *Historia y memoria después de Auschwitz*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2009, p. 21-22.

⁵² *Idem*, p. 29.

⁵³ QUEIROZ, Rachel de; QUEIROZ, Maria Luíza de. *Op. Cit.*, p. 205.

⁵⁴ *Idem*, p. 207.

Segundo Henry Rousso, a memória é uma reconstrução que origina uma construção sempre seletiva do passado, o qual nunca pertence a apenas um indivíduo, mas a um indivíduo inserido em um contexto social, político e nacional. A memória, portanto, faz parte do presente: “A memória, no sentido básico do termo, é a presença do passado”⁵⁵. Sobre as relações entre memória e história, o autor esclarece:

Um indivíduo, quer fale espontaneamente de seu passado e de sua experiência (publicando, por exemplo, suas memórias), quer seja interrogado por um historiador (tornando-se assim testemunha ou autor da história), não falará senão do presente, com as palavras de hoje, com sua sensibilidade do momento, tendo em mente tudo quanto possa saber sobre esse passado que ele pretende recuperar com sinceridade e veracidade. Essa versão é não só legítima, devendo como tal ser reconhecida (pode um historiador impedir alguém de exprimir-se sobre seu passado?), como também indispensável para todo historiador do tempo presente.⁵⁶

Em entrevista à *Folha de S. Paulo* pelo lançamento de seu livro autobiográfico, em 1998, Rachel de Queiroz também foi questionada sobre seu envolvimento com os militares. Na ocasião, já quase 20 anos após a Lei da Anistia e 13 anos depois do fim da ditadura, sua resposta esclarece muito mais sobre o presente vivido pela escritora na época da entrevista do que sobre o seu passado:

Aceitamos o golpe militar para derrubar o Jango (João Goulart). Quando degenerou em ditadura, nos afastamos. Não tivemos cargos. Conhecia eles todos por chamar de "você", mas nunca me aproveitei. Olhando desapaixonadamente, a ação dos generais não foi tão ruim quanto dizem nem tão boa quanto os generais pretendem. Foi um governo de ocasião, mas que tentou conciliar e, assim que foi possível abandonar, abandonaram e entregaram para os civis.⁵⁷

Mais adiante, quando sua entrevistadora questiona “o que houve de bom” na ditadura, Rachel explica:

Principalmente ter derrubado o governo de Jango, que foi uma limpeza. Sempre tive o maior desprezo pelo Jango intelectualmente, como pessoa, além do desconforto de ver na Presidência o grupo getulista, que já era por si fascista. Patrulharam-me muito porque aprovei o golpe e até hoje aprovo. Com o Jango, o Brasil teria emborcado. Era um idiota manobrado por aquela gente.⁵⁸

É interessante perceber como Rachel de Queiroz passa a utilizar abertamente o termo “golpe”, ou ainda “golpe militar” com o passar dos anos, embora em 1964 e ao longo da ditadura essa nomenclatura jamais tenha sido usada pela escritora – efeito direto da “batalha de memórias”. Além disso, também aqui Rachel procura recontar seu apoio como limitado ao

⁵⁵ ROUSSO, Henry. “A memória não é mais o que era”. In. FERREIRA, Marieta M.; AMADO, Janaina (Orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FVG, 1998, p. 94.

⁵⁶ *Idem*, p. 98.

⁵⁷ QUEIROZ, Rachel de. Entrevista à *Folha de S. Paulo*, set. 1998. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/ilustrada/ult90u38515.shtml>>. Acesso em: 25 jan. 2017.

⁵⁸ *Idem*.

golpe e aos primeiros anos do governo militar, afirmando que “quando degenerou em ditadura, nos afastamos”. Embora a relação de amizade e confiança mantida com o primeiro presidente militar, Castello Branco, não tenha se repetido com nenhum outro presidente, as crônicas publicadas em *O Cruzeiro* analisadas nos próximos capítulos mostram que a escritora continuou apoiando abertamente a ditadura, mesmo depois de diversas medidas autoritárias e denúncias de prisões arbitrárias, mortes e torturas.

Ainda assim, alguns resquícios de suas posições políticas na segunda metade do século XX permaneceram, e Rachel de Queiroz descreve a “ação dos generais” como “não tão ruim quanto dizem”, um “governo de ocasião”, conciliador, que passou o poder aos civis “assim que foi possível”. Na pergunta seguinte, não se priva de assumir que aprovou o golpe e ainda aprovava em 1998, muito embora sua confissão se limite apenas ao golpe, quando na verdade o apoio se estendeu à ditadura como um todo. A culpa dos acontecimentos, contudo, é atribuída “ao outro” – no caso, a João Goulart, “um idiota manobrado” pelo “grupo getulista” à frente de um governo que necessitava de “limpeza”. Há, portanto, na fala de Rachel, um exemplo direto desta “batalha de memórias” que circunda o evento do golpe de 1964 e a ditadura. Embora não repudie as ações dos militares, passou a chamar o evento de 31 de março de “golpe” e a limitar seu apoio ao início do movimento, não mais a sua totalidade.

Segundo Lacapra, nenhuma recordação é puramente primária, uma vez que é afetada por elementos que não derivam apenas da sua própria experiência vivida. Na medida em que um acontecimento torna-se traumático, passa a ser processado de outra forma e a ser influenciado por esse processo, através de tipos, arquétipos e estereótipos assimilados após o trauma, de modo que, neste caso, a memória é sempre secundária, pois não se limita apenas à experiência vivida. A história e a memória possuem, portanto, uma relação complementar, base para uma interação mutuamente questionadora, que nunca alcança, contudo, a totalidade ou uma clausura absoluta.⁵⁹

Definir quem foi Rachel de Queiroz não é tarefa fácil. Nordestina, escritora, tradutora, cronista, fazendeira, trotskista, conservadora... As definições podem variar de acordo com o período e com o meio estudado. Em matéria especial para a revista *O Cruzeiro* sobre sua trajetória, o jornalista e escritor João Clímaco Bezerra define que “Rachel de Queiroz, apesar

⁵⁹ LACAPRA, Dominick. *Op. Cit.*, p. 34-35.

de não pertencer a nenhum partido, é essencialmente política”⁶⁰. Mulher das letras e da política, Rachel de Queiroz foi, sobretudo, uma intelectual.

Para definir, então, o que é ser “intelectual”, esta pesquisa baseia-se nos conceitos propostos por Jean-François Sirinelli. O historiador francês trabalha com duas definições para esta categoria, que não são, contudo, excludentes – podem perfeitamente se sobrepor e dialogar. A primeira acepção proposta por Sirinelli é mais ampla e sociocultural, baseada na noção de “homens de cultura”, que podem ser divididos entre “criadores” e “mediadores” culturais. Os criadores são os responsáveis justamente pelas criações artísticas e literárias, interessados no progresso do saber – como escritores, artistas, poetas e eruditos, por exemplo. Os mediadores, por sua vez, fazem a mediação entre os criadores e o resto da sociedade, difundindo e vulgarizando as criações e o saber: são os professores, tradutores de obras literárias, jornalistas, editores, etc.⁶¹ A segunda definição de intelectual, mais restrita, baseia-se na noção de engajamento na vida política da cidade ou do país como ator, testemunha ou consciência, por exemplo, a partir da assinatura de manifestos ou artigos de opinião.⁶²

Considerando as acepções de Sirinelli, podemos perceber a intelectual Rachel de Queiroz tanto como “criadora cultural”, por sua atividade como escritora de livros e peças teatrais, quanto como mediadora, por seus inúmeros trabalhos como jornalista e tradutora de obras literárias estrangeiras. Contudo, Rachel também teve participação ativa na vida política do país, seja recebendo militares em seu apartamento durante o período de conspiração para a derrubada de Jango, seja assumindo um “jornalismo de combate” a favor do golpe em 1964 e, posteriormente, em defesa aberta à ditadura. Neste sentido, Rachel de Queiroz situa-se na possibilidade de sobreposição de definições apontada por Sirinelli, pois se por um lado era “mulher de cultura”, criadora e mediadora cultural, era também uma intelectual profundamente engajada na vida política brasileira.

Angela de Castro Gomes e Patricia Santos Hansen organizaram recentemente uma coletânea de textos abordando o tema dos intelectuais mediadores. No debate sobre o assunto, as autoras questionam o estigma de que esses mediadores culturais teriam uma importância secundária em relação aos criadores, uma vez que não produziriam nenhum conteúdo novo ou

⁶⁰ *O Cruzeiro*, 24/03/1971, p. 105. “Rachel de Queiroz – viagem para o tempo”. Apesar de João Clímaco Bezerra afirmar que a escritora não pertencia a nenhum partido, Rachel de Queiroz integrou o diretório nacional da ARENA até 1972, como veremos de forma mais detalhada no próximo capítulo.

⁶¹ SIRINELLI, Jean-François. “As elites culturais”. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (Orgs.). *Para uma história cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

⁶² SIRINELLI, Jean-François. “Os Intelectuais”. *Op. Cit.*

inovador. Para Gomes e Hansen, “o intelectual que atua como mediador cultural produz, ele mesmo, novos significados, ao se apropriar de textos, ideias, saberes e conhecimentos, que são reconhecidos como preexistentes”⁶³. Assim, partindo da ideia de que todo intelectual mediador possui um projeto político-cultural, compreende-se que esse intelectual acaba criando novos produtos culturais e novas formas de comunicação ao buscar colocar bens culturais em contato com grupos mais amplos, de modo que “aquilo que o intelectual ‘mediou’ torna-se, efetivamente, ‘outro produto’: um bem cultural singular”⁶⁴.

A definição que as autoras propõem para o papel deste mediador cultural – inspiradas pelas contribuições de Sirinelli sobre o tema, dentre outros – é, também, bastante interessante para se pensar a atuação político-cultural de Rachel de Queiroz:

[...] Mas, também, numa acepção mais ampla e numerosa, estariam os intelectuais mediadores, cuja atenção primordial se volta para as práticas que fazem “circular” os produtos culturais em grupos sociais mais amplos e não especializados. Tais intelectuais seriam aqueles voltados para a construção de representações que têm grande impacto numa sociedade, sendo estratégicos para se entender como uma série de novos sentidos são gestados a partir da recepção de bens culturais; de como tais bens transitam entre grupos sociais variados; de como a esfera da cultura se comunica, efetivamente, com a esfera social.⁶⁵

Como cronista de uma revista de circulação nacional no século XX e intelectual politicamente engajada, Rachel de Queiroz era produtora e mediadora de bens culturais na medida em que abordava acontecimentos do cotidiano político, social e econômico do país e do mundo de forma simples e direta para seus leitores, fazendo circular em grupos sociais amplos o seu projeto político-cultural de nação. Como cronista, Rachel abordava temas relevantes sobre o dia a dia do país através de uma linguagem simples e direta, estabelecendo uma relação de cumplicidade com seus leitores, influenciando e transformando sua realidade e sendo influenciada por eles. As crônicas da escritora na revista *O Cruzeiro* eram, portanto, além da criação de novos conteúdos, uma forma de mediação entre o seu projeto político-cultural e a sociedade – um projeto que, em última instância, se aproximava bastante do que foi pensado pela ditadura civil-militar para o país.

1.2 “A maior e melhor revista da América Latina”

⁶³ GOMES, Angela de Castro; HANSEN, Patricia Santos (Orgs.). *Intelectuais mediadores: práticas culturais e ação política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016, p. 18.

⁶⁴ *Ibidem*.

⁶⁵ *Idem*, p. 26.

Para analisar as crônicas políticas de Rachel de Queiroz na *Última Página*, é preciso primeiro compreender o suporte onde esses textos foram veiculados, quais as características que compunham o perfil da revista *O Cruzeiro*, que jornalistas, fotógrafos, artistas e editores trabalharam em sua redação e como se deram os jogos de poder advindos das redes de sociabilidade criadas. Com este objetivo, faremos a seguir um balanço historiográfico sobre *O Cruzeiro* que contemple, de um modo geral, os quase 50 anos de existência da revista; e mais adiante, a cobertura jornalística feita pelo veículo sobre os principais acontecimentos políticos que envolveram a ditadura civil-militar.

A revista *O Cruzeiro* fez parte do primeiro conglomerado de mídia brasileiro, criado por Assis Chateaubriand: os *Diários Associados*. Chateaubriand foi um jornalista, advogado e empresário brasileiro, nascido em 4 de outubro de 1892 na cidade de Umbuzeiro, na Paraíba. Conhecido também como “Chatô”, foi um dos homens públicos mais influentes no país entre as décadas de 1940 e 1960, sempre envolvido em polêmicas e disputas de poder e dono do que chegou a ser o maior conglomerado de mídia da América Latina, contando com mais de cem veículos de comunicação em seus tempos áureos, entre jornais, revistas e emissoras de rádio e televisão. O primeiro integrante dos *Diários Associados* foi *O Jornal* (1925-1974), o pontapé inicial de uma série de outros veículos que pertenceria a Chateaubriand.

A revista *O Cruzeiro* foi lançada três anos depois do primeiro jornal, em 1928. Na biografia de Assis Chateaubriand feita por Fernando Morais⁶⁶, o autor conta como se deu a criação e o lançamento da nova publicação. A ideia para uma revista moderna de circulação nacional surgiu no ano anterior, em 1927. Por meio de amigos, Chateaubriand obteve a informação de que o jornalista português Carlos Malheiro Dias havia criado a Empresa Gráfica Cruzeiro S.A. e planejava lançar um veículo nos moldes de seu interesse, mas o projeto estagnou por falta de recursos financeiros. Interessado na compra da empresa para o lançamento de sua revista, Chateaubriand recorreu a Getúlio Vargas, na época seu amigo e ministro da Fazenda do governo Washington Luís, e vendeu a ideia de uma publicação moderna, inovadora, com tiragem de 50 mil exemplares e presente em todas as capitais e principais cidades do Brasil. Vargas se interessou pelo projeto e garantiu junto ao presidente do Banco do Brasil na época, Antônio Mostardeiro, um empréstimo de 250 contos de réis para a compra da revista.

⁶⁶ MORAIS, Fernando. *Chatô: o rei do Brasil, a vida de Assis Chateaubriand*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

O projeto saiu do papel e, no final de 1928, Chateaubriand promoveu o maior anúncio de lançamento realizado por suas empresas até então:

No final da tarde de 5 de dezembro, quando a avenida Rio Branco fervilhava de gente que deixava o trabalho ou saía às ruas para as primeiras compras de Natal, 4 milhões de folhetos – três vezes o número total de habitantes do Rio – foram atirados do alto dos prédios sobre a cabeça dos passantes. Os volantes anunciavam o breve aparecimento de uma revista “contemporânea dos arranha-céus”, uma revista semanal colorida “que tudo sabe, tudo vê”.⁶⁷

No primeiro exemplar da revista, contudo, consta a data de 10 de novembro de 1928. A capa traz o título *Cruzeiro*, ainda sem o “O”, que seria incluído apenas no ano seguinte, e o subtítulo “Revista Semanal Ilustrada”. Embaixo vem o desenho do rosto de uma mulher, com lábios vermelhos e unhas cintilantes, como se soprasse um beijo para os seus leitores. O fundo da capa é azul-escuro com estrelas brancas, uma alusão à constelação do Cruzeiro do Sul, a qual serviu de inspiração para o nome da revista.⁶⁸

No caderno de comunicação sobre *O Cruzeiro* preparado pela Secretaria Especial de Comunicação Social da Prefeitura do Rio de Janeiro, a data de lançamento da revista também é descrita como sendo em dezembro de 1928, na mesma linha de Fernando Morais:

Foi como se, de repente, começasse a nevar naquela tarde quente de verão carioca, precisamente a 5 de dezembro de 1928. Quando as repartições públicas encerravam o expediente e as lojas se preparavam para fechar as portas, uma chuva de confetes, serpentinas e pedacinhos de papel começou a cair na Avenida Rio Branco, parando o trânsito. Os pedestres, surpresos, pegavam os folhetos lançados do alto dos edifícios e até de aviões que sobrevoavam o Centro da cidade e liam a mensagem impressa: “Compre amanhã o *Cruzeiro*, em todas as bancas, a revista contemporânea dos arranha-céus”... “que tudo sabe, tudo vê”. [...] Um lançamento de *popstar* que funcionou: no dia seguinte, a nova revista se esgotou em poucas horas.⁶⁹

Marialva Barbosa, no artigo “O Cruzeiro: uma revista síntese de uma época da história da imprensa brasileira”, informa a data de lançamento como sendo 10 de novembro e relata o acontecimento dos folhetos jogados do alto do centro da cidade, no Rio de Janeiro, como tendo sido cinco dias antes da publicação chegar às bancas.⁷⁰ Divergências sobre a data de lançamento à parte, a revista trouxe já no seu primeiro exemplar o ideal de modernidade que pretendia promover. Com produção semanal, publicada sempre aos sábados, a revista foi para as bancas com o preço inicial de 1 mil réis, 64 páginas e uma tiragem anunciada em 50 mil

⁶⁷ *Idem*, p. 187.

⁶⁸ *O Cruzeiro*, 10/11/1928, p. 1.

⁶⁹ SECRETARIA Especial de Comunicação Social (SECS). *O Cruzeiro: A maior e melhor revista da América Latina*. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro/ SECS, Cadernos de Comunicação 3, jun. 2002 [Série Memória], p. 6. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4204434/4101414/memoria3.pdf>. Acesso em: 07 out. 2016.

⁷⁰ BARBOSA, Marialva. “O Cruzeiro: uma revista síntese de uma época da história da imprensa brasileira”. *Ciberlegenda*, n. 7, 2002.

exemplares. No editorial de lançamento, as diretrizes modernas que norteavam o projeto de Chateaubriand:

Depomos nas mãos do leitor a mais moderna revista brasileira. Nossas irmãs mais velhas nasceram por entre as demolições do Rio colonial, através de cujos escombros a civilização traçou a reta da Avenida Rio Branco: uma reta entre o passado e o futuro. Cruzeiro encontra já, ao nascer, o arranha-céu, a radiotelefonía e o correio aéreo: o esboço de um mundo novo no Novo Mundo.⁷¹

Desde o início a revista se empenhou em construir a imagem para si de um veículo moderno que, assim como o projeto político em voga no país à época, queria olhar para o futuro. Pioneira na impressão em quatro cores pelo sistema de retrogravura, a revista era rodada em Buenos Aires, na Argentina, para garantir a qualidade superior da publicação. A redação e as oficinas foram inicialmente instaladas na Rua Buenos Aires, 152, no centro da cidade do Rio de Janeiro. Ao longo da trajetória da revista, as instalações passaram pela Rua 13 de Maio, sede dos *Diários Associados*, depois mudaram para um prédio de dois andares na então Ladeira do Livramento e, por fim, na já Rua do Livramento, se fixaram em um prédio de dez andares e duas sobrelojas, projetado por Oscar Niemeyer para ser a sede de *O Cruzeiro*.⁷²

Ao longo da década de 1920, o Rio de Janeiro, na época capital federal, passou por uma proliferação de veículos de comunicação, impulsionada principalmente pelo desenvolvimento urbano, pelo aprimoramento tecnológico e por uma certa especialização da imprensa que já vinha acontecendo, de forma gradual, desde o início do século XX. No final dos anos 20, a capital contava com 19 jornais diários, 13 estações de rádio e várias revistas semanais, dentre elas *O Cruzeiro*. A imprensa passava por um período ainda inicial de modernização, marcado por novas técnicas de impressão, com a difusão de rotogravuras a cores, e pelo surgimento dos primeiros conglomerados de imprensa, já baseados em moldes empresariais, com destaque para os *Diários Associados*. Contudo, a imprensa era ainda muito dependente de favores e favorecimentos oficiais para conseguir se sustentar no mercado. Mesmo assim, grande parte dos periódicos tinha vida muito curta e desaparecia rapidamente. Os jornalistas, mal remunerados, na grande maioria dos casos precisavam ter um segundo emprego para se sustentar, normalmente no funcionalismo público.⁷³

⁷¹ *O Cruzeiro*, 10/11/1928, p. 3.

⁷² SECRETARIA Especial de Comunicação Social (SECS). *Op. Cit.*, p. 7.

⁷³ BARBOSA, Marialva. *História Cultural da Imprensa: (1900-2000)*. Rio de Janeiro: MauadX, 2007.

Enquanto a imprensa começava lentamente a se modernizar, a revista *O Cruzeiro* ia pouco a pouco aumentando seu número de leitores e aperfeiçoando o perfil de suas publicações. Até os primeiros anos de 1940, a revista investiu em uma abordagem mais literária, publicando muitos contos e novelas seriadas. Seu corpo de colaboradores era composto principalmente por intelectuais e literatos de peso, como Manuel Bandeira, Graça Aranha, Menotti Del Picchia, Mário de Andrade, Dinah Silveira de Queiroz, José Lins do Rêgo, Vinícius de Moraes e Érico Veríssimo, assinando artigos, crônicas, contos e romances publicados na revista. Ainda nesta linha, *O Cruzeiro* investiu em concurso de novelas, contos, arquitetura e fotografia, fazendo grande sucesso entre o público leitor. Os trabalhos eram premiados em dinheiro e eram publicados nas páginas da revista. Nelson Werneck Sodré e Guimarães Rosa foram alguns dos nomes que participaram dos concursos de contos, o que indica o apelo que *O Cruzeiro* possuía já nos primeiros anos de circulação.⁷⁴

A partir da metade da década de 40, com a popularização da fotografia, a revista começa a perder sua forte tendência literária para abrir espaço às grandes reportagens. Em 1945 a tiragem já era de 80 mil exemplares, tornando-se líder absoluta entre as revistas editadas no Brasil.⁷⁵ O corpo de repórteres aumenta, ganhando nomes importantes, como a dupla mais famosa da revista, o jornalista David Nasser e o fotógrafo Jean Manzon. Atuando de forma conjunta, a dupla percorria o Brasil – e, por vezes, outros países – atrás de temas inéditos. Muitas vezes passavam vários dias no local, resultando em reportagens extensas e ilustradas. Nasser e Manzon também ficaram conhecidos pelo incremento feito em suas matérias, frequentemente forjadas ou exageradas para atrair a atenção do leitor. Contudo, tinham carta branca de Assis Chateaubriand e tornaram-se famosos por suas fotorreportagens.

Além de Jean Manzon, *O Cruzeiro* investiu na contratação de um número significativo de fotógrafos, que saíam para cobrir as mais diversas histórias pelo país e no exterior, fazendo da grande cobertura fotográfica mais um diferencial para a revista. Nomes como Flávio Damm, Luciano Carneiro, Indalécio Wanderley, Ubiratan de Lemos, José Medeiros e Luís Carlos Barreto eram conhecidos como o “esquadrão de ouro” de *O Cruzeiro* e ajudaram a fazer a revista se destacar na área das fotorreportagens.

Nesta linha, Mário de Moraes e Ubiratan de Lemos fizeram a reportagem “Uma tragédia brasileira – Os paus-de-arrara”, publicada em 22 de outubro de 1955 e reconhecida

⁷⁴ SECRETARIA Especial de Comunicação Social (SECS). *Op. Cit.*, p. 9.

⁷⁵ *Idem*, p. 10.

no ano seguinte com o primeiro Prêmio Esso concedido no Brasil, premiação que elegia os melhores trabalhos jornalísticos realizados. Os dois repórteres viajaram durante 11 dias em um caminhão “pau-de-arara”, de Pernambuco até o Rio de Janeiro, para acompanhar a saga dos nordestinos que vinham para o Sul e Sudeste do país em busca de melhores condições de vida.

Além das grandes reportagens, *O Cruzeiro* possuía seções de esporte, política, teatro, literatura, espaço para carta dos leitores, artigos de intelectuais renomados, como Rachel de Queiroz, Pedro Calmon, Gilberto Freyre, Austregésilo de Athayde, entre outros. A capa trazia com frequência a imagem de uma mulher, geralmente famosa e com roupas e adereços da moda. O humor também era muito presente na revista, através de artistas como Millôr Fernandes, responsável pela página *Pif-Paf*, e Péricles Maranhão, criador de *O amigo da onça*, um dos mais famosos personagens de humor do país. A política também foi ganhando espaço em *O Cruzeiro*, tanto nas reportagens quanto nas colunas, como a *Política nacional*, do influente jornalista Carlos Castello Branco. Além disso, os temas de discussão política publicados pela revista frequentemente eram incluídos nos anais do Congresso.⁷⁶

O início dos anos 1950 entrou para a história da imprensa brasileira como um período de modernização. Influenciado pelo modelo norte-americano, o jornalismo brasileiro passa a privilegiar a objetividade e a imparcialidade nos textos, construindo para si a imagem de neutralidade. A implementação do lide – técnica de reportagem que resume no primeiro parágrafo da matéria as principais informações sobre a notícia –, a padronização da linguagem, a figura do copidesque – profissional na redação responsável por revisar e padronizar os textos, privilegiando os critérios de objetividade –, e a separação do espaço entre notícia e artigos de opinião foram algumas das medidas adotadas.⁷⁷

Contudo, o processo de modernização gráfica, editorial, linguística e empresarial consolidou uma série de mudanças que já apareciam no dia a dia do jornalismo brasileiro desde o começo do século XX, e encontraram na conjuntura histórica dos anos 1950 um cenário favorável para a disseminação do “discurso da imparcialidade”. O processo de modernização foi, portanto, constituído mais por continuidades do que por grandes rupturas e, principalmente, fundou um novo lugar de fala para o jornalismo brasileiro. Enfatizando as técnicas de reportagem que possibilitavam a “neutralidade” da imprensa e o predomínio dos

⁷⁶ *Ibidem*.

⁷⁷ RIBEIRO, Ana Paula Goulart. “Jornalismo, literatura e política: a modernização da imprensa carioca nos anos 1950”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, CPDOC, v. 1, n. 31, 2003.

fatos em detrimento da opinião, o jornalismo passa a se revestir com uma aura de imparcialidade, de fidelidade à notícia que lhe permite construir um lugar institucional de difusor da informação. Desta forma, ainda que seja impossível eliminar totalmente a carga opinativa de suas reportagens, o “jornalismo moderno” constrói uma imagem junto à sociedade de neutralidade e conseqüente autoridade na divulgação das notícias.⁷⁸

Ainda que houvesse diferenças significativas entre o caráter de um jornal diário e de uma revista semanal, *O Cruzeiro* fazia o possível para se apresentar como a revista síntese do ideal moderno, investindo em inovações gráficas, em matérias sobre todos os cantos do país e do mundo e, principalmente, a partir das fotorreportagens. Mantinha sucursais por todo o país e correspondentes em várias cidades do mundo, como Nova York, Paris, Londres e Berlim, trazendo as novidades internacionais para o público brasileiro. Cobrindo desde os principais acontecimentos políticos do país até a vida de celebridades de Hollywood e os concursos de Miss Brasil e Miss Universo, a revista tinha grande aceitação entre diferentes perfis de leitores. Além disso, sua ampla distribuição nacional, novidade para a época, contribuiu para aumentar o alcance de sua mensagem. Tornando-se o veículo mais influente do Brasil em meados do século, *O Cruzeiro* chegou a ter tiragens de 720.000 exemplares, como na edição que cobriu a morte de Getúlio Vargas, em 1954.⁷⁹

Os anúncios também constituíam uma parte importante de *O Cruzeiro*. Chegando a ocupar quase metade das páginas da revista, eram o principal suporte financeiro da empresa. Automóveis, filmes, produtos de beleza, cigarros, joias, roupas, vitrolas... *O Cruzeiro* trazia todos os tipos de produtos, introduzindo técnicas inéditas na elaboração dos anúncios, investindo em mensagens criativas, dinâmicas e com boa qualidade de impressão, a partir da utilização da rotogravura. Os anúncios faziam tanto sucesso que, nas décadas de 40 e 50, todos os espaços para anunciantes ao longo de um ano eram reservados ou vendidos ainda nos primeiros dias de janeiro.⁸⁰

Nos tempos áureos da revista, *O Cruzeiro* era visto, mais do que nunca, como um dos principais expoentes do ideal moderno no país, desde o estilo de sua diagramação até as fotorreportagens que mostravam o Brasil como uma nação do futuro. Para coroar esse ideal, os *Diários Associados* lançaram em 1957 *O Cruzeiro Internacional*, destinada ao mercado latino-americano. A intenção era produzir edições em espanhol, focadas em abordar matérias

⁷⁸ BARBOSA, Marialva. *História Cultural da Imprensa: (1900-2000)*. Op. Cit.

⁷⁹ CARVALHO, Luiz Maklouf. Op. Cit., p. 8.

⁸⁰ SECRETARIA Especial de Comunicação Social (SECS). Op. Cit., p. 10-11.

de maior impacto no Brasil e de interesse dos países vizinhos, com o objetivo de aproximar a América Latina. Produzida por oito anos, até 1965, a revista circulou por países como Uruguai, Paraguai, Argentina, Chile, Peru, Venezuela, Bolívia e até no sul dos Estados Unidos, chegando a ter uma tiragem de 307.000 exemplares.⁸¹

Marlise Regina Meyrer, ao analisar as fotorreportagens publicadas em *O Cruzeiro* entre 1955 e 1957, identifica na revista a intenção de liderar um processo civilizatório, empenhando-se em difundir padrões de comportamento e cultura que julgava adequados para inserir o Brasil no mundo civilizado. Porta-voz de um discurso modernizante, *O Cruzeiro* construiu sua linha editorial pautada pelo modelo de sociedade norte-americano. Nas reportagens sobre o concurso de Miss, por exemplo, realçava as características das concorrentes que julgava pertinentes para o ideal de mulher brasileira e procurava sempre colocar a representante do país em pé de igualdade com a representante americana. Desta forma, a revista difundia “comportamentos, estilos de vida, conduta moral e social mais adequados a uma nação em vias de ‘civilizar-se’”⁸².

Nesta linha, defendia o desenvolvimento nacional e a superação do atraso através da integração territorial e cultural do país. Para isso, buscava trazer em suas páginas reportagens sobre todos os cantos do Brasil, evidenciando a nossa diversidade e investindo na construção de uma cultura nacional que passava tanto pela divulgação das artes clássicas quanto da cultura popular.

A leitura das fotorreportagens veiculadas na revista evidencia que, mais do que construir um determinado discurso sobre o nacional, ela tratou de atualizá-lo, incrementando-o com modelos e conteúdos externos e disciplinando o popular nacional, num processo dialético contínuo entre o erudito e o popular.⁸³

Marialva Barbosa, ao estudar a imprensa na primeira metade do século XX, aponta *O Cruzeiro* como a principal revista ilustrada brasileira no período. Analisando a trajetória do periódico a partir do olhar do leitor, Barbosa descreve como se deu o seu lançamento e consolidação no mercado jornalístico do país. Considerando a revista como “síntese de uma época da história da imprensa brasileira”, também destaca a importância de *O Cruzeiro* para a construção de uma história da nação:

⁸¹ *Idem*, p. 22.

⁸² MEYRER, Marlise. ““Revista *O Cruzeiro*: um projeto civilizador através das fotorreportagens (1955-1957)”. *História Unisinos*, São Leopoldo, mai./ago. 2010, p. 206.

⁸³ *Idem*, p. 202.

[...] a revista é lida por milhares de leitores. Milhares de leitores que vêm na publicação reportagens não apenas do domínio do excepcional, mas que procura registrar – no momento mesmo do acontecimento – instantes fundamentais para a construção de uma determinada história da nação. A revista constrói-se como testemunha de uma época, reproduzindo, com o apoio sempre da fotografia, momentos que são apresentados como unívocos. Constrói-se dessa forma como produtores de uma história futura. E seus dirigentes e jornalistas sabem desse papel.⁸⁴

Influenciada pela modernização do jornalismo nos anos 50, a revista também investiu na inovação de sua diagramação, enaltecendo traços que contribuíssem para a representação do país como uma nação “democrática e moderna”. Segundo José Estavam Gava, *O Cruzeiro* lançou, na transição entre as décadas de 50 e 60, o movimento chamado “Bossa Nova no Jornalismo”, um conjunto de matérias com paginações inovadoras que acompanhava o clima de progresso técnico e social da época. A diagramação se baseava no uso de figuras geométricas simples, espaços vazios e fotomontagens criativas. Para Gava, o movimento “Bossa Nova no Jornalismo” foi emblemático de uma certa visão de mundo da revista, inspirado principalmente pelas vanguardas artísticas da época.

A tônica que unia tais linguagens era dada justamente pela simplificação das formas e arejamento dos espaços. Pretendia-se que esta nova estética representasse o momento histórico brasileiro, ajudando a superar os aspectos arcaicos, figurativos e decorativos legados pelo passado colonial. Desta maneira, a revista *O Cruzeiro* ajudou a difundir novas tendências estéticas e ideológicas, bem como amplificou um movimento cultural mais amplo.⁸⁵

Todos os trabalhos historiográficos sobre *O Cruzeiro* citados aqui têm em comum a valorização do caráter moderno da revista, destacando seus pioneirismos e inovações, sua missão civilizatória e o ideal de Brasil como “país do futuro” estampado em suas páginas. Esta visão acerca do periódico se aproxima, de certo modo, do próprio projeto político e cultural predominante no país à época, inaugurado pelo movimento modernista nos anos 1920 e mais tarde transformado em política cultural pelo governo Vargas. O título do artigo de Marialva Barbosa é, neste sentido, bastante significativo: *O Cruzeiro* é descrito como “revista síntese de uma época”.

A ênfase desses trabalhos, de um modo geral, é nos aspectos modernos e inovadores do periódico, percebendo-o como “síntese” do ideal moderno que movimentava o país em meados do século XX. As disputas internas da revista, seu uso político, as dificuldades financeiras enfrentadas e o apoio ao golpe e à ditadura são aspectos menos abordados.

⁸⁴ BARBOSA, Marialva. “O Cruzeiro: uma revista síntese de uma época da história da imprensa brasileira”. *Op. Cit.*, p. 15.

⁸⁵ GAVA, José Estavam. “Momento Bossa Nova: Arte e modernidade sob os olhares da revista *O Cruzeiro*”. *Estudos em Jornalismo e Mídia*, Florianópolis, v. 2, n. 1, jan./jun. 2005, p. 136.

Contudo, é importante lembrarmos que, se por um lado o periódico procurava enaltecer traços nas suas paginações que ajudassem na representação do país como uma nação “democrática e moderna”⁸⁶, por outro, aderiu a um projeto político conservador e autoritário, fazendo campanha pelo golpe de 1964 e apoiando a ditadura até deixar de circular.

O período de meados dos anos 1940 até o início dos anos 1960 é considerado o tempo áureo da revista, tanto em relação às vendas quanto nas inovações implementadas. Após ter atingido o seu auge de vendas em meados do século, a tiragem da revista começou a apresentar queda. Enquanto na segunda metade da década de 1950 a média era de 500 mil exemplares por edição, no começo dos anos 1960 a tiragem cai para 400 mil, número que permanece até 1966, quando a revista para de informar o número de vendas no expediente.⁸⁷ Contudo, segundo propaganda veiculada em suas próprias páginas, ainda em 1968 *O Cruzeiro* era uma das revistas mais lidas pelos brasileiros, ao lado da *Manchete*.⁸⁸

Já nos anos 1960, contudo, *O Cruzeiro* começou a dar os primeiros sinais de desgaste, fruto principalmente da má administração, do desvio de recursos e dos altos salários pagos.⁸⁹ A concorrente *Manchete* conquistava cada vez mais espaço entre os leitores, trazendo qualidade gráfica no momento em que as máquinas de *O Cruzeiro* começavam a ficar velhas e desatualizadas. Grandes nomes da revista, como Jean Manzon e David Nasser trocaram de veículo e passaram a trabalhar para a *Manchete*. A morte de Assis Chateaubriand em 1968 agravou a situação, pois a perda do líder que unia os *Diários Associados* deu início a uma série de disputas e dissensões internas que só contribuiu para aprofundar a crise em *O Cruzeiro*.⁹⁰

Durante a ditadura civil-militar, apoiada pela revista, grande parte de suas páginas passou a ficar ocupada por matérias pagas, em sua maioria pelo governo, o que diminuiu ainda mais a credibilidade e a vendagem do periódico. Assim, afundado em dívidas, com disputas internas e queda na qualidade da impressão e do conteúdo, *O Cruzeiro* deixa de circular em julho de 1975. Dois anos depois o título retorna às bancas com número de páginas reduzido e periodicidade incerta, sob a direção de Joaquim José Freire Lagreca. Em 1979, já fora da alçada dos *Diários Associados*, houve nova tentativa de recuperação da revista,

⁸⁶ *Idem*, p. 135.

⁸⁷ CARVALHO, Luiz Maklouf. *Op. Cit.*, p. 305.

⁸⁸ Pesquisa feita pelos Estudos Marplan, veiculada em *O Cruzeiro*, 11/05/1968, p. 129.

⁸⁹ GAVA, José Estevam. *Op. Cit.*

⁹⁰ CARVALHO, Luiz Maklouf. *Op. Cit.*

comprada por Lagreca e Hélio Bianco. Pouco tempo depois o periódico passou para as mãos da Editora Von Baumgarten Indústria e Comércio Ltda., com José de Anchieta Távora na direção, e depois para A. A. Editores Associados Ltda., tendo como diretor-presidente Antônio Abissâmara.⁹¹ Contudo, as novas investidas não foram bem sucedidas e *O Cruzeiro* foi definitivamente extinto em 1983.⁹²

1.3 *O Cruzeiro* e a ditadura

Antes de analisarmos as crônicas políticas de Rachel de Queiroz na *Última Página* de *O Cruzeiro*, consideramos necessário contextualizar a revista durante o período pesquisado, de 1960 a 1975, apresentando os profissionais da imprensa que trabalhavam na redação, a diretoria, as principais seções da revista e, principalmente, a cobertura política adotada por *O Cruzeiro* diante do golpe e da instauração da ditadura.

A década de 1960 foram anos de intensa disputa no país e grande radicalização político-ideológica, tendo como ápice o rompimento institucional desencadeado pelo golpe civil-militar de 1964. A imprensa, após consolidar o processo de modernização jornalística, assumiu o lugar de fonte oficial para veiculação da notícia, revestida da imagem de neutralidade, o que lhe garantiu um papel importante no curso dos acontecimentos políticos do período.

Apesar de muitos jornais terem defendido a posse de João Goulart em 1961, em decorrência da renúncia do então presidente Jânio Quadros, a maior parte da grande imprensa apoiou o golpe. Segundo Alzira Alves de Abreu, a crescente radicalização política no país, somada a elevados índices de inflação e o acirramento da Guerra Fria, entre outros fatores, motivaram a imprensa a se posicionar ao lado de grupos e movimentos que se opunham a Jango, constituindo-se na principal portadora da mensagem contra o governo constitucional.⁹³

Durante o governo de João Goulart (1961-1964), a imprensa foi um dos vetores da divulgação do fantasma do comunismo, uma das principais justificativas para a

⁹¹ Cf. *Dicionário histórico e biográfico brasileiro*/ Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (DHBB/CPDOC). Verbetes: O Cruzeiro. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/cruzeiro-o>>. Acesso em: 04 jan. 2017.

⁹² GAVA, José Estevam. *Op. Cit.*

⁹³ ABREU, Alzira Alves de. “A imprensa e seu papel na queda de João Goulart”. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 2003. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/A_imprensa_e_seu_papel_na_que_da_de_Goulart>. Acesso em: 24 out. 2016.

deposição do presidente. Ao mesmo tempo, propalou a existência de um caos administrativo e participou da divulgação de que era imperiosa a necessidade do restabelecimento da ordem através de uma intervenção militar.⁹⁴

Abreu aponta o Comício das Reformas e o levante dos marinheiros, ocorridos em março de 1964, como o episódio decisivo para que jornais da época intensificassem a campanha contra João Goulart, incluindo veículos importantes como o *Diário de Notícias*, o *Correio da Manhã* e o *Jornal do Brasil*. Apenas alguns poucos periódicos permaneceram a favor do presidente, entre eles a *Última Hora* e o *Diário Carioca*.

Os veículos pertencentes aos *Diários Associados*, de um modo geral, fizeram parte da grande imprensa que apoiou o golpe. *O Jornal*, primeiro periódico lançado por Assis Chateaubriand, foi um dos carros-chefes da campanha contra João Goulart e integrou parte da *Rede da Democracia*. A *Rede* foi um programa radiofônico comandado pelas rádios *Tupi*, *Globo* e *Jornal do Brasil*, que difundia pronunciamentos anticomunistas e de oposição ao governo Jango. Os programas eram também publicados nos respectivos jornais das três empresas de mídia envolvidas: *O Jornal*, *O Globo* e *Jornal do Brasil*. O idealizador foi João Calmon, deputado do Partido Social Democrático (PSD) e na época vice-presidente dos *Diários Associados*.⁹⁵

Aloysio de Carvalho analisou a atuação da *Rede* com o objetivo de compreender o papel da grande imprensa no golpe. Para o autor, “a *Rede da Democracia* pregou uma mentalidade de guerra para combater o comunismo e colocou a imprensa no centro dos debates sobre reorganização do regime político”.⁹⁶ O discurso conservador desses periódicos, ao qual *O Cruzeiro* também aderiu, foi principalmente o de anticomunismo, combatendo uma possível desestruturação do sistema democrático e “o fim dos mecanismos jurídicos que garantiam os direitos individuais, em especial os relacionados à liberdade e à propriedade”.⁹⁷

Em 1960, na época das eleições para presidência da República, *O Cruzeiro* tinha como presidente Amélia Whitaker Gondim de Oliveira, esposa de Leão Gondim de Oliveira, diretor-gerente da revista. O diretor-secretário era Austregésilo de Athayde, escritor e jornalista, presidente da ABL desde 1958. Além disso, compunham também a direção de *O Cruzeiro* Antônio Accioly Neto, David Nasser e José Amádio. No corpo de repórteres,

⁹⁴ *Idem*.

⁹⁵ CARVALHO, Aloysio Castelo de. *A Rede da Democracia: O Globo, O Jornal e o Jornal do Brasil na queda do Governo Goulart (1961-64)*. Niterói: Editora da UFF: Editora NitPress, 2010.

⁹⁶ *Idem*, p. 17.

⁹⁷ *Idem*, p. 16.

trabalhavam na revista nomes já citados, como Mário de Moraes, Ubiratan de Lemos, Luiz Carlos Barreto, Indalécio Wanderley, entre outros. Nas seções, Rachel de Queiroz colaborava com a *Última Página*; Gilberto Freyre mantinha a *Pessoa, coisas e animais*; Pedro Calmon escrevia sobre História do Brasil; e Theophilo de Andrade, sobre Política Internacional. No humor, a revista contava com os nomes de Alceu Penna, Péricles de Andrade Maranhão, Carlos Estevão e Millôr Fernandes, com o pseudônimo de Vão Gogo.

Entre setembro e outubro de 1960, *O Cruzeiro* abriu espaço em suas páginas para os candidatos à presidência da República: marechal Henrique Lott (PSD), Jânio Quadros (PTN) e Adhemar de Barros (PSP). A revista publicou artigos escritos pelos candidatos abordando suas campanhas e propostas para o país e fez diversas matérias em forma de perfil com os três, destacando suas qualidades e feitos importantes. Na edição de 15 de outubro, José Amádio manda um recado para seus leitores:

Nestas últimas semanas, ‘O Cruzeiro’ procurou esclarecer, imparcialmente, os seus leitores acerca dos candidatos às eleições de 3 de outubro de 1960. Todos eles, com as suas ideias, as suas plataformas, os seus passados e as suas personalidades, encontraram guarida nas nossas páginas. Agora, a responsabilidade é de vocês. Não deixem de votar.⁹⁸

O editorial de Amádio é sintomático como exemplo do novo lugar de fala do jornalismo, apresentando-se como “imparcial” e preocupado em informar o leitor sobre as propostas de campanha dos três candidatos. O texto procura ainda exercer uma missão cívica, incentivando seus leitores a irem às urnas e participarem do sistema eleitoral. Desta forma, o destaque dado para as eleições de 1960 nos meses de setembro e outubro evidenciam a importância dada pela revista à política brasileira.

Jânio Quadros vence a disputa eleitoral daquele ano e assume a presidência do país em janeiro de 1961. Contudo, sete meses depois Jânio renuncia, dando início a uma crise política que acabaria culminando no golpe de 1964. João Goulart, vice-presidente eleito, assume o posto em setembro, após a modificação do sistema político de presidencialismo para o parlamentarismo. O governo de Jango, contudo, enfrentou intensas disputas políticas e uma aguda radicalização da qual *O Cruzeiro* não foi exceção.

Em 1964, nos meses que antecederam o golpe, a revista adotou discurso anticomunista e até “antiesquerdista”, tanto através de suas reportagens quanto através de seus colunistas, como David Nasser, Theophilo Andrade e Rachel de Queiroz. Em março, *O Cruzeiro*

⁹⁸ *O Cruzeiro*, 15/10/1964, p. 3. “Conversa com o leitor”.

publicou uma fotorreportagem sobre a invasão ao comício organizado por Leonel Brizola no saguão na Secretaria de Saúde, em Belo Horizonte. Com o título de “Noite das Cadeiras”⁹⁹, a matéria traz fotos retratando a confusão dentro do saguão, com mineiros comemorando a expulsão da “concentração reformista” e senhoras e jovens católicos empunhando terços contra os “esquerdistas”:

De repente, os tranquilos mineiros perderam a paciência e, tomados de ira, revoltaram-se contra a manifestação esquerdista e revolucionária comandada pelo gaúcho Brizola. De rosário em punho, milhares de pessoas, homens e mulheres, saíram às ruas de Belo Horizonte, invadiram o anfiteatro onde se realizaria o comício brizolista, cadeiras voaram, gente ferida, correrias, numa impressionante demonstração do antiesquerdismo brasileiro.¹⁰⁰

A reportagem, com texto de José Franco e fotos de Luiz Alfredo, pega um caso específico no qual um grupo de pessoas impediu a realização de um comício e o trata como “impressionante demonstração do antiesquerdismo brasileiro”, como se aquele grupo de mineiros que, apesar de “tranquilos”, “perderam a paciência” com a situação, fosse a síntese de todo o povo brasileiro.

Em 1964, David Nasser já não trabalhava como repórter fazendo matérias Brasil e mundo afora. O jornalista mantinha uma coluna logo no começo da revista, ocupando as páginas três e quatro. Em fevereiro, Nasser escreveu o artigo “O Grande Mudo”, onde rebateu as críticas feitas ao silêncio do Exército Brasileiro e defendeu que, no momento decisivo, os militares agiriam em favor da “democracia”:

Na hora absoluta da decisão, [...] eles, os militares, estarão defendendo, contra o comunismo, que não é mais uma utopia, mas uma realidade brutal – as suas carreiras, pois sabem que, vencidos, serão trocados por milícias operárias ou camponesas, como na terra de Fidel. O Grande mudo – o Exército Brasileiro – a tudo assiste, como um leão reumático, um velho leão do circo brasileiro, dentro da jaula, onde prenderam a democracia. Cutucam-no, os Brizolas et caterva. Os falsos domadores se animam, julgando que o Rei perdeu a sua força. Súbito, ele eriça a juba, o pelo se eletriza – e num instante, o corpo de pé, prepara-se para a reação. E daquele animal soberbo, que parecia emudecido para sempre, sai um urro de fogo. O urro democrático.¹⁰¹

No final de abril, consolidado o golpe, *O Cruzeiro* publica o mesmo texto na íntegra, acrescentando uma sucinta explicação na parte superior da página: “Três meses antes, este artigo de David Nasser profetizava o que iria acontecer no Brasil”¹⁰². Em tom de orgulho, a revista repete a publicação do texto com a intenção de relembrar o leitor sobre como seu jornalista acertara na confiança depositada nos militares.

⁹⁹ Alusão à “Noite das Garrafadas”, episódio do Brasil Império que agravou a crise política e contribuiu para a abdicação de D. Pedro I.

¹⁰⁰ *O Cruzeiro*, 21/03/1964, p. 10. “Noite das Cadeiras”.

¹⁰¹ *O Cruzeiro*, 15/02/1964, p. 5. “O Grande Mudo”.

¹⁰² *O Cruzeiro*, 25/04/1964, p. 6-7. “O Grande Mudo”.

Segundo Luiz Maklouf Carvalho, Rachel de Queiroz era “fã declarada” de David Nasser e vice-versa. De fato, Rachel escreveu algumas vezes sobre o jornalista, como em uma crônica sobre o lançamento de *O Velho Capitão*, livro escrito por David Nasser sobre Assis Chateaubriand:

Curioso é que aquilo que faz de David Nasser um repórter excepcional é certa qualidade que ele tem, e que geralmente não se exige de um repórter: ele sabe escrever. Podem os ortodoxos se queixar dos seus derramamentos, dos seus excessos, das suas violências – mas ninguém pode lhe negar essa condição essencial de escritor.¹⁰³

Além de fazer muitos elogios a David Nasser, a escritora aproveita para falar sobre sua relação com Chateaubriand, e confessa ter encontrado pouquíssimas vezes com o dono dos *Diários Associados*. Rachel, contudo, encara isso como um fato positivo: “Ele cuida da nossa vida, e deixa a gente cuidar da nossa. Não se impõe, nem impõe – pelo menos a mim nunca impôs nada”¹⁰⁴. O depoimento da escritora não parece ser compatível com a forte personalidade de Chateaubriand, conhecido por se utilizar de chantagens e pressões para conseguir o que queria. No entanto, Rachel de Queiroz se refere, na verdade, à liberdade de expressão que o empresário sempre lhe garantiu:

Durante as fases mais explosivas da vida nacional, quando esta escriba agressivamente se colocava em posições praticamente antípodas a todas as convicções ou conveniências políticas do “capitão” – nunca recebi da parte dele, já não digo uma ordem, mas uma insinuação sequer, uma palavra, um pedido, para me colocar de maneira diferente.¹⁰⁵

Em 1965, quando David Nasser se ausenta da revista para uma viagem à Europa, é publicado em sua coluna o prefácio que Rachel de Queiroz havia escrito para outro livro do jornalista, *João sem medo*, voltado para os embates entre Leonel Brizola e João Calmon nos anos 60. No texto, a escritora fala sobre a polêmica Brizola-Calmon “mantida na televisão no auge da ascensão brizolesca”, e atribui uma série de adjetivos negativos a Brizola: “homem iletrado, confuso, sem ideologia, apenas apetites”¹⁰⁶. João Calmon, David Nasser e Rachel de Queiroz compartilhavam uma oposição ferrenha a Brizola, difamando-o diversas vezes em seus textos.

Desta forma, quando o golpe é consolidado, *O Cruzeiro* repercute a ruptura constitucional de forma positiva, destacando a grande aceitação popular e o papel desempenhado por civis no processo, em uma edição especial publicada em 10 de abril de

¹⁰³ *O Cruzeiro*, 16/09/1961, p. 146. “David Nasser e o seu ‘Velho Capitão’”.

¹⁰⁴ *Ibidem*.

¹⁰⁵ *Ibidem*.

¹⁰⁶ *O Cruzeiro*, 25/12/1965, p. 4. “João sem medo”.

1964. A revista trazia a chamada “Edição História da Revolução”, com Magalhães Pinto na capa, governador de Minas Gerais pela União Democrática Nacional (UDN), sendo beijado na bochecha por uma mulher, como se esta agradecesse suas ações. Foram 64 páginas no total, metade da quantidade regular da revista à época, trazendo apenas matérias relacionadas ao golpe.¹⁰⁷

Na edição especial, *O Cruzeiro* adota o discurso da grande mídia ao explicar a ruptura constitucional como uma defesa da “democracia”, da “liberdade” e do “retorno do País à ordem”; uma ação desejada por todo o povo brasileiro e comemorada nas ruas, articulada por civis e militares. Para “herói da Revolução”, a revista elegeu o líder civil Magalhães Pinto:

Articulador e iniciador do movimento que culminou com o afastamento do Presidente João Goulart, o Governador Magalhães Pinto foi aclamado em Minas como o grande herói da insurreição vitoriosa e calorosamente festejada em todo o Estado. Contando com a decidida colaboração das tropas do Exército sediadas em Minas, além dos 18 mil homens da Força Pública do Estado e de total apoio popular, o Governador Magalhães Pinto iniciou a histórica arrancada pelas liberdades democráticas com um vigoroso manifesto. [...] A eficiente articulação empreendida, que garantiu a adesão de elementos decisivos, e a rapidez e ação foram preciosos para a fulminante vitória das forças democráticas.¹⁰⁸

Uma vez instaurada a ditadura, a imprensa foi se adequando ao novo panorama político do país. Apesar de a maior parte dos grandes jornais ter apoiado o golpe, ao longo dos anos seguintes sua postura nem sempre foi favorável aos militares. Alguns periódicos, como *O Estado de S. Paulo*, o *Jornal da Tarde* e o *Jornal do Brasil* passaram a fazer diversas críticas ao governo, tanto no que dizia respeito às medidas econômicas e sociais quanto políticas, denunciando excessos cometidos, cassações de direitos e prisões arbitrárias. No entanto, as críticas à ditadura feitas em suas páginas não significavam necessariamente o fim do apoio desses jornais aos militares. Muitos deles estavam situados nas chamadas “zonas cinzentas”, conceito proposto por Pierre Laborie para pensar o espaço entre os polos da “resistência” e da “colaboração”, um lugar de ambivalência onde esses dois conceitos podem se confundir e se sobrepor.¹⁰⁹ A possibilidade de críticas ao governo na imprensa, contudo, foi reduzida drasticamente com a imposição do Ato Institucional Nº 5 (AI-5), em 13 de dezembro de 1968, instituindo a censura prévia aos meios de comunicação.

¹⁰⁷ *O Cruzeiro*, 10/04/1964, p. 1.

¹⁰⁸ *Idem*, p. 13. “Magalhães, o herói da Revolução”.

¹⁰⁹ LABORIE, Pierre. “1940-1944: os franceses do pensar duplo”. In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz (Orgs.). *A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, v. 1.

Jornais como o *Correio da Manhã* e o *Jornal do Brasil* tiveram seus diretores e vários jornalistas presos, enquanto outras redações foram invadidas e fechadas pela repressão.¹¹⁰ O *Estado de S. Paulo* e a *Folha da Tarde* sofreram censura prévia entre agosto/setembro de 1972 e janeiro de 1975,¹¹¹ enquanto outros periódicos passaram a praticar a autocensura para evitar a intervenção direta do governo.¹¹² Paralelamente aos jornais de grande circulação, a imprensa alternativa se reformulou e desempenhou papel importante na oposição à ditadura a partir de periódicos como *Opinião* (1972-1977), *O Pasquim* (1969-1991), e *Movimento* (1975-1981).¹¹³

No entanto, nem todos os periódicos alteraram, ainda que em partes, suas linhas editoriais após o endurecimento da ditadura. Jornais como *O Globo* e *Folha da Tarde* e as revistas *Manchete* e *O Cruzeiro*, por exemplo, apoiaram abertamente os militares durante grande parte dos 21 anos de repressão, seja através de matérias e editoriais favoráveis ao governo, seja pela ausência de críticas mesmo nos períodos mais conturbados, ou por notícias acompanhando e elogiando o cenário político brasileiro como se não vivêssemos um estado de exceção.

Nos anos em que *O Cruzeiro* circulou durante a ditadura, a cobertura do cenário político brasileiro foi em grande parte favorável ao governo militar. Nos primeiros anos após o golpe de 1964, a revista mantinha a seção *Política*, localizada na segunda metade da publicação, geralmente assinada pelo jornalista Benedito Coutinho. A seção noticiava os acontecimentos políticos do país e trazia análises e projeções sobre o cenário brasileiro. Quando foi imposto o Ato Institucional Nº 2 (AI-2), em outubro de 1965, extinguindo os partidos políticos existentes e estabelecendo eleição indireta para a presidência da República, a reportagem sobre o tema publicada na revista foi extremamente favorável ao ato. O texto afirma que o AI-2, no qual colaboraram “os maiores juristas”, foi recebido “como consequência natural do processo revolucionário de abril de 64” e, portanto, “não é mais do que um documento destinado a garantir o desdobramento da Revolução”¹¹⁴. Além disso, destacou que a medida foi conciliadora e respeitou as eleições para governador.

¹¹⁰ ABREU, Alzira de. *A modernização da imprensa (1970-2000)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

¹¹¹ AQUINO, Maria Aparecida de. *Censura, Imprensa, Estado Autoritário (1968-1978): o exercício cotidiano da dominação e da resistência: O Estado de S. Paulo e Movimento*. Bauru: EDUSC, 1999.

¹¹² Cf. KUSHNIR, Beatriz. “Cães de guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988”. São Paulo: Boatempo, 2004.

¹¹³ Cf. KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa*. São Paulo: Scritta, 1991.

¹¹⁴ *O Cruzeiro*, 20/11/1965, p. 114. “O Ato Número Dois”.

Na reportagem noticiando o AI-5, implementado em dezembro de 1968, *O Cruzeiro* adotou uma postura mais comedida. A matéria, não assinada, faz uma retrospectiva do passo a passo político que levou ao decreto, descrevendo-o como uma consequência do “não” na votação da Câmara sobre o pedido de licença para processar o deputado Márcio Moreira Alves, alvo do governo pelas críticas à invasão policial da Universidade de Brasília (UnB) e pela pregação do boicote ao desfile militar de 7 de setembro. Além disso, a reportagem traz ainda o texto integral do AI-5.¹¹⁵ Apesar de não defender abertamente o novo ato, como fez diante do AI-2, *O Cruzeiro* também não faz nenhuma crítica ao decreto que ficaria conhecido como o mais autoritário instituído pelos militares.

Ao longo dos anos ditatoriais, a revista fez ampla divulgação das posses dos presidentes eleitos por votações indiretas e investiu na publicação de perfis e entrevistas que humanizassem a figura dos militares, apresentando-os como homens simples, “do povo”, comprometidos com ideais democráticos e com o progresso do país. Quando Costa e Silva foi eleito em 1966, por exemplo, o repórter Arlindo Silva fez uma entrevista com o coronel Mário Andreazza para traçar o perfil do novo presidente. A reportagem é composta por diversos elogios a Costa e Silva, descrevendo-o como “homem de grande cultura”, “humano”, “líder”, “não ilude ninguém”, com “amor à família”, entre muitos outros.¹¹⁶

Quando o novo presidente assume o poder de fato, em março de 1967, Arlindo Silva faz nova reportagem, agora sobre Costa e Silva e sua esposa, Yolanda, reforçando a humildade e a integridade do casal. Com o título “Como será o governo Costa e Silva – Arlindo Silva mostra o perfil moral e humano do novo Presidente”, a matéria de oito páginas se esforça para humanizar a figura do militar e aproximá-lo do povo brasileiro, principalmente através de sua família:

A primeira dama e o primeiro mandatário são povo. Continuam povo. Ela continua se penteando no mesmo cabeleireiro que a servia em outros tempos. Para que mudar? Se ele serviu até agora, não servirá mais só porque ela é esposa do Presidente da República? Continua fazendo seus vestidos no mesmo costureiro de sempre e não vê razão para mudar.¹¹⁷

Contudo, nem a revista nem seus colaboradores tiveram uma postura única ou linear diante da ditadura. Houve momentos de críticas, principalmente por parte de David Nasser, que apontou diversas vezes defeitos no governo, denunciando os excessos cometidos pela repressão, pelas cassações de mandatos e pelo fechamento do Congresso. Em outubro de

¹¹⁵ *O Cruzeiro*, 09/01/1969, p. 12-15. “Agosto chegou em dezembro”.

¹¹⁶ *O Cruzeiro*, 16/10/1966, p. 12-13. “Andreazza define Costa e Silva”.

¹¹⁷ *O Cruzeiro*, 25/03/1967, p. 23. “Como será o governo Costa e Silva – Arlindo Silva mostra o perfil moral e humano do novo Presidente”.

1964, chega inclusive a denunciar as torturas praticadas pelo Estado, atribuindo-as, contudo, a “alguns revolucionários distorcidos”, e não à “Revolução” como um todo.¹¹⁸

Em 1967, as críticas de Nasser ao governo Castello Branco lhe trouxeram problemas. Em artigo publicado em sua coluna, “A burrice americana”, criticou duramente a política econômica do governo brasileiro – com quem Chateaubriand tentava renegociar suas dívidas – por conta de um acordo supostamente desfavorável com os Estados Unidos, que ameaçaram cancelar toda a publicidade paga por suas empresas à revista *O Cruzeiro* como retaliação. David Nasser foi então informado por João Calmon que não poderia mais escrever sobre o assunto e, a partir daquele momento, estava sob censura. O jornalista não aceitou a perda de sua liberdade e deixou *O Cruzeiro*, passando a ser colunista da revista *Manchete*.¹¹⁹ Em setembro de 1970, mais de dois anos após a morte de Assis Chateaubriand, Nasser voltou para as primeiras páginas de *O Cruzeiro*, onde passou a elogiar o governo Médici e a endossar o discurso ufanista dos militares.

Assim como David Nasser, Rachel de Queiroz também se ausentou de *O Cruzeiro* em período semelhante: de abril de 1968 até julho de 1970. Contudo, não há indícios das razões que levaram a escritora a se afastar da revista nestes anos. O fato é que, quando Nasser e Rachel retornaram, na segunda metade de 1970, *O Cruzeiro* adotava uma linha editorial totalmente favorável aos militares e ausente de críticas, seja pelo falecimento de Assis Chateaubriand, que acarretou perda de influência e poder para os veículos dos *Diários Associados*, seja pelo endurecimento da censura, por afinidade ideológica ou pela necessidade financeira, que acabou favorecendo a publicação de matérias pagas pela ditadura.

Exemplo disto foi a reportagem em homenagem ao aniversário da “Revolução”, publicada em abril de 1971, reunindo em 50 páginas fotografias coloridas de obras e cidades de todos os cantos do país como destaque dos progressos trazidos pelo governo. A fotorreportagem abre com uma imagem colorida de quatro bandeiras do Brasil hasteadas e o texto “Sete anos de um Brasil melhor sob o mesmo lema: É tempo de construir”.¹²⁰ A matéria aponta a revolução da “mentalidade” brasileira como a maior das revoluções feitas pelo governo, recuperando a moral da nação e devolvendo a fé em um futuro melhor ao povo.

¹¹⁸ CARVALHO, Luiz Maklouf. *Op. Cit.*, p. 430-432.

¹¹⁹ *Idem*, p. 476-477.

¹²⁰ *O Cruzeiro*, 07/04/1971, p. 51. “É tempo de construir”.

A campanha “Em Tempo de Construir” foi o carro-chefe no ano de 1971 dos órgãos da ditadura responsáveis pela propaganda na época, a Assessoria Especial de Relações Públicas (Aerp – 1968-73) e a Assessoria de Relações Públicas (ARP – 1974-78). Segundo Carlos Fico, o mote das campanhas na década de 1970 foi justamente essa ideia de “construção”, ou de “transformação” do Brasil, associadas à noção de ruína: “segundo os militares, ante a situação de completa decadência moral e material que o país experimentara, caberia precisamente a eles inaugurar um novo tempo, reconstruindo, em bases transformadas, o Brasil”¹²¹.

Analisando a propaganda política que a ditadura produziu no período de 1969 a 1977, Fico aponta o discurso otimista reinventado pela Aerp/ARP, a crença no futuro promissor do país, baseado na certeza da predestinação do Brasil ao sucesso, de modo a construir um ideal de “brasilidade”, de “sentimento de nacionalidade” que passava pela imagem de um “Brasil grande”, com recursos naturais e potencial humano para ser uma nação desenvolvida. Essas ideias estavam amplamente presentes nas páginas da revista *O Cruzeiro* ao longo da ditadura.¹²²

As reportagens celebrando os aniversários da “Revolução” foram recorrentes na década de 1970, mas nem sempre os elogios e homenagens vieram em forma de matéria explicitamente propagandística. Quando o golpe de 1964 completou dez anos, *O Cruzeiro* abriu sua edição com um editorial assinado por José Amádio, na época diretor de redação, e a imagem do número “10” pintado de verde, azul, branco e amarelo, as cores da bandeira do Brasil, separando as colunas do texto:

Em 10 anos, a Revolução despertou o Brasil, arrancou-o do seu cômodo berço esplêndido e projetou-o no futuro. Isso todos sabem. 31 de março de 1964 amanheceu histórico. A plástica administrativa que sofremos atraiu olhares de admiração de muitos países que, antes, nos consideravam um nadinha. Ou não nos consideravam. Ou nos desconsideravam. O Brasil de ontem às vezes somava. Às vezes subtraía. Dividia sempre. Agora, multiplica. Castello Branco, Costa e Silva, Garrastazu Médici cumpriram sua parte da Missão. Agora chegou a vez de Geisel. Que começou com fé e decisão.¹²³

O editorial segue enumerando todos os estados brasileiros e o que melhorou em cada um deles após a chegada dos militares ao poder, em 1964. Ao final, encerra o texto com

¹²¹ FICO, Carlos. *Reinventando o otimismo: Ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997, p. 121.

¹²² Retomaremos este assunto na análise das crônicas de Rachel de Queiroz na *Última Página*.

¹²³ *O Cruzeiro*, 10/04/1974, p. 3.

mensagem otimista do país: “Bem: este é um retrato positivo do Brasil de hoje. Nem tudo, ainda, é ouro sobre azul. Mas já temos muito ouro. E muito azul”¹²⁴.

Como pudemos ver, desde os meses que antecederam o golpe civil-militar, em março de 1964, até o ano em que *O Cruzeiro* parou de circular, em 1975, a revista manteve uma abordagem favorável ao governo. Durante os 11 anos em que circulou durante a ditadura, *O Cruzeiro* acompanhou de perto o passo a passo dos militares, noticiando e analisando as novidades do cenário político brasileiro na seção *Política*, e publicando desde matérias pagas que enalteciam o governo e mostravam os “progressos do país” até reportagens especiais mostrando o “lado humano” dos presidentes militares. Além disso, a revista era composta por membros da diretoria, repórteres e colunistas que em grande parte foram favoráveis à ditadura, ocupando as seções de opinião e política com comentários elogiosos a presidentes militares e medidas autoritárias.

Desta forma, embora *O Cruzeiro* tenha se tornado reconhecido pelo seu projeto de país moderno, pelo interesse em inserir o Brasil no mundo civilizado, propondo diagramações arejadas que representassem um ideal de nação “democrático e moderno”, no período aqui analisado a revista defendeu, na verdade, um projeto político autoritário e conservador.

¹²⁴ *Ibidem*.

2. CARTAS PARA RACHEL: REDES DE SOCIABILIDADE E RELAÇÕES COM O PODER (1960-1985)

“Sim, amigo é coisa muito séria. Acho que a gente pode viver sem emprego, sem dinheiro, sem saúde e até sem amor, mas sem amigos, nunca. Pois o amigo é capaz inclusive de suprir discretamente essas faltas e lhe conseguir trabalho, lhe emprestar dinheiro, lhe tratar na doença.”

(Rachel de Queiroz, O Cruzeiro, 19/01/1972)

A história dos intelectuais passou por um período de ostracismo no século XX, principalmente a partir da renovação historiográfica promovida pela Escola dos *Annales*, criada em 1929 na França. Situada no cruzamento entre biografia e história política e considerada um tema relacionado às “elites”, a história dos intelectuais se distanciava desta nova historiografia preocupada com os aspectos socioeconômicos, as “grandes estruturas”, a “história total” e as massas. A temática dos intelectuais começou a ser revisitada apenas a partir de meados dos anos 1970, impulsionada pela recuperação da história política, pelas novas abordagens da história cultural e pelo uso de novas fontes, com destaque para os arquivos privados e as correspondências entre intelectuais.¹²⁵

Segundo Angela de Castro Gomes, o interesse pelas fontes privadas é razoavelmente recente, ganhando força a partir dos anos 1970 na Europa, principalmente na França, possibilitado pelo fim da hegemonia das “grandes estruturas” e a conseqüente revalorização do indivíduo e da metodologia qualitativa. A renovação da história dos intelectuais favoreceu o que Angela de Castro Gomes chamou de “a rotinização do uso dos arquivos privados”, ou, em uma linguagem mais coloquial, o “boom dos arquivos privados”¹²⁶. Desde então, a atenção dos historiadores tanto brasileiros quanto estrangeiros tem se voltado significativamente para este tipo de arquivo, seja ao estudá-lo como *objeto*, analisando as práticas culturais existentes no conjunto da obra, seja como *fonte*, considerando a documentação escrita como fonte primária de informação e investigação para o estudo de uma pesquisa história específica.¹²⁷

¹²⁵ RÉMOND, RENÉ. “Uma História Presente”. In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma História política*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

¹²⁶ GOMES, Angela de Castro. “Nas malhas do feitiço: o historiador e os encantos dos arquivos privados”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, CPDOC, v. 11, n. 21, 1998, p. 122.

¹²⁷ A divisão entre *objeto* e *fonte* é proposta por Teresa Malatian em “Narrador, registro e arquivo”. In: LUCA, Tania Regina de; PINSKY, Carla Bassanezi (Orgs.). *Historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009, p. 204.

Os arquivos pessoais podem ser compostos de diversos tipos: correspondências, diários íntimos, agendas, anotações de trabalho, rascunhos de textos. Com eles ampliam-se as possibilidades de análise sobre uma questão histórica, ganham-se novas perspectivas para além de “documentos oficiais”, onde público e privado se misturam, “constituindo a singularidade do indivíduo numa dimensão coletiva”¹²⁸. Contudo, os arquivos pessoais também podem trazer algumas armadilhas para a pesquisa historiográfica, se não forem analisados com cuidado. Revestidos com as características de “espontaneidade”, “autenticidade” e “despretensão”, muitas vezes cai-se no equívoco de olhar o documento privado como algo revelador, que mostra o que há “por trás das máscaras” e, por isso, se bastaria a si mesmo.¹²⁹

Assim, apesar de não ser um arquivo oficial, isso não significa que a documentação pessoal esteja livre de intenções e discursos e seja “pura” e “autêntica”. Como qualquer outra fonte, aquele material foi escrito por homens e mulheres reais, que produziam discursos a partir de determinadas motivações e dirigiam-se a diversos tipos de destinatários, muitas vezes, inclusive, já imaginando a possibilidade do material vir a público no futuro. É preciso, portanto, estudá-los a partir da formulação de questões específicas a serem colocadas para que os documentos nos digam algo.¹³⁰

Para Angela de Castro Gomes, a correspondência também é lugar de sociabilidade: “é lugar de troca de ideias, de construção de projetos, de amores e de ódios e por fim, mas não em último lugar, de pedir emprego, porque intelectual geralmente é pobre, mas é ambicioso”¹³¹. Considerando a história dos intelectuais um campo autônomo e aberto, situado no cruzamento entre história política, social e cultural, Jean-François Sirinelli sugere o estudo dos intelectuais a partir do conceito de “sociabilidade”. Para o autor, “todo grupo de intelectuais organiza-se também em torno de uma sensibilidade ideológica ou cultural comum e de afinidades mais difusas, mas igualmente determinantes, que fundam uma vontade e um gosto de conviver”¹³².

¹²⁸ MALATIAN, Teresa. *Op. Cit.*, p. 199.

¹²⁹ PROCHASSON, Christophe. “Atenção: Verdade!” Arquivos privados e renovação das práticas historiográficas”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, CPDOC, v. 11, n. 21, 1998.

¹³⁰ MALATIAN, Teresa. *Op. Cit.*

¹³¹ GOMES, Angela de Castro. “Nas malhas do feitiço: o historiador e os encantos dos arquivos privados”. *Op. Cit.*, p. 124.

¹³² SIRINELLI, Jean-François. “Os Intelectuais”. *Op. Cit.*, p. 248.

Assim, o meio intelectual constitui um “pequeno mundo estreito”¹³³, onde as relações se desenvolvem, por exemplo, na redação de revistas, no conselho editorial de editoras, em instituições ou em torno de manifestos e abaixo-assinados. Estudar esses lugares de sociabilidade significa investigar as disputas de poder que nele existem, as relações de amizade e fidelidade entre os intelectuais, as divergências de opinião e os conflitos advindos. O conceito de “sociabilidade”, portanto, reveste-se de uma dupla acepção: “ao mesmo tempo ‘redes’ que estruturam e ‘microclima’ que caracteriza um microcosmo intelectual particular”¹³⁴, onde a atividade e o comportamento dos intelectuais apresentam características específicas.

Os arquivos privados, principalmente as correspondências, ocupam lugar de importância no estudo dos intelectuais. A partir das cartas é possível perceber as redes de relações sociais que permeiam entre seus autores, a elaboração de projetos, a formação de alianças, a criação de polêmicas, a troca de favores, enfim, a circulação das ideias e dos indivíduos em determinado meio intelectual. É a partir dessas questões que serão analisadas as correspondências da escritora Rachel de Queiroz, procurando mapear suas redes de sociabilidade, suas relações com outros intelectuais e a circulação de ideias no meio.

Além da revista *O Cruzeiro*, já analisada no primeiro capítulo, Rachel também fazia parte de outras redes de sociabilidade durante a ditadura: a Livraria José Olympio Editora, onde a escritora permaneceu por 57 anos; o Conselho Federal de Cultura, do qual Rachel participou desde a sua fundação, em 1967, até a sua dissolução, em 1989; e a Academia Brasileira de Letras, onde ingressou em 1977 como a primeira mulher eleita. O objetivo deste capítulo, portanto, é analisar com quem a escritora manteve relações epistolares, mostrando como Rachel fazia não apenas “jornalismo de combate” na revista *O Cruzeiro*, mas possuía toda uma rede de sociabilidades com atores centrais na vida intelectual e política brasileira que também passavam pelo apoio à ditadura civil-militar.

2.1 O Acervo Rachel de Queiroz

As correspondências analisadas neste capítulo encontram-se no acervo da escritora Rachel de Queiroz, organizado pelo Instituto Moreira Salles (IMS), no Rio de Janeiro. O acervo, doado em 2006 para o IMS por Maria Luíza de Queiroz, irmã de Rachel, é formado

¹³³ *Ibidem*.

¹³⁴ *Idem*, p. 253.

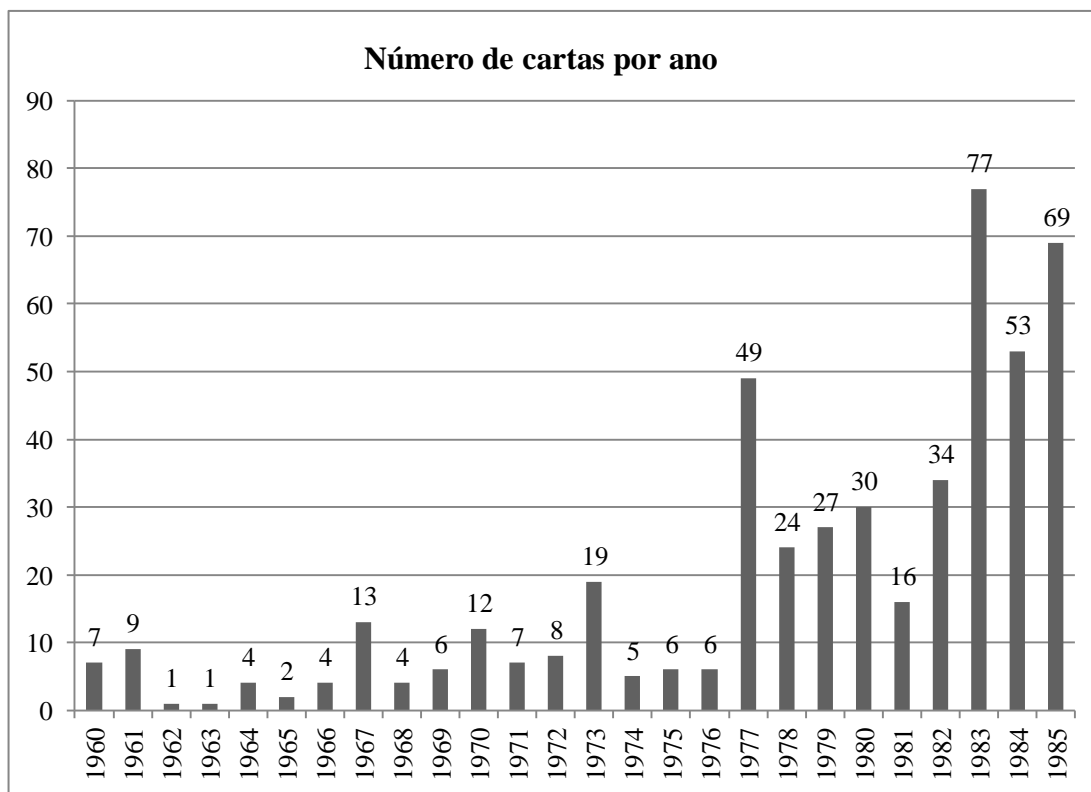
por uma biblioteca, composta por livros e periódicos que pertenceram à escritora, e por um arquivo, contendo cartas, originais de romances, poemas, crônicas, recortes de jornais e de revistas, fotografias e documentos pessoais. Ao todo, o arquivo possui mais de 7 mil documentos, organizados em sete categorias: Produção da imprensa; Produção intelectual; Documentos iconográficos; Documentos audiovisuais; Correspondência Pessoal; Correspondência familiar; e Correspondência de terceiros. Para esta pesquisa, foram analisadas apenas as cartas classificadas na categoria “Correspondência pessoal”, por ser a mais relevante para o estudo das redes de sociabilidade.

O total de cartas que constam nesta categoria é de 3066, sendo 3051 correspondências recebidas e 51 escritas por Rachel de Queiroz.¹³⁵ As cartas são agrupadas em subpastas divididas entre remetentes e organizadas em forma alfabética, e não cronológica, o que indica a valorização dos agentes individuais que interagiram com Rachel em detrimento de uma narrativa linear. O recorte temporal delimitado para análise das cartas é de 1960, acompanhando o início da pesquisa com as crônicas realizado nos próximos capítulos, até 1985, ano em que a ditadura chega ao fim. Neste período específico, foram encontradas 503 cartas disponíveis no acervo do IMS, sendo dez escritas por Rachel de Queiroz e 493 enviadas para ela, o que corresponde a aproximadamente 16,4% do total.

As cartas na categoria “Correspondência pessoal” abrangem o período de 1925 até 2003, quase 80 anos. No entanto, apesar de haver esse grande intervalo de tempo, a maior parte do conteúdo está concentrada entre as décadas de 1980 e 1990. É impossível apontar, com precisão, o motivo desta discrepância entre as décadas. Contudo, não parece provável que essa grande diferença seja apenas relacionada à maior ou menor troca de cartas em determinado período, uma vez que Rachel de Queiroz era uma intelectual consagrada no país muito antes da década de 1980. Além disso, há diversas ocasiões em que os remetentes indicam a existência de outras cartas enviadas, as quais não se encontram no acervo. O caminho mais plausível, portanto, é imaginar que a escritora possa ter perdido ou se desfeito de suas correspondências mais antigas, nas diversas vezes em que mudou de endereço no Rio de Janeiro, ou em suas viagens entre o Rio e o Ceará, por exemplo, ou que simplesmente tenha aumentado seu cuidado e interesse em guardar seus documentos pessoais conforme o passar dos anos.

¹³⁵ Essas informações foram retiradas de listagem enviada pelo IMS, contendo a relação de todos os documentos organizados nas sete categorias descritas acima.

Outra explicação pode passar pelo ganho de importância nas relações intelectuais com a entrada de Rachel na ABL, em 1977. Quando separamos as 493 correspondências entre os 25 anos analisados para esta pesquisa, fica evidente um *boom* no número de cartas justamente a partir de 1977, tendência que se manteve até 1985, como podemos observar a partir do gráfico abaixo:



Fonte: Acervo Rachel de Queiroz (IMS)

O gráfico mostra uma grande diferença entre o número de correspondências recebidas entre 1960 e 1976 e de 1977 até 1985: o primeiro período detém 23% do total de cartas, enquanto o segundo, mesmo com apenas metade do tempo correspondente ao primeiro período – 8 e 16 anos, respectivamente –, representa 77%. Podemos observar, ainda, o salto no número de cartas recebidas no ano em que Rachel é eleita para a ABL: de apenas seis missivas recebidas em 1976, passa para 49 em 1977. Contudo, são os três últimos anos da ditadura que reúnem o período mais movimentado de correspondências recebidas pela escritora.

Do total de 493 correspondências enviadas para Rachel no período de 1960 a 1985, 38 não tiveram seus remetentes identificados pelo acervo, seja pela ausência completa de assinatura, seja pela indicação apenas do primeiro nome do missivista. Como esta pesquisa

não está interessada somente no conteúdo das cartas, mas, principalmente, em quem enviava as correspondências, optou-se por desconsiderar essas 38 missivas para o conjunto da análise, o que diminui o total para 455 cartas recebidas. Deste total, temos 333 remetentes se correspondendo com Rachel de Queiroz. Para mapear quem eram esses missivistas, foi feita uma tabela com as inserções profissionais que mais aparecem entre os correspondentes do período selecionado:

Correspondentes de Rachel de Queiroz por inserção profissional (1960-1985) – I	
Intelectual	121
Instituição	27
Político	18
Intelectual e político	12
Diplomata	7
Militar	6
Empresário	6
Religioso	6
Militar e político	6
Advogado	5
Militar e intelectual	5
Diplomata e intelectual	3
Outros	22
Não classificado	89

Fonte: Acervo Rachel de Queiroz (IMS)

A divisão dos missivistas entre inserções profissionais não é de modo algum absoluta, uma vez que grande parte destes remetentes atuou em mais de um campo ao longo de suas trajetórias de vida. Para a construção desta tabela, portanto, privilegiou-se as inserções profissionais que mais se destacavam em cada correspondente, optando-se por manter até duas inserções quando escolher apenas uma foi insuficiente. As profissões com menos de cinco missivistas foram agrupadas na categoria “Outros”, com exceção da “Diplomata e intelectual”, por compartilhar duas inserções com outras categorias significativas. Em “Não classificado” estão dois tipos de remetentes: os que, apesar de serem identificados nas cartas por nome e sobrenome, não tiveram nenhuma outra informação encontrada para complementar a identificação ou a inserção profissional, o que corresponde a um total de 59 nomes desses 89; e os que foram identificados como pertencentes a uma instituição ou ocupantes de determinado cargo, ou ainda como cônjuges de outros remetentes conhecidos,

mas não de forma completa ao ponto de se poder precisar a que campo profissional pertencia, correspondendo aos 30 nomes restantes.

Assim, de um total de 333 remetentes, 245 deles estão classificados por inserção profissional. No entanto, para que seja possível avaliar melhor a porcentagem que cada profissão possui entre os remetentes de Rachel, foi feita uma nova tabela com distribuição das categorias que foram inicialmente colocadas com duas inserções. Agora, se um missivista é classificado como diplomata e intelectual, por exemplo, fica registrado uma vez na categoria “Diplomata” e novamente na categoria “Intelectual”, de modo que 26 desses nomes foram incluídos em mais de uma categoria:

Correspondentes de Rachel de Queiroz por inserção profissional (1960-1985) – II	
Intelectual	141
Político	36
Instituição	27
Militar	17
Diplomata	10
Religioso	6
Empresário	6
Advogado	5
Outros	22
Não classificado	89

Fonte: Acervo Rachel de Queiroz (IMS)

Daqui para frente, sempre que forem usados dados e porcentagens sobre inserções profissionais, será levado em consideração as informações da tabela II. Assim, a partir da tabela apresentada, podemos constatar a intensa relação que Rachel de Queiroz mantinha sobretudo com outros intelectuais, categoria que corresponde a aproximadamente 39% do total de inserções profissionais. Essa relação será refletida na classificação por assunto das cartas, onde a temática intelectual também se destaca, como veremos mais adiante. Nessa grande categoria de intelectuais estão incluídos poetas e escritores, como Ariano Suassuna e Mario Quintana; escritores que também atuavam como jornalistas, como Nelson Rodrigues, Otto Lara Resende, Carlos Drummond de Andrade, Gustavo Corção, Austregésilo de Athayde; editores de livros, como os irmãos José Olympio e Daniel Pereira; além de tradutores e professores universitários.

Apesar de em número menor, Rachel de Queiroz também manteve uma expressiva correspondência com políticos e militares antes e durante a ditadura. Chama atenção o número de presidentes e ex-presidentes que se corresponderam com a escritora: Jânio Quadros, Castello Branco, Médici e José Sarney. A escritora também recebeu cartas de políticos que exerciam seus mandatos e ocupavam posições no governo, como os ministros de presidentes militares Jarbas Passarinho, Julio de Carvalho Barata e Juarez Távora e os governadores Francisco Negrão de Lima, Carlos Alberto de Carvalho Pinto e Arthur Cezar Ferreira Reis.

Além disso, Rachel de Queiroz também recebeu cartas de outra categoria que possui sua inserção profissional relacionada ao Estado: os diplomatas. A escritora se correspondeu com embaixadores do Brasil espalhados por vários países, como o intelectual Sérgio Corrêa da Costa, Mario Gibson Barbosa, que também foi ministro das Relações Exteriores no governo Médici, e Quintino Deseta, que trabalhou pela liberação do diplomata Aloysio Gomide, sequestrado por guerrilheiros uruguaios em 1970.

A categoria “Instituição” foi criada para agrupar cartas recebidas de remetentes como editoras, bibliotecas, galerias de arte, universidades, entre outras, que não possuíam nenhuma assinatura de pessoa física, apenas a indicação da instituição remetente. Sempre que foi possível identificar uma assinatura nessas cartas institucionais, optou-se por movê-la da categoria “Instituições”, mesmo que isso representasse passar a classificá-la como “Não identificado”. Partiu-se do princípio de que uma carta é sempre escrita por um (ou mais de um) indivíduo, ainda que ele esteja falando em nome de editoras, galerias ou afins. O que podemos destacar nesta categoria é que, de um modo geral, as instituições que se correspondiam com Rachel de Queiroz tinham suas atividades ligadas ao campo intelectual.

Apesar de a escritora ter se declarado sempre como ateia, Rachel recebeu cartas de padres e freiras durante o período analisado, com destaque para Dom Helder Câmara. O religioso se dirige a ela como “querida Raquelzinha [sic]” para pedir que seu irmão Roberto de Queiroz, juiz federal do Ceará nomeado pelo então presidente Castello Branco, interferisse concedendo prisão domiciliar a um conhecido, em correspondência feita em outubro de 1970.¹³⁶ Em maio de 1964, logo após o golpe civil-militar, Rachel de Queiroz escreveu uma crônica em *O Cruzeiro* sobre a nomeação de D. Helder Câmara para arcebispo de Olinda e

¹³⁶ CÂMARA, Helder. [Carta] 01 out. 1970, Recife [para] QUEIROZ, Rachel de. 2f. Acervo Rachel de Queiroz/IMS.

Recife. No texto, intitulado “O pastor de Olinda”¹³⁷, a cronista condena o rádio e os jornais “comunistas e comunizantes do País” por festejarem a nomeação de D. Helder como uma vitória para a esquerda católica. Rachel argumenta, primeiro, que não existem “padres de esquerda”, uma vez que estes apenas obedecem ao Papa e não podem pertencer a “facções ideológicas diversas”, e, depois, que o novo arcebispo defendia o resgate das velhas bandeiras do catolicismo, como justiça social, igualdade racial, exploração do homem pelo homem, o que não significava que a Igreja fizesse “*frente única* com o comunismo, à base de supostos interesses comuns”¹³⁸.

As categorias “Empresário” e “Advogado” representam uma parcela menos significativa dos remetentes de Rachel de Queiroz, se comparados com as outras categorias. Cabe esclarecer que, embora uma grande parcela de intelectuais tivesse formação acadêmica em Direito, consideramos em “Advogado” apenas os remetentes que tivessem essa como principal área de atuação, evitando o inchaço de uma categoria que não se refletiria de forma real nas inserções profissionais. Destacamos entre as categorias citadas o nome de Sobral Pinto, jurista e advogado que atuou em defesa dos direitos humanos e dos presos políticos durante o Estado Novo e a ditadura civil-militar; e dos empresários Cid Stockler, fundador e diretor da Stockler Comercial e Exportadora, empresa brasileira exportadora de café; e Antônio Gallotti, presidente da Light (1956-1974) e um dos patrocinadores do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), criado em 1961 com o objetivo de deter o avanço comunista no Brasil.¹³⁹

Sobral Pinto envia correspondência à Rachel em setembro de 1979, respondendo ao artigo “O palmatória do mundo”, publicado pela escritora no jornal *Última Hora*, contendo “fina ironia” contra o advogado.¹⁴⁰ Essa não foi a primeira vez que Rachel de Queiroz citou Sobral Pinto em um de seus textos. Em janeiro de 1965, na revista *O Cruzeiro*, a escritora faz um balanço do ano de 1964 em sua crônica, defendendo que a “Revolução” assegurava a liberdade de expressão e respeitava a ordem e o diálogo entre os três poderes, e cita o advogado para comprovar seus argumentos:

¹³⁷ *O Cruzeiro*, 02/05/1964, p. 118. “O pastor de Olinda”.

¹³⁸ *Ibidem*.

¹³⁹ Em 1962, Antônio Gallotti autorizou a Light a contribuir mensalmente para o IPES com a quantia de duzentos mil cruzeiros. Cf. *Dicionário histórico e biográfico brasileiro*/ Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (DHBB/CPDOC). Verbete: Antônio Gallotti. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/gallotti-antonio>>. Acesso em: 03 fev. 2017.

¹⁴⁰ SOBRAL PINTO, Heráclito. [Carta] 14 set. 1979, Rio de Janeiro [para] QUEIROZ, Rachel de. 5f. Acervo Rachel de Queiroz/IMS.

Ah, alegam – um homem como Sobral Pinto está reclamando, está decepcionado, está enfurecido. Muito bem. Gosto quando Sobral Pinto reclama, e vocifera, e escreve cartas, e denuncia. É sinal de que há liberdade. [...] Quando não se escuta a voz de Sobral Pinto, quando nos jornais não há espaço para as suas cartas, é que as coisas estão mal. Porque sua voz é uma espécie de contraponto da liberdade.¹⁴¹

Em sua carta, Sobral Pinto comenta que nunca conviveu com Rachel de Queiroz, e por isso não sabe que motivos a inspiram a escrever, mas deixa claro qual é a sua intenção pessoal ao lhe enviar uma correspondência:

Quanto a mim, cabe-me dizer-lhe que escrevo cartas por uma imposição da minha lealdade. Esta me obriga a não permitir que ninguém se iluda sobre a minha posição. Quando converso, não deixo o meu interlocutor enganar-se sobre as minhas ideias, as minhas convicções e as minhas atitudes. A carta é, assim, o instrumento de que lanço mão para dizer aos interlocutores distantes, com os quais não tenho contato pessoal, direto ou não, com franqueza e correndo todos os riscos, aquilo que eu penso dos seus atos, das suas atitudes, das suas ideias e do seu comportamento, manifestados publicamente.¹⁴²

Quanto aos empresários citados, também chama atenção o conteúdo das correspondências. Cid Stockler escreve à Rachel em 18 de agosto de 1967, exatamente um mês depois da morte de Castello Branco, causada por acidente aéreo justamente após uma visita do ex-presidente à fazenda de Rachel de Queiroz no Ceará. Em sua carta, Stockler tece elogios e lamenta o falecimento do marechal, e envia à escritora recortes de jornais europeus repercutindo a sua morte:

Em levando-nos o Senhor, trágica e prematuramente, o grande Brasileiro que soube ser o Marechal Castelo Branco, deu de outra parte o ensejo aos seus contemporâneos de tomarem a medida do homem que a paixão política e a cegueira de interesses contrariados de balde tentaram marear. Teve o signatário a ventura de participar duma audiência de mais de duas horas com o Presidente, em 1964, e a grandeza do homem e a sua sólida e profunda formação intelectual, aliada a uma seriedade de propósitos a que já nos íamos deshabitando [sic], alistou-me no rol de seus admiradores irrestritos.¹⁴³

Essa não foi a única vez que Rachel de Queiroz recebeu uma correspondência cujo tema era o falecimento de Castello Branco. O assunto será retomando novamente mais à frente, quando forem analisadas de forma mais detalhada as relações da escritora com os militares.

Antônio Gallotti, o outro empresário destacado por sua atuação junto ao IPES, escreve à Rachel apenas uma vez – assim como os outros três remetentes citados acima –, em novembro de 1977, desculpando-se por sua ausência na cerimônia de posse da escritora na

¹⁴¹ *O Cruzeiro*, 16/01/1965, p. 114. “Às vésperas de 1965”.

¹⁴² SOBRAL PINTO, Heráclito. [Carta] *Op. Cit.*

¹⁴³ STOCKLER, Cid. [Carta] 18 ago. 1967, São Paulo [para] QUEIROZ, Rachel de. 2f. Acervo Rachel de Queiroz/IMS.

ABL.¹⁴⁴ A eleição e posse de Rachel é um dos assuntos mais encontrados no seu acervo de correspondências, com muitas mensagens parabenizando-a pela conquista, outras comentando seu discurso de posse, e algumas justificando ausências no dia da cerimônia, assim como a enviada por Gallotti. Para que possamos ter uma visão geral acerca dos assuntos discutidos nas missivas recebidas por Rachel de Queiroz, segue abaixo uma tabela reunindo os principais temas encontrados:

Classificação de assuntos a partir da correspondência recebida por Rachel de Queiroz (1960-1985)	
Pessoal	77
Mensagens de boas festas e feliz aniversário	76
Academia Brasileira de Letras	44
Comentários sobre a produção intelectual de Rachel	43
Pedidos	38
Envio de material intelectual	28
Traduções de livros e crônicas	28
Convites para eventos	27
Agradecimentos	26
Trâmites com editoras	24
Homenagens e Premiações	9
Outros	35

Fonte: Acervo Rachel de Queiroz (IMS)

As categorias foram divididas a partir da identificação de um assunto principal em cada correspondência. É claro que uma carta, em muitos casos, é composta por assuntos variados, e a maioria das que constam no acervo de Rachel de Queiroz poderia facilmente caber, ao mesmo tempo, em mais de uma das categorias aqui propostas. Contudo, para dar um sentido a esta análise, foi feito o esforço de atribuir um único tema para cada uma das correspondências, através do exercício de procurar identificar qual seria o objetivo principal que motivou determinado remetente a escrever determinada carta. As correspondências cujos assuntos se repetiram poucas ou apenas uma vez foram agrupadas em “Outros”.

A categoria “Pessoal” é a que reúne o maior número de cartas recebidas. De um modo geral, várias das categorias criadas poderiam ter sido incluídas debaixo do seu “guarda-chuva”, como as mensagens de boas festas e feliz aniversário, por exemplo. Contudo, para evitar que a categoria ficasse demasiadamente inchada, optou-se por utilizar novas diferenciações. A categoria “Pessoal”, portanto, é formada em sua maioria por cartas que não

¹⁴⁴ GALLOTTI, Antonio. [Carta] 04 nov. 1977, [para] QUEIROZ, Rachel de. 1f. Acervo Rachel de Queiroz/IMS.

tinham um único tema central destacado, mas, ao contrário, consistem em mensagens cujo objetivo é contar novidades da vida pessoal, e por vezes profissional, do remetente. Dessas 77 cartas, por exemplo, 17 delas são cartões postais de viagem de amigos, contando algum fato novo, comentando sobre o lugar visitado, ou apenas mandando saudações a Rachel e seu marido, o médico Oyama de Macedo. Outras cartas atualizam Rachel sobre a saúde de seus remetentes ou de familiares, mandam novidades sobre o Ceará, terra natal da escritora, ou, no movimento contrário, pedem notícias sobre a vida pessoal e a saúde de Rachel.

A categoria que reúne mensagens de boas de festas e de feliz aniversário também corresponde a uma grande parcela do total de cartas: somam 76 ao todo. Esta categoria é composta majoritariamente por correspondências curtas e diretas, em sua maioria cartões com mensagens impressas e um pequeno texto escrito à mão como complemento, ou às vezes somente com a adição de uma assinatura.

Em seguida temos a temática da Academia Brasileira de Letras, que se destaca aqui como uma importante rede de sociabilidade para Rachel de Queiroz. Nesta categoria foram agrupadas todas as correspondências que têm a ABL como assunto principal, desde pedidos e justificativas de voto até cumprimentos pela entrada de Rachel para a instituição. As cartas referentes ao ingresso da escritora na Academia, que incluem congratulações pela eleição e pelo discurso de posse e pedidos de desculpa por eventuais ausências na cerimônia, somam 33 correspondências, o que representa aproximadamente 75% do total desta categoria.

Como as cartas relacionadas a pedidos de voto para os postulantes a acadêmicos têm uma temática específica, optou-se por deixá-las juntas ao resto das correspondências colocadas na categoria “Academia Brasileira de Letras”. Contudo, poderiam perfeitamente ter sido classificadas como “Pedidos”, que reúne as mais diversas solicitações à Rachel de Queiroz: desde motivações intelectuais, como pedidos para prefaciar obras, ajuda na publicação de livro ou informações biográficas sobre terceiros, como Carlos Lacerda e Afonso Reyes; até informações de caráter pessoal, como empréstimo financeiro, promoção ou transferência de cargo no emprego, interferência em sentença jurídica, como mencionado acima na carta de D. Helder Câmara. Além disso, constam ainda nesta categoria respostas a pedidos feitos por Rachel, como ajuda financeira para a editora José Olympio, por exemplo, embora o número de pedidos feitos à escritora seja muito superior aos feitos por ela.

Em “Comentários sobre a produção intelectual de Rachel” estão as correspondências cujo objetivo principal era justamente comentar livros, crônicas ou peças de teatro escritas por ela. Na grande maioria das cartas, os comentários são positivos e elogiosos, enaltecendo o trabalho intelectual de Rachel de Queiroz. Do total de 43 correspondências reunidas nesta categoria, 16 são referentes às crônicas publicadas na revista *O Cruzeiro*, e outras 18 comentam seus artigos publicados em outros veículos, como nos jornais *O Povo*, *O Jornal* e *Última Hora*, exemplo já citado na carta de Sobral Pinto, e na revista *Manchete*.

Em “Envio de material intelectual” estão as correspondências cujo objetivo era encaminhar à Rachel de Queiroz algum tipo de texto, na maioria das vezes obras dos próprios remetentes para a escritora avaliar e dar sua opinião sobre a qualidade da produção. Contudo, existem ainda outros casos, como quando o empresário Cid Stockler envia recortes de jornais com material escrito por terceiros, citado anteriormente. A categoria “Convites para eventos” reúne, como o nome sugere, o envio de cartas e *folders* convidando Rachel a participar de diversos tipos de eventos, a maioria deles de caráter intelectual/cultural, como lançamento de livros, exposições de arte e simpósios.

“Traduções de livros e crônicas”, título também autoexplicativo, agrega as correspondências que tratam da tradução das obras escritas por Rachel para outras línguas, majoritariamente para o inglês e o francês. Esta categoria foi colocada separada de “Trâmites com editoras” porque as cartas demonstram o relacionamento direto de Rachel de Queiroz com tradutores, que muitas vezes só levavam seus trabalhos para editoras quando já tinham uma parte considerável da tradução – senão toda – concluída. Esse conjunto de correspondências demonstra, primeiro, o envolvimento que a escritora construía com seus tradutores, colaborando com o trabalho, uma vez que falava inglês e francês, e segundo, a repercussão de suas obras no exterior. Em “Trâmites com editoras”, por sua vez, são abordados assuntos como direitos autorais, prestação de contas sobre pagamentos, autorização para uso de suas crônicas em outras publicações e questões contratuais, ou seja, envolvem relações profissionais de Rachel com editoras brasileiras e estrangeiras.

Em “Agradecimentos” estão as mensagens cujo objetivo é agradecer por alguma gentileza feita por Rachel, como hospedar amigos que vinham visitar o Brasil, ou por algum pedido atendido, como escrita de prefácio para livro. Contudo, a forma de agradecimento que mais aparece é a referente ao envio de obras literárias escritas por Rachel para seus amigos,

outros intelectuais e políticos. O senador Danton Jobim (MDB) e o então presidente Médici são alguns dos que receberam livros da escritora com dedicatórias.

Por fim, temos a categoria “Homenagens e Premiações”, que se refere a homenagens feitas à Rachel de Queiroz ao longo dos 25 anos pesquisados. Também aqui fica evidente a relação da escritora com setores militares. Em abril de 1985 Rachel recebeu a “Medalha Mérito Dom João VI”, em “reconhecimento pelos relevantes serviços no sentido de fortalecer a cultura e as tradições da Polícia Militar”¹⁴⁵. A escritora também recebeu outras homenagens, como o Prêmio Estácio de Sá – Literatura, concedido pelos Conselhos Estaduais de Educação e de Cultura do Rio de Janeiro por seus serviços prestados à cultura.¹⁴⁶

As cartas escritas por Rachel de Queiroz não entraram na contagem de assuntos porque representam um número ínfimo perto das correspondências recebidas – apenas dez –, e por não haver provas de que esses papéis encontrados em seu acervo tenham sido de fato enviados. A maior parte da documentação consiste em rascunhos feitos pela escritora, com muitas palavras rabiscadas ou corrigidas, o que indica que provavelmente Rachel escreveu depois uma nova versão dos seus textos, corrigidos e mais limpos, e guardou as versões iniciais consigo.

Dos 11 destinatários encontrados entre 1960 e 1985 – uma das cartas é endereçada para duas pessoas –, dois não tiveram seus nomes identificados pelo acervo. Entre os nove restantes, temos os intelectuais Fred Ellison, Mário Carelli e Dinah Silveira de Queiroz; os políticos Carlos Alberto de Carvalho Pinto (UDN, depois ARENA), Jarbas Passarinho (ARENA) e Mario Bernardino Ramos (ARENA) e o general Octávio Costa, chefe da Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP) entre 1971 e 1974, órgão responsável pela propaganda oficial do governo. As correspondências escritas por Rachel que tiverem relevância para esta pesquisa serão citadas ao longo dos próximos tópicos.

Nas páginas a seguir serão analisadas as categorias de missivistas que mais enviaram cartas à escritora: intelectuais, políticos e militares. A relação de Rachel com essas inserções profissionais será pensada a partir dos remetentes mais assíduos em cada categoria, com citações eventuais de outros menos assíduos, que por outros motivos também foram considerados relevantes para o desenvolvimento desta pesquisa.

¹⁴⁵ NASCIMENTO, Ricardo. Frazão. [Carta] 30 abr. 1985, Rio de Janeiro [para] QUEIROZ, Rachel de. 1f. Acervo Rachel de Queiroz/IMS.

¹⁴⁶ NISKIER, Arnaldo. [Carta] 03 dez. 1982, Rio de Janeiro [para] QUEIROZ, Rachel de. 1f. Acervo Rachel de Queiroz/IMS.

2.2 Práticas intelectuais e redes de sociabilidade

Os intelectuais¹⁴⁷, categoria mais expressiva no recorte desta pesquisa, são responsáveis por 237 cartas enviadas à Rachel de Queiroz, o que corresponde a 52% do total¹⁴⁸. Se levarmos em consideração que os intelectuais representam 39% das inserções profissionais, conforme já foi destacado, conclui-se então que o número de cartas escritas supera o de remetentes. Contudo, a grande maioria dos missivistas deste grupo escreve apenas uma vez à escritora, como podemos observar na tabela abaixo, que ilustra a assiduidade dos correspondentes:

Comparação entre os missivistas intelectuais por volume de cartas enviadas (1960-1985)	
Apenas 1 correspondência	96
De 2 a 3 correspondências	39
De 4 a 6 correspondências	3
De 10 a 25 correspondências	3

Fonte: Acervo Rachel de Queiroz (IMS)

O número de intelectuais que escreve apenas uma vez à Rachel corresponde a 68% do total desta categoria de inserção profissional. Como podemos perceber a partir da tabela, a grande maioria dos missivistas é de correspondentes eventuais, escrevendo de uma a três vezes apenas, o que dificulta bastante o mapeamento das redes de sociabilidade da escritora. Para este estudo, serão analisadas as cartas enviadas pelos quatro missivistas mais assíduos: Dorothy Scott (25), Fred Ellison (12), Mario Carelli (10) e José Olympio (6). Além disso, também serão mencionadas as correspondências de intelectuais que possuam relevância para o desenvolvimento dessa dissertação, como Daniel Pereira e Ariano Suassuna.

O correspondente que mais enviou cartas à Rachel de Queiroz, levando-se em conta todas as categorias durante o recorte temporal selecionado, foi a americana Dorothy Scott Loos, nascida no estado da Georgia em 1918. Dorothy foi professora de espanhol e francês

¹⁴⁷ Estamos considerando aqui também os intelectuais e políticos, os intelectuais e militares e os intelectuais e diplomatas.

¹⁴⁸ Lembrando que foram descartadas deste total as cartas sem nenhum remetente identificado.

em colégios e universidades nos Estados Unidos e autora do livro *Naturalistic novel of Brazil* (1963), onde aborda o naturalismo na literatura brasileira de ficção. A missivista foi também a tradutora para o inglês do livro *Dôra, Doralina*, escrito por Rachel de Queiroz, e este é o principal assunto de suas correspondências.

A primeira carta enviada por Dorothy é em agosto de 1979, continuando de forma assídua nos anos seguintes, até dezembro de 1984, data da última correspondência recebida por Rachel. Das 25 missivas enviadas, quatro são assinadas também pelo seu marido, William Loos, e se constituem basicamente em mensagens de boas festas. As outras 21 cartas passam, de uma forma ou de outra, por traduções de obras literárias de Rachel de Queiroz – primeiro *Dôra, Doralina*, publicado em inglês em 1984, e depois *O Quinze*, cuja tradução não chegou a ser concluída.

Na primeira carta recebida por Rachel, Dorothy já havia conseguido a autorização da escritora para começar a tradução de *Dôra, Doralina* e não há uma apresentação por sua parte – ao contrário, Dorothy comemora a superação de formalidades entre elas e agradece à Rachel pela gentileza no envio de uma carta, o que indica que a correspondência entre ambas provavelmente é anterior à primeira missiva disponível no acervo.¹⁴⁹

As correspondências enviadas por Dorothy são todas escritas em inglês e quase sempre começam com “Dear Rachel”, o que pode ser traduzido como “Prezada” ou “Querida Rachel”. As primeiras cartas tratam principalmente do processo de tradução de *Dôra, Doralina*, onde Dorothy tira dúvidas e aperfeiçoa seu trabalho com a contribuição de Rachel de Queiroz. Em fevereiro de 1982, Dorothy viaja ao Rio de Janeiro junto com seu marido e se encontra com a escritora para passar os últimos detalhes da obra traduzida. A partir daí, suas cartas passam a ser de atualizações sobre o processo de publicação do livro, atrasos e problemas com a editora, e depois a repercussão da divulgação, incluindo envio de material da imprensa americana acerca do lançamento. Em sua última carta enviada, em dezembro de 1984, Dorothy envia a capa feita pela editora para sua tradução.¹⁵⁰

O segundo correspondente de Rachel de Queiroz mais assíduo foi o também americano Fred Ellison. Nascido em 1922 no Texas, Ellison foi professor de língua portuguesa e literaturas do Brasil e de Portugal na Universidade do Texas, nos Estados

¹⁴⁹ LOOS, Dorothy. [Carta] 15 ago. 1979 [para] QUEIROZ, Rachel de. 2f. Acervo Rachel de Queiroz/IMS.

¹⁵⁰ LOOS, Dorothy. [Carta] 10 dez. 1984 [para] QUEIROZ, Rachel de. 1f. Acervo Rachel de Queiroz/IMS.

Unidos.¹⁵¹ Além disso, escreveu alguns livros, como *Brazil's New Novel: Four Northeastern Masters* (1954) e *Afonso Reyes y el Brasil* (2000), e fez a primeira tradução de uma obra de Rachel de Queiroz para o inglês, publicando *The Three Marias* (As Três Marias) em 1963.¹⁵² Ocupou, ainda, a cadeira nº 12 do quadro de Sócios Correspondentes da ABL de 1983 a 2004, quando faleceu.

As correspondências enviadas por Ellison têm início em fevereiro de 1952, quando o escritor apresenta-se como “um estudante da literatura brasileira numa universidade americana”¹⁵³, pedindo a opinião de Rachel em um artigo que escreveu sobre ela, e se estende até dezembro de 1997, somando 26 cartas ao todo. No recorte temporal desta pesquisa, contudo, levamos em consideração as 12 missivas escritas entre 1960 e 1985. Neste período, Ellison envia suas correspondências entre junho de 1964 e dezembro de 1985. Suas saudações variam entre “Cara Rachel”, “Cara amiga Rachel”, “Cara amiga e confrade Rachel” ou apenas “Rachel”. Suas cartas, diferentemente das de Dorothy Scott, foram escritas em português e raramente abordam sua tradução feita de *As Três Marias*, a não ser para comentar sobre a leitura que fez do livro em um evento americano. O assunto de suas missivas é bastante variado e na maior parte das vezes tem como objetivo contar novidades sobre sua vida pessoal e profissional e, da mesma forma, pedir notícias de Rachel e sua família.

Além disso, os dois escritores também se enviam livros e, ao que parece, se visitam. Em carta de agosto de 1983, Ellison agradece as “tantas atenções” dedicadas por Rachel a ele e sua esposa e menciona um jantar, aparentemente oferecido pela escritora, no qual também estiveram presentes Adonias Filho, sua esposa Rosita e o casal Mario Carelli e Emilie Bonamy. Na mesma carta, Ellison agradece a “solidariedade” dos presentes em recomendá-lo para Sócio Correspondente da ABL.¹⁵⁴ A dobradinha entre Rachel e Adonias Filho na Academia e fora dela se repetiria outras vezes, como veremos mais adiante.

Mario Carelli foi um historiador e sociólogo, filho de pai brasileiro e mãe francesa, e casado com a também francesa Emilie Bonamy. Traduziu para o francês obras de Machado de

¹⁵¹ ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. “Falecimento do Prof. Fred P. Ellison”. 16 out. 2014. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=16732&sid=1021>>. Acesso em: 08 dez. 2015.

¹⁵² THE UNIVERSITY OF TEXAS AT AUSTIN (Estados Unidos). “Dr. Fred P. Ellison passes on October 4th”. 09 out. 2014. Disponível em: <<http://www.utexas.edu/cola/spanish/news/article.php?id=8447>>. Acesso em: 08 dez. 2015.

¹⁵³ ELLISON, Fred. [Carta] 26 fev. 1952, Califórnia [para] QUEIROZ, Rachel de. 2f. Acervo Rachel de Queiroz/IMS.

¹⁵⁴ ELLISON, Fred. [Carta] 30 ago. 1983, Texas [para] QUEIROZ, Rachel de. 1f. Acervo Rachel de Queiroz/IMS.

Assis, Lúcio Cardoso e dois livros de Rachel de Queiroz, *Dôra, Doralina* (1980) e *Jean Miguel (João Miguel)* (1984), e escreveu outros como *Carcamanos e Comendadores* (1985), *Culturas Cruzadas – Intercâmbios Culturais Entre França e Brasil* (1994).

O intelectual escreve ao todo 21 cartas à Rachel de Queiroz, sendo sete delas assinadas junto com sua esposa. No recorte temporal da pesquisa, Carelli envia dez cartas – oito sozinho e duas com Emilie, entre janeiro de 1981 e abril de 1984. O tom de seus textos é bastante amistoso e íntimo, sempre iniciando com “Querida Rachel” ou “Rachel queridíssima”, referindo-se à escritora como “madrinha” e por vezes assinando como “seu filho adotivo”. O conteúdo de suas cartas aborda principalmente novidades de sua vida pessoal e de suas atividades intelectuais, cartões postais de viagem, pedidos para Rachel visitá-los na França e, em três delas, comenta sobre o lançamento da sua tradução de *João Miguel*, sem entrar nos detalhes específicos do trabalho. A troca de correspondências entre ambos, contudo, provavelmente começou mais cedo. No acervo há um rascunho escrito por Rachel de Queiroz em maio de 1980 enviando algumas correções para a tradução de *Dôra, Doralina* e elogiando o trabalho feito por Mario Carelli com seu livro.

2.2.1 Livraria José Olympio Editora

O quarto correspondente mais assíduo foi José Olympio, autor de seis cartas e fundador da editora que leva seu nome, a Livraria José Olympio Editora (JO), criada em 1931 inicialmente em São Paulo, local de maior efervescência cultural desde a Semana de Arte Moderna em 1922. Após as dificuldades advindas com os efeitos da Grande Depressão no cultivo do café e com a Revolução Constitucionalista de 1932, que atingiram em cheio São Paulo, José Olympio optou por se mudar para a então capital do país, o Rio de Janeiro, que aos poucos recuperava a preeminência literária e cultural perdida durante o modernismo paulista. Em 3 de julho de 1934 foi inaugurada a nova editora e livraria na Rua do Ouvidor, nº 100, próxima à esquina da Avenida Rio Branco e em frente à Livraria Garnier.¹⁵⁵

Com uma loja moderna, feita no estilo *art déco*, e bem situada, a JO rapidamente se tornou um ponto de encontro entre os intelectuais que viviam na capital. Chamada carinhosamente de “Casa”, tanto por José Olympio quanto por aqueles que a frequentavam, a editora passou a ser um local para reunião de escritores e artistas, que se encontravam para trocar ideias, conversar, deixar mensagens e, inclusive, até usar o espaço como endereço de

¹⁵⁵ HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil: sua história*. 3ª Ed, São Paulo: EdUSP, 2012, p. 487.

correspondência, quando intelectuais de outros estados vinham para o Rio de Janeiro. José Olympio chegou a mudar seu escritório para o andar de cima, liberando os fundos da loja para as rodas de conversa entre seus frequentadores. Graciliano Ramos, José Lins do Rêgo, Genolino Amado, Cândido Portinari, Gilberto Freyre, Jorge Amado e Lúcio Cardoso foram alguns dos muitos intelectuais que visitavam a editora.¹⁵⁶ Segundo Laurence Hallewell, a José Olympio também foi pioneira em aceitar mulheres em suas rodas de conversa:

Mulheres de letras, também, coisa de que nunca se ouvira falar nos tempos em que os escritores se encontravam na Livraria Garnier ou na Casa Garraux. O acolhimento ali de Lúcia Miguel-Pereira, Rachel de Queiroz, Adalgisa Nery e Eneida talvez ajude a explicar como José Olympio conseguiu trazer para o catálogo de sua editora praticamente todas as escritoras proeminentes da época.¹⁵⁷

A parceria entre Rachel de Queiroz e a editora começou em 1937, quando José Olympio lançou uma nova edição do primeiro livro da escritora, *O Quinze*, iniciando uma ligação duradoura de 57 anos. Sobre a rede de sociabilidade que existia na Rua do Ouvidor, Rachel detalha:

A Casa, como chamávamos, chegou a ser a mais cobiçada editora do país: ela que lançou primeiro a mim e depois a onda toda dos nordestinos. [...] Aos fundos da loja da rua do Ouvidor, que a gente se habituara a frequentar todas as tardes, tínhamos nosso ponto oficial de encontro: chegava a haver um banco que era privativo de Graciliano, o banco e o cinzeiro, que, ao fechar a loja às seis horas, estava sempre cheio de baganas, apagadas de modo peculiar, marca registrada de Graciliano. [...] Morávamos, Oyama e eu, na Ilha do Governador e a Casa era o meu ponto na cidade, onde marcava encontro com os amigos e onde estavam sempre os mais fiéis frequentadores.¹⁵⁸

A relação entre a escritora e José Olympio foi se estreitando ao longo dos anos, passando do âmbito profissional para o pessoal. Em seu livro de memórias, Rachel conta que ela e o editor tornaram-se amigos fraternos, praticamente irmãos. José Olympio dava palpites em sua vida pessoal e lia seus livros no original – esses, contudo, sem opinar, pois “seu respeito pela liberdade do autor era famoso”¹⁵⁹. Contudo, o amigo mais próximo de Rachel na família foi Daniel Joaquim Pereira, irmão de José Olympio. A escritora, que o considerava seu “compadre” e “um dos mais preciosos amigos” que teve, chegou a ser madrinha de seu filho. Segundo conta Rachel, Daniel Pereira foi “a verdadeira alma da Casa”, pois era o responsável por receber os originais, decidir as capas e o número de tiragem das obras e comandar a equipe de revisores, enquanto José Olympio se encarregava do relacionamento

¹⁵⁶ *Idem*, p. 497-498.

¹⁵⁷ *Idem*, p. 498.

¹⁵⁸ QUEIROZ, Rachel de; QUEIROZ, Maria Luíza de. *Op. Cit.*, p. 188-190.

¹⁵⁹ *Idem*, p. 186.

com os intelectuais, atraindo e convidando autores, promovendo reuniões e atizando os debates entre eles.¹⁶⁰

A Livraria José Olympio Editora teve seus anos dourados entre 1940 e 1950, quando se tornou a editora de maior prestígio no país. Segundo Gustavo Sorá, ser editado pela JO nessa época era o desejo de todo autor: “Significava consagração, inclusão em um catálogo que reunia os autores e títulos das obras percebidas como ‘autenticamente brasileiras’. A marca bastava”¹⁶¹. Em 1960, tornou-se a uma sociedade anônima de capital aberto, sendo a primeira editora no país a ter ações cotadas na bolsa de valores de forma regular. Dois anos depois, ocupava o 309º lugar entre as 500 maiores empresas do Brasil.¹⁶²

A José Olympio possuía duas linhas principais de publicações, que alcançavam maior prestígio entre os leitores: a coleção *Documentos Brasileiros*, uma “brasileira” dirigida inicialmente por Gilberto Freyre que reunia temas relacionados à história, sociologia, antropologia, biografias e política; e os romances nordestinos, que incluía as obras de José Lins do Rêgo, Graciliano Ramos, Jorge Amado, José Américo de Almeida e Rachel de Queiroz. Em seguida vinha a publicação de poetas, como Carlos Drummond de Andrade e Manuel Bandeira, e de autores pertencentes a variadas correntes modernistas.¹⁶³

Em novembro de 1964 a sede da editora passou a ser um edifício com quatro andares de escritório na Rua Marquês de Olinda, em Botafogo. A essa altura, José Olympio restringira as atividades da “Casa” à edição, abandonando a função de livraria, embora o nome oficial continuasse o mesmo. Os escritores continuaram a se reunir na nova sede, embora em menor número. Rachel de Queiroz, Gilberto Freyre, Juracy Magalhães e Ariano Suassuna foram alguns dos que frequentavam o novo prédio.¹⁶⁴

A partir da década de 70, contudo, a situação da José Olympio começou a se complicar. A crise mundial do petróleo em 1973 impactou negativamente a economia brasileira, principalmente a indústria editorial do país, que via os preços mundiais do papel subirem drasticamente. Entre junho de 1973 e fevereiro de 1974 o preço do papel subiu 125%

¹⁶⁰ *Idem*, p. 187.

¹⁶¹ SORÁ, Gustavo. “A arte da amizade: José Olympio, o campo do poder e a publicação de livros autenticamente brasileiros”. *Antropolítica*. Niterói, n. 30, jan./jun. de 2011, p. 50.

¹⁶² HALLEWELL, Laurence. *Op Cit.*, p. 521.

¹⁶³ SORÁ, Gustavo. *Op. Cit.*, p. 59.

¹⁶⁴ HALLEWELL, Laurence. *Op Cit.*, p. 519.

no Brasil.¹⁶⁵ Rachel de Queiroz escreveu uma crônica sobre o assunto na revista *O Cruzeiro* em outubro de 1973, intitulada “Falta papel”, onde sugere em tom irreverente a invenção do papel de plástico como sua “contribuição pessoal para a solução da crise do papel de imprensa”¹⁶⁶. Um ano depois o tom da escritora se torna mais sério na crônica “A crise”, onde lamenta os efeitos negativos causados na imprensa periódica e nas editoras. Fazendo um apelo ao governo, defende que livros e jornais são serviços públicos, indispensáveis para um país que se queira civilizado:

Suplico ao governo que pense nisso; a cultura não é um supérfluo, que só se estimula e sustenta quando há riqueza de sobra; cultura está na base de tudo, cultura não é uma consequência, é uma causa. A alta do papel é assunto tão grave quanto a baixa do café e da soja. E cada livro que se deixa de imprimir é pior, a longo alcance, que a dúzia de sapatos que não se exporta para o exterior.¹⁶⁷

Segundo Hallewell, as editoras de livros não escolares foram as mais atingidas pela crise por serem considerados itens de lazer, enquanto a venda de livros didáticos conseguiu se manter relativamente estável. Buscando saídas para a crise, a José Olympio tentou adquirir a Companhia Editora Nacional, por conta de sua grande fatia no mercado de livros escolares e excelente rentabilidade. Em 1974, a JO solicitou ajuda financeira ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) para reforçar seu capital de giro e realizar a compra da Nacional. No entanto, a operação não se concretizou, sendo necessária a intervenção do então presidente Ernesto Geisel, impedindo que a José Olympio e a Nacional fossem vendidas a estrangeiros. Para isso, o BNDE assumiu o controle total das duas editoras, desapropriando a já fortemente endividada JO pelo valor simbólico de Cr\$ 1,00, embora José Olympio tenha permanecido como presidente honorário da “Casa”.¹⁶⁸

Sem receber novos investimentos, a editora continuou em crise e acabou comprada em 1984 pelo empresário paulista Henrique Sérgio Gregori, presidente do Banco Crefisul e da Xerox do Brasil. Os rumores da compra e de uma possível falência da JO fizeram com que muitos autores procurassem outras editoras, principalmente a Record e a Nova Fronteira. Contudo, alguns nomes de peso permaneceram fiéis à “Casa” até o fim, como Gilberto Freyre, José Lins do Rêgo, Luís Jardim, Pedro Calmon e Rachel de Queiroz.¹⁶⁹

¹⁶⁵ *Idem*, p. 529.

¹⁶⁶ *O Cruzeiro*, 17/10/1973, p. 130. “Falta papel”.

¹⁶⁷ *O Cruzeiro*, 23/10/1974, p. 82. “A crise”.

¹⁶⁸ HALLEWELL, Laurence. *Op Cit.*, p. 532.

¹⁶⁹ *Idem*, p. 534-535.

Algumas referências a esses acontecimentos aparecem nas correspondências de José Olympio para Rachel de Queiroz. As cartas que constam no acervo do IMS começam em abril de 1977 e vão até abril de 1984. A relação entre os dois é muito próxima e o editor se refere à Rachel carinhosamente como “ma soeur” (“minha irmã”, em francês). Em uma das cartas, pede para a escritora lhe trazer algumas latas de atum de sua viagem a Paris, com indicação das marcas de sua preferência.

Duas cartas, no entanto, chamam atenção. Na primeira, José Olympio informa sobre uma conversa sua com Maria Luíza, irmã de Rachel, quando ficou sabendo que a escritora não viria ao Rio de Janeiro para receber uma homenagem feita por Roberto Marinho:

Não vindo [para a homenagem], não venha então para a reunião de maio do Conselho [Federal de Cultura]. Como V. [você] irá ficar moralmente diante das organizações Globo? [...] Portanto não venha agora em maio para as reuniões do Conselho. Continue “adoentada”.¹⁷⁰

Na correspondência, José Olympio fica preocupado com a má impressão que Rachel poderia causar faltando a uma homenagem de Roberto Marinho e, em “menos de uma semana”, aparecendo para as reuniões do Conselho Federal de Cultura. José Olympio afirma ainda que a ausência do Conselho não afetaria sua candidatura para a ABL, pois “seus 30 votos estão garantidos”, o que sugere que o editor também se envolveu de alguma forma na eleição da escritora para a Academia.

Em abril de 1984, José Olympio escreve a “amigos”, incluindo uma cópia à Rachel de Queiroz, informando sobre a chegada do empresário Henrique Sérgio Gregori, responsável por “conduzir a editora a novos rumos”. E deixa uma mensagem de agradecimento a dois militares:

Devo fazer aqui uma referência a dois (2) amigos que hoje devem estar contentes já que são os responsáveis pela salvação da Casa – o presidente Geisel e o ministro Golbery que há nove (9) anos a salvaram de seu provável desaparecimento porque julgaram que a editora merecia continuar o seu papel de auxiliar na civilização de nosso país. Esse foi sempre o papel de nossa editora e foi também o papel de todas as que já desapareceram e das que surgiram.¹⁷¹

Essa não foi a única vez em que a editora recorreu a ajuda de governos. Em carta para o então governador de São Paulo Carlos Alberto de Carvalho Pinto (UDN), em fevereiro de 1961, Rachel de Queiroz sai em defesa da José Olympio e pede que o político atenda ao pedido enviado anteriormente pela editora solicitando apoio financeiro.

¹⁷⁰ OLYMPIO, José. [Carta] 19 abr. 1977, Rio de Janeiro [para] QUEIROZ, Rachel de. 1f. Acervo Rachel de Queiroz/IMS.

¹⁷¹ OLYMPIO, José. [Carta] 16 abr. 1984 [para] QUEIROZ, Rachel de. 1f. Acervo Rachel de Queiroz/IMS.

No seu texto, Rachel afirma que o assunto é tanto de seu interesse pessoal, pois diz respeito a seus “amigos fraternos”, quanto de grande interesse público, e faz uma retrospectiva da vida cultural brasileira antes e depois da editora, com o objetivo de mostrar como a José Olympio desenvolvia papel importante para o fomento cultural do país. Ao final, pede que Carvalho Pinto auxilie a editora, “pois com essa ajuda estará servindo os melhores interesses da cultura, no nosso país, prestigiando uma instituição que é um patrimônio nosso, e que ainda tem enorme tarefa a realizar [sic]”¹⁷².

Daniel Pereira, irmão de José Olympio, envia três cartas para Rachel de Queiroz no período estudado – duas de assunto pessoal e uma relacionada a envio de material sobre obras da escritora. Chamando-a frequentemente de “comadre”, a relação próxima entre ambos descrita por Rachel em seu livro reflete-se nas correspondências. Em uma delas, Daniel envia cartão postal contando sobre sua viagem a Minas Gerais e deseja muitos abraços a “você todos”, o que provavelmente incluía o marido de Rachel, Oyama de Macedo, e sua irmã mais nova, Maria Luíza de Queiroz.¹⁷³ Em outra carta, assinada junto com sua esposa, Daniel deseja boas festas à escritora: “Para querida comadre, um Feliz Natal e tudo o mais que você merece. Abraço carinhoso, Diva, Daniel”¹⁷⁴.

As relações entre a José Olympio e a ditadura foram de proximidade e colaboração ao longo dos anos. Quando a editora precisou de auxílio financeiro, o então presidente Geisel e seu ministro da Casa Civil, general Golbery, intervieram em favor da JO e lhe propiciaram mais alguns anos de sobrevivência. Em carta de Rachel de Queiroz para Octávio Costa em outubro de 1970, quando o general atuava junto à Aerp, podemos identificar a proximidade entre a editora e o governo militar:

Meu amigo Octávio Costa

Desde que vocês, do comando nacional, lançaram as campanhas da Alfabetização e da Instrução Moral e Cívica, nós, lá na José Olympio, – que sempre nos consideramos uma tropa auxiliar desta Revolução no território dos livros – temos nos empenhado em cumprir a nossa parte. Sobre o que tentamos no setor Moral e Cívica, você há de ver muito em breve, porque lá na Casa estamos trabalhando de rijo, tentando criar um tipo de literatura do gênero que fuja aos chavões e às

¹⁷² QUEIROZ, Rachel de. [Carta] 20 fev. 1961, Rio de Janeiro [para] CARVALHO PINTO, Carlos Alberto de. 3f. Acervo Rachel de Queiroz/IMS.

¹⁷³ PEREIRA, Daniel. [Cartão postal]. 24 dez. 1985, Rio de Janeiro [para] QUEIROZ, Rachel de. 1f. Acervo Rachel de Queiroz/IMS.

¹⁷⁴ PEREIRA, Daniel. [Carta]. 02 mar. 1973, São João [para] QUEIROZ, Rachel de. 1f. Acervo Rachel de Queiroz/IMS.

patriotadas e, ao mesmo tempo, não fique só na dura linha expositiva. Afinal, falar bem e talvez bonito deste nosso país não é difícil – basta deixar cantar o coração.¹⁷⁵

Em 1969 foi tornado obrigatório nas escolas brasileiras o ensino de Educação Moral e Cívica, em todos os níveis, como disciplina e prática educativa, com o objetivo de educar as crianças, adolescentes e jovens de acordo com os valores impostos pela ditadura. Além da disciplina Moral e Cívica, também foi criada a Organização Social Política Brasileira, para os alunos do científico, e Estudos dos Problemas Brasileiros I e II, para a graduação e o mestrado.¹⁷⁶

Com a criação das novas disciplinas, Rachel de Queiroz lançou junto com Nilda Bethlem o *Meu Livro de Brasil, 3, 4, 5*, pela editora José Olympio, em 1971. O livro integrava a coleção *Didática dinâmica* e fazia parte da série *Educação moral e cívica – 1º Grau*, organizada em parceria com o MEC. Como complemento, lançaram também um *Livro-Guia* para auxiliar os professores a trabalhar o conteúdo da nova disciplina em sala de aula. Os temas versam sobre a pátria, a comunidade, as Forças Armadas, os símbolos nacionais, entre muitos outros, e trazem sugestões como “*Incentivar os alunos a explicar a expressão: ‘Ninguém segura este País’*” e debater sobre “*Por que é importante respeitar a hierarquia*”¹⁷⁷. Na introdução, as autoras explicam para os professores o objetivo do material:

Tentamos dar a essas pequenas leituras um sentido de valorização da terra e do homem, de conceitos morais que conduzem à felicidade pelo caminho justo. Transmitir-lhe a fé que temos no Brasil e nos brasileiros, o orgulho do passado, a necessidade de dedicação no presente, a esperança no futuro; e a nossa crença de que é preciso conhecer para amar, dar para receber. Singelamente, procuramos inculcar nas crianças, na sua própria linguagem, a ideia essencial de que amar a pátria não é ridículo, e ser homem de bem não é ser *quadrado*.¹⁷⁸

O livro contém material suficiente para todo um novo leque de discussões e questões a serem analisadas, principalmente sob o olhar do Ensino de História, as quais, no entanto, fogem à alçada deste trabalho. O objetivo aqui é apenas indicar a aproximação editorial de Rachel de Queiroz e da José Olympio com a ditadura, sobretudo na década de 1970. A expressão usada por Rachel na carta a Octávio Costa, chamando a José Olympio de “tropa auxiliar desta Revolução no território dos livros”, é bastante simbólica e indica a relação de

¹⁷⁵ QUEIROZ, Rachel de. [Carta]. 13 out. 1970, Rio de Janeiro [para] COSTA, Octávio. 3f. Acervo Rachel de Queiroz/IMS.

¹⁷⁶ ROLLEMBER, Denise. “A ditadura civil-militar em tempo de radicalizações e barbárie (1968-1974)”. MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes (Org.). *Democracia e ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2006.

¹⁷⁷ QUEIROZ, Rachel de. BETHLEM, Nilda. *Livro-Guia para Meu Livro de Brasil 3-4-5*. 7ª Ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1980, p. 11.

¹⁷⁸ *Idem*, p. 4.

mão dupla que procurarmos apontar entre intelectuais e Estado durante a ditadura. A expressão da escritora e o conteúdo do *Meu Livro de Brasil* mostram que o governo não agiu sozinho na empreitada para reformular o ensino no país. Ao contrário, contou com a adesão de intelectuais e editoras ao novo projeto, como evidencia a própria Rachel em sua carta, quando afirma que “nós, lá na José Olympio, [...] temos nos empenhado em cumprir a nossa parte”¹⁷⁹. Por outro lado, aderindo ao discurso militar, a escritora e a JO tiveram novas oportunidades de trabalho e produziram materiais didáticos para escolas, o que lhes renderam a publicação em várias edições – em 1980 já estava na sétima – durante um período que, como vimos, foi de crise para muitas editoras brasileiras.

2.2.2 Conselho Federal de Cultura

Além da José Olympio, Rachel de Queiroz construiu uma importante rede de sociabilidade com outros intelectuais no Conselho Federal de Cultura, onde atuou de 1967 até 1989. O CFC foi criado em 21 de novembro de 1966 pelo Decreto-Lei nº 74, mas começou a funcionar de fato apenas em fevereiro do ano seguinte, e teve a sua dissolução decretada em 1990. Com o objetivo de definir os rumos da cultura nacional e institucionalizar a ação do Estado no setor cultural, a criação do Conselho serviu, paralelamente, para quebrar a imagem negativa gerada pelas ações repressoras do governo na cultura, chamadas na época de “terrorismo cultural”.¹⁸⁰ Idealizado a partir do modelo do extinto Conselho Federal de Educação, o órgão era dividido internamente em quatro câmaras: Artes, Letras, Ciências Humanas e Patrimônio. Havia ainda a comissão de legislação e normas, que funcionava como uma quinta câmara. Cada uma delas era composta por um número de cinco a seis conselheiros, sendo um deles o presidente de sua respectiva câmara.¹⁸¹

Em 1967, quando o Conselho foi instalado, Josué Montello e Pedro Calmon foram eleitos, respectivamente, presidente e vice-presidente do órgão. O CFC foi inicialmente composto por 24 intelectuais, nomeados diretamente pelo então presidente da República, o marechal Castello Branco, e distribuíram-se da seguinte forma entre as quatro câmaras:

¹⁷⁹ QUEIROZ, Rachel de. [Carta]. 13 out. 1970, Rio de Janeiro [para] COSTA, Octávio. 3f. Acervo Rachel de Queiroz/IMS.

¹⁸⁰ MAIA, Tatyana de Amaral. *Os cardeais da política nacional: o Conselho Federal de Cultura na ditadura civil-militar (1967-1975)*. São Paulo: Itaú Cultural: Iluminuras, 2012.

¹⁸¹ CALABRE, Lia. “O Conselho Federal de Cultura, 1971-1974”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 37, p. 81-98, jan./jun. 2006.

Câmara das Artes: Clarival do Prado Valadares (presidente), Ariano Suassuna, Armando Schnoor, José Cândido de Andrade Muricy, Octávio de Faria e Roberto Burle Marx.

Câmara de Letras: Adonias Filho (presidente), Cassiano Ricardo, Moysés Vellinho, Rachel de Queiroz, Guimarães Rosa e Josué Montello.

Câmara de Ciências Humanas: Arthur Cezar Ferreira Reis (presidente), Augusto Meyer, Djacir Lima Menezes, Gilberto Freyre, Gustavo Corção e Manuel Diégues Júnior.

Câmara do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: Afonso Arinos de Melo Franco (presidente), Dom Marcos Barbosa, Raymundo Castro Maya, Rodrigo Mello Franco, Hélio Vianna e Pedro Calmon.¹⁸²

Segundo Lia Calabre, o CFC tinha caráter normativo e de assessoramento ao Ministério da Educação e Cultura (MEC). Assim, os pareceres votados pelo órgão serviam como recomendações a serem executadas pelo ministério. O Conselho recebia um determinado orçamento para financiar ações e projetos próprios e também para conceder auxílio financeiro a instituições e outros projetos culturais que julgasse pertinentes. Lia Calabre resume abaixo as principais atribuições do órgão:

[...] formular a política cultural nacional; articular-se com os órgãos estaduais e municipais; estimular a criação de Conselhos Estaduais de Cultura; reconhecer instituições culturais; manter atualizado o registro das instituições culturais; conceder auxílios e subvenções; promover campanhas nacionais e intercâmbios internacionais.¹⁸³

Assim, as demandas eram recebidas pelo Conselho e distribuídas entre as quatro câmaras existentes. Para a Câmara de Artes, por exemplo, eram direcionadas as demandas de orquestras, grupos musicais e teatrais e escolas do setor artístico, além de pedidos de reformas em teatros e outros locais de apresentação. A Câmara de Letras, composta basicamente por escritores e literatos, atendia às academias de letras, centros culturais e bibliotecas. A Câmara de Ciências Humanas, por sua vez, recebia solicitações de institutos históricos e geográficos, arquivos públicos, museus de ciências e institutos de estudos brasileiros. Por fim, a Câmara de Patrimônio se encarregava das demandas referentes à conservação e restauração de patrimônio público, como obras de arte, edificações tombadas e museus. Havia ainda as

¹⁸² CALABRE, Lia. “Intelectuais e política cultural: o Conselho Federal de Cultura”. *Intellèctus*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 5, 17-18 mai. 2006, p. 3.

¹⁸³ CALABRE, Lia. “O Conselho Federal de Cultura, 1971-1974”. *Op. Cit.*, p. 83.

demandas para a comissão de legislação e normas, que respondia a dúvidas de ordem legal e analisava projetos e propostas de lei relacionados à normalização do setor cultural.¹⁸⁴

Além disso, o Conselho também se encarregou da divulgação de dois periódicos, com o objetivo de difundir as ideias de seus intelectuais e divulgar as políticas por eles executadas: a revista *Cultura* e a *Revista Brasileira de Cultura*. A *Cultura* circulou durante o período de 1967 a 1970, sendo depois substituída pelo *Boletim do Conselho Federal de Cultura*, e tinha a função de informar sobre as ações do Conselho e de divulgar o posicionamento de seus intelectuais acerca de questões pertinentes ao setor cultural. Segundo Tatyana de Amaral Maia, que estudou o CFC entre 1967 e 1975, Rachel de Queiroz escreveu 14 artigos para a revista neste período, número dentro da média, se comparado aos outros intelectuais.¹⁸⁵

Enquanto os periódicos *Cultura/Boletim do Conselho Federal de Cultura* possuíam caráter mais burocrático e restrito, a *Revista Brasileira de Cultura* foi organizada para ser um veículo mais focado na divulgação da cultura nacional, tornando-se um complemento à publicação da *Cultura/Boletim*. A *Revista Brasileira de Cultura* circulou entre 1969 e 1974, recebendo contribuições da maior parte dos conselheiros. No entanto, o periódico teve presença discreta no meio intelectual e acabou extinto por conta de sua baixa repercussão.¹⁸⁶

Segundo Tatyana Maia, a maior parte dos intelectuais que compunha o Conselho já possuía experiência em ocupar cargos públicos no setor cultural desde as décadas de 1920 e 1930, quando construíram suas redes de sociabilidade a partir da participação em movimentos políticos e culturais. A historiadora mostra, em sua pesquisa, como um número significativo de conselheiros atuava no interior do MEC desde o primeiro governo Vargas (1930-1945), “transportando para o aparelho estatal as concepções estéticas e políticas existentes no projeto modernista ao qual pertenciam”¹⁸⁷. Assim, quando esses intelectuais entraram para o CFC, a partir de 1966, suas propostas não foram pensadas de forma inédita para o novo órgão, mas sim resgatadas de suas experiências anteriores em cargos públicos, cujo principal pilar foram “as propostas modernistas conservadoras atuantes no interior do MEC, especialmente, durante o Estado Novo (1937-1945)”¹⁸⁸.

¹⁸⁴ *Idem*, p. 86-87.

¹⁸⁵ MAIA, Tatyana de Amaral. *Op. Cit.*, p. 118.

¹⁸⁶ *Idem*, 127-130.

¹⁸⁷ *Idem*, p. 133.

¹⁸⁸ *Idem*, p. 29.

Levando em consideração a influência modernista entre os conselheiros, Tatyana Maia aponta que o projeto político para o setor cultural proposto por eles era baseado em três pilares: cultura regional, identidade nacional e memória nacional. Desta forma, os intelectuais do Conselho retomaram as bandeiras do modernismo e incorporaram novas práticas discursivas, elegendo o civismo como principal suporte teórico para a execução de suas políticas culturais, que teriam como função prioritária a construção de uma “consciência cívica” necessária para uma relação sem conflitos entre Estado e sociedade. Assim, o caminho escolhido pelos conselheiros foi o da valorização do regionalismo e da construção de uma identidade nacional através de análises sociológicas e culturais, visando à formação de um Estado moderno.

A simbiose entre o passado e o presente, por meio da manutenção das tradições, e o papel desse passado de informar sobre os elementos essenciais na composição da identidade nacional, por meio da defesa de um patrimônio cultural nacional, são notadamente características do pensamento conservador.¹⁸⁹

A hipótese de Maia é a de que os conselheiros, ao integrar em seus discursos políticos e culturais elementos que também eram utilizados pelos militares em seus próprios discursos e propaganda política, como o espírito nacional e a consciência cívica, acabavam vinculando suas proposições às diretrizes gerais dos militares, legitimando-as a partir da construção de um cenário favorável para a sua disseminação. Tatyana Maia escolhe o conceito de “consenso” para abordar a atuação e a posição política desses intelectuais.

Longe de ter uma postura única e linear, o Conselho mostrou-se contrário aos excessos cometidos pelos órgãos de censura e pela ação policial. Contudo, contribuiu para o aparato ideológico do governo ao incorporar a noção de civismo em seus discursos e projetos culturais, o que favoreceu a exacerbação do nacionalismo na política autoritária da ditadura: “A relação de ambivalência existente entre os intelectuais do CFC e a cúpula do Executivo produziu silêncios, protestos tímidos e negociações que também contribuíram para a vitalidade de um regime autoritário por mais de 20 anos”¹⁹⁰.

Ariano Suassuna foi um dos conselheiros que sofreu com a censura de suas obras, como nas peças *O Santo e a Porca* e *O Auto da Compadecida*. Suassuna integrava a Câmara de Artes, a qual foi responsável por suscitar os principais debates sobre o tema no Conselho, posicionando-se enfaticamente de forma contrária às práticas de ação censora no setor cultural

¹⁸⁹ *Idem*, p. 147.

¹⁹⁰ *Idem*, p. 232.

e exigindo que o CFC se posicionasse oficialmente sobre a questão. Em sessão plenária de 20 de março de 1968, Ariano Suassuna discursou contra todas as práticas de censura relacionadas a obras de arte, ao cinema, ao teatro e à literatura, defendendo a liberdade para artistas, escritores e dramaturgos trabalharem de forma livre.¹⁹¹

Tal preocupação de Suassuna está presente em cartas enviadas para a escritora Rachel de Queiroz. Em longa correspondência escrita em setembro de 1968, Ariano Suassuna relembra as dúvidas e dificuldades pelas quais passou no momento de entrar para o Conselho Federal de Cultura:

Você há de se lembrar de que houve objeções à minha nomeação para o Conselho por parte de alguns elementos mais radicais do Governo – ainda mais porque foram exatamente você e Adonias que removeram as dificuldades (baseadas, ao que me disseram, na suposição de que eu era meio subversivo). Pois, querida Rachel, as restrições eram mútuas, como aliás tive a lealdade de lhe esclarecer numa das nossas boas conversas. Foi por essas restrições minhas ao Governo que relutei e demorei tanto em aceitar o posto, que só assumi em maio, apesar de nomeado, graças a vocês, desde fevereiro. É que só depois de muitas consultas, a meus amigos e a mim mesmo, decidi que, afinal, poderia fazer uma experiência: eu veria os rumos que o Governo Costa e Silva ia tomar; veria também se, no Conselho, teria condições para conseguir ajuda substancial para o Teatro brasileiro em geral e para o nordestino em particular; e então decidiria, depois, se valia ou não a pena pertencer ao Conselho.¹⁹²

Suassuna segue lembrando que, em 1967, já pensava em renunciar por considerar a sua experiência no CFC negativa: “as condições em que funcionavam o Governo vacilante e dúbio e o Conselho sem verbas não justificavam perante minha consciência que eu continuasse a pertencer a seus quadros”¹⁹³. Contudo, decidira continuar por pedido de sua “madrinha” no órgão, a própria Rachel de Queiroz. No momento em que escrevia a carta, no entanto, estava novamente decidido a renunciar, pois se encontrava em desacordo com as ações do governo e do CFC:

Creio, aliás, que com outras pessoas pode ser diferente: mas com o meu temperamento, com meu modo de ser, de viver, de pensar e de escrever, não posso nem devo mais ficar, porque isso está me tolhendo e me dilacerando em algo que é vital para mim. Entenda, querida Rachel, que não digo isso como uma censura implícita, feita no plano pessoal, nem a você nem a nenhum dos outros colegas nossos: cada um sabe de si, e o que é prejudicial ou vital para um, nem sempre é o mesmo que para outro. Acredito mesmo que se eu, interiormente, fosse mais inteiriço e seguro, poderia, sem dano grave para mim, continuar fazendo aquilo que para outros é natural. Mas, na soma final de qualidade e defeitos que tenho, não me sinto suficientemente seguro para permanecer fiel ao que tenho de melhor, no meio

¹⁹¹ *Idem*, p. 80-81.

¹⁹² SUASSUNA, Ariano. [Carta] 24 set. 1968, Rio de Janeiro [para] QUEIROZ, Rachel de. 6f. Acervo Rachel de Queiroz/IMS.

¹⁹³ *Idem*.

das dilacerações e contradições em que a vida pública atual e oficial do Brasil importa.¹⁹⁴

Mais adiante, Suassuna agradece o apoio e o esforço de Rachel e Adonias para que ele seguisse no Conselho, mas justifica que seria “um duro peso” e “uma contradição” continuar. O intelectual finaliza, então, destacando que eventuais divergências políticas jamais afetariam a relação de amizade entre eles:

Por outro lado, e quaisquer que sejam as divergências que porventura tenhamos, quero que você e Adonias saibam que nunca julguei nem julgarei mal (como tanto têm feito também comigo) as atitudes de vocês; posso e poderei, às vezes, discordar dos caminhos que escolheram ou vieram a escolher, mas sei que vocês, tanto como eu, são profundamente preocupados com a sorte do Brasil; somos, todos três, dedicados àquilo que, certos ou errados, consideramos o bom, o certo, o justo; finalmente, jamais permitirei que essas divergências manchem a estima e a admiração que tenho por vocês [...].¹⁹⁵

No entanto, apesar da carta de despedida, Ariano Suassuna permaneceu no Conselho Federal de Cultura até 1972. Em nova carta enviada à Rachel, no dia de sua demissão definitiva, o intelectual lembrou que “da primeira vez, foi porque estava com o juízo meio aperreado, confesso. Mas você encurtou as rédeas, chamou no freio com força, e eu obedeci”¹⁹⁶. Desta vez, Suassuna não apresenta justificativas para seu desejo de deixar o Conselho, mas fica clara a insatisfação e a frustração que o intelectual nutriu em relação à postura censora do governo e à posição ambígua do CFC em relação ao tema.

A própria Rachel de Queiroz, em sessões do Conselho, divergiu em certa forma de Ariano Suassuna. Sua posição era a de que deveria haver censura, contudo, o tema deveria passar do Ministério da Justiça para o Ministério da Educação e Cultura, área mais adequada para lidar com o assunto. A sugestão de Rachel para a transferência da censura para o MEC era apoiada por grande parte dos conselheiros e foi definida por Josué Montello como posição oficial do Conselho Federal de Cultura no início de 1968. Contudo, após o Ato Institucional nº 5, decretado em dezembro do mesmo ano, os debates entre os conselheiros em torno do tema da censura tornaram-se raros.¹⁹⁷

2.2.3 *Academia Brasileira de Letras*

¹⁹⁴ *Idem.*

¹⁹⁵ *Idem.*

¹⁹⁶ SUASSUNA, Ariano. [Carta] 06 fev. 1972, Recife [para] QUEIROZ, Rachel de. 2f. Acervo Rachel de Queiroz/IMS.

¹⁹⁷ MAIA, Tatyana de Amaral. *Op. Cit.*, p. 81-83.

A relação entre esses intelectuais se repete em outra importante rede de sociabilidade de Rachel de Queiroz, a Academia Brasileira de Letras. Ariano Suassuna enviou uma carta para a escritora em março de 1979, na qual conta ter recebido telefonema de Adonias Filho dizendo que ele e Rachel resolveram candidatar Suassuna à cadeira nº 39 da ABL.¹⁹⁸ Na correspondência, o escritor admite os ganhos que teria com a eleição, mas também deixa claro seu desconforto “nessas entidades institucionalizadas”. E lembra um antigo pedido feito por Rachel:

Foi por causa desses sentimentos contraditórios que, uma vez, não tive dificuldade em responder afirmativamente a um seu pedido: você queria que eu lhe promettesse nunca entrar para a Academia. Eu prometi e estava disposto a cumprir o prometido. Mas, segundo ouvi também de sua parte, seu pedido era feito por causa da implicância dos acadêmicos contra as mulheres. Agora, você já está lá e já me fez o pedido contrário.¹⁹⁹

O objetivo da carta de Ariano Suassuna foi pedir que Rachel e Adonias investigassem com outros intelectuais quais eram as suas chances na eleição para a cadeira nº 39, pois o escritor só queria concorrer se tivesse o cenário favorável a sua vitória. Menos de uma semana depois Suassuna envia outra carta, avisando sobre a desistência de sua candidatura, justamente por ter recebido um telefonema de Jorge Amado informando que a eleição estava acirrada, com os votos divididos entre ele e Otto Lara Resende, que acabaria sendo o ocupante da nova vaga.²⁰⁰ Suassuna foi eleito para a ABL apenas em 1989.

A Academia Brasileira de Letras foi criada em 1897, com sede no Rio de Janeiro, e teve como fundador e primeiro presidente o intelectual Machado de Assis. Inspirada na Academia Francesa de Letras, a ABL tem como objetivo “o cultivo da língua e da literatura nacionais”²⁰¹. A instituição é composta por 40 membros permanentes e 20 sócios correspondentes estrangeiros, eleitos pelos próprios acadêmicos.

Rachel de Queiroz foi eleita para a ABL em 4 de agosto de 1977, com 66 anos, e empossada em 4 de novembro do mesmo ano. A escritora concorreu com o jurista e embaixador Pontes de Miranda para a vaga deixada por Cândido Mota Filho. Nascido em 23 de abril de 1892 em Maceió, Alagoas, Pontes de Miranda estudou Direito na Faculdade de

¹⁹⁸ SUASSUNA, Ariano. [Carta] 12 mar. 1979, Recife [para] QUEIROZ, Rachel de. 3f. Acervo Rachel de Queiroz/IMS.

¹⁹⁹ *Idem.*

²⁰⁰ SUASSUNA, Ariano. [Carta] 18 mar. 1979, Recife [para] QUEIROZ, Rachel de. 2f. Acervo Rachel de Queiroz/IMS.

²⁰¹ Informação fornecida pela própria ABL através do seu site institucional: <<http://www.academia.org.br/academia/quem-somos>>. Acesso em: 28 dez. 2015.

Recife, onde se bacharelou em 1911, com 19 anos. Publicou sua primeira obra com 20 anos, o ensaio filosófico *A moral do futuro*, com prefácio de José Veríssimo. Foi professor *honoris causa* da Universidade do Brasil, da Universidade de São Paulo e da Universidade do Recife, entre outras. Em 1977, já com 85 anos e 77 livros publicados, Pontes de Miranda concorria pela segunda vez a uma vaga na Academia – a primeira havia sido em 1926, logo após ter sido reconhecido duas vezes pela instituição, com o livro *A sabedoria dos instintos*, pelo qual recebeu o Prêmio Academia Brasileira de Letras em 1921, e *Introdução à Sociologia Geral*, premiado com láurea de erudição em 1925.²⁰²

Os dois intelectuais disputaram a cadeira nº 5 da ABL, cujo patrono é Bernardo Guimarães. Rachel de Queiroz venceu a eleição por 23 votos a 15, tornando-se a quinta ocupante da cadeira. Pontes de Miranda conseguiu entrar para a Academia somente em 1979, sucedendo o imortal Hermes Lima. Tomou posse no dia 15 de maio, recebido por Miguel Reale, mas faleceu alguns meses depois, em 22 de dezembro do mesmo ano.

Segundo o *Jornal do Brasil*, Adonias Filho, que na época era presidente do Conselho Federal de Cultura, foi o “grande cabo eleitoral da escritora, articulando sua candidatura, que contou com o apoio dos membros do Conselho”²⁰³. Na festa de celebração pela eleição, realizada no apartamento de Rachel no Leblon, compareceram acadêmicos como Luís Viana Filho, Jorge Amado, Pedro Calmon, Barbosa Lima Sobrinho, Odylo Costa Filho, o general Aurélio Lyra Tavares e o próprio Adonias, que seria o acadêmico escolhido para recebê-la na ABL.²⁰⁴

Rachel de Queiroz e Adonias Filho, como podemos perceber também através das cartas, atuavam de forma conjunta tanto na Academia Brasileira de Letras quanto no Conselho Federal de Cultura. A amizade entre ambos é comentada pela escritora em seu livro de memórias, onde Rachel explica como foi através de Adonias que começou a estabelecer ligações com os militares na época anterior ao golpe:

Bem, quando houve a renúncia de Jânio e depois, durante todo aquele tumultuado período de Jango, nós – sobretudo o nosso grupo de intelectuais – vivíamos numa insatisfação muito grande; e, através principalmente de Adonias Filho, estabeleci muitas ligações com oficiais que participavam das nossas mesmas ideias: os

²⁰² Cf. Verbete sobre Pontes de Miranda disponibilizado em seu perfil no site da Academia Brasileira de Letras, disponível em: < <http://www.academia.org.br/academicos/pontes-de-miranda/biografia>>. Acesso em: 24 jan. 2017.

²⁰³ *Jornal do Brasil*, 05/08/1977, p. 23. “Rachel é eleita imortal e Pontes de Miranda acha que é vitória do Governo”.

²⁰⁴ *Ibidem*.

generais Newton Reis, Herrera Muricy, Golbery, Sizen, todos amigos de Adonias. O nosso Adonias era uma espécie de general civil e tinha contato com todas essas fardas.²⁰⁵

Adonias Filho, nordestino como Rachel, nasceu em Ilhéus, na Bahia, em 1915. Foi jornalista, escritor e crítico literário. Presidiu a Associação Brasileira de Imprensa entre 1972 e 1974 e o Conselho Federal de Cultura de 1977 a 1990. Eleito para a ABL em 1965, em substituição a Álvaro Moreyra, foi recebido pelo acadêmico Jorge Amado. Anos mais tarde, Adonias recebia Rachel de Queiroz na Academia, em 4 de novembro de 1977.

Na cerimônia de posse da primeira mulher a entrar para a ABL, Rachel seguiu os padrões e fez um discurso citando de forma elogiosa os quatro imortais que ocuparam a cadeira nº 5 antes dela: Raimundo Correia, Osvaldo Cruz, Aloysio de Castro e Cândido Motta Filho.²⁰⁶ O discurso de recepção de Adonias Filho, por sua vez, destacou as obras literárias de Rachel de Queiroz, bem como sua produção jornalística:

A ficção, na Dramaturgia ou na Novelística que se ilustra com o romance de *Dôra*, *Doralina*, assim enraizada em *O Quinze*, demonstra que em vós a preocupação social – nascida da preocupação humana – não será traída. No romance mesmo, nesse romance *O Quinze*, os componentes já denunciavam a escritora que não tardaria a valorizar a crônica e transformá-la em instrumento de ação literária. O poder de observação, a linguagem direta, a percepção objetiva, a capacidade de testemunhar, tudo isso define a cronista que atingiria a participação para impor o debate. [...] A crônica, finalmente, e por que instrumento de ação literária, permite a vossa maior constante que é precisamente a preocupação social. É o debate, é o julgamento, é a opinião.²⁰⁷

Adonias destaca, principalmente, a “preocupação social” presente na produção intelectual da escritora, transformando-a em “instrumento de ação literária”. Mais adiante, o acadêmico enfatiza também a característica participativa presente em Rachel de Queiroz, baseada no testemunho das “realidades imediatas”:

Mas, e porque excessivamente participante, vós não tínheis como ficar entre os livros com as janelas fechadas. O mundo do lado de fora – principalmente o mundo brasileiro, social e geográfico, cultural e humano – sempre reclamou o vosso sangue e os vossos sentidos. E é certamente por isso que, como escritora, sois incapaz de criar literariamente fora da participação. A vossa inspiração está no grande encontro com as criaturas, os seres e as coisas e, por isso mesmo, frente às realidades imediatas. A verdade é que, não sendo uma intimista, muito menos um poeta a reinventar universos, vosso caminho criador se processa pelo testemunho, de ver ou de ouvir, mas pelo testemunho.²⁰⁸

²⁰⁵ QUEIROZ, Rachel de; QUEIROZ, Maria Luíza de. *Op. Cit.*, p. 203.

²⁰⁶ “Discurso de posse” de Rachel de Queiroz, disponibilizado no site da ABL: <http://www.academia.org.br/academicos/rachel-de-queiroz/discurso-de-posse>. Acesso em: 30 dez. 2015.

²⁰⁷ “Discurso de recepção por Adonias Filho”, disponibilizado no site da ABL: <http://www.academia.org.br/academicos/rachel-de-queiroz/discurso-de-recepcao>. Acesso em: 30 dez. 2015.

²⁰⁸ *Idem*.

Michele Asmar Fanini analisou a entrada feminina na ABL na tese de Doutorado “Fardos e Fardões: Mulheres na Academia Brasileira de Letras (1897-2003)”. Em sua pesquisa, Fanini mostra como o maior expoente feminino na luta pelo fim da exclusividade masculina na ABL foi, na verdade, Dinah Silveira de Queiroz, escritora brasileira consagrada que já havia recebido o Prêmio Afonso Arinos, em 1950, e o Prêmio Machado de Assis pelo conjunto da obra, em 1954, ambos pela Academia. Em 1970, Dinah remeteu sua candidatura à ABL para a vaga deixada por Álvaro Lins, mas sua solicitação não foi aceita pelo impedimento que havia no Regimento Interno à entrada de mulheres. O Regimento só foi alterado anos depois, em 1976, quando foi aprovada a elegibilidade feminina.²⁰⁹

Segundo Fanini, a eleição de Rachel de Queiroz não representou, contudo, o fim da discriminação das mulheres na Academia, pois foi compreendida como uma espécie de “casuísmo”, uma exceção aberta para a entrada de uma figura específica, que possuía livre trânsito entre muitos dos imortais e era próxima de Austregésilo de Athayde, então presidente da ABL. Diferentemente de Dinah, que pleiteou sua própria candidatura, a campanha para a eleição de Rachel foi feita pelos próprios acadêmicos, principalmente Adonias Filho, Vianna Moog e Odylo Costa Filho. Em entrevista à Fanini, a imortal Nélida Piñon fala sobre o assunto:

A Rachel era grande amiga dos poderosos da casa, inclusive do Austregésilo de Athayde. Ela era muito próxima do Athayde, e Athayde não deixaria entrar Dinah, não deixaria. Eles lutaram: Octávio de Faria, Adonias Filho, Austregésilo, Afonso Arinos, Aurélio. Todos eles eram íntimos, colegas, amigos de Rachel. Então, a Dinah era estranha no ninho, e considerada, talvez, uma mulher insistente demais. A Rachel, desde menina, foi apoiada pelos homens. Ela foi a escritora que mais foi bem-sucedida pelos homens quando estreia. Nenhuma mulher foi recebida de uma forma, logo participando do grupo.²¹⁰

Rachel de Queiroz teve muitas amizades masculinas desde o início de sua carreira e sempre circulou com tranquilidade entre essas redes de sociabilidade. Na década de 1970 suas redes incluíam intelectuais e políticos influentes, além de militares, presidentes e outros membros do governo. Na tese de Fanini, a explicação dada para a eleição da escritora como primeira mulher a entrar para a ABL é justamente sua proximidade com muitos imortais, ou seja, sua rede de sociabilidade, seu livre trânsito entre os homens, características que faziam de Rachel uma exceção, onde sua condição de mulher era apenas um detalhe e não uma bandeira levantada. De fato, como Fanini chama atenção, em nenhum momento nos discursos

²⁰⁹ FANINI, Michele Asmar. “Fardos e Fardões: Mulheres na Academia Brasileira de Letras (1897-2003)”. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

²¹⁰ PIÑON, Nélida apud FANINI, Michele Asmar. *Op. Cit.*, p. 213.

da cerimônia de posse feitos por Rachel de Queiroz e Adonias Filho é mencionado o fato de a Academia estar finalmente abrindo as portas para a primeira mulher intelectual, ausência bastante comentada – e lamentada – entre as escritoras que acompanharam o episódio na época.²¹¹

O acadêmico Osvaldo Odorico, um dos que mais se empenhou internamente pela elegibilidade feminina, se ausentou do pleito como forma de protesto e concedeu entrevista ao *Estado de S. Paulo* denunciando o “efeito de pressões de fora” que haviam influenciado na eleição de Rachel, principalmente do Conselho Federal de Cultura, onde Adonias havia se tornado presidente naquele mesmo ano por indicação da escritora. Segundo Odorico, teria havido uma “troca de favores” entre ambos, facilitando a eleição de Rachel e impedindo a candidatura de Dinah, quem o imortal achava que deveria ter sido a primeira mulher a entrar para ABL.²¹²

Osvaldo Odorico não foi o único a criticar a eleição de Rachel de Queiroz. Em depoimento para o *Jornal do Brasil* na época, Pontes de Miranda, o candidato derrotado pela escritora, afirmou: “Você pode me perguntar se quem venceu foi uma mulher. Eu lhe responderei: não, quem ganhou foi o governo”²¹³. Ainda que a denúncia de Pontes de Miranda deva se relativizada por conta do seu resultado negativo na eleição, é significativo pensar como o jurista quis que este fato fosse divulgado e publicado no jornal. À declaração de que a vitória de Rachel fora uma vitória do governo, a esposa do jurista, Annelis Pontes de Miranda, acrescentou: “Mais exatamente, o Conselho Federal de Cultura, que é a sucursal da Academia Brasileira de Letras”²¹⁴. A imortal Ana Maria Machado, em entrevista à Fanini, também comenta a relação de Rachel com a ditadura como um fator determinante para a sua aceitação entre os acadêmicos:

[...] a mesma composição da Academia, que num determinado momento recusou a insistência de Dinah para entrar, se abriu para Rachel em seguida, porque a Rachel era amiga dos governos militares e havia uma relação com a política. Isso não diminui nem um pouquinho o valor da Rachel, ou o merecimento da Rachel, mas dá uma ideia de circunstâncias.²¹⁵

A entrada de Rachel de Queiroz na ABL reforça a importância das *redes de sociabilidade* entre os intelectuais. Reconhecida por suas crônicas na revista *O Cruzeiro* e

²¹¹ FANINI, Michele Asmar. *Op. Cit.*

²¹² *Idem.*

²¹³ *Jornal do Brasil*, 05/08/1977, p. 23. “Rachel é eleita imortal e Pontes de Miranda acha que é vitória do Governo”.

²¹⁴ *Ibidem.*

²¹⁵ MACHADO, Ana Maria apud FANINI, Michele Asmar. *Op. Cit.*, p. 206.

pelas relações de amizade com presidentes militares, políticos e membros do governo, Rachel de Queiroz era uma figura influente durante a ditadura, tanto no meio intelectual quanto no político. Nomeada por Castello Branco para o Conselho Federal de Cultura e para a Assembleia Geral da ONU, além de ter seu nome integrando o diretório nacional da ARENA, a escritora possuía uma rede de sociabilidade extensa e ligada aos círculos próximos ao poder, composta por políticos e intelectuais que a auxiliaram na hora de conquistar uma das suas maiores consagrações como intelectual, a entrada para a Academia Brasileira de Letras.

Segundo Diogo Cunha, historiador que analisou as características da Academia no período de 1964 a 1979²¹⁶, a ABL formou uma rede intelectual conservadora durante a ditadura, incluindo membros da elite política e econômica do país e mantendo relações de proximidade com os militares. Em sua tese de Doutorado, Cunha mostra como apesar de a Academia possuir um discurso oficial “apolítico”, existiram diversas manifestações políticas por parte dos acadêmicos ao longo da ditadura que, de diferentes formas, contribuíram para a sua legitimação no país.

Analisando a ABL como uma rede de sociabilidade intelectual, Cunha traça o perfil predominante entre os 71 imortais que estiveram na Academia durante o período analisado: homem, estudioso humanista, nascido entre o fim do século XIX e o começo do século XX, formado em Direito, autor de vasta produção bibliográfica e atuante em diversas inserções profissionais, como jornalista, advogado, diplomata, professor universitário, político.²¹⁷ Devido as suas redes de sociabilidade, grande parte desses acadêmicos assumiram postos de confiança dentro do Estado, seja em ministérios ou em governos estaduais.

Cunha aponta ainda a Semana de Arte Moderna, em 1922, como o evento fundador para os intelectuais que ocuparam a ABL entre as décadas de 1960 e 1970. Assim, as questões dominantes para esta geração de acadêmicos giravam em torno da nacionalidade, da definição do nacional e da cultura brasileira, o que se refletiu em seus posicionamentos ideológicos: “Em termos de engajamentos políticos, a prioridade dada a essas questões terá como corolário

²¹⁶ CUNHA, Diogo. “Les intellectuels conservateurs entre le culturel et le politique : L’Académie Brésilienne des Lettres pendant la dictature militaire (1964-1979)”. Tese (Doutorado) – Université Paris I, Paris, 2014.

²¹⁷ *Idem*, p. 411.

o apoio aos regimes que cada acadêmico pensava o melhor ‘adaptado’ ao Brasil e o mais capaz de organizar a Nação, sejam os regimes democráticos ou não”.²¹⁸

Para analisar as diversas formas de engajamento, Diogo Cunha classificou em diferentes categorias a posição política dos intelectuais que ocuparam a Academia entre 1964 e 1979 em relação à ditadura.²¹⁹ A primeira categoria é da “Oposição”, onde estão os imortais que se posicionaram claramente contra o governo: Barbosa Lima Sobrinho e Alceu Amoroso Lima. Nenhum dos dois se correspondeu com Rachel de Queiroz neste período. A próxima categoria é a “Divergência”, reunindo o grupo de nove acadêmicos que discordavam da ditadura, mas optaram pelo silêncio ou pela descrição, como Jorge Amado, Álvaro Lins e Hermes Lima. Dentre eles, temos um correspondente de Rachel de Queiroz no período estudado, o diplomata e intelectual João Cabral de Melo Neto.

Em seguida, Cunha cria três categorias de “Acomodação”, as quais incluem os acadêmicos que não se manifestaram diante do golpe e da instalação da ditadura (26); os que ocuparam postos de administração, aceitaram missões diplomáticas durante o período ou simplesmente continuaram em seus empregos públicos (6); e os que foram nomeados para cargos públicos de confiança nos governos militares (11). Entre esses níveis de “acomodação”, temos seis correspondentes de Rachel de Queiroz: Menotti del Picchia, Otto Lara Resende, Genolino Amado, Odylo Costa Filho, Austregésilo de Athayde e José Américo de Almeida.

Por último, temos a categoria “Colaboração” reunindo os 12 intelectuais que Cunha identificou como colaboradores da ditadura, seja na esfera intelectual, como Rachel de Queiroz e Adonias Filho, seja exercendo responsabilidades políticas, como Luís Viana Filho, ministro da Casa Civil do marechal Castello Branco, e o general Aurélio de Lyra Tavares, membro da Junta Militar provisória que governou o país após o afastamento de Costa e Silva. Nesta categoria, Rachel recebeu cartas de três remetentes: Josué Montello, Aurélio de Lyra Tavares e Luís Viana Filho.

Diogo Cunha analisa também quem foram os intelectuais eleitos para a ABL durante a ditadura, entre 1964 e 1979, e aponta o perfil conservador como majoritário entre os novos imortais. Analisando seus escritos, trajetórias e engajamentos, Cunha indica que a maioria

²¹⁸ *Idem*, p. 203: “Sur le plan des engagements politiques, la priorité accordée à ces questions aura comme corollaire le soutien aux régimes que chaque académicien pensait le mieux « adapté » au Brésil et le plus capable d’organiser la Nation, que ces régimes soient démocratiques ou non.”

²¹⁹ *Idem*, p. 205.

desses intelectuais era alinhada ideologicamente à direita. Entre os 28 eleitos, temos nomes importantes que defenderam abertamente o golpe e a posterior instalação da ditadura, como Adonias Filho (1965), Aurélio de Lyra Tavares (1970), Américo Jacobina Lacombe (1974), Miguel Reale (1975) e a própria Rachel de Queiroz (1977).²²⁰

Assim, ao investigar o posicionamento dos imortais em relação à ditadura na época em que estava em vigência, conclui-se que a grande maioria apoiou o governo militar, seja pela colaboração direta, seja pelos diferentes níveis de acomodação. Contudo, outra característica apontada por Cunha é a prevalência das amizades e das afinidades pessoais entre os intelectuais em detrimento das posições ideológicas entre esquerda e direita. Um exemplo disso está na cerimônia de posse de Adonias Filho, declaradamente favorável aos militares, recebido na Academia por Jorge Amado, reconhecidamente um homem de esquerda. Em seu discurso de recepção do novo imortal, Jorge Amado esclarece:

Escolheste com o coração, ao conterrâneo, ao amigo de infância, ao colega de colégio interno, ao companheiro de Letras, à fraternal amizade jamais estremecida seja pelas divergências literárias, seja pelas divergências políticas, pois sabemos um e outro, Sr. Adonias Filho, o bem pouco que valem os fuxicos da Literatura e as futricas da Política ao lado da inteireza do homem, de sua dignidade.²²¹

A fala de Jorge Amado faz parte do discurso oficial da ABL e de seus membros sobre a instituição ser “apolítica”. No entanto, não podemos esquecer que o próprio discurso de distanciamento é, por si só, um ato político. Além disso, como mostra o trabalho de Diogo Cunha, as ações individuais e a produção intelectual dos imortais, de um modo geral, passavam longe de ser “apolíticas”. O próprio presidente da Academia durante a ditadura, Austregésilo de Athayde, nunca escondeu sua relação de proximidade com governantes militares, o que lhe rendeu a doação de terreno e financiamento para a nova sede da ABL, nomeada em sua homenagem. Isso demonstra, por outro lado, que os interesses que levaram os acadêmicos a contribuir para a legitimação da ditadura não eram apenas ideológicos, mas passavam também por afinidades pessoais, recursos materiais, ocupação de cargos públicos.²²²

Além do caso específico de Austregésilo de Athayde, Cunha mapeou as principais manifestações de caráter político ocorridas na Academia durante a ditadura, o que evidenciou as relações de proximidade desenvolvidas com os governos militares. Entre essas

²²⁰ *Idem*, p. 209-210.

²²¹ *Idem*, p. 21.

²²² *Idem*, p. 321.

manifestações estão o engajamento de alguns acadêmicos a favor do golpe em 1964; os postos políticos e as missões diplomáticas aceitas pelos imortais durante a ditadura; a presença significativa de governantes militares nas cerimônias de posse, de homenagem ou comemorativas organizadas pela ABL; a presença de acadêmicos em homenagens e comemorações organizadas pelo governo; a produção literária e jornalística publicada pelos imortais a favor da ditadura; e, por fim, o silêncio de grande parte dos membros da Academia diante das ações autoritárias.

Rachel de Queiroz participou de grande parte destas manifestações de caráter político mapeadas por Diogo Cunha. Fez “jornalismo de combate” a favor do golpe, em 1964, e continuou escrevendo em defesa da ditadura nos anos seguintes. Ocupou cargos no Estado, como no Conselho Federal de Cultura e na Assembleia Geral da ONU, e manteve relações próximas com políticos e militares, como veremos a seguir.

2.3 “Prezada amiga”: a relação de amizade e favores com políticos e militares

Rachel de Queiroz recebeu correspondências de 36 políticos e 17 militares, como já foi mostrado. Quando fazemos a interseção entre as duas inserções profissionais, temos seis remetentes que são tanto políticos quanto militares, o que nos dá um total real de 47 remetentes. Como é nesta interseção que estão justamente dois dos missivistas que mais se correspondem com Rachel de Queiroz de cada área, e considerando ainda o contexto político da época, em que houve grande sobreposição entre ambas as inserções profissionais, optou-se por analisá-los de forma conjunta. Assim, políticos e militares correspondem a 14,7% do total de remetentes identificados. Da mesma forma como aconteceu com os intelectuais, eles aparecem, na grande maioria das vezes, como remetentes de apenas uma carta:

Comparação entre os missivistas políticos e militares por volume de cartas enviadas (1960-1985)	
Apenas 1 correspondência	35
De 2 a 3 correspondências	10
Acima de 3 correspondências	4

Fonte: Acervo Rachel de Queiroz (IMS)

Políticos e militares são, portanto, responsáveis pelo envio de 67 cartas a Rachel de Queiroz, o que corresponde a 14,7% do total, mesma porcentagem relativa à quantidade de remetentes. Apesar de o número absoluto não ser tão significativo, o conteúdo de algumas cartas e o perfil de seus missivistas trazem apontamentos importantes para se pensar o envolvimento da escritora com esse meio. Na tabela abaixo, temos a relação de todos os políticos que se corresponderam com Rachel de Queiroz no período estudado. Para esta pesquisa, incluímos na categoria “políticos” os indivíduos que ocuparam cargos no Executivo durante a ditadura, tanto presidentes da República quanto ministros do governo, por considerar suas atividades essencialmente políticas no período.

Político	Estado de nascimento	Estado em que fez carreira política	Filiação partidária entre 1945 e 1965	Filiação partidária após o AI-2
Adhemar de Barros	São Paulo	São Paulo	UDN/PSP	ARENA
Arthur Cezar Ferreira Reis	Amazonas	Amazonas	Nenhuma	Nenhuma
Carvalho Pinto	São Paulo	São Paulo	PDC	ARENA
Clóvis Silva de Morais Rêgo	Pará	Pará	-	ARENA
Daniel Krieger	Rio Grande do Sul	Rio Grande do Sul	UDN	ARENA
Danton Jobim	São Paulo	Rio de Janeiro	PR	MDB
Edson Guimarães	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	-	ARENA
Figueiredo Correa	Ceará	Ceará	PSD	MDB
General Médici	Rio Grande do Sul	Não se aplica	Nenhuma	ARENA
Golbery do Couto e Silva	Rio Grande do Sul	Não se aplica	Nenhuma	-
Gustavo Capanema	Minas Gerais	Minas Gerais	PSD	ARENA
Honório Rocha	Bahia	Pernambuco	-	ARENA
Jânio Quadros	Mato Grosso do Sul ²²³	São Paulo	UDN/PDC/PTN	Nenhuma
Jarbas Passarinho	Acre	Pará	Nenhuma	ARENA
João Viana	Ceará	Ceará	-	ARENA

²²³ Na época em que Jânio nasceu, a região ainda correspondia ao estado do Mato Grosso. Mato Grosso do Sul seria criado apenas em 1977.

José Américo de Almeida	Paraíba	Paraíba	UDN/PL	Nenhuma
José de Castro Coimbra	Mato Grosso do Sul ²²⁴	São Paulo	PTB	ARENA/MDB
José Marinho Álvares	Pernambuco	Pernambuco	-	-
José Sarney	Maranhão	Maranhão	UDN/PSD	ARENA
José Walter Cavalcante	Ceará	Ceará	-	ARENA
Juarez Távora	Ceará	Rio de Janeiro	UDN/PDC	-
Julio Barata	Amazonas	Não se aplica	Nenhuma	Nenhuma
Luís Viana Filho	Paris, França	Bahia	UDN/PL	ARENA
Mansueto Serafini Filho	Rio Grande do Sul	Rio Grande do Sul	PTB	MDB
Marcos Tamoyo	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	-	ARENA/MDB
Marechal Castello Branco	Ceará	Não se aplica	Nenhuma	ARENA
Maurílio Francisco Vieira	São Paulo	São Paulo	-	ARENA
Menotti del Picchia	São Paulo	São Paulo	PTB	Nenhuma
Moysés Vellinho	Rio Grande do Sul	Rio Grande do Sul	-	Nenhuma
Negrão de Lima	Minas Gerais	Minas Gerais/Rio de Janeiro	PSD	ARENA/MDB
Ney Braga	Paraná	Paraná	PL/PDC	ARENA
Paulo Duque	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	PR	ARENA/MDB
Raul Fernandes	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	UDN	-
Raymundo Moniz de Aragão	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	UDN	Nenhuma

Fonte: Acervo Rachel de Queiroz (IMS)²²⁵

Quando analisamos o local de nascimento destes políticos, temos quatro estados empatados em primeiro lugar, cada um com cinco remetentes: Ceará, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo. Quando dividimos por região, temos o Sudeste em primeiro lugar, com 12 missivistas, seguido do Nordeste (9), Sul (6), Norte (4) e Centro-Oeste (2). Ao criar a tabela, percebemos algumas diferenças entre o estado de nascimento e o estado em que foram construídas suas carreiras políticas, como é o caso de Danton Jobim, que nasceu em São Paulo mas foi senador pela Guanabara (1971-1975) e pelo Rio de Janeiro (1975-1978).

²²⁴ Idem à nota anterior.

²²⁵ As informações não encontradas ou não confirmadas foram deixadas apenas com um traço na tabela.

Considerando o objetivo deste estudo de mapear as redes de sociabilidade de Rachel, julgou-se pertinente analisar também o estado em que esses remetentes atuaram politicamente. Contudo, em alguns casos esse contexto não se aplica, como destacado na tabela, pelo fato de os remetentes não terem construído uma carreira política ou terem sido eleitos por voto popular, mas sim ocupado um cargo político por indicação durante um determinado período, como, por exemplo, no caso dos presidentes militares.

Assim, entre os 30 remetentes nos quais foi possível identificar um estado atrelado às respectivas carreiras políticas, o local mais frequente foi o Rio Janeiro, com oito políticos, seguido por São Paulo (6), Ceará (3) e Rio Grande do Sul (3). Dividindo por região, temos o Sudeste muito na frente, com 15 missivistas, seguido pelo Nordeste (8), Sul (4) e Norte (3). A análise destes dados ajuda a identificar os círculos políticos frequentados por Rachel de Queiroz, majoritariamente no Sudeste, região historicamente com maior importância política no país, seguida pelo Nordeste, local de nascimento e moradia em tempo parcial da escritora. De fato, durante o recorte temporal desta pesquisa, Rachel de Queiroz intercalava sua estadia entre o apartamento no Rio de Janeiro e a fazenda *Não Me Deixes*, no Ceará, passando cerca de seis meses por ano em cada um.

Por fim, mapeamos a filiação partidária destes políticos antes e após o decreto do Ato Institucional nº 2 (AI-2) pelo governo militar de Castello Branco, em outubro de 1965, extinguindo os partidos políticos até então existentes e instituindo o modelo bipartidarista. Nos anos entre 1945 e 1965 foi possível identificar a filiação partidária de 19 políticos. Alguns deles se filiaram a mais de um partido durante este período, uns por pouco tempo, outros não. Para tornar a análise mais simples e objetiva, optamos por incluir todas as filiações. O partido que mais aparece na tabela é a UDN, com nove políticos, seguida pelo PDC (4) e pelo PSD (4), o PL (3) e o PTB (3), o PR (2), o PSP (1) e o PTN (1). Fica claro, portanto, a prevalência de partidos conservadores entre os políticos que se correspondiam com Rachel de Queiroz, com a UDN e o PDC presentes nas filiações de mais da metade dos missivistas.

Após o decreto do AI-2, foi possível identificar em 23 remetentes a filiação optada após a instituição do bipartidarismo no sistema político brasileiro. Entre esses 23 missivistas, 20 eram da Aliança Renovadora Nacional (ARENA), enquanto sete integraram o Movimento Democrático Brasileiro (MDB). A soma entre os dois partidos extrapola o total de 23 porque quatro desses remetentes filiaram-se tanto à ARENA quanto ao MDB, em diferentes períodos:

Francisco Negrão de Lima, governador da Guanabara entre 1965 e 1971; Marcos Tamoyo, prefeito do Rio de Janeiro de 1975 a 1979; Paulo Duque, deputado estadual pelo Rio de Janeiro entre 1975 e 1994; e José de Castro Coimbra, deputado federal por São Paulo de 1979 a 1983.

Retornando para a categoria geral deste tópico, a qual inclui militares e políticos, passamos agora para a relação entre esses remetentes e o Estado. Do total de missivistas nesta categoria, 45 deles eram brasileiros²²⁶, residentes no país durante todo ou certo período da ditadura. Desses 45, apenas três deles não trabalharam de alguma forma para o Estado durante o período pesquisado, entre 1960 e 1985. Os 42 restantes exerceram as mais variadas funções, principalmente durante o período autoritário, incluindo policial militar (2), ministro (9), vereador (3), prefeito (4), deputado (7), governador (8), senador (8), presidente da República (4), entre outros. Entre esses 42 missivistas, 36 deles tinham suas inserções profissionais ligadas ao Estado na data em que enviaram suas respectivas correspondências à Rachel de Queiroz, o que demonstra a significativa importância e prestígio da escritora no meio político e militar.

Além disso, cabe destacar que, entre esses 36 remetentes, 32 escreveram à Rachel no período específico da ditadura, entre abril de 1964 e março de 1985. Antonio Carlos da Silva Muricy, por exemplo, ocupava o cargo de chefe do Estado-Maior do Exército quando se correspondeu com Rachel de Queiroz; Julio Barata era ministro do Trabalho; Danton Jobim era senador da Guanabara pelo MDB; Carlos Alberto Cabral Ribeiro era ministro do Superior Tribunal Militar; Daniel Krieger era senador do Rio Grande Sul pela ARENA e líder do governo no Senado, entre tantos outros nomes de peso.

Os remetentes mais assíduos de Rachel de Queiroz entre políticos e militares foram Jarbas Passarinho (5), membro da ARENA e ministro dos governos Costa e Silva e Médici; José Sarney (4), governador e senador pela ARENA e posteriormente presidente da República; Carlos Alberto Carvalho Pinto (3), ministro de João Goulart e depois senador pela ARENA; Emílio Garrastazu Médici (3), presidente da República entre 1969 e 1974; e Humberto Batista Leal (3), militar formado pela Academia Militar das Agulhas Negras. Por critério de relevância política, serão analisadas as correspondências dos quatro primeiros remetentes citados.

²²⁶ Apesar de ter nascido em Paris, Luís Viana Filho foi naturalizado brasileiro.

As correspondências que Rachel de Queiroz recebe – e, neste caso, também envia – de Jarbas Passarinho demonstram que a posição do militar como ministro, primeiro do Trabalho e Previdência Social (1967-1969) e depois da Educação e Cultura (1969-1974), influenciaram na motivação para a escrita das cartas. Na primeira missiva²²⁷ enviada, por exemplo, Passarinho comenta crônica escrita por Rachel de Queiroz para *O Jornal*, intitulada “Carta aberta a um ministro”. A crônica é um manifesto contra a intenção do Ministério do Trabalho de criar cotas para negros em empresas, o que configuraria para Rachel um tipo de discriminação racial.²²⁸ Mais adiante, em dezembro de 1970, o ministro comenta sobre sua “admirável” crônica na revista *O Cruzeiro*, responsável por lhe desencadear “uma explosão de ternura”²²⁹. Já como ministro da Educação, em 1972, envia instruções para Rachel de Queiroz escrever o capítulo sobre o estado do Ceará para a coleção *Estados Brasileiros*, organizada pelo MEC²³⁰, e trata da edição da coleção de livros didáticos *Meu Livro de Brasil*, para a qual a escritora colaborou elaborando o volume *Moral e Cívica*.²³¹

Uma das cartas enviadas pelo militar se destaca pelo tom mais informal, fugindo da temática predominante sobre livros e artigos nas outras correspondências. Ao que parece, Rachel escreveu a Jarbas Passarinho questionando-o por ter se dirigido a ela pelo tratamento de “dona” na última vez em que se encontraram, e o ministro então responde explicando a formalidade:

Rachel, prezada amiga:

Saúde

Nenhum equívoco houve. Quanto antecipei o dona, ao tratamento, foi em face das circunstâncias. Estávamos no elevador, em presença de várias pessoas. Não me cabia, neste caso, o tratamento fraterno, conquanto respeitoso. Foi só por isso, não tietá-la em público – direito que não tenho – que lhe chamei dona Rachel. Naquele instante, passada a magia da atmosfera doce do encontro com os intelectuais, eu estava na presença da grande mulher que o Brasil tanto admira. Fico-lhe muito grato pelo amável cartão, cujas palavras me servem de inestimável incentivo.

Seu, compadre orgulhoso e amigo devotado,

²²⁷ PASSARINHO, Jarbas. [Carta] 18 nov. 1968, Brasília [para] QUEIROZ, Rachel de. 2f. Acervo Rachel de Queiroz/IMS.

²²⁸ *O Jornal*, 10/11/1968, p. 4. “Carta aberta a um ministro”.

²²⁹ PASSARINHO, Jarbas. [Carta] 12 dez. 1970, Brasília [para] QUEIROZ, Rachel de. 2f. Acervo Rachel de Queiroz/IMS.

²³⁰ PASSARINHO, Jarbas. [Carta] 19 abr. 1972, Brasília [para] QUEIROZ, Rachel de. 2f. Acervo Rachel de Queiroz/IMS.

²³¹ PASSARINHO, Jarbas. [Carta] 24 out. 1972, Brasília [para] QUEIROZ, Rachel de. 2f. Acervo Rachel de Queiroz/IMS.

Jarbas.²³²

A partir desta carta podemos perceber, primeiro, a relação de amizade entre ambos, com o uso das expressões “prezada amiga”, “compadre orgulhoso” e “amigo devotado”. Nas correspondências já citadas as palavras se intercalam entre tom mais ou menos formal, iniciando os textos com “Dona Rachel”, “Prezada escritora”, “Caríssima Rachel” e “Prezada Patrícia e Amiga”. Os elogios à intelectual e ao seu trabalho, contudo, aparecem de forma constante em todas as cartas, onde Jarbas Passarinho se coloca sempre como “um admirador”.

Consta no acervo de Rachel de Queiroz uma carta escrita por ela ao ministro. A correspondência é, na verdade, um rascunho inacabado, e tem como objetivo fazer um pedido para que o Ministério da Previdência, cujo Jarbas Passarinho assume em 1983, ajude duas crianças a realizar uma cirurgia médica nos Estados Unidos. Rachel abre a carta com “Meu caro amigo Jarbas Passarinho”, retribuindo as palavras de amizade que vimos nas cartas do militar, e segue com “Ou deveria diser [sic] ‘ministro’, se é ao ministro que vou apelar nesta carta?”²³³.

Este não foi o único pedido feito por Rachel a militares durante a ditadura. Em carta única enviada pelo general Golbery do Couto e Silva, o então ministro da Casa Civil responde a um apelo feito por Rachel de Queiroz, no qual solicitava ajuda para sua amiga, Regine Feigl, que pretendia construir um prédio de 24 andares na Avenida Atlântica, no Rio de Janeiro.

Prezada amiga Rachel de Queiroz

Recebi sua carta de 26 de agosto de janeiro último sobre o problema de nossa amiga Regine Feigl. Ainda estamos lutando para conseguir uma solução definitiva e, reconheço, está tardando demais...²³⁴

A autorização para a construção do prédio sairia cinco meses após a carta enviada pelo general, e no ano seguinte, em 1978, era lançada a pedra fundamental do edifício Regine Feigl.²³⁵ Assim, não era só a escritora que recebia pedidos de seus correspondentes, como vimos na tabela de classificação de assuntos, em tópico anterior. Rachel também utilizava de

²³² PASSARINHO, Jarbas. [Carta] 06 fev. 1970, Brasília [para] QUEIROZ, Rachel de. 1f. Acervo Rachel de Queiroz/IMS.

²³³ QUEIROZ, Rachel. de. [Carta] 31 ago. 1984, Rio de Janeiro [para] PASSARINHO, Jarbas. 1f. Acervo Rachel de Queiroz/IMS.

²³⁴ COUTO E SILVA, Golbery. [Carta] 09 mar. 1977 [para] QUEIROZ, Rachel de. 1f. Acervo Rachel de Queiroz/IMS.

²³⁵ BORTOLOTTI, Marcelo. “Dedicatórias de livros revelam o carinho de autores a Golbery do Couto e Silva”. 12 jan. 2016. Disponível em: <<http://epoca.globo.com/ideias/noticia/2016/01/dedicatorias-de-livros-revelam-o-carinho-de-autores-golbery-do-couto-e-silva.html>>. Acesso em: 26 jan. 2016.

sua influência e proximidade com políticos para fazer pedidos, tanto profissionais, como no caso do auxílio financeiro à editora José Olympio, como pessoais, para ajudar duas crianças das quais disse se considerar “um pouco avó”.

A primeira carta enviada por José Sarney também parece ser uma resposta a pedido feito por Rachel de Queiroz. O político é o segundo correspondente mais assíduo e começa a enviar cartas para Rachel em 1985, ano em que se torna presidente da República. A relação epistolar segue até 2003, ano do falecimento da escritora, somando um total de 22 missivas, assinadas apenas por ele ou junto com sua esposa, Marly Sarney. A primeira correspondência enviada é em setembro de 1985, quando já havia assumido a presidência no lugar de Tancredo Neves. Assim como os ministros citados, Sarney explicita uma relação de amizade com Rachel:

Raquel [sic] querida

Recebi teu cartão sobre o [ilegível]. Vamos ver se atendemos. Melhoras para esses preciosos olhos.

A velha estima e amizade do

Sarney.²³⁶

As outras cartas enviadas ao longo de 1985 são de mensagens curtas, agradecendo o envio do livro *O Galo de Ouro*²³⁷, escrito por Rachel; mandando felicitações pelo seu aniversário²³⁸; e, posteriormente, desejando boas festas e feliz ano novo²³⁹ – as duas últimas também assinadas por Marly Sarney. Esses temas, agradecimento por envio de livro e mensagem de felicitações, são também os mais encontrados nas correspondências que seguem até 2003.

O próximo missivista analisado, Carvalho Pinto, foi governador de São Paulo entre 1959 e 1963, eleito pelo PDC e apoiado por Jânio Quadros; assumiu o Ministério da Fazenda durante o governo de João Goulart, em 1963, exercendo a função por poucos meses por conta da pressão política na época; e encerrou a carreira política como senador do estado de São Paulo eleito pela ARENA, exercendo o mandato entre 1967 e 1975. Durante a sua campanha

²³⁶ SARNEY, José. [Carta] 06 set. 1985 [para] QUEIROZ, Rachel de. 1f. Acervo Rachel de Queiroz/IMS.

²³⁷ SARNEY, José. [Carta] 09 dez. 1985 [para] QUEIROZ, Rachel de. 1f. Acervo Rachel de Queiroz/IMS.

²³⁸ SARNEY, José; SARNEY, M. [Telegrama] 17 nov. 1985 [para] QUEIROZ, Rachel de. 1f. Acervo Rachel de Queiroz/IMS.

²³⁹ SARNEY, José; SARNEY, M. [Carta] dez. 1985 [para] QUEIROZ, Rachel de. 1f. Acervo Rachel de Queiroz/IMS.

de eleição, mesmo filiado ao partido governista, posicionou-se a favor das eleições diretas e da restauração do regime democrático.²⁴⁰

Em duas das três correspondências enviadas por Carvalho Pinto à Rachel de Queiroz, o objetivo principal do então governador de São Paulo é comentar e elogiar crônicas publicadas pela escritora na revista *O Cruzeiro*. A primeira, datada de setembro de 1960, se refere à crônica “Carta aberta ao futuro presidente”²⁴¹, dirigida a Jânio Quadros. Carvalho Pinto descreve-se como “assíduo leitor” de Rachel de Queiroz e assinala seu apoio a Jânio “na campanha de renovação dos costumes políticos nacionais”²⁴². A segunda, enviada logo após a renúncia do presidente, consiste em um telegrama²⁴³ de agradecimento pelas palavras positivas escritas sobre Carvalho Pinto na *Última Página*²⁴⁴.

A terceira carta dialoga diretamente com a correspondência enviada por Rachel ao governador, mencionada no tópico anterior, sobre a ajuda financeira à editora José Olympio: “Recebi com a melhor simpatia sua amável carta de 20 de fevereiro passado e desde logo devo dizer-lhe que, embora não nos conheçamos pessoalmente, podemos de fato considerarmos amigos e que sua amizade profundamente me honra”²⁴⁵. Em seguida, informa à Rachel que encaminhou sua carta com “recomendação expressa” ao presidente do Banco do Estado, Dácio Aguiar de Moraes Junior.

A escritora também recebeu cartas do general Emílio Médici, enviadas em 1971, época em que era presidente da República, e posteriormente em 1975 e 1977. Nas primeiras correspondências, Médici agradece o envio das obras *Meu Livro de Brasil e Dôra, Doralina*, de autoria de Rachel e muito elogiadas pelo general:

Recebi, com particular agrado e viva satisfação seu romance “Dôra, Doralina”. Agradeço-lhe, sensibilizado, a gentileza da oferta. A leitura de seu livro, relatando a estória das Gentes do Norte, sofrida porém altiva cuja brasilidade muito tem contribuído para fazer a história deste País, me proporcionou horas de agradável enlevo. Creia, minha cara amiga, ter a bondosa dedicatória com que me distinguiu, tocado profundamente meu coração; mais do que estima pessoal, nela vejo refletida,

²⁴⁰ Cf. *Dicionário histórico e biográfico brasileiro*/ Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (DHBB/CPDOC). Verbete: Carlos Alberto Alves de Carvalho Pinto. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/carlos-alberto-alves-de-carvalho-pinto>>. Acesso em: 20 out. 2016.

²⁴¹ *O Cruzeiro*, 20/08/1960, p. 146. “Carta aberta ao futuro presidente”.

²⁴² CARVALHO PINTO, Carlos Alberto de. [Carta] 09 set. 1960, São Paulo [para] QUEIROZ, Rachel de. Acervo Rachel de Queiroz/IMS.

²⁴³ CARVALHO PINTO, Carlos Alberto de. [Telegrama] 19 out. 1961 [para] QUEIROZ, Rachel de. 1f. Acervo Rachel de Queiroz/IMS.

²⁴⁴ *O Cruzeiro*, 14/10/1961, p. 162. “Seja lá o que Deus quiser...”.

²⁴⁵ CARVALHO PINTO, Carlos Alberto de. [Carta] 21 mar. 1961, São Paulo [para] QUEIROZ, Rachel de. 1f.

em todo esplendor, a alma generosa do Nordeste. [...] Saiba a cara amiga, que em nossa e, na humildade de minha pessoa e de Scylla, encontrará sempre sincera amizade e elevada estima.²⁴⁶

Desta carta podemos perceber a relação de respeito mútuo e cordialidade que havia entre os dois missivistas. Se, por um lado, Rachel parecia ter o costume de enviar seus livros a Médici com “bondosas dedicatórias”, o militar lhe oferece sua “sincera amizade” e tece muitos elogios à escritora, chamando-a de “cara amiga” neste texto e de “minha amiga” e “prezada amiga” em outros.

Na última carta enviada, escrita no dia da posse de Rachel de Queiroz na ABL, em 4 de novembro de 1977, Médici se desculpa por não poder comparecer à cerimônia:

Gostaria imenso poder participar das alegrias e das galas dessa sua noite de posse na Academia Brasileira de Letras. Seria não só um prazer, como um grato dever, fazer-me pessoalmente presente na oportunidade em que, de direito e de justiça, alcança a mais alta láurea do valor literário. Lamentavelmente, porém, por motivos superiores à minha vontade, dessa vez, não poderei atender aos reclamos de meu coração e aos preceitos de meus deveres.²⁴⁷

Ao fim da carta, Médici escreve elogios para Rachel, atribuindo “inteligência”, “talento” e “brilho” a sua personalidade. Aqui se repete o tratamento respeitoso, a sua estima pela escritora e os elogios tanto as suas obras literárias quanto a sua personalidade. O que podemos observar, portanto, é que Rachel de Queiroz e o presidente militar não eram amigos íntimos, mas pareciam manter uma relação bastante cordial e nutrir respeito e admiração mútuos.

Além do acervo no Instituto Moreira Salles, encontramos uma troca de correspondência entre ambos no arquivo Emílio Garrastazu Médici, no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). A troca de cartas trata do desejo de Rachel de Queiroz em ter o seu nome retirado do diretório nacional da ARENA, o qual a escritora integrou desde 1966, quando o partido foi criado, até 1972. Em seu livro de memórias, a escritora conta que entrou para o diretório da ARENA para atender a um pedido de Castello Branco, à época presidente da República, pois queria intelectuais compondo o partido.²⁴⁸

Em março de 1972, Rachel escreve a Médici explicando que aceitara a posição “tanto por amor à nossa Revolução como por vontade de colaborar”, mas admite que jamais

²⁴⁶ MÉDICI, Emílio [Carta] 20 jun. 1975, Rio de Janeiro [para] QUEIROZ, Rachel de. 2f. Acervo Rachel de Queiroz/IMS.

²⁴⁷ MÉDICI, Emílio. [Carta] 04 nov. 1977, Rio de Janeiro [para] QUEIROZ, Rachel de. 1f. Acervo Rachel de Queiroz/IMS.

²⁴⁸ QUEIROZ, Rachel de; QUEIROZ, Maria Luíza de. *Op. Cit.*, p. 205.

compareceu à nenhuma reunião do diretório, sendo um membro “omisso” e “faltoso”. A escritora se justifica afirmando que “para ser membro atuante e prestante de um partido, não nos basta apenas coincidir ideologicamente e praticamente com os postulados e ações desse partido; precisa também ter vocação para a vivência partidária”²⁴⁹, característica que Rachel diz não possuir. Por isso, afirma que se sentiria “mais em paz” com sua consciência se colocassem outro nome no lugar do seu na próxima recomposição dos quadros da ARENA, “outro nome que rendesse em termos partidários, um companheiro que trabalhasse, e frequentasse, e realizasse o que dele se pedisse”²⁵⁰. Ao final, contudo, faz questão de reafirmar seu compromisso tanto com o partido quanto com o presidente Médici e o movimento de 1964:

Mas nem de longe quer esta minha atitude significar qualquer divergência com a Revolução, com o seu partido, ou com o grande Presidente que nos governa. Pelo contrário, cada vez me sinto mais obrigada e fiel a esta Revolução, encarnada na figura exemplar do Presidente Emílio Médici. Cada vez tenho mais orgulho neste Brasil novo que vamos construindo, de 1964 para cá. Aliás, quem acompanha a minha modesta atuação jornalística, facilmente pode verificar a adesão e solidariedade constantes que mostro em relação aos feitos e obras e política revolucionários.²⁵¹

Na carta, Rachel de Queiroz reafirma seu compromisso e fidelidade à “Revolução” e ao presidente Médici, dissipando qualquer dúvida que pudesse surgir sobre a sua saída da ARENA implicar em algum tipo de afastamento do governo. Ao final, ressalta ainda sua atuação jornalística, época em que escrevia crônicas para a revista *O Cruzeiro* e para *O Jornal*, ambos veículos dos *Diários Associados*. O que a escritora procura demonstrar, em sua correspondência, é que a forma com que poderia contribuir para o governo era através da imprensa, exercendo seu papel de intelectual influente, muito mais do que como correligionária de um partido político – esfera que considerava fora de sua alçada.

O presidente Médici respondeu a sua missiva cerca de dois meses depois, demonstrando afeto e respeito por Rachel e atendendo a sua solicitação. Abaixo, reproduzimos a carta inteira, para melhor compreender a relação entre Rachel de Queiroz e o general Médici:

Minha querida Rachel de Queiroz

Se eu já não a conhecesse tão bem, por suas cartas anteriores, seus livros, seus artigos, suas opiniões e posições, bastaria ter comigo a carta de 6 de março para que possa sempre vê-la como realmente é.

²⁴⁹ QUEIROZ, Rachel de. [Carta] 06 mar. 1972, Rio de Janeiro [para] MÉDICI, Emílio. Arquivo Emílio Garrastazu Médici/IHGB.

²⁵⁰ *Idem.*

²⁵¹ *Idem.*

Aqui, o desprendimento, a lealdade, a renúncia e a simplicidade. Tudo. Direto e claro, sem subterfúgios e segundas intenções.

Quero dizer-lhe que seu nome já estava, outra vez na relação daquelas pessoas que, no consenso de todos, deveriam continuar dignificando o Partido.

Atendi seu pedido e mostrei sua carta ao Senador Filinto Müller, que compreendeu suas razões.

Com a consciência da relevância de seus serviços, ao país e à Revolução, no Partido ou fora dele, agradeço mais essa demonstração de confiança e renovo as expressões de minha grande admiração.

Emílio G. Médici²⁵²

Iniciando a carta com “minha querida”, diversas outras passagens demonstram o afeto e a admiração que Médici nutria por Rachel de Queiroz. Além disso, o presidente demonstra plena ciência das opiniões e posições políticas da escritora, tantas vezes externadas em suas crônicas. Enfatizando sua lealdade ao governo, destaca os “serviços” prestados por Rachel “ao país e à Revolução”. É interessante perceber também como o presidente descreve a função que a escritora tinha para a ARENA, de “dignificar o Partido”, provavelmente por seu prestígio intelectual – em consonância com a intenção inicial de Castello Branco quando pediu a Rachel que se filiasse à ARENA. Contudo, Médici atende ao pedido da escritora e leva sua solicitação a Filinto Müller, na época presidente do partido e líder do governo no Senado.

Rachel de Queiroz esteve filiada à agremiação durante muitos anos. Em março de 1966 a escritora recebeu um telegrama de Daniel Krieger, senador e primeiro presidente da ARENA, informando Rachel sobre a data e o local da solenidade de instalação do novo partido, que aconteceria no próximo dia 31, segundo aniversário da “Revolução”, no Congresso Nacional.²⁵³ De fato, o nome de Rachel consta na relação de nomes do diretório nacional da ARENA desde 1966 até abril de 1972. Mas assim como a escritora alegou em sua carta, não foi encontrado seu nome indicando presença em nenhuma reunião do diretório ao longo desses anos. Portanto, apesar de retificar seu apoio e sua afinidade ideológica com o partido tanto em suas crônicas na imprensa quanto em cartas, Rachel de Queiroz não parece ter tido em nenhum momento a intenção de participar ativamente como correligionária da ARENA. Sua filiação foi muito mais uma concessão de prestígio intelectual ao partido e a realização de um pedido pessoal de seu amigo próximo, marechal Castello Branco.²⁵⁴

²⁵² MÉDICI, Emílio. [Carta] 04 mai. 1972, Brasília [para] QUEIROZ, Rachel de. 1f. Arquivo Emílio Garrastazu Médici/IHGB.

²⁵³ KRIEGER, Daniel. [Telegrama] 28 mar. 1966 [para] QUEIROZ, Rachel de. 1f. Acervo Rachel de Queiroz/IMS.

²⁵⁴ Arquivo do Diretório Nacional da ARENA/CPDOC/FGV.

O general Médici não foi o único presidente militar com quem Rachel de Queiroz se correspondeu durante a ditadura. Em seu acervo consta também um telegrama enviado por Castello Branco em maio de 1964²⁵⁵, algumas semanas após o golpe civil-militar. Na correspondência, o marechal afirma que um artigo de Rachel de Queiroz em *O Cruzeiro* lhe deu “ânimo” e “estímulo”, bem como “implícitas advertências”. A crônica a que se refere provavelmente foi a publicada dois dias antes na revista, intitulada “Os sindicatos rurais”²⁵⁶, na qual a escritora faz uma crítica ao comunismo presente nos sindicatos e pede que o governo não mude apenas os seus dirigentes, mas toda a sua estrutura. O presidente comenta ainda que admira Rachel, uma “grande escritora” com “generoso coração amigo”, e finaliza dizendo que espera sempre seu conselho e crítica.

O marechal Castello Branco e Rachel de Queiroz mantinham relações próximas de amizade, facilitadas por um grau de parentesco distante, pelo lado da família Alencar, da qual a escritora descendia pelo lado materno. Durante o seu governo, Rachel foi nomeada delegada do Brasil na Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), em 1966, e foi empossada como membro do Conselho Federal de Cultura, em 1967. Além disso, a proximidade entre os dois era conhecida publicamente, como indicam as correspondências de Rachel de Queiroz. Após a morte do ex-presidente, Arildo Albuquerque, membro da Academia Paranaense de Letras, enviou um poema à escritora, junto a um cartão com os dizeres: “Choramos, Raquel [sic], com todos aqueles que têm verdadeiramente sentimentos patrióticos, a morte do grande presidente Castello Branco. Com os votos de pesar de Arildo de Albuquerque”²⁵⁷.

O poema, intitulado “A JUSTIÇA DE DEUS NA VOZ DA HISTÓRIA”, faz elogios ao ex-presidente e lamenta a sua morte: “E quando se fizer plena justiça / À contribuição que ele emprestou / Ao desenvolvimento do país, (...) / As gerações futuras cultuarão, / Com reverência unânime, a memória / De um dos maiores vultos nacionais, Humberto de Alencar Castello Branco”²⁵⁸.

No mesmo ano, Rachel recebe uma carta de dois compositores associados à União Brasileira de Compositores, Sebastião Nóbrega e Renato Araújo, que dizem ter composto um

²⁵⁵ CASTELLO BRANCO, Humberto. [Telegrama] 18 mai. 1964 [para] QUEIROZ, Rachel de. 1f. Acervo Rachel de Queiroz/IMS.

²⁵⁶ *O Cruzeiro*, 16/05/1964, p. 122. “Os sindicatos rurais”.

²⁵⁷ ALBUQUERQUE, Arildo de. [Carta] 20 jul. 1967, Curitiba [para] QUEIROZ, Rachel de. 2f. Acervo Rachel de Queiroz/IMS.

²⁵⁸ *Idem*.

samba em homenagem a Castello Branco para um concurso de músicas populares organizado pela Secretaria de Turismo da Guanabara. O motivo da correspondência é pedir que a escritora consiga uma autorização com a família do marechal para a inscrição do samba no concurso:

Achamos conveniente participar-mos [sic] antecipadamente a família do extinto Presidente. Na impossibilidade de falar-mos [sic] ou escrever-mos [sic] a um de seus membros. Decidimos pedir a Sra. para fazer-nos este grande e impagável favor.²⁵⁹

Já foi citado, anteriormente, a carta enviada pelo empresário Cid Stockler lamentando a morte do Castello Branco e repercutindo sua cobertura em jornais europeus. Essas correspondências indicam, portanto, que além de Rachel de Queiroz e Castello Branco terem uma amizade próxima e reconhecida publicamente, a escritora também era lembrada na hora em que admiradores do ex-presidente pensavam em um intelectual para enviar material relacionado ao Castello.

A análise das correspondências escritas por políticos e militares e do perfil desses remetentes, ainda que de maneira resumida, mostra o livre trânsito que Rachel de Queiroz possuía com homens ligados à ditadura, fazendo pedidos pessoais, concedendo seu prestígio de intelectual consagrada e influente à ARENA e mantendo relações de amizade com nomes importantes dos governos militares. O número muito maior de filiados à ARENA do que ao MDB, assim como o número expressivo entre os remetentes que eram autoridades nos governos militares e, principalmente, suas correspondências com dois presidentes da ditadura indicam que Rachel de Queiroz não apenas escrevia crônicas em defesa do governo na imprensa, mas também se relacionava com políticos e militares que foram a favor e participaram da ditadura.

2.4 Repercussão e prestígio da *Última Página*

A revista *O Cruzeiro* foi, como destacamos no capítulo anterior, uma revista de distribuição nacional e internacional, ocupando por anos o posto de maior tiragem no país. Seus artigos e reportagens eram repercutidos entre leitores brasileiros e estrangeiros, incluindo políticos, intelectuais e militares. As crônicas de Rachel de Queiroz, intelectual prestigiada na época, também alcançaram grande repercussão entre os leitores da revista.

²⁵⁹ NÓBREGA, Sebastião; ARAÚJO, Renato. [Carta] 23 ago. 1967, Rio de Janeiro [para] QUEIROZ, Rachel de. 2f. Acervo Rachel de Queiroz/IMS.

Como uma forma de avaliar essa repercussão, foram reunidas as correspondências enviadas à escritora que citam ou comentam seus textos. O objetivo é analisar quem menciona suas crônicas, qual é o perfil desses remetentes, quais são os textos destacados por eles e quais são as suas posições em relação ao que foi escrito por Rachel.

Foram encontradas, ao todo, 22 citações explícitas sobre crônicas da *Última Página*, escritas por 21 remetentes. Desse total, 16 se referem diretamente a um ou mais textos publicados por Rachel de Queiroz em *O Cruzeiro* durante o recorte temporal desta pesquisa, ou seja, entre 1960 e 1985. As outras sete citações não têm como objetivo comentar crônicas específicas desse período, mas abordam a produção de Rachel na revista de um modo geral, mostrando que seus remetentes também eram seus leitores. A tabela abaixo apresenta a inserção profissional desses 21 missivistas, mais uma vez colocando em duas categorias os que pertencem a mais de uma inserção:

Missivistas que citam crônicas em <i>O Cruzeiro</i> por inserção profissional (1960-1985)	
Político	9
Intelectual	6
Diplomata	2
Militar	2
Outros	3
Não classificado	1

Fonte: Acervo Rachel de Queiroz (IMS)

A partir da tabela podemos constatar o predomínio de políticos e intelectuais entre os leitores da *Última Página*. Se considerarmos que temos 36 remetentes ao todo na categoria “Político” como inserção profissional, e nove deles citaram as crônicas de Rachel de Queiroz em pelo menos uma de suas cartas, isso significa que pelo menos 25% desses políticos eram leitores dos seus textos em *O Cruzeiro*.

O intelectual e político Menotti del Picchia, por exemplo, afirma acompanhar a atividade da cronista na revista, onde Rachel “instalou sua janela para espiar o fluxo do tempo e – graças a Deus – na comentarista social, política e literária, na Rachel madura continua a pulsar a curiosidade de menina de 16 anos”²⁶⁰. Danton Jobim, então senador da Guanabara pelo MDB, também se declara como seu leitor: “Gosto de lê-la no ‘Cruzeiro’ [sic]. Os

²⁶⁰ DEL PICCHIA, Menotti. [Carta] nov. 1973, São Paulo [para] QUEIROZ, Rachel de. 2f. Acervo Rachel de Queiroz/IMS.

colunistas de hoje não precisam saber gramática nem ter dotes literários; você casa literatura e jornalismo no estilo e na temática”²⁶¹. O intelectual Lauro Rocha de Lima escreve em 1985 dizendo que comprava a revista “do saudoso Assis Chateaubriand” toda semana para ler a crônica de Rachel de Queiroz: “O seu nome muito influenciou a minha pessoa, naqueles anos, que me enchem de saudades”²⁶².

Uma correspondência enviada de Nova York pelo diplomata e intelectual Sérgio Corrêa da Costa mostra como as crônicas de Rachel de Queiroz eram lidas inclusive no exterior, onde também influenciou no cenário político:

Prezada Raquel [sic],

Uma boa notícia, que certamente a vai alegrar muito. Conversei longamente, aqui, com um grupo de representantes do MPLA [Movimento Popular pela Libertação de Angola], sobre os problemas de Angola e dos demais países africanos de expressão portuguesa. A certa altura, um deles, apoiado pelos outros, disse-me que os “Editoriais” de Raquel [sic] de Queiroz no *O Cruzeiro* “muito haviam contribuído para formar a consciência libertadora em Angola”. Como os exemplares que chegavam eram poucos, os artigos eram datilografados e assim circulavam. Os portugueses – acrescentou – examinavam a revista e não se apercebiam da sutileza das mensagens, nada objetando... Fiquei muito feliz ao ouvir essa declaração e lhes disse que iria escrever a você, contando a nossa conversa, o que ora faço com grande alegria.²⁶³

Esses são alguns exemplos de citações mais gerais sobre a produção da escritora na *Última Página*. Contudo, a maior parte dessas cartas tinha como objetivo comentar crônicas específicas de Rachel, seja para rebatê-las, elogiá-las ou agradecê-las. Na maioria das vezes, os remetentes escreviam sobre textos que se referiam diretamente a eles próprios. A tabela abaixo apresenta a inserção profissional apenas desses missivistas, que não apenas se diziam leitores das crônicas, mas comentavam alguma publicação específica:

Missivistas que comentam crônicas em <i>O Cruzeiro</i> por inserção profissional (1960-1985)	
Político	7
Militar	6
Intelectual	4
Diplomata	1
Outros	2

²⁶¹ JOBIM, Danton. [Carta] 04 fev. 1971, Brasília [para] QUEIROZ, Rachel de. 1f. Acervo Rachel de Queiroz/IMS.

²⁶² LIMA, Lauro. Rocha de. [Carta] 15 abr. 1985, Aracajú [para] QUEIROZ, Rachel de. 2f. Acervo Rachel de Queiroz/IMS.

²⁶³ COSTA, Sérgio. Corrêa da. [Carta] 30 out. 1975, Nova Iorque [para] QUEIROZ, Rachel de. 1f. Acervo Rachel de Queiroz/IMS.

Fonte: Acervo Rachel de Queiroz (IMS)

Aqui temos, portanto, a predominância dos campos político e militar, diferentemente da última tabela. Entre esses remetentes, estão Adhemar de Barros e Francisco Negrão de Lima, governadores de São Paulo e da Guanabara, respectivamente, na data em que enviaram suas cartas; José Walter, então prefeito de Fortaleza; os ministros de governos militares general Aurélio de Lyra Tavares e marechal Juarez Távora; além de Carvalho Pinto, marechal Castello Branco e Jarbas Passarinho, já citados em tópicos anteriores. Se considerarmos os missivistas diplomatas, que também tinham sua profissão ligada ao Estado, temos então 70% das inserções profissionais relacionadas de alguma forma ao governo às vésperas e durante a ditadura.

Passando para a análise do conteúdo das correspondências e dos textos com os quais dialogam, a tabela abaixo mostra a temática principal presente nas crônicas citadas:

Temas abordados nas crônicas de Rachel de Queiroz comentadas pelos missivistas (1960-1985)	
Política	10
Literatura	2
Cidade	1
Família	1
Imprensa	1
ONU	1
Não classificada ²⁶⁴	1

Fonte: Acervo Rachel de Queiroz (IMS)

As crônicas com temática política são as que despertam mais comentários dos remetentes. Entre as 15 crônicas identificadas, cinco são escritas antes do golpe civil-militar e dez após o mesmo. Desses dez textos, cinco abordam o que Rachel chama de “Revolução de 64”, sempre de maneira elogiosa. Um deles corresponde à crônica intitulada “O Recomeço”²⁶⁵, por marcar o retorno da escritora para *O Cruzeiro* em agosto de 1970, após mais de dois anos afastada. Iniciando seu texto, Rachel faz um resumo sobre o que aconteceu no cenário político brasileiro em sua ausência, mencionando a morte do marechal Costa e Silva, “um homem cheio de patriotismo e de bons propósitos”, e a sua substituição pela Junta

²⁶⁴ A crônica não classificada é a mencionada por Jarbas Passarinho em passagem já citada, na qual o militar comenta sobre texto de Rachel publicado em *O Cruzeiro*, mas não fornece elementos suficientes para identificá-la.

²⁶⁵ *O Cruzeiro*, 04/08/1970, p. 130. “O Recomeço”.

Militar, composta pelo almirante Augusto Rademaker, o brigadeiro Márcio de Sousa e Melo e o general Aurélio de Lyra Tavares. Sobre este último, Rachel destaca:

[...] o Brasil, você, eu, nós todos, temos que confessar uma gratidão especial a esse homem chamado Aurélio de Lyra Tavares. Não fosse a sua particular desambição, o seu equilíbrio, a sua alta inteligência, o seu profundíssimo amor a este país e aquela crise não teria sido atravessada sem abalos. Foi ele a mão segura, a cabeça sensata, o coração sem cobiça, a autoridade entre os irmãos de armas, o grande moderador.²⁶⁶

O general Lyra Tavares foi um militar atuante durante a ditadura, ministro do Exército entre 1967 e 1969 e um dos responsáveis por governar o país entre os governos Costa e Silva e Médici. Entrou para a Academia Brasileira de Letras em 1970, recebido por Ivan Lins, mesmo ano em que passou a ser embaixador do Brasil na França. Em carta à Rachel de Queiroz, enviada em outubro de 1985, o general agradece o exemplar de *O Galo de Ouro*, remetido a ele com dedicatória pela escritora, e relembra crônica de Rachel escrita 15 anos antes:

Isso me fez recuar no tempo, ao evocar a sua antiga “Última Página”, da qual fui assíduo leitor. E me lembro, com emoção, da última de todas, em que você fez supor que o espírito do nosso saudoso Castello, o Presidente, baixou sobre mim, para inspirar-me as atitudes, em momento nacional tristemente dramático.²⁶⁷

Outra crônica sobre a qual Rachel de Queiroz recebeu correspondência foi “Coragem”, escrita em julho de 1965, cujo objetivo principal era defender o governo das críticas que vinha sofrendo após o ano inicial. O texto aponta as inúmeras dificuldades com que a “Revolução” precisava lidar para que o país pudesse voltar a progredir e defende que, mesmo com todos os empecilhos, a situação do Brasil era melhor do que a anterior ao golpe:

Já está chato repetir, mas a verdade é chata: parece que se esqueceram de como andava tudo. Falam no emprego, nos sacrifícios da inflação, na parada do desenvolvimento. E para onde é que nós andaríamos se não houvesse o 31 de março? Como estaria o desemprego? Como estaria a inflação? E a paz social? E a vida democrática e os direitos democráticos e as garantias democráticas?²⁶⁸

Mais adiante, a escritora explica o título de sua crônica ao defender que é preciso ter coragem – e o governo a tinha – para prosseguir em meio às críticas e dificuldades, dando continuidade ao plano traçado pela “Revolução” no ano anterior:

Sim, é fácil ter “a coragem” de se opor ao Governo, nestas alturas. Basta abrir a boca e falar, que ninguém impede. Difícil é fazer um plano e seguir para a frente. É receber tranquilo os assobios da impopularidade, o povo descontente porque não vê chegar o fim do tempo das vacas magras, e, saindo da bebedeira inflacionária, enfrenta as dores de cabeça da ressaca. [...] O difícil é não falar. Difícil é trabalhar sem arriar a carga. Difícil é se manter fiel a um plano que pareceu bom quanto

²⁶⁶ *Ibidem*.

²⁶⁷ LYRA TAVARES, Aurélio de. [Carta] 27 out. 1985, Rio de Janeiro [para] QUEIROZ, Rachel de. 2f. Acervo Rachel de Queiroz/IMS.

²⁶⁸ *O Cruzeiro*, 03/07/1965, p. 114. “Coragem”.

traçado e na verdade é tão bom mesmo que, por mais que o maldigam, ainda não lhe ofereceram uma alternativa viável. Afinal a vida não é um conto de fadas, não é ilusionismo de pelotiqueiros [sic].²⁶⁹

Sobre a sua crônica, Rachel de Queiroz recebeu uma correspondência escrita dois dias depois, em 5 de julho de 1965, assinada como “Dr. J. Venceslau Júnior”.²⁷⁰ A correspondência é enviada por um leitor desconhecido da escritora, que se identifica como médico, funcionário público do Estado, morador de Taubaté. Em sua mensagem, Venceslau Júnior informa Rachel de que fez cópias da sua crônica, “Coragem”, e passou a distribuir “milhares” delas pelo Vale do Paraíba, com o objetivo de explicar para a população os caminhos da “Revolução”. A carta enviada pelo médico de Taubaté ajuda a dar uma medida do alcance que as crônicas de defesa à ditadura escritas por Rachel tiveram na época:

Mas a sua palavra, Rachel, nunca foi tão indispensável, tendo em vista a liderança que você exerce, talvez sem o saber, em todos os rincões da Pátria. A sua opinião vale muito. Você convence mesmo. Ignoro a sua força como oradora ou conferencista, mas penso ser igual ou maior que a da jornalista e escritora. Você precisa percorrer, em carne e osso, grandes setores do território pátrio.²⁷¹

O leitor questiona, então, se Rachel de Queiroz estaria disposta a visitar cidades e regiões “explicando a Revolução”, e justifica: “Sim, explicando, porquanto a Revolução ainda não foi compreendida por muita gente boa”²⁷². Venceslau afirma que, com “objetivo patriótico”, sente-se no dever de propor algo ao então presidente Castello Branco – no caso, uma equipe de “explicadores” para percorrer o país, sendo o nome de Rachel o único que apresentaria. Em anexo, o médico envia uma cópia da crônica “Coragem” que passou a distribuir no Vale do Paraíba.

Não há como saber se a escritora chegou a responder a carta de seu leitor até então desconhecido. Contudo, é possível perceber a posição com a qual Rachel era vista, a de defensora da “Revolução”, e, mais do que isso, a de alguém com autoridade de fala e poder de convencimento. Esses fatores também estão presentes na carta de Francisco Negrão de Lima, escrita em março de 1967, comentando a crônica “O Rio no temporal”²⁷³, na qual Rachel escreve sobre as fortes chuvas que atingiram o estado da Guanabara:

Prezada Senhora,

²⁶⁹ *Ibidem.*

²⁷⁰ VENCESLAU JÚNIOR, J. [Carta] 05 jul. 1965, Taubaté [para] QUEIROZ, Rachel de. 2f. Acervo Rachel de Queiroz/IMS.

²⁷¹ *Idem.*

²⁷² *Idem.*

²⁷³ *O Cruzeiro*, 11/03/1967, p. 130. “O Rio no temporal”.

Embora entristecido pela rememoração da tragédia que atingiu a Guanabara no dia 19 de fevereiro p. p., foi com prazer que tomei conhecimento dos comentários judiciosos emitidos em sua crônica – “O RIO NO TEMPORAL”, de O CRUZEIRO de 11 do corrente. A análise dos fatos, que ali está contida, principalmente no que se refere à responsabilidade do Governo da Guanabara seja por causa direta seja por falta de previsão dos acontecimentos é das mais oportunas.²⁷⁴

Na época em que a crônica foi publicada, Negrão de Lima era o governador da Guanabara e, ao tomar conhecimento do texto de Rachel, sentiu a necessidade de escrevê-la dando explicações sobre o ocorrido. Assim, Negrão de Lima segue comentando a crônica da escritora em uma extensa carta, apresentando justificativas para as críticas feitas por ela e para os problemas que o estado enfrentava em relação às chuvas, e encerra: “Continuando ao seu inteiro dispor para quaisquer outros esclarecimentos, subscrevo-me, atenciosamente, seu leitor assíduo, Francisco Negrão de Lima”²⁷⁵. É significativa a importância que o governador de um dos principais estados do país dá para a crônica publicada, destinando seu tempo para comentá-la e apresentar explicações, o que indica a repercussão e o prestígio que a coluna de Rachel possuía na época, principalmente entre os políticos.

Outro indicativo deste prestígio está na carta enviada por José Walter Cavalcante, filiado à ARENA e prefeito de Fortaleza entre 1967 e 1971, por indicação do governo. A correspondência de José Walter tem como objetivo responder à crônica de Rachel de Queiroz, “Carta ao prefeito de Fortaleza”²⁷⁶, publicada em outubro de 1967. Em seu texto, a escritora lamenta o acidente aéreo que matou o ex-presidente Castello Branco, em julho daquele ano, quando voltava de uma visita justamente à fazenda de Rachel no Quixadá. O acidente aéreo também vitimou uma amiga próxima da escritora, Alba Frota, motivo pelo qual escrevia a carta aberta. Na crônica, Rachel cita as contribuições de Alba para a educação no Ceará e pede que fosse dado o seu nome como forma de homenagem a uma das escolas do Parque da Liberdade, que vinha sendo restaurado em Fortaleza.

José Walter respondeu ao pedido da escritora cerca de um mês após a publicação da crônica, e garantiu que sua solicitação seria atendida:

O seu pedido, ilustre amiga, acolhido como obediência a uma ordem de conteúdo, terá cumprimento imediato. [...] Sei, perfeitamente, o que a cidade deve à vida de Alba Frota, sua irmã em afinidades interiores. Como apóstula [sic] da cruzada educacional, em nosso meio, tornou-se, obrigatoriamente, ouvida por gerações que, hoje, reconhecidas, pranteiam-lhe o nome e a estreitam em sua saudade. Desta forma, recebo a sugestão como impulso sentimental da nossa Fortaleza, que testemunhará o reencontro espiritual da nossa homenageada com o centro de

²⁷⁴ NEGRÃO DE LIMA, F. [Carta] 02 mar. 1967, Guanabara, [para] QUEIROZ, Rachel de. 3f. Acervo Rachel de Queiroz/IMS.

²⁷⁵ *Idem.*

²⁷⁶ *O Cruzeiro*, 07/10/1967, p. 138. “Carta ao prefeito de Fortaleza”.

trabalho e de afetos, onde durante longos anos, perigrinou [sic] a sua vocação de educadora.²⁷⁷

Contudo, nem toda a repercussão das crônicas políticas de Rachel de Queiroz foi positiva. Houve momentos em que a escritora teve seus textos criticados, inclusive com a réplica publicada pela própria revista, como aconteceu na crônica “Crise”, em que cita Adhemar de Barros. No ano de 1960, quando seriam realizadas eleições presidenciais, com vitória de Jânio Quadros, Rachel fez um panorama sobre a situação dos partidos políticos e afirmou que o cenário era de crise, criticando a postura de grande parte deles. Sobre o Partido Social Progressista (PSP) de Adhemar, a cronista escreveu: “O PSP entra em fase dramática: a criatura devora o criador. Mas o Sr. Adhemar esperneia e não diz o que significa sua candidatura. Por ora serve para apostas. Já está dando poule alta”²⁷⁸.

Adhemar de Barros rebateu o texto de Rachel de Queiroz no dia 26 de abril de 1960, quatro dias antes da data oficial da publicação da revista, o que indica que o político teve acesso ao periódico antes do lançamento nas bancas.²⁷⁹ Em sua carta, Adhemar responde às críticas feitas pela escritora na crônica de *O Cruzeiro*:

Leitor assíduo de sua “ÚLTIMA PÁGINA”, da prestigiada Revista “O CRUZEIRO”, deparei-me com um comentário, intitulado “Crise”, para o qual confiado nas marcantes tradições democráticas deste grande órgão de imprensa e no exercício do direito de resposta, solicito os seguintes esclarecimentos:

1º) – O PSP não entra em fase dramática, conforme assevera a crônica em apreço. [...]

2º) – A ilustre patrcia afirma que eu não explico o que significa a minha candidatura.²⁸⁰

O político explica, então, em uma carta de duas folhas, quais são as intenções de sua candidatura e suas promessas de campanha. Ao final, exige que Rachel de Queiroz torne público os seus argumentos, invocando o direito de resposta previsto na Constituição de 1953: “Eis, talentosa patriota, o que significa a minha candidatura. Certo estou de que V.S. dará guarida a estes rápidos esclarecimentos, sem que necessário seja invocar o artigo 17 e seguintes da Lei nº 2.083, de 12-11-53”²⁸¹. A lei citada por Adhemar é a que regula a liberdade de imprensa. O artigo 17, cujo está inserido no Capítulo III, “Do direito de

²⁷⁷ CAVALCANTI, José. Walter. [Carta] 06 out. 1967, Fortaleza [para] QUEIROZ, Rachel de. 2f. Acervo Rachel de Queiroz/IMS.

²⁷⁸ *O Cruzeiro*, 30/04/1960, p. 118. “Crise”.

²⁷⁹ O mesmo acontece com a data da carta de Francisco Negrão de Lima em relação à crônica comentada por ele, o que indica ter sido uma prática recorrente da revista.

²⁸⁰ BARROS, Adhemar de. [Carta] 26 abr. 1960, Rio de Janeiro, [para] QUEIROZ, Rachel de. 2f. Acervo Rachel de Queiroz/IMS.

²⁸¹ *Idem*.

resposta”, diz o seguinte: “É assegurado o direito de resposta a quem for acusado em jornal ou periódico”²⁸².

A solicitação de Adhemar de Barros foi acatada e sua carta à Rachel de Queiroz foi publicada na íntegra pela revista *O Cruzeiro* três edições seguintes, em 24 de maio de 1960. A matéria não foi colocada em nenhuma seção específica, mas trazia como título “Carta de Adhemar de Barros a Rachel de Queiroz”. Antes de copiar a carta, a revista faz uma breve apresentação do ocorrido: “O Sr. Adhemar de Barros enviou a Rachel de Queiroz, cronista de ‘Última Página’, uma carta em que tece considerações de ordem política. Eis a íntegra do documento assinado pelo candidato do PSP à Presidência da República”²⁸³.

A escritora recebeu outra crítica, dessa vez mais acintosa, quando publicou a crônica “As ilhas da Federação”, em outubro de 1963, onde defende que a esperança de sobrevivência do país estava “na capacidade de resistência isolada de cada uma das unidades estaduais, contra o caos que vem de cima”²⁸⁴, daí o título do texto. Rachel cita como exemplo desta “resistência isolada” o governo de Virgílio Távora (UDN) no Ceará, iniciado em 1963, e dedica o resto de sua crônica a elogiá-lo.

As críticas ao texto de Rachel vieram de Raimunda Olga Monte Barroso, esposa de Pasifal Barroso (PTB), governador do Ceará entre 1959 e 1963 – portanto, anterior a Virgílio Távora. Em sua carta, Raimunda sai em defesa de seu marido, atribuindo a ele as melhorias do estado e o “clima de calma e menor odiosidade” encontrado por Távora. Além disso, ataca diretamente Rachel de Queiroz e seu posicionamento político, acusando-a inclusive de receber dinheiro pela publicação de seus elogios:

Você deve cobrar bem caro do Governador Virgílio pelo que escreveu. Aproveite, que o Coronel é pródigo em pagar aos que o elogiam. [...] No seu retiro da Fazenda no Quixadá deveria ser observado a vida do pequeno agricultor, agora mais triste e pobre, escorajado [sic] nas suas ínfimas rendas, a pagar duas incidências de impostos, quando no Governo passado só pagava uma. Em tempos atrás você olhava para estes humildes, mas hoje só sabe criticar quem não reza pela sua cartilha udenista ferrenha. Seja menos apaixonada nos seus pronunciamentos para evitar injustiças como a que cometeu. Isso é fundamental na missão do jornalista.²⁸⁵

Não é possível citar aqui todos os comentários feitos através de correspondências sobre as crônicas escritas por Rachel de Queiroz. Assim, procurou-se apresentar as cartas que

²⁸² Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L2083.htm. Acesso em: 27 out. 2016.

²⁸³ *O Cruzeiro*, 24/05/1960, p. 18.

²⁸⁴ *O Cruzeiro*, 12/10/1963, p. 146. “As ilhas da federação”.

²⁸⁵ BARROSO, Raimunda. [Carta] 03 out. 1963, Fortaleza [para] QUEIROZ, Rachel de. 2f. Acervo Rachel de Queiroz/IMS.

se referiam aos textos de maior relevância política escritos pela cronista, com o objetivo de analisar o papel exercido por Rachel neste campo, sua importância e alcance. O que fica claro, portanto, é a repercussão que suas crônicas alcançavam em todo o país, tanto quando se tratavam de elogios quanto de críticas. Nos próximos capítulos, então, nos aprofundaremos no conteúdo dessas crônicas.

Ao analisar as principais redes de sociabilidade de Rachel de Queiroz durante a ditadura civil-militar, pudemos perceber como a relação da escritora com o governo não se limitou apenas ao alinhamento político-ideológico. Seu envolvimento passou também por relações pessoais e profissionais, explicitadas nas trocas de cartas com intelectuais e políticos conservadores. A análise das correspondências e das redes de sociabilidade de Rachel reforça a ideia de um pacto entre intelectual e Estado, uma via de mão dupla que, embora tivesse uma disposição de forças diferente, beneficiava de alguma forma ambas as partes.

Por um lado, Rachel de Queiroz obteve recompensas tanto financeiras quanto de prestígio sociocultural durante a ditadura, como troca de favores com políticos e militares, sua nomeação para o Conselho Federal de Cultura e a eleição para a Academia Brasileira de Letras, ambas as instituições de caráter conservador e favorável à ditadura, e ainda sua nomeação como delegada do Brasil na Assembleia Geral da ONU. Por outro lado, a escritora permitiu que seu nome constasse no diretório da ARENA durante seis anos, concedendo seu prestígio intelectual ao partido, e se colocou à disposição do governo militar para colaborar com a “Revolução”, explicitada na carta a Médici: “estou sempre pronta a fazer o que me peça a ARENA e o que me mande seu Chefe”²⁸⁶. E, de fato, como vimos nas correspondências dos leitores de suas crônicas em *O Cruzeiro*, Rachel de Queiroz ficou conhecida pela adesão ao governo e pela defesa da “Revolução”. Tanto o Estado quanto a intelectual, portanto, se beneficiaram desta relação.

Antes de começarmos a análise das crônicas, cabe reforçar a ideia de que o apoio de Rachel de Queiroz à ditadura, primeiro, não se limitou apenas às crônicas, mas foi feito também através de cartas e da ocupação de espaços intelectuais importantes por parte de uma escritora que, acima de tudo, respirava política e não escondia suas posições onde quer que fosse. Em segundo lugar, este apoio não foi apenas fruto de uma afinidade ideológica ou partidária, muito embora ela estivesse bastante presente, mas também das possibilidades que

²⁸⁶ QUEIROZ, Rachel de. [Carta] 06 mar. 1972, Rio de Janeiro [para] MÉDICI, Emílio. Arquivo Emílio Garrastazu Médici/IHGB.

se abriram para Rachel de Queiroz quando militares e políticos com quem mantinha amizade ocuparam o poder.

E, por último, destacamos que, embora as redes de sociabilidade da escritora fossem extensas e múltiplas, eram também majoritariamente conservadoras, principalmente o Conselho Federal de Cultura, a ABL e a revista *O Cruzeiro*. Os políticos com quem se relacionava, da mesma forma, foram em sua maioria de partidos conservadores – primeiro a UDN e o PDC e, após 1966, a ARENA. De modo que, se a sua posição política, exposta nas crônicas da revista, influenciava na formação de suas redes de sociabilidade e na postura adotada pela escritora dentro delas, o contrário também acontecia. Rachel de Queiroz também foi influenciada pelas suas relações de amizade e proximidade com políticos e intelectuais conservadores, provavelmente tirando desse convívio assuntos abordados em suas crônicas. Veremos, a seguir, quais foram esses assuntos.

3. “JORNALISMO DE COMBATE”: A DEFESA DO GOLPE E A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA DITADURA (1960-1968)

“Eles me usavam como jornalista, eu opinava muito e era muito lida. Mas os trâmites secretos da conspiração eu não me metia a saber. [...] Mas o lado político, de pregação, de jornalismo de combate, de artigos de encomenda, de nos trazerem assuntos para a gente falar, isso era o nosso trabalho.”

(Rachel de Queiroz, Tantos Anos)

Ao longo da década de 1960, o Brasil viveu um período de intensa radicalização e disputas políticas, começando com a vitória de Jânio Quadros nas eleições de 1960 para a presidência da República, sucedida pela sua renúncia ao cargo com apenas sete meses de governo, em agosto de 1961, o que desencadeou uma grave crise política no país. O vice-presidente João Goulart, em missão diplomática na China, foi inicialmente impedido de retornar ao Brasil e assumir a presidência da República, por conta de sua identificação com o getulismo e de sua suposta ligação com grupos comunistas brasileiros. Para que Jango fosse aceito no cargo, o país teve o sistema político alterado de presidencialismo para o parlamentarismo, mudança que não durou muito tempo e foi rejeitada em plebiscito realizado em janeiro de 1963. O retorno ao presidencialismo, no entanto, não melhorou a situação difícil na qual se encontrava o país. No ano seguinte, em março de 1964, foi desencadeado o golpe civil-militar, apoiado por importantes setores da sociedade e, como veremos a seguir, pela escritora e cronista Rachel de Queiroz.

Neste capítulo serão analisadas as crônicas políticas escritas por Rachel de 1960, ano de eleição para a presidência da República, até 1968, período em que a escritora se afasta provisoriamente da revista *O Cruzeiro*. O objetivo do capítulo é compreender o “jornalismo de combate”, nas próprias palavras de Rachel, feito pela escritora no periódico, quais foram as bandeiras levantadas por ela e de que forma isso influenciou na defesa do golpe e da ditadura.

3.1 Rachel de Queiroz e o udenismo

Entre o fim do Estado Novo e o golpe civil-militar, o Brasil viveu um período democrático de 1945 a 1964, quando três principais partidos disputavam a preferência dos eleitores: UDN, PSD e PTB. Criados na iminência da saída temporária de Getúlio Vargas do

poder, os partidos políticos construíram suas identidades justamente em relação ao legado varguista: enquanto a UDN posicionava-se contra Getúlio, PTB e PSD se apresentavam como seus herdeiros políticos.

O cenário político-partidário do país antes do golpe apareceu diversas vezes nas crônicas de Rachel de Queiroz para a revista *O Cruzeiro*. Apesar de não declarar oficialmente sua preferência por um único partido, é possível identificar, através da análise dos seus textos, a afinidade da escritora com um deles: a UDN. Além disso, o conteúdo de suas crônicas também nos permite encontrar alguns apontamentos sobre os conceitos de democracia, voto e eleições defendidos por Rachel.

3.1.1 “Voto a descoberto”

O ano de 1960 foi marcado pela disputa das eleições para presidente da República e para governador e membros da Assembleia Constituinte no recém-criado estado da Guanabara. O assunto foi tratado por Rachel algumas vezes em suas crônicas, sempre com seriedade e opiniões diretas. Em uma delas, inclusive, parece ter previsto o que o destino reservava para o futuro do país: “esta eleição de 1960 é assunto sério, seríssimo, na qual estará jogando, provavelmente, o destino final da democracia brasileira”²⁸⁷.

Na mesma crônica, Rachel relata que seus leitores lhe escreviam pedindo indicações de bons candidatos para as eleições e, por conta disso, dedicaria seu espaço na revista para recomendar alguns políticos. Em âmbito nacional, a escritora declara seu voto para presidente e vice-presidente da República: Jânio Quadros e Milton Campos, respectivamente. O primeiro, que viria a ser eleito, se candidatou pelo PTN e foi apoiado por uma coligação de partidos, entre eles a UDN, e teve como adversário o marechal Lott, lançado pela coligação governista PTB/PSD, vencedora nas eleições de 1955 com Juscelino Kubitschek. Rachel de Queiroz foi grande apoiadora da campanha de Jânio Quadros, exaltando a capacidade do candidato de trazer a mudança necessária para o desenvolvimento do país: “A nossa firme esperança é que Jânio venha restaurar no Brasil um estilo de governo federal que já quase ninguém recorda; um tipo de governo que aqui não vemos creio que desde os velhos tempos do quadriênio Rodrigues Alves”²⁸⁸.

²⁸⁷ *O Cruzeiro*, 10/09/1960, p. 178. “Voto a descoberto”.

²⁸⁸ *Ibidem*.

Quando Jânio tomou posse como presidente da República, no início de 1961, convidou Rachel de Queiroz para assumir o Ministério da Educação e Cultura. A escritora, contudo, recusou o convite, justificando que não nascera para ser “mulher pública”.²⁸⁹ Mesmo assim, Rachel comemorou com entusiasmo a vitória de Jânio em suas crônicas, destacando que a “velha guarda da Oposição”, na qual a escritora se incluía, não estava acostumada a vencer eleições nacionais e nem a ser governista.²⁹⁰ Apostava no “tempo das falas novas”, ou seja, em um novo jeito de governar que Jânio traria para mudar profundamente o país:

Meu Deus, parece um sonho. A gente volta a ter esperança. A acreditar em alguma coisa. A gente, a quem o governo nada tem a dar em posições nem em vantagens pessoais – que do governo nada quer senão que governe, que exerça o mandato do povo na sua plenitude, e governe, com largueza, com dignidade, com honradez e com inteligência.²⁹¹

O candidato apoiado por Rachel para a vice-presidência, Milton Campos, foi um dos fundadores da UDN, em 1945, e concorreu às eleições de 1960 com o apoio do seu partido. No entanto, foi derrotado pelo candidato da chapa PSD/PTB, João Goulart, por uma diferença de aproximadamente 300.000 votos.²⁹² Durante a crise política de 1964, Milton Campos participou ativamente do golpe e tornou-se ministro da Justiça no governo Castelo Branco.²⁹³ Sobre o candidato a vice-presidente, Rachel de Queiroz teceu uma série de elogios:

E deixem-me acrescentar que é uma alegria ter a oportunidade de nomear nesta coluna alguém que é um dos capitais humanos mais preciosos deste País, um homem cuja simples presença na vida pública é uma das causas da gente não desanimar de ser brasileiro. (...) Generoso, inteligente, bem informado, humilde, prudente, bravo, honesto, o Sr. Milton Campos é um dos mais perfeitos homens públicos que o Brasil já produziu.²⁹⁴

Para governador do estado da Guanabara, Rachel de Queiroz indicou Carlos Lacerda, também candidato pela UDN, como “escolha óbvia”. Lacerda foi um dos mais ferrenhos opositores de Getúlio Vargas e de seus herdeiros na política brasileira. Com discurso moralizador, anticomunista e muitas vezes agressivo, Lacerda era um dos principais nomes da UDN, sendo cotado para as eleições presidenciais de 1965, que não chegaram a acontecer.

²⁸⁹ *O Cruzeiro*, 24/03/1971, p. 106. “Rachel de Queiroz: A viagem para o tempo da autora de ‘O Quinze’”.

²⁹⁰ *O Cruzeiro*, 22/10/1960, p. 132. “Aleluia”.

²⁹¹ *O Cruzeiro*, 29/10/1960, p. 168. “O tempo das falas novas”.

²⁹² Desde a Constituição de 1946 ficou estabelecido que as eleições para presidente e vice-presidente da República aconteceriam de forma separada. A votação desvinculada ficou em vigência até 1964, quando o golpe civil-militar desencadeou uma ruptura institucional.

²⁹³ Cf. *Dicionário histórico e biográfico brasileiro*/ Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (DHBB/CPDOC). Verbete: Milton Soares Santos. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/milton-soares-campos>>. Acesso em: 08 ago. 2016.

²⁹⁴ *O Cruzeiro*, 29/10/1960, p. 168. “O tempo das falas novas”.

Vitorioso no pleito de 1960, governava a Guanabara em 1964 e apoiou ativamente os militares, até romper com a ditadura em 1965, após frustrar-se com a suspensão das eleições diretas para a presidência da República, imposta pelo AI-2.

Para os constituintes do recém-criado estado da Guanabara, Rachel de Queiroz indicou um total de 14 nomes,²⁹⁵ divididos entre três partidos: Dulce Magalhães, Gladstone Chaves de Melo e Luiz Carlos Mancini (PDC); Humberto Bastos e Lopo Coelho (PSD); Afonso Arinos de Mello Franco Filho, Aliomar Baleeiro, Arnaldo Nogueira, Carlos Flexa Ribeiro, Hélio Fernandes, Lígia Maria Lessa Bastos, Murilo Miranda, Sandra Cavalcanti e Temístocles Cavalcanti (UDN).²⁹⁶

Desta lista temos três candidatos citados do PDC, dois do PSD e nove da UDN, partido que detém a ampla maioria das indicações feitas por Rachel de Queiroz. O Partido Democrata Cristão, segundo mais citados pela escritora, era também um partido antigetulista e de bandeiras conservadoras, recorrente aliado da UDN nas disputas eleitorais – inclusive nas eleições nacionais de 1960, quando ambos apoiaram Jânio Quadros. É interessante destacar, ainda, que apesar de Rachel citar todos esses políticos, em nenhum momento menciona suas filiações partidárias, com exceção de Lopo Coelho, apresentado como “representante do que há de melhor no PSD dutrista”²⁹⁷. Além disso, a escritora indica o nome de três candidatas em sua crônica, reforçando a ideia de que, para Rachel de Queiroz, mulher também sabia fazer política.

Em setembro de 1962, véspera das eleições para deputado, senador e governador em onze estados, Rachel de Queiroz escreveu nova crônica, “Candidatos”²⁹⁸, onde mais uma vez sugeriu alguns nomes como opções de votos para seus leitores: Virgílio Távora (UDN) para governador e Paulo Sarasate (UDN) para deputado federal, ambos pelo Ceará; João Calmon (PSD) para senador pelo Espírito Santo²⁹⁹; Juracy Magalhães (UDN) para senador e Lopo Coelho (PSD) para vice-governador da Guanabara. Novamente, Rachel de Queiroz não menciona a filiação partidária dos candidatos.

²⁹⁵ *Ibidem*.

²⁹⁶ As filiações partidárias dos candidatos foram identificadas a partir de edições do *Jornal do Brasil* da época e de verbetes consultados no Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro organizado pelo CPDOC.

²⁹⁷ *O Cruzeiro*, 29/10/1960, p. 168. “O tempo das falas novas”.

²⁹⁸ *O Cruzeiro*, 29/09/1962, p. 130. “Candidatos”.

²⁹⁹ Na verdade, em 1962 João Calmon foi eleito deputado federal pelo Espírito Santo. Provavelmente a escritora se confundiu na hora de apresentar o candidato.

Nesta crônica, escrita a menos de dois anos do golpe civil-militar, o perfil dos políticos indicados possuía um importante traço em comum: todos apoiaram o movimento de 1964 e filiaram-se à ARENA após a implantação do bipartidarismo. Durante a ditadura, Virgílio Távora foi deputado federal, senador e governador pelo Ceará, além de vice-presidente da ARENA durante os governos Médici e Geisel; Paulo Sarasate conspirou ativamente pelo golpe e foi senador também pelo Ceará, até junho de 1968, quando faleceu; João Calmon, um dos organizadores da *Rede da Democracia*, foi deputado federal e senador pelo Espírito Santo, chegando a ter seu nome indicado por Costa e Silva para a vice-presidência da República; Juracy Magalhães foi embaixador do Brasil nos Estados Unidos, ministro da Justiça e ministro das Relações Exteriores durante o governo Castello Branco; Lopo Coelho foi deputado estadual pela Guanabara e ministro do Tribunal Superior do Trabalho nomeado pelo presidente Geisel.³⁰⁰

Todos os nomes indicados por Rachel atuaram ativamente durante a ditadura, exercendo cargos importantes tanto nos governos militares quanto na ARENA, partido situacionista. Além disso, mais uma vez a maioria dos candidatos citados pela escritora era filiada à UDN, o que demonstra a simpatia que Rachel de Queiroz tinha pelo partido, embora não declarasse explicitamente. Contudo, a afinidade da escritora com a UDN não se limitava apenas à indicação de candidatos. O discurso político desenvolvido em suas crônicas também se assemelhou, em diversos momentos, às principais bandeiras do chamado “udenismo”: antigetulismo, anticomunismo e moralismo.

Maria Victória Benevides analisa a trajetória política do partido em “A UDN e o Udenismo”, apresentando suas disputas internas, as principais bandeiras defendidas e as diferentes posturas adotadas diante de importantes acontecimentos na vida política do país entre 1945 e 1965. A partir de seus estudos, Benevides define a UDN como detentora de uma herança ideológica associada ao liberalismo e de uma imagem pública construída através do moralismo e do elitismo, cujas duas principais bandeiras foram o antigetulismo e o anticomunismo.³⁰¹

Contudo, Benevides não analisa apenas o partido em si, mas aborda também o que chama de “udenismo”, movimento político-ideológico que extrapolou a UDN ao alcançar

³⁰⁰ Cf. Verbetes dos políticos consultados no *Dicionário histórico e biográfico brasileiro*/ Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (DHBB/CPDOC).

³⁰¹ BENEVIDES, Maria Victória. *A UDN e o udenismo: ambiguidades do liberalismo brasileiro (1945-1965)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981, p. 19-20.

adeptos que não eram necessariamente filiados ao partido, mas possuíam uma “mentalidade udenista”. Assim a autora define o termo:

O udenismo é entendido como o conjunto de “ideologias” e práticas políticas que poderiam extrapolar os limites institucionais da UDN (o partido político) mas com ela se identificavam, no reconhecimento público e num circuito simbólico de mútua alimentação.³⁰²

A partir da análise feita das crônicas de Rachel de Queiroz, entende-se que a escritora fazia parte deste movimento denominado *udenismo*, ainda que não apareça, em seus textos, nenhuma declaração expressa de filiação ou afinidade à UDN. Começaremos analisando, portanto, um dos traços mais fortes tanto do pensamento político de Rachel quanto do udenismo: o antigetulismo.

3.1.2 Antigetulismo

Como já abordado anteriormente, Rachel de Queiroz foi presa diversas vezes durante o Estado Novo, teve um de seus livros queimado em praça pública e admitiu, em sua autobiografia, que sua geração considerava Getúlio Vargas “a fonte de todos os males políticos” do país e símbolo de “todo o desastre nacional”³⁰³. A repulsa que a escritora sentia em relação a Getúlio foi transferida, após a morte do presidente, aos políticos considerados “herdeiros do getulismo”, principalmente Juscelino Kubistchek e João Goulart.

Em crônica publicada em janeiro de 1966, onde Rachel faz um “balanço” sobre os acontecimentos do ano anterior, cita o governo militar como o que “depôs e substituiu no Poder a oligarquia varguista-juscelino-janguista que nos consumia há trinta e cinco anos”³⁰⁴, tratando o governo de três presidentes diferentes de forma igualmente pejorativa, considerando-os quase como se fossem um só. Segundo o dicionário *Houaiss*, o termo “oligarquia” corresponde a um “regime político em que o poder é comandado por um número restrito de pessoas que pertencem a um mesmo partido, classe ou família”³⁰⁵. Rachel de Queiroz utilizou o termo de forma negativa em várias crônicas para indicar, portanto, que um número restrito de políticos pertencentes ao mesmo grupo comandou o país por muitos anos.

Como veremos neste capítulo, a escritora também utilizou os termos “getulismo” e “janguismo” recorrentemente em seus textos, sempre com conotação negativa. O uso destes

³⁰² *Idem*, p. 147.

³⁰³ QUEIROZ, Rachel de; QUEIROZ, Maria Luíza de. *Op. Cit.*, p. 201.

³⁰⁴ *O Cruzeiro*, 08/01/1966, p. 106. “Balanço de fim de ano”.

³⁰⁵ HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. *Minidicionário Houaiss da língua portuguesa*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004, p. 531.

termos, contudo, não foi exclusividade de Rachel – faziam parte do vocabulário político da época, aparecendo em jornais como *Folha de S. Paulo* e *Jornal do Brasil*. A *Folha* utilizava “janguismo” e “getulismo” como sinônimo de “populismo” e “comunismo”, vistos como conceitos negativos.³⁰⁶ No *JB*, “janguismo” aparece mais de 90 vezes só no ano de 1964.³⁰⁷ No dia 2 de abril, logo após o golpe, o jornal classifica o “janguismo” como objeto de “desterro político”, pois impregnava com paternalismo e extremismo o movimento trabalhista, sintomas infantis que permitiram “o ingresso da influência comunista nas fileiras do janguismo, a ponto de se aproximar e dominar a própria figura do caudilho”³⁰⁸.

Portanto, assim como a grande imprensa de um modo geral, Rachel de Queiroz também utilizava esses termos a partir de conotações negativas. As críticas ferrenhas a Getúlio Vargas e ao Estado Novo foram recorrentes em suas crônicas, citados sempre como responsáveis pelos males que o país enfrentava. Em novembro de 1965, pouco depois da edição do AI-2, por exemplo, Rachel de Queiroz escreve defendendo o decreto de Castello Branco e, para isso, compara o presidente militar a Getúlio:

Os comentários de má fé tentam analogias entre a situação atual e a instalação do Estado Novo fascista de Vargas em 37. No entanto, a diferença é diametral entre as duas situações. Vargas, em 37, cometeu simplesmente um golpe de estado para se perpetuar no poder. [...] E que diferença, igualmente enorme, entre os dois homens na presidência, o de 37 e o de agora! Enquanto um a si mesmo se proclamava ditador vitalício, o Presidente da Revolução a si mesmo se decreta inelegível para um segundo período. [...] Que não é um Franco, não é um Salazar, e, acima de tudo, não é um Getúlio.³⁰⁹

Ao comparar os dois presidentes, Getúlio e Castello, Rachel atribui ao primeiro a sede pelo poder e a alcunha de “ditador”, colocando-o ao lado de Franco e Salazar, chefes de governos autoritários na Europa. Castello Branco, por outro lado, se declarava inelegível para as próximas eleições, o que demonstraria seu desapego ao poder e sua legítima preocupação com o futuro do país.

Segundo Benevides, o antigetulismo foi o principal elemento para cimentar a união na UDN, servindo muitas vezes para criar uma identidade, construída a partir da relação de

³⁰⁶ DIAS, Luiz Antonio. “O Golpe Impresso: Análise da participação dos jornais *O Estado de S. Paulo* e a *Folha de S. Paulo* no golpe civil-militar de 1964”. In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA, 22, 2014, Santos. *Anais...* São Paulo: Anpuh, 2014, p. 1-17.

³⁰⁷ Consulta feita através do mecanismo de busca na hemeroteca digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 15 jan. 2017.

³⁰⁸ *Jornal do Brasil*, 02/04/1964, p. 5. “Passado” apud KIELING, Camila Garcia. “Autoritarismo no Discurso da Imprensa Brasileira Durante o Golpe de 1964”. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 38, 2015, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: Intercom, 2015, p. 11.

³⁰⁹ *O Cruzeiro*, 20/11/1965, p. 114. “O Ato Número Dois”.

oposição aos outros dois grandes partidos nacionais, o PSD e o PTB. Desde quando foi fundada, em 1945, a UDN fez oposição ao Estado Novo de Getúlio Vargas e sua herança política, passando pelo próprio governo de Getúlio, de 1951 a 1954, até os governos de JK e Jango, ambos resultado da coligação PSD/PTB. Ou seja, colocando-se como uma agremiação antigetulista, a UDN mostrava justamente o que *não era*, distanciando-se dos dois partidos herdeiros da tradição política de Vargas.

Em caminho semelhante, as crônicas de Rachel de Queiroz não se limitaram apenas a criticar a figura de Getúlio, mas incluíam também comentários negativos sobre o PSD e o PTB. Em “A lição dos escândalos”, escrita em fevereiro de 1964 – dois meses antes do golpe –, a escritora comenta a crise pela qual passava a Petrobrás, suscitada por denúncias de corrupção divulgadas no mês anterior envolvendo a cúpula da estatal. A direção da Petrobrás era acusada de desviar dinheiro público tanto para benefício próprio quanto para financiar eventos e publicações de grupos de esquerda.

Na crônica, Rachel de Queiroz critica a “cúpula trabalhista” da estatal, argumentando que não existe verdadeiramente um partido trabalhista nacional, mas “uma minoria audaciosa, viciada em todas as astúcias do continuísmo e do assalto ao poder, que tomou conta do movimento e o explora em seu próprio benefício”, de modo que esses supostos trabalhistas, “homens formados politicamente dentro da ditadura”, poderiam se intitular “qualquer outra denominação inverídica, porque na verdade o que eles não têm é ideologia”³¹⁰. A escritora, portanto, desqualifica os políticos pertencentes ao trabalhismo brasileiro, descrevendo-os como oportunistas e formados na ditadura do Estado Novo.

Esse argumento de artificialismo político está presente novamente mais adiante na crônica, quando Rachel apresenta sua própria explicação sobre como foram fundados o PSD e o PTB, em 1945. Segundo a escritora, já no período de declínio do Estado Novo, Getúlio Vargas teria percebido a “onda democrática” que se espalhava pelo mundo com o fim da Segunda Guerra Mundial e, antes que outro o fizesse, resolveu conduzir o processo de abertura política no Brasil, criando “com sua própria gente” dois novos partidos políticos:

Basta isso para ver o artificialismo, a imposição da medida: os dois partidos que deveriam exprimir tendências antagônicas, nasciam do mesmo ventre ditatorial, gêmeos inseparáveis, obedecendo a um único comando. De um lado, fazendo as vezes de **direita**, os coronéis do interior, a velha resistência oligárquica dos “carcomidos” de 30, que, para sobreviver, aderira à ditadura: era o núcleo do PSD. A **esquerda** era aquilo que nem mesmo o PSD engolia, a pelegada que se apossara

³¹⁰ *O Cruzeiro*, 22/02/1964, p. 130. “A lição dos escândalos”.

do Ministério do Trabalho, a turma de choque da ditadura, os donos da Previdência Social, das gordas verbas como as do Imposto Sindical e etc, – e com eles se fez o PTB.³¹¹

Tanto para falar do trabalhismo quanto para explicar o surgimento do PSD e do PTB, Rachel de Queiroz enfatiza a origem ditatorial de ambos, forjados a partir da cúpula do Estado Novo. O discurso da escritora é uma forma de desvalorizá-los e tornar artificial a sua criação, colocando-os como atos impostos de cima para baixo, sem nenhuma relação com a vontade popular e, portanto, sem nenhuma legitimidade. Levando-se em consideração que dois dos maiores partidos atuantes no período democrático de 1945-1964, o PSD e o PTB, eram descritos como artificiais por Rachel, fica evidente o descrédito com que a intelectual encarava o sistema político brasileiro da época.

O argumento do “artificialismo” como característica dos partidos políticos brasileiros no período de 1945 a 1964 surgiu na segunda metade do século XX, desenvolvido principalmente pela sociologia e pela ciência política. Na tentativa de explicar o colapso do sistema democrático vigente, substituído por uma ditadura que duraria 21 anos, apontou-se a suposta debilidade dos partidos em atividade, com vínculos irremediavelmente precários com a sociedade e ausentes de um enraizamento social mais profundo, o que teria aberto caminho para o golpe de 1964. Contudo, esses argumentos são refutados na tese do processo de *consolidação* de Antonio Lavareda, que, a partir da verificação das principais características do sistema eleitoral entre 1945 e 1964 e de pesquisas de opinião e intenções de voto realizadas pelo Ibope na época, aponta a identificação partidária presente no eleitorado brasileiro e a congruência entre esta identificação e o voto efetivo dado nas urnas. Desta forma, Lavareda defende que o sistema partidário no Brasil caminhava no início da década de 1960 para um processo de *consolidação*, ainda que de modo não linear, e não para um colapso iminente e inevitável, como muitas pesquisas defenderam.³¹²

Para comprovar sua tese, Lavareda apresenta uma pesquisa feita em março de 1964, ou seja, dias antes da instauração da ditadura, cuja pergunta era “Qual é o partido político de sua simpatia?”³¹³. A pesquisa foi realizada nas oito principais capitais do país e apontou o PTB como o partido de maior preferência entre os entrevistados, com 29% das citações, seguido pela UDN (14%), PSD (7%), PSP (5%) e o restante dos partidos reunidos na

³¹¹ *Ibidem*.

³¹² LAVAREDA, Antonio. *A democracia nas urnas: o processo partidário-eleitoral brasileiro, 1945-1964*. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Revan, 2012.

³¹³ *Idem*, p. 149.

categoria Outros (7%). Portanto, às vésperas do golpe civil-militar, quase dois terços dos entrevistados foram capazes de citar, em pergunta aberta, um partido político de sua preferência, o que indica a prevalência da identificação partidária. Além disso, Lavareda mostra também como as pesquisas apontam um aumento, na maior parte dos casos, desta identificação entre partidos políticos e sociedade ao longo dos anos, de 1955 a 1964. E, por fim, como esta identificação partidária se refletiu no comportamento dos eleitores nas eleições presidenciais deste período. Desta forma, ainda que PTB e PSD tenham sido criados sob a chancela do Estado Novo, estavam longe de ser partidos “artificiais”, sem legitimidade e vínculos significativos com a sociedade, como argumentou Rachel de Queiroz.

No entanto, a argumentação da escritora parece ter sido bem aceita entre seus leitores – ou pelo menos por um deles. Durante o período estudado para esta pesquisa, de 1960 a 1975, a revista *O Cruzeiro* manteve uma seção intitulada *Escreve o leitor*, geralmente nas primeiras páginas da publicação, onde divulgava trechos de correspondências enviadas pelos seus leitores. As cartas continham críticas e elogios às reportagens e aos artigos publicadas, sugestões de temas para matérias e os mais variados pedidos. Na maioria dos casos, seguia-se aos comentários uma resposta elaborada pelos editores aos seus correspondentes. Cerca de dois meses depois da publicação de “A lição dos escândalos”, o leitor João S. Terra, de Minas Gerais, teve o seguinte trecho de sua carta publicado:

“...li, num crescendo de entusiasmo, o judicioso e vibrante artigo “A Lição dos Escândalos” de Rachel de Queiroz. Daquelas três colunas que formam uma espécie de tripé de telescópio, Rachel assentou as poderosas lentes do seu poder mnemônico sobre o passado político do Brasil e focalizou, numa síntese admirável, as ominosas fontes do alude de imoralidades que desabou sobre a Petrobrás...”³¹⁴

Apesar de não podermos considerar um único comentário como a opinião geral de seus leitores, é interessante perceber como a argumentação de Rachel de Queiroz sobre o passado político recente do país teve pelo menos alguma aceitação positiva. O leitor João S. Terra, ao que parece, compartilha a visão moralista da escritora e suas críticas à diretoria da Petrobrás, considerada por ele “um alude de imoralidades”³¹⁵.

Em outra crônica, a escritora explicita novamente sua pouca fé no sistema político brasileiro, mas dessa vez envolvendo o próprio povo. No texto “Os ratos de Pavlov”³¹⁶, Rachel relembra experiência feita por um cientista russo que resultou na teoria

³¹⁴ *O Cruzeiro*, 18/04/1964, p. 72. “Escreve o leitor”.

³¹⁵ “Alude” tem aqui o sentido de avalanche: uma “avalanche de imoralidades” que desabava sobre a Petrobrás.

³¹⁶ *O Cruzeiro*, 20/07/1963, p. 130. “Os ratos de Pavlov”.

comportamental do condicionamento clássico, na qual um animal cria reflexos condicionados diante de uma situação a partir da sua repetição. A experiência de Pavlov ficou famosa, no entanto, pelo seu estudo a partir da saliva de cães³¹⁷, e não de ratos. Na crônica, a escritora utiliza a experiência científica como uma metáfora para o que estaria acontecendo no Brasil, com Pavlov sendo representado pelos nossos políticos “demagogos” e os ratos pelo povo brasileiro, de modo que a escolha pela comparação com esses animais, em detrimento dos cães, não é um mero acaso e indica a denotação negativa que Rachel buscava atribuir à população:

Resultado idêntico ao de Pavlov com os seus ratos é que esses demagogos estão conseguindo agora com o povo brasileiro: hoje o povo só reage por reflexo condicionado. Não adianta nem precisa lhe explicar nada, expor motivos, raciocinar ou argumentar: basta berrar os “slogans” preparados – e há uma porção deles que fazem o brasileiro reagir. [...] se o primeiro centauro desmontar de si mesmo numa esquina e se puser aos berros, corre tudo atrás dele. “Plebiscito!” “Reforma constitucional!” “Vamos jangar!” “Presidencialismo!” “Reforma de base!” Quem saberá o que se esconde sob esse neologismo grotesco – **jangar?** Aposto um ano de salário como em cada mil brasileiros somente dez sabem o que é reforma de base – e desses dez uns oito não saberão qual a reforma de base que estão propondo os agitadores.³¹⁸

Este trecho da crônica evidencia, primeiro, seu descrédito em relação à capacidade de raciocínio e formação de opinião crítica dos brasileiros, comparados aqui a animais irracionais, condicionados a seguir qualquer “agitador” que grite alguns *slogans*; e em segundo, afirma que a quase totalidade do povo brasileiro não sabia o que eram de fato as reformas de base, desvalorizando uma das bandeiras mais importantes levantadas pela esquerda no início da década de 1960.

Além disso, o trecho acima demonstra a visão da escritora sobre um povo brasileiro ingênuo, desinformado e facilmente manipulado por “agitadores” e “demagogos”, que nada mais precisam fazer além de “berrar” para garantir seguidores. Esta linha de pensamento elitista presente na argumentação de Rachel se assemelha bastante ao populismo, conceito utilizado como categoria explicativa da política brasileira entre 1930 e 1964, segundo a qual existiria uma relação desigual entre Estado e sociedade, culpabilizando o primeiro e vitimando o segundo. Nesta visão, o povo era manipulado por um Estado paternalista que utilizava a repressão e a propaganda para cooptá-lo e corrompê-lo. Desenvolvido no Brasil a partir de 1945, com o fim do Estado Novo, o conceito do populismo se desenvolveu em

³¹⁷ OSTERMANN, Fernanda; CAVALCANTI, Cláudio José de Holanda. *Teorias de Aprendizagem*. UFRGS: Rio Grande do Sul, 2010, p. 7-10. Disponível em: <<http://files.pibid-unibr-sao-vicente.webnode.com/200000051-0d0a70e086/Teorias%20de%20aprendizagem.pdf>>. Acesso em: 11 jul. 2016.

³¹⁸ *O Cruzeiro*, 20/07/1963, p. 130. “Os ratos de Pavlov”.

inúmeras direções e sob diferentes vieses, mas, de um modo geral, manteve a perspectiva acerca do povo brasileiro como facilmente manipulado, “débil”, vítima impotente diante do Estado ou de grupos dominantes.³¹⁹

A trajetória e os discursos políticos da UDN apresentam linha de pensamento semelhante. Segundo Benevides, o partido “sempre hesitou em admitir a ampla participação das classes populares – eternamente ‘imaturas’, por um lado, ou potencialmente ‘subversivas’, por outro – no processo político brasileiro”³²⁰. Historicamente, a UDN ficou conhecida pela sua contestação a quase todos os resultados eleitorais para presidente da República e pelo apelo ao golpismo. Na vitória de Getúlio Vargas, em 1950, e na de JK, em 1955, os udenistas alegaram a tese da maioria absoluta para impedir a posse de ambos, argumentando que nenhum dos dois havia alcançado mais da metade dos votos. Além disso, membros do partido pediram intervenções militares contra o governo Vargas, contra a candidatura de Juscelino à presidência, contra a posse de João Goulart em 1960 e, por fim, contra a continuação do governo de Jango, em 1964, quando o golpe de fato aconteceu.³²¹

Por conta desses fatores, Benevides argumenta que o “golpismo” presente na trajetória da UDN não era um mero deslize ou ruptura, mas encontrava-se no cerne da ideologia udenista, visto como um meio legítimo e necessário para chegar aos fins desejados, “sempre decorrente da fé inabalável na ‘presciência das elites’, na ‘imaturidade do povo’ e na identificação de reivindicações sociais com anarquia”³²². Especialmente estes dois últimos, imaturidade do povo e depreciação de reivindicações sociais, estão presentes também na crônica de Rachel de Queiroz sobre os ratos de Pavlov, analisada nas páginas anteriores.

3.1.3 Anticomunismo

A segunda característica que aproxima Rachel de Queiroz e a UDN em seus discursos é o anticomunismo. Segundo Benevides, desde a fundação do partido havia uma identificação dos comunistas com a exploração da miséria que afetava a população brasileira. No entanto, o anticomunismo só viria a se tornar uma efetiva bandeira ideológica a partir do governo JK,

³¹⁹ FERREIRA, Jorge. “O nome e a coisa: o populismo na política brasileira”. In: _____ (Org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. Curiosamente, a epígrafe que abre o artigo de Jorge Ferreira é justamente uma citação de Rachel de Queiroz, onde a escritora afirma que “não há povo amorfo. Não há massa bruta e indiferente”.

³²⁰ BENEVIDES, Maria Victória. *Op. Cit.*, p. 282.

³²¹ FICO, Carlos. *História do Brasil Contemporâneo: da morte de Vargas aos dias atuais*. São Paulo: Contexto, 2015.

³²² BENEVIDES, Maria Victória. *Op. Cit.*, p. 255.

quando o antigetulismo passa para segundo plano, e ganha ainda mais força no início dos anos 1960, com a subida de Jango ao poder e sua proximidade com as esquerdas brasileiras. Embora pregasse o liberalismo como uma de suas bandeiras, a UDN privilegiou o anticomunismo na medida em que lutava pelo reforço do aparelho estatal e pela militarização e repressão aos movimentos sociais como único meio de garantir os comunistas afastados do poder.

No livro *Em guarda contra o perigo vermelho*, Rodrigo Patto Sá Motta analisa as principais fontes ideológicas responsáveis por fornecer argumentos ao anticomunismo presente na sociedade brasileira. Para o autor, as representações anticomunistas derivam, de um modo geral, de três matrizes básicas: catolicismo, nacionalismo e liberalismo.³²³ Foram identificadas duas dessas matrizes sugeridas por Motta nas crônicas de Rachel de Queiroz.

A primeira delas é o nacionalismo, bandeira disputada por diversos grupos ao longo do século XX no Brasil e, por isso, um conceito que pode adquirir significados diferentes a depender de quem o reivindica. Para os conservadores, nacionalismo implicava em uma ideia de nação unida, harmônica e indivisível, onde o comunismo aparecia como ameaça à unidade do corpo nacional justamente por incentivar a luta de classes. Comandados pela URSS, os comunistas seriam elementos estranhos à integridade da nação por constituírem um fenômeno estrangeiro. Assim, segundo Motta, “o comunismo habitava os pesadelos dos conservadores, à medida que representava o fantasma da desagregação, da ruptura da ordem e da unidade orgânica da nação. Ele era a personificação do estrangeiro, do alienígena, em uma palavra, do ‘outro’”³²⁴.

Esta interpretação é encontrada nas crônicas de Rachel de Queiroz durante o período pesquisado. Em texto cujo tema central é justamente o nacionalismo brasileiro, segundo a escritora, exacerbado após a conquista da Copa do Mundo de 1962 pela seleção de futebol, Rachel de Queiroz chama a atenção para o uso político que o governo de João Goulart e os comunistas brasileiros estariam fazendo da vitória no campeonato:

Debaixo da capa verde e amarela deles, o rabo vermelho aparece às claras. Por trás dos energúmenos, a dar corda nos realejos, a lhes insuflar o “patriotismo”, está esse filho degenerado do socialismo que é o fascismo soviético. Sim, porque uma das maiores provas da corrupção do ideal socialista sob o estalinismo e o krutchevismo é precisamente a falta de escrúpulo com que exploram os nacionalismos locais em

³²³ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o “Perigo Vermelho”*: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva: FAPESP, 2002.

³²⁴ *Idem*, p. 34.

benefício da sua guerra fria. [...] o caminho deles hoje não leva mais ao socialismo, e sim ao fascismo, à ditadura militarista e imperial. [...] Nada mais estúpido, cego, incapaz de raciocínio e lógica do que um desses espumantes “nacionalistas” que urram nos comícios e assembleias, insuflando o que há de mais mesquinho e perigoso na psicologia das massas.³²⁵

Provavelmente por conta de seu passado ligado ao PCB e a grupos trotskistas, Rachel de Queiroz não refuta as ideias socialistas “originais”, mas sim a distorção que ela alega ter sofrido o “ideal socialista”, tanto no exterior quanto no Brasil. Nesta e em várias outras crônicas, a escritora trata os comunistas brasileiros como “falsos comunistas”, interessados apenas em dinheiro e poder, e não no melhor para o seu país. Ao descrevê-los com um “rabo vermelho” escondido por baixo de vestes verde e amarelas, Rachel os define também como falsos nacionalistas, que apenas fingem se interessar pelo Brasil, quando na verdade respondem apenas ao “fascismo soviético”. Além disso, utiliza as palavras “patriotismo” e “nacionalistas” entre aspas para se referir a eles, indicando sua descrença em relação aos adjetivos que os comunistas se atribuíam. Por fim, novamente temos aqui a caracterização deste grupo como agitadores e desordeiros, “insuflando” ideias subversivas nas massas facilmente manipuláveis.

O “rabo vermelho” é também uma alusão à figura do diabo, muito utilizada pelos anticomunistas para associar o comunismo à ideia de “maligno”, “demônio” e “encarnação do mal”. Segundo Motta, esta associação esteve presente no discurso religioso, historicamente baseado na crença de agentes malignos, colocando o demônio em posição de destaque como fonte originária do mal. Assim, quando a Igreja começou a identificar o comunismo como uma ameaça, passou a descrevê-lo como “cria de Satanás”. Contudo, a associação entre comunismo e diabo não se limitou ao discurso religioso, aparecendo também em charges de jornais como *O Globo* e *A Offensiva* e publicações de organizações anticomunistas. Além disso, era recorrente a descrição do demônio comunista como “sorrateiro”, “um grande mestre do embuste” que agia disfarçadamente, levando para o descaminho pessoas inadvertidas.³²⁶ Rachel de Queiroz, de forma semelhante, denuncia o “rabo vermelho” “debaixo da capa verde e amarela”, ou seja, a imagem do diabo sorrateiro, disfarçado de nacionalista para confundir os desavisados.

Em maio de 1963, praticamente um ano antes do golpe, Rachel de Queiroz escreve a crônica “Sede de justiça”, na qual dialoga com sua leitora Maria do Carmo Memória.

³²⁵ *O Cruzeiro*, 07/07/1962, p. 122. “Nacional”.

³²⁶ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Op. Cit.*

Segundo a escritora, Maria do Carmo lhe escreveu sobre a postura insuficiente da Igreja Católica diante das questões sociais, questionando por que as igrejas de todo o mundo, junto com católicos e democratas, permitem que bandeiras como a justiça social, o combate à discriminação racial, a luta contra a fome e a doença “sejam empunhadas justamente pelos comunistas e demagogos comunizantes”³²⁷. Rachel de Queiroz afirma concordar com a sua leitora e apresenta sua explicação para o fato:

Principalmente porque você e eu, e todos que pensam como nós, estamos interessados nessas reformas, enquanto eles, que as pregam, não o estão. Essa gente por aí que chora as dores do proletariado e mora em residência de luxo, que fala em reforma agrária formando realmente nos grupos de maiores latifundiários do País, que pertence ao partido dos trabalhadores e na verdade jamais empregou as duas mãos em trabalho de nenhuma espécie, – esses nossos chamados pregadores da justiça social são, na sua maioria absoluta, simples impostores, sem o menor interesse numa ordem social mais justa. O que eles querem é apenas a subversão, a confusão e a desordem, que lhes permitam subir na crista da onda e então impor a *forma de governo* deles, a qual, naturalmente, não terá nada de socialista nem comunista, é claro.³²⁸

Novamente identificamos argumentações recorrentes nas crônicas de Rachel de Queiroz: a imagem de que os comunistas brasileiros não são de fato comunistas, mas apenas subversivos e desordeiros que não têm interesse nenhum nos problemas do país ou do trabalhador brasileiro, e sim na conquista de poder. Mais à frente, Rachel incentiva sua leitora a se opor a este grupo:

É contra eles, Maria do Carmo, que temos que prevenir os moços, levados pela sua generosidade e pela sua sede de justiça ao caminho da reforma social. Com eles você não terá reforma nenhuma, mas apenas peleguismo, agitação estéril, sacrifício dos mais fracos, e, quando o caos for completo, – ditadura.³²⁹

A inquietação de Rachel de Queiroz com os comunistas brasileiros, portanto, não é propriamente uma divergência ideológica quanto à base que forma os primórdios dos movimentos socialistas ou comunistas – os quais a própria intelectual integrou na década de 1930. Ao contrário, Rachel sugere que católicos e democratas também levantem as bandeiras de justiça social, reformas sociais, combate à fome e à miséria.

As crônicas anticomunistas de Rachel não se limitaram ao período anterior ao golpe. Em janeiro de 1966 a escritora publica uma crônica sobre a morte de Astrojildo Pereira, fundador e primeiro secretário-geral do PCB, descrito por ela como “o último dos ‘velhos

³²⁷ *O Cruzeiro*, 04/05/1963, p. 130. “Sede de justiça”.

³²⁸ *Ibidem*.

³²⁹ *Ibidem*.

bolcheviques’ do Brasil”. No texto, Rachel desenvolve suas impressões sobre as mudanças sofridas pelo comunismo:

Os que hoje reinam por aí são os “mutantes” do leninismo, os filhos espirituais de Estaline [sic] (mesmo que o tenham renegado depois da famosa reviravolta) – as sobras dos expurgos. Aos poucos foram sendo eliminados, dentro das linhas comunistas, os homens que se haviam deixado levar pela fascinação de uma ideologia que proporcionava, em teoria, uma interpretação lógica à história da sociedade humana, e, na prática, a justiça social. E ficaram na direção do movimento apenas os fanáticos e os oportunistas, os ressentidos e os medíocres [...].³³⁰

Rachel escreve sobre a sua própria desilusão em relação ao comunismo, inicialmente uma ideologia que proporcionava a justiça social, mas que, com o tempo, foi dominada por ditadores e oportunistas – uma clara alusão às notícias de autoritarismo e exploração dos trabalhadores divulgadas sobre a União Soviética, principalmente após a morte de Stalin, em 1953, chocando o mundo e afastando muitos entusiastas do comunismo soviético. É por esta razão, portanto, que os que se diziam comunistas em 1960, depois de todas as mutações sofridas pelo movimento, não eram mais comprometidos com os ideais de justiça social, mas sim oportunistas buscando apenas o poder, segundo a argumentação da escritora. Na mesma linha de raciocínio, Rachel critica os comunistas brasileiros, considerando-os “falsos comunistas”, hipócritas filiados ao partido dos trabalhadores que nunca trabalharam, agitadores subversivos que respondiam à ditadura soviética e em nada se aproximavam das reformas sociais ou dos interesses nacionais.

Em sua análise sobre o discurso anticomunista brasileiro, Motta destaca justamente este argumento, o de que comunistas não passavam de demagogos que fingiam interesse no bem do país, utilizado pela matriz nacionalista:

Pouco importava o que os comunistas diziam, apresentando-se como nacionalistas e reformadores sociais. Tal discurso não passaria de demagogia e engodo para esconder seu caráter real. Os comunistas seriam, antes de tudo, inimigos da Pátria, do Brasil.³³¹

Segundo o autor, o bastião do discurso nacionalista contra o anticomunismo foram as Forças Armadas, o que não significa que todos os militares tenham adotado tal discurso, ou que o mesmo tenha sido sua exclusividade – as próprias crônicas de Rachel de Queiroz demonstram o contrário. Por conta disso, a ditadura investiu em campanhas de valorização de ideais cívicos e patrióticos e de exaltação de símbolos e heróis nacionais. Desta forma,

³³⁰ *O Cruzeiro*, 22/01/1966, p. 98. “Os carcarás”.

³³¹ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Op. Cit.*, p. 34.

podemos constatar a aproximação do discurso de Rachel de Queiroz ao das Forças Armadas, identificado inclusive antes da instauração da ditadura.

Outra matriz ideológica que aparece nas crônicas é a do liberalismo. Segundo Motta, o liberalismo anticomunista foi difundido principalmente pelos empresários brasileiros e teve duas principais facetas: o liberalismo político, baseado na ideia de democracia em oposição às ditaduras comunistas, e o liberalismo econômico, em defesa da propriedade privada e contra a sua estatização. O liberalismo de faceta política, mais recorrente nas crônicas de Rachel, baseava seu discurso na oposição entre democracia e anticomunismo como se apenas houvesse dois lados – ou seja, todos aqueles que não eram comunistas automaticamente se consideravam democratas. Para Motta, no fundo “democrata significava simplesmente o oposto de comunista, quer dizer, anticomunista, o que era uma licenciosidade conceitual muito conveniente, pois permitia usar o simpático adjetivo para designar grupos que nada tinham de democráticos”³³². Por conta disso, grande parte dos discursos com bandeiras democráticas não passariam de retórica.

A defesa da democracia nos discursos udenistas seguia linha parecida. Proclamando-se liberal e democrático no que lhe convinha, como expõe Benevides, a UDN teve no anticomunismo uma das suas principais bandeiras. Frustrado pelas sucessivas derrotas nas eleições nacionais e sentindo-se ameaçado pela aproximação de Jango com a esquerda radical, o partido clamava pela intervenção militar, paradoxalmente, para “defender a democracia” das ameaças comunistas. Acreditando que os fins justificariam os meios, tinham a crença de que um regime autoritário seria transitório e necessário para assegurar o sistema democrático.

Cabe ressaltar que muitos dos defensores do golpe de 1964 acreditavam de fato em uma intervenção militar rápida e cirúrgica para assegurar a democracia brasileira da ameaça comunista e não desejavam um período longo de ditadura. Conforme mostra Lucia Grinberg em *Partido político ou bode expiatório: um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional (Arena)*, muitos políticos divergiram do governo quando perceberam que a intervenção seria duradoura e não tinha pretensões de reinstaurar a democracia no país.³³³

Como veremos mais adiante, este não foi o caso de Rachel de Queiroz na revista *O Cruzeiro*, onde seguiu defendendo a ditadura pelo menos até 1975, ano em que encerra sua

³³² *Idem*, p. 40.

³³³ GRINBERG, Lucia. *Partido político ou bode expiatório: um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional (Arena)*, 1965-1979. Rio de Janeiro: Mauad X, 2015.

participação no periódico. Mesmo assim, escreveu diversos textos em defesa da democracia como oposição ao comunismo. Em julho de 1965, quando os militares já haviam completado um ano no poder, Rachel rebateu as críticas que estavam sendo feitas ao governo:

E para onde é que nós andaríamos se não houvesse o 31 de março? Como estaria o desemprego? Como estaria a inflação? E a paz social? E a vida democrática e os direitos democráticos e as garantias democráticas? Talvez fosse para o Brasil, a estas alturas, que a OEA estivesse a arregimentar os seus batalhões pacificadores. Sim, talvez a esta hora fosse aqui a guerra civil, as bombas, a metralha e os mortos; talvez fossemos nós um segundo e gigantesco Santo Domingo – com a diferença que eles lá ocupam apenas a metade de uma pequena ilha, e nós a metade de um continente. A proporção é de quatro para oitenta milhões.³³⁴

A guerra civil à que a escritora se refere foi a ocorrida na República Dominicana em 1965, quando a junta militar que governava o país sofreu uma tentativa de golpe deflagrada por partidários de Juan Bosch, ex-presidente que fora destituído após sete meses de governo, acusado de comunista. Após a tentativa de “contragolpe”, os Estados Unidos intervieram militarmente no país, apoiados pelas Forças Armadas brasileiras.

No trecho acima, Rachel de Queiroz argumenta em favor do governo Castello Branco afirmando que, caso não tivesse havido o golpe, as garantias democráticas não estariam asseguradas no país, havendo talvez uma necessidade de intervenção externa da Organização dos Estados Americanos (OEA). Para isso, a escritora usa de exemplo a situação vivida em Santo Domingo, capital da República Dominicana, com o objetivo de mostrar que a ditadura veio para impedir que o caos se instaurasse no Brasil.

Em maio de 1964, menos de um mês após o golpe, Rachel de Queiroz escreveu a crônica “Os sindicatos rurais”, onde atacou a infiltração comunista no interior do país e denunciou suas intenções antidemocráticas, focadas apenas em envolver os sindicatos em agitações e luta armada. No seu texto, a escritora divide a atuação dos comunistas entre os sindicatos rurais e urbanos. Segundo Rachel, como os sindicatos urbanos já existiam no país e tinham “passado democrático conhecido”, os comunistas tiveram que se infiltrar nessas organizações e tomar o seu comando, auxiliados principalmente pelo governo de João Goulart:

Os organismos sindicais que resistiam ao avanço comunizante não teriam evidentemente forças para enfrentar esse avanço quando ele tinha como cabeça de lança o próprio Governo da República. Mas embora vencida, nunca deixou de haver dentro dos velhos sindicatos urbanos uma corrente de resistência democrática, corrente que poderia mesmo ser majoritária, não fosse a tradicional displicência das maiorias que costumam deixar a direção às minorias atuantes e agressivas. Contidas

³³⁴ *O Cruzeiro*, 03/07/1965, p. 114. “Coragem”.

essas minorias, a resistência democrática poderá de novo assumir a direção do movimento sindical, dando-lhe orientação segura e ortodoxa.³³⁵

Rachel de Queiroz descreve os sindicatos urbanos, no trecho acima, como uma disputa entre o “avanço comunizante”, uma minoria atuante e agressiva, e a “resistência democrática”, que sobrevivera mesmo lutando contra a ajuda direta do “Governo da República” de Jango. Contudo, após o movimento de 1964 e o afastamento dos comunistas da direção dos sindicatos urbanos, a resistência democrática seria capaz de recuperar o seu controle. O mesmo não poderia acontecer, no entanto, com os sindicatos rurais:

Já nos sindicatos rurais não há quadros capazes de lhes dar direção democrática, porque neles nunca se soube o que é democracia. São organismos unicamente destinados à agitação e à luta armada, criação exclusiva do Partido Comunista, quer por medo dos seus agentes diretos, quer por via dos seus simpatizantes e aliados ocasionais. Foi um movimento que jamais obedeceu às ideias tradicionais dos programas de sindicalização democrática, visando ao benefício, à união e à defesa dos seus associados. Seu fim era exclusivamente agitational. Seu aliciamento visava apenas a obter recrutas para a rebelião e a guerrilha. Sua pregação era toda feita à base de **slogans** comunistas e “palavras de ordem”. Sua organização carecia de qualquer tintura democrática, era igual à [sic] quaisquer outras organizações de base comunista, – necessariamente discricionária, autoritária, burocrática (no sentido stalinista que tomou essa palavra).³³⁶

O período anterior ao golpe, principalmente durante o governo de João Goulart, foi de intensas disputas para os trabalhadores do campo. Desde que foi promulgada a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), em 1943, concedendo uma série de benefícios ao trabalhador urbano, houve várias tentativas de estendê-la ao trabalhador rural. Essas iniciativas, contudo, eram repudiadas pelo patronato rural e acabavam vetadas no Congresso. A partir da década de 1950, no entanto, os trabalhadores do campo começaram a se articular de forma mais sistemática, criando em 1954 a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), articulada por comunistas no Centro-Sul do país, e no ano seguinte, em Pernambuco, as Ligas Camponesas, espalhando-se depois por todo o Nordeste.³³⁷

A chegada de João Goulart à presidência da República movimentou ainda mais as lutas dos trabalhadores rurais. Comprometido com as chamadas “reformas de base”, Jango tentou aprovar uma reforma agrária para o país, tema polêmico e de difícil conciliação entre os diferentes setores da sociedade brasileira. Em 1962, o Ministério do Trabalho criou um

³³⁵ *O Cruzeiro*, 16/05/1964, p. 122. “Os sindicatos rurais”.

³³⁶ *Ibidem*.

³³⁷ Cf. *Dicionário histórico e biográfico brasileiro*/ Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (DHBB/CPDOC). Verbetes: Estatuto do Trabalhador Rural. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/estatuto-do-trabalhador-rural>>. Acesso em: 09 jan. 2017.

programa de sindicalização rural, regulando e incentivando a criação dos sindicatos no campo e aumentando consideravelmente o seu número em relação aos anos anteriores.³³⁸ Em março de 1963, portanto um ano antes do golpe, foi aprovado o Estatuto do Trabalhador Rural. Inspirado na CLT, o Estatuto garantiu o direito ao aviso prévio e à estabilidade, tornou obrigatória a concessão de carteira profissional a todo trabalhador rural maior de 14 anos e estipulou em oito horas a jornada de trabalho.³³⁹

Daí deriva o argumento da escritora de que o sindicalismo rural no Brasil estaria profundamente ligado ao governo de Goulart e, como consequência, aos comunistas. Como a regulamentação dos sindicatos rurais foi feita em uma época de intensas disputas políticas no país, sendo a reforma agrária uma das principais, Rachel de Queiroz considera a organização desses sindicatos como um oportunismo de fim “exclusivamente agitational”, liderado pelo “avanço comunizante”.

Exigindo o desmantelamento da estrutura do sindicalismo rural, fica evidente na argumentação de Rachel a oposição entre democracia e comunismo. Enquanto os ideais democráticos pregavam o benefício, a união e a defesa dos associados, o comunismo visava exclusivamente à agitação e à luta armada, à rebelião e à guerrilha. Assim, construindo uma oposição maniqueísta entre os dois conceitos, desqualifica o comunismo presente nos sindicatos rurais, classificando-o como autoritário e indiferente às reais necessidades dos trabalhadores do campo. Justamente pela ausência de “qualquer tinteira democrática”, a escritora sugeria a extinção dos sindicatos rurais.

René Dreifuss aponta a participação de Rachel de Queiroz no Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) durante a década de 1960. Fundado por empresários principalmente do Rio de Janeiro e de São Paulo em 29 de novembro de 1961, portanto logo após a renúncia de Jânio Quadros da presidência da República e a posse de João Goulart, o IPES foi organizado com o propósito de reagir à “tendência esquerdista” identificada na política nacional e intervir de forma mais direta na condução do país.³⁴⁰ De caráter ideológico e propagandístico, o IPES disseminava o anticomunismo, os “valores democráticos” e a livre iniciativa no Brasil, através da organização de seminários, cursos, livros e artigos na

³³⁸ PEREIRA, Anthony. “O declínio das ligas camponesas e a ascensão dos sindicatos: As organizações de trabalhadores rurais em Pernambuco na Segunda República, 1955-1963”. *Revista CLIO*, Recife, n. 26-2, p. 245-272, 2008. Disponível em: <<http://www.revista.ufpe.br/revistaclio/index.php/revista/article/viewFile/47/42>>. Acesso em: 09 jan. 2017.

³³⁹ Cf. DHBB/CPDOC. Verbete: Estatuto do Trabalhador Rural. *Op. Cit.*

³⁴⁰ DREIFUSS, René. 1964: a conquista do estado. Petrópolis: Vozes, 1981.

imprensa. Durante o governo de João Goulart, fez oposição intensa ao presidente e colaborou para o golpe de 1964.

Entre 1962 e 1963, vários intelectuais próximos à Rachel de Queiroz atuaram no IPES, como Alceu Amoroso Lima, Eugênio Gudín e Gustavo Corção, além dos generais Golbery do Couto e Silva e Heitor Herrera.³⁴¹ Segundo Dreifuss, a escritora fez parte do Grupo de Publicações/Editorial (GPE) do IPES, ao lado de outros intelectuais como Augusto Frederico Schmidt e Odylo Costa Filho. Formalizado em agosto de 1962, “o GPE escrevia, traduzia e distribuía material impresso anticomunista, antitrabalhista e antipopulista, bem como publicava, traduzia e reimprimia livros, artigos e panfletos escolhidos”³⁴². Além disso, publicava artigos, notícias e editoriais na imprensa, “feitos de antemão por agências especializadas”³⁴³. De acordo com o autor, alguns associados do Instituto eram proprietários, diretores ou intimamente ligados a gráficas, editoras ou outras empresas de publicação, colocando-as à disposição do IPES sua infraestrutura comercial e técnica. Dentre elas, Dreifuss cita justamente a Empresa Gráfica *O Cruzeiro*, de Assis Chateaubriand.³⁴⁴

No entanto, segundo a consulta feita por Natalia Guerellus no Arquivo Nacional, o nome de Rachel de Queiroz não consta na lista de associados e nem em nenhuma ficha de cadastro nos arquivos do IPES. A escritora aparece apenas em algumas atas de reunião como jornalista a cooperar com a visão ideológica do instituto na imprensa. Assim, embora não seja possível precisar a relação desenvolvida entre Rachel e o IPES, fica evidente a proximidade ideológica que a escritora mantinha com o instituto, ambos com discurso anticomunista e antitrabalhista.

Além disso, a atuação do IPES se assemelha bastante ao “jornalismo de combate” citado por Rachel para descrever sua própria atuação na imprensa. Uma das principais formas de atuação do GPE era justamente os “artigos ‘feitos’ para os jornais e revistas do país, que lidam com a atualidade numa linguagem acessível ao grande público”³⁴⁵, uma ponte direta com a prática de Rachel de Queiroz na revista *O Cruzeiro*. Neste sentido, podemos pensar a atuação da escritora no periódico como uma intelectual engajada que fazia, de fato, política – e não escondia sua atividade, muito pelo contrário, se achava em pleno direito de fazê-la.

³⁴¹ GUERELLUS, Natália de Santana. “Como um Castelo de Cartas: culturas políticas e a trajetória de Rachel de Queiroz (1910-1964)”. *Op. Cit.*, p. 333.

³⁴² DREIFUSS, René. *Op. Cit.*, p. 194.

³⁴³ *Idem*, p. 195.

³⁴⁴ *Ibidem*.

³⁴⁵ *Ibidem*.

Indicava candidatos, debatia os problemas do governo e levantava bandeiras em congruência com outros institutos interessados no combate ao comunismo no país e na queda de João Goulart.

Para concluir o tema sobre o anticomunismo presente no discurso de Rachel de Queiroz, temos uma crônica com abordagem diferente, escrita também em 1964, onde a escritora critica a repressão ideológica que estava sendo imposta pelo governo Castelo Branco aos comunistas. Com o título de “A caça às feiticeiras”³⁴⁶, Rachel defende que “ter ideias não é crime” e, por isso, só deveriam ser presos aqueles que tivessem cometido “crime perpetrado”, de “fato concreto”:

Mas ter qualquer ideia *dentro da própria cabeça*, seja que ideia for – isso só é crime em terras como a Rússia, a China, Cuba – ou na Espanha e no Paraguai. Ser comunista ou acreditar que o comunismo é a solução para os problemas do mundo pode ser um erro, um engano trágico, mas não é um crime. Democraticamente não o é. Só começa a ser crime quando o cidadão abandona a simples ideologia e entra no terreno da organização revolucionária, da conspiração e da revolta.³⁴⁷

Vemos aqui, portanto, que apesar de Rachel de Queiroz considerar o comunismo um “erro” e um “engano trágico”, defende o direito de os cidadãos brasileiros terem acesso à “literatura comunista”, criticando a “polícia que censura livros”, e de desenvolverem ideias e pensamentos comunistas – desde que a “simples ideologia” não se transforme em “organização revolucionária”. Como romancista e cronista, inserida em uma grande rede de sociabilidades que envolvia intelectuais com as mais variadas ideologias, Rachel defende a liberdade de pensamento e o acesso a todo tipo de literatura. Não podemos perder de vista como a própria escritora foi presa diversas vezes durante o Estado Novo por seu envolvimento com o comunismo, além de um de seus livros ter sido confiscado e queimado pelo governo Vargas.³⁴⁸

Rachel de Queiroz foi uma mulher complexa e de muitas nuances, cujo discurso era moldado de acordo com as diferentes situações vivenciadas e observadas pela escritora. Como veremos mais adiante, se aqui Rachel criticou a censura ideológica, em outros momentos defendeu os “excessos” da ditadura e fez pouco caso das demandas da oposição por mais liberdade diante de um regime que endurecia. Contudo, mais do que apontar possíveis incongruências, este trabalho tem como objetivo perceber o discurso político da escritora não como uma linha reta, mas sim um emaranhado complexo composto por infinitos caminhos e

³⁴⁶ *O Cruzeiro*, 27/06/1964, p. 146. “A caça às feiticeiras”.

³⁴⁷ *Ibidem*.

³⁴⁸ QUEIROZ, Rachel de; QUEIROZ, Maria Luíza de. *Op. Cit.*

possibilidades, influenciado pelos acontecimentos vivenciados e pela rede de sociabilidades que a cercava.

3.1.4 *Moralismo*

O moralismo foi uma das características mais marcantes do udenismo, tanto interna quanto externamente. Com o lema “o preço da liberdade é a eterna vigilância”, a UDN se destacou por suas constantes denúncias à corrupção administrativa, tornando-a o principal aspecto de sua luta oposicionista. Segundo Benevides, a autoimagem do moralismo construída pelos udenistas destacava qualidades morais baseadas numa ética de “vergonha, decência e dignidade”, composta pelos seguintes aspectos: o moralismo individualista, principalmente a partir da integridade e honestidade pessoal; o já citado combate à corrupção administrativa, como pauta para ação de seus parlamentares; e o elitismo, baseado no pensamento de que “o poder corrompe”.³⁴⁹

Assim, as ações da UDN pautaram-se em questões como a responsabilidade moral do homem público, denunciando negociatas e enriquecimentos ilícitos, a atuação legislativa favorável aos projetos que propunham a moralização administrativa, o apoio ao sistema de mérito nos cursos de admissão aos cargos públicos, a crítica ao peleguismo e à corrupção dos sindicatos, entre outras. A faceta mais conhecida do moralismo udenista veio à tona nas disputas eleitorais de 1960, quando o partido apoiou a campanha de Jânio Quadros, cujo mote principal foi o combate à corrupção, eternizado pelo símbolo da vassoura como metáfora para a “limpeza” que o candidato pretendia fazer no sistema político brasileiro.

Algumas dessas questões já apareceram em crônicas anteriormente citadas, como as críticas da escritora à corrupção na Petrobras, ou quando falou em “prevenir os moços” da “agitação estéril” do comunismo. Em um determinado texto, quando compara as diferenças entre a UDN e o PSD, Rachel chega a mencionar explicitamente sua simpatia pelo moralismo udenista: “Nas linhas gerais dos dois partidos é que se situam as diferenças – a UDN com o seu moralismo – e quem quiser pode me chamar de superada, mas me agrada muitíssimo esse moralismo”.³⁵⁰

Em outros momentos, a argumentação da escritora foi menos direta, mas não menos significativa. Além de apoiar a candidatura de Jânio Quadros e o início de seu governo por

³⁴⁹ BENEVIDES, Maria Victória. *Op. Cit.*, p. 266-267.

³⁵⁰ *O Cruzeiro*, 11/09/1965, p. 106. “Risco calculado”.

conta da necessidade de uma “limpeza” na política brasileira, o mesmo argumento foi utilizado por Rachel quando os militares assumiram o poder, em 1964. Pedindo a cassação de políticos considerados corruptos e a instalação de um governo “honesto” e “decente”, a escritora teceu diversos elogios à personalidade “inocorrível” e “honrada” de Castello Branco, a quem Rachel se referia constantemente como um “homem de bem”.

No início do primeiro governo militar, em julho de 1964, Rachel de Queiroz escreveu a crônica “Regeneração”, na qual pedia que a “Revolução” comandasse a regeneração do país, principalmente na política, servindo de exemplo para inspirar nos brasileiros valores como “honestidade”, “disciplina” e “escrúpulo profissional”:

A Revolução, esta nossa revolução de 31 de março, não pode se limitar a ser apenas o que foi até agora – um movimento armado que promoveu a derrubada dos corruptos do poder e a instalação de um governo decente e austero. Isso é apenas a primeira etapa. Depois tem que vir a revolução realmente regeneradora. Devolver ao País aquele ambiente anterior a *isso que aí estava*. No qual trabalhar não seja burrice, ser honesto não signifique ser *crente*, sacrificar-se pela sua terra não seja profissão de *chatias*. Ensinar a esses meninos de hoje aquilo que aparentemente todo o mundo sabia nos primeiros tempos da República: que um homem, depois de ocupar altos cargos, não sai deles *necessariamente rico*; ao contrário, tem que sair *necessariamente pobre*.³⁵¹

Conforme a escritora explica no decorrer da crônica, “chatias” era uma gíria carioca que representava o superlativo de “caxias”, apelido dado para os que eram extremamente disciplinados e levavam todas as leis e regras muito a sério. “Chatias”, portanto, era o “chato crente”, ou o “caxias pior de todos”. Há no discurso de Rachel um enaltecimento do trabalho e do trabalhador, onde o trabalho aparece como valor capaz de enobrecer o homem e instrumento de nacionalidade, ideia promovida pelo Estado Novo e mais tarde reinventada pela ditadura civil-militar. Para Rachel de Queiroz, devia ser tarefa do governo reverter o significado negativo que tinha a palavra “caxias”, tornando-a uma virtude a ser incorporada por todos os brasileiros:

Um governo que realize a democracia com perfeição, que tenha como base a justiça social, a verdade eleitoral, a austeridade dos servidores públicos; que incentive a honradez particular, o trabalho e o estudo, que dê valor à palavra do homem de bem; só um governo assim tem possibilidades de reconquistar a mocidade, convertê-la pelo exemplo, seduzi-la com as perspectivas de liderança abertas, não aos *vivos*, não aos *espertos*, não aos *acordados* – mas aos *crentes*, aos *caxias*. Porque então *crente* e *caxias* terá deixado de ser nome feio.³⁵²

A temática como um todo desta crônica de Rachel gira em torno do moralismo, desde a ideia principal de uma necessidade de “regeneração” de valores no país, até expressões

³⁵¹ *O Cruzeiro*, 18/07/1964, p. 130. “Regeneração”.

³⁵² *Ibidem*.

como “homem de bem” e “honradez particular”, e a noção de que os homens quando deixam altos cargos no governo devem sair “necessariamente pobres”. Em torno de três anos após a publicação desta crônica, portanto ao final do governo Castello Branco, Rachel de Queiroz faz um balanço dos progressos da “Revolução” e aponta se a regeneração clamada por ela foi ou não alcançada:

O que se limpou. O que se consertou. O que se renovou. O que se reconstruiu pacientemente, pedacinho a pedacinho, retirando-os muitas vezes lá do fundo de lama onde haviam caído. O que se enfrentou. [...] A prometida caça ao subversivo e ao corrupto, feita a sangue-frio e discretamente, sem foguetório demagógico nem poupanças sentimentais de compadres e comadres. A demolição sistemática do templo dos pelegos, a renúncia às suas pompas e obras. O devolvido respeito à coisa pública; a honestidade pessoal dos homens do governo tornada qualidade obrigatória e não virtude heroica, rara como um metal raro.³⁵³

Se Jânio não conseguiu “limpar” a política brasileira em 1961, o projeto foi recuperado pelos militares entre 1964 e 1967 e, segundo Rachel, alcançou amplo êxito na tarefa. O governo Castello Branco, na opinião da escritora, consertou e renovou o país, tirando-o do “fundo de lama” e devolvendo o “respeito à coisa pública”. Portanto, se no início do governo faltava a faceta “regeneradora” da “Revolução” e existia a necessidade de se incentivar a “honradez particular”, revertendo o significado negativo do adjetivo “caxias”, ao final do mandato de Castello Branco esses objetivos tinham sido alcançados. Se antes do golpe a “honestidade pessoal” não passava de uma virtude de poucos, em 1967 passou a ser “qualidade obrigatória” entre os homens do governo.

Assim, apesar de jamais ter declarado, em suas crônicas, uma adesão explícita à UDN, a análise dos discursos de Rachel de Queiroz paralelamente ao udenismo aponta a grande afinidade que a escritora possuía com as principais bandeiras do partido da eterna vigilância. O apoio entusiasmado a Jânio Quadros em 1960 e o significativo nome de políticos udenistas indicados por Rachel em eleições durante o período estudado também explicitam esta afinidade. Seu desprezo pelo getulismo e a ameaça do comunismo em pleno contexto de Guerra Fria foram as principais razões identificadas que levaram a escritora a apoiar o golpe de 1964. Assistindo à aliança PSD/PTB no comando do país desde 1945 de modo quase ininterrupto – aliança que representava para Rachel todos os males da política brasileira e se configurava quase como uma extensão do Estado Novo, período de prisões e censura ideológica sofrido pela escritora –, Rachel de Queiroz desistiu de lutar pela via eleitoral e

³⁵³ *O Cruzeiro*, 25/03/1967, p. 130. “Missão cumprida”.

preferiu apoiar a ruptura institucional, única forma vista por ela de varrer a herança varguista do poder.

Duvidando da capacidade de entendimento político na população brasileira, em semelhança ao elitismo udenista, o golpe aparecia como uma opção cada vez mais palpável para colocar no poder o projeto político defendido por Rachel de Queiroz, já que pelo voto popular parecia uma realidade distante. A opção pela ruptura democrática foi, portanto, a alternativa encontrada para por fim ao trabalhismo, frear a ameaça comunista e, principalmente, subir ao poder um projeto político que, apesar de ter relativa penetração popular, ainda não havia conseguido reunir forças suficientes para se estabelecer no comando do país.

3.2 A institucionalização da ditadura

Após o golpe em 1964, com o afastamento de João Goulart e a posse do marechal Castello Branco como novo presidente da República, o período que se seguiu nas crônicas de Rachel de Queiroz foi o da consolidação da ditadura. Entre 1964 e 1968 a escritora comentou as principais eleições, deu sua opinião sobre decisões da cúpula do governo militar, pediu calma e paciência para a “Revolução” trabalhar, defendendo-a de críticas da oposição, demonstrou grande confiança na figura de Castello Branco para comandar o país e eventualmente discordou de algumas medidas do governo. Em suma, durante estes quase quatro anos, escreveu suas crônicas como se o país caminhasse dentro da legalidade e apoiou de forma praticamente irrestrita a ditadura.

Neste tópico, veremos como se constituiu o discurso político de Rachel de Queiroz nos anos iniciais do governo militar, analisando as principais temáticas encontradas nas crônicas, com o objetivo de apontar de que forma os textos da escritora contribuíram para a consolidação da ditadura, naturalizando-a no noticiário nacional através do seu lugar de fala na imprensa. Com um objeto tão rico de pesquisa e tantos caminhos possíveis, algumas temáticas tiveram que ficar de fora para que a análise pudesse se aprofundar em determinadas questões. Da mesma forma, as crônicas selecionadas são compostas por diferentes conteúdos, que muitas vezes se misturam e transitam pelos temas aqui estudados, de modo que a separação entre subtópicos foi apenas prática, mas os textos podem ser compreendidos em conjunto.

3.2.1 Castello Branco, “homem de bem”

Uma das temáticas mais presentes nas crônicas políticas de Rachel de Queiroz neste período foi o marechal Castello Branco. Liderança militar no golpe de 1964, Castello foi eleito presidente da República dez dias após a deposição de Jango, em 11 de abril de 1964, por eleição indireta no Congresso, apoiado principalmente pelo PSD e pela UDN. Por conta das disposições do primeiro Ato Institucional (AI-1), o mandato presidencial se estenderia inicialmente até o dia 31 de janeiro de 1966, data em que expiraria a vigência do próprio ato.³⁵⁴

Em seu livro de memórias, Rachel de Queiroz conta sobre a relação de grande proximidade que manteve com o marechal e sua esposa, Argentina Viana:

Conhecemos o general³⁵⁵ Castello Branco através de Paulo Sarasate. Nós ainda morávamos na Ilha do Governador. Tinha ele sido comandante da Região, em Fortaleza, fizera muitas relações e, Alencar que era, descobrimos que éramos parentes; e assim, entre nós, surgiu uma relação muito simpática, muito cordial. O casal, Argentina e ele, nos visitava na Ilha e nós também os visitávamos.³⁵⁶

Quando descreve seu envolvimento com a conspiração a favor do golpe, recebendo intelectuais, políticos e militares em seu apartamento no Rio de Janeiro, Rachel conta que seu marido, Oyama de Macedo, não gostava de participar das reuniões políticas e só começou a se interessar quando “Castello, seu amigo pessoal, entrou em cena”³⁵⁷. Segunda a escritora, “do general Castello Branco ele gostava, com Castello conversava, confiava nele”³⁵⁸. Quando o golpe foi iniciado, Rachel e Oyama estavam no Ceará e acompanharam o desenrolar dos eventos de longe, pela televisão e pelo rádio. Logo após a conclusão do movimento, receberam um telegrama de Castello Branco assinado como presidente da República.³⁵⁹

A proximidade entre Rachel de Queiroz e o marechal se refletiu em suas crônicas na revista *O Cruzeiro*. Durante os anos de governo Castello Branco, Rachel escreveu diversos textos elogiando tanto sua figura pessoal quanto profissional e demonstrando total confiança

³⁵⁴ Cf. *Dicionário histórico e biográfico brasileiro*/ Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (DHBB/CPDOC). Verbete: Humberto de Alencar Castelo Branco. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/humberto-de-alencar-castelo-branco>>. Acesso em: 29 jun. 2016.

³⁵⁵ Castello Branco obteve a patente de marechal no dia 14 de abril de 1964, um dia antes de assumir a presidência da República.

³⁵⁶ QUEIROZ, Rachel de; QUEIROZ, Maria Luíza de. *Op. Cit.*, p. 202.

³⁵⁷ *Idem*, p. 203.

³⁵⁸ *Idem*, p. 204.

³⁵⁹ *Idem*, p. 205.

no seu desempenho como presidente do país. Em agosto de 1964, na crônica “Ser contra ou favor”, a escritora marca sua posição de apoio à “Revolução” e exalta a imagem de Castello:

Como não apoiar o Marechal Castello Branco, homem de tão alta categoria, como dificilmente é dado ver igual em posto de governo? Dele só podíamos repetir o que dizíamos aqui em casa quando da indicação do seu nome para a eleição indireta no Congresso: se saísse de lanterna na mão à procura de um homem para a Presidência, nem Diógenes acharia outro melhor...³⁶⁰

O “Diógenes” a quem Rachel se refere provavelmente é o filósofo grego Diógenes de Sinope. Uma das histórias sobre o filósofo conta que Diógenes costumava andar por Atenas segurando uma lamparina, ou uma vela, para iluminar o rosto dos gregos na sua procura por um “verdadeiro homem”, ou seja, um homem que fosse verdadeiramente honesto, virtuoso.³⁶¹ Mais adiante, a escritora continua sua argumentação a favor de Castello:

E não se iludam os auscultadores de opinião. Não se guiem pelas supostas maiorias das cidades grandes, cevadas na propaganda de comunas e pelegos: não há brasileiro, neste momento, que tenha maior prestígio que o Presidente Castello Branco. O povo mesmo, o povo propriamente dito, a maioria esmagadora, o grosso do Brasil está com ele. Cheio de esperanças, pleno dessa certeza antiga e quase esquecida: confiança. Não que ninguém faça do Presidente um messias, um carismático, tão do gosto das ludibriadas turbas vargo-janguistas. É apenas um homem de bem, cheio de coragem, de inteligência e boa vontade, procurando dar no governo o melhor de si mesmo. E nós, que o conhecemos, sabemos – graças a Deus – quanto esperar desse melhor.³⁶²

Neste trecho, Rachel de Queiroz afirma conhecer o presidente e deposita nele suas esperanças para um país melhor, assim como o povo brasileiro, “o povo propriamente dito”, fazia. Com este argumento, Rachel coloca os que não apoiam Castello Branco em uma categoria de “não povo”, cujas opiniões estavam sendo influenciadas por “comunas e pelegos” e, portanto, eram de menor importância. Além disso, a escritora procura aproximar o presidente militar dos seus leitores ao humanizar sua imagem, muitas vezes relacionada à noção de frieza e distanciamento que acabavam construindo um sentimento de antipatia ou indiferença na população. Ao se colocar como alguém que conhece Castello de perto, Rachel de Queiroz traz autoridade a sua fala e se utiliza dela para mediar a relação entre o presidente e seus leitores, como se pedisse ao público para acreditar em suas palavras e também dar um voto de confiança ao militar.

Duas semanas antes, ao contar sobre a visita do presidente ao Nordeste, a escritora utiliza argumentos semelhantes: “O povo, por sua própria iniciativa saindo de casa para dar

³⁶⁰ *O Cruzeiro*, 15/08/1964, p. 128. “Se contra ou a favor”.

³⁶¹ MARK, Joshua J. “Diogenes of Sinope”. In: *Ancient History Encyclopedia*. 02 ago. 2014. Disponível em: <http://www.ancient.eu/Diogenes_of_Sinope/>. Acesso em: 29 jun. 2016.

³⁶² *O Cruzeiro*, 15/08/1964, p. 128. “Se contra ou a favor”.

vivas, para animar com a sua presença o homem que encarnou a Revolução. Isso sem gastar um tostão de verba. De graça. Por esperança. E já por confiança também.”³⁶³ Novamente alegando a esperança e a confiança que a população nutria por Castello Branco, Rachel enfatiza a grande aceitação popular que a ditadura supostamente alcançava, utilizando repetidamente a palavra “povo” como estratégia para a legitimação do governo e do presidente Castello Branco, símbolo do êxito da “Revolução”.

Ainda em 1964, em meio a inúmeras cassações de mandatos e suspensões de direitos políticos sendo decretadas pelo governo, de forma arbitrária e inconstitucional, Rachel de Queiroz publicou uma crônica defendendo a cassação do ex-presidente Juscelino Kubistchek, na época senador por Goiás, assinada em junho daquele ano. Considerada uma decisão bastante controversa na época, criticada inclusive por muitos apoiadores do golpe, a cassação dos direitos políticos de JK resultou na saída do ex-presidente do país.

Em seu texto, a escritora admite que alguns de seus amigos “distintos”, “bem pensantes” e “muito nobres” não votariam em JK, mas defendiam o seu direito de candidatar-se a eleições. Contudo, para Rachel, de nada adiantava “combater o janguismo” se fosse para deixar intacto justo o “plantador do janguismo”, ou seja, Juscelino.

O ato do Presidente Castello Branco, ao atender às recomendações do Conselho de Segurança Nacional, cassando o mandato e suspendendo os direitos políticos do Sr. Juscelino Kubitschek, foi, não só um ato de coragem política, mas, acima de tudo, um ato de lucidez e legítima defesa. O mais – perdoem as mal traçadas linhas, o mais é mania de ser bonzinho. Como se nestas alturas a gente pudesse se dar ao luxo de ser bonzinho.³⁶⁴

Em uma situação de críticas feitas à ditadura, Rachel de Queiroz justifica a autorização de Castello Branco pela cassação dos direitos políticos de JK como um “ato de coragem política”, de “lucidez” e, principalmente, de “legítima defesa”, indicando que o presidente fez o que era preciso para “combater o janguismo” e seguir em frente com a “Revolução”. Assim como aconteceu no período logo anterior ao golpe, o desejo da escritora de varrer a herança varguista do cenário político brasileiro, não importando de que forma, fez com que Rachel apoiasse novamente medidas autoritárias. O apoio ao golpe, portanto, não foi uma exceção, foi um caminho encontrado para atender suas expectativas, o qual a escritora defendeu sempre que necessário – ou seja, sempre que favorecesse seus anseios políticos.

³⁶³ *O Cruzeiro*, 01/08/1964, p. 114. “Manter as aparências”.

³⁶⁴ *O Cruzeiro*, 25/07/1964, p. 130. “J.K.”.

Castello Branco faleceu em julho de 1967, poucos meses depois de encerrar seu mandato na presidência da República, em um acidente aéreo que ocasionou em quatro outras mortes: o irmão do ex-presidente, Cândido Castello Branco; o major Manoel Nepomuceno de Assis, Chefe do Setor de Segurança da Rede de Viação Cearense; Alba Frota, amiga próxima de Rachel de Queiroz; e Celso Tinoco Chagas, piloto do avião. No dia do acidente, Castello Branco voltava justamente de uma visita à *Não Me Deixes*, fazenda da escritora no Ceará. Na edição de 5 de agosto da revista *O Cruzeiro*, Rachel de Queiroz escreveu a matéria especial “O último dia”, onde fez um relato sobre a visita do ex-presidente, as conversas amenas que tiveram e o almoço oferecido em sua fazenda.³⁶⁵

O fato de o acidente ter acontecido após a visita ao Quixadá gerou um mal entendido nas informações sobre os tripulantes do monomotor – algumas rádios noticiaram que Rachel de Queiroz havia falecido, confundindo-a com Alba Frota. Sobre o mal entendido, Rachel escreveu a crônica “A morte provisória”, na qual relata sua experiência conturbada no dia do acidente, quando ouviu sua própria morte ser noticiada, e lamenta o falecimento de seus amigos: “Se eu não tivesse tão aturdida pela brutalidade da tragédia, tão aflita pelos amigos que, poucas horas antes, se abrigavam sob as nossas telhas, sentavam-se à nossa mesa, teria apreciado devidamente a rara oportunidade”³⁶⁶.

Mas é na crônica seguinte, publicada no dia 26 de agosto, que a escritora faz uma homenagem ao ex-presidente. Intitulado “Morreu um homem”, o texto exalta as qualidades de Castello Branco tanto como pessoa quanto como presidente e o descreve como “conselheiro e moderador”, figura com quem os brasileiros esperavam contar para ser o “anjo da guarda da obra revolucionária”, servindo de exemplo e defendendo o país contra possíveis excessos.³⁶⁷ No entanto, apesar de fazer muita falta para o país, como aponta Rachel, a escritora considera cumprido o seu dever com a pátria:

Sim, morreu bem, e morreu numa grande hora da sua vida. Já tivera recuo bastante, desde que deixara o poder, para verificar que acertara na maior parte da sua obra de governo, e pouco a pouco ia recebendo os testemunhos de que o País também se apercebia desse acerto. Mostrava-se feliz, confiante. Provavelmente esperava viver ainda muitos anos e, desgastados pelo tempo as arestas das paixões, ver reconhecida unanimemente a importância crucial da sua presença numa hora dramática para o País, pelo severo e justo avaliador que é a História.³⁶⁸

³⁶⁵ *O Cruzeiro*, 05/08/1967, p. 110-113. “O último dia”.

³⁶⁶ *O Cruzeiro*, 19/08/1967, p. 130. “A morte provisória”.

³⁶⁷ *O Cruzeiro*, 26/08/1967, p. 138. “Morreu um homem”.

³⁶⁸ *Ibidem*.

Se o reconhecimento pela “sua obra de governo” ainda não era unânime, aos olhos da escritora Castello Branco tivera “importância crucial” em “hora dramática para o país”, acertando “na maior parte” de seu mandato como presidente da República. A relação entre Rachel de Queiroz e o militar, portanto, era composta tanto por afinidades ideológicas quanto pessoais. Amigos desde antes do golpe, Castello Branco e sua esposa frequentavam a casa da escritora tanto no Rio de Janeiro quanto no Ceará. Quando o marechal assumiu a presidência, Rachel apostou todas as suas esperanças em seu governo, passou três anos elogiando sua postura política e seu caráter pessoal e defendendo-o de possíveis críticas e, ao final do mandato, se mostrou bastante satisfeita com o resultado.

3.2.2 “Risco calculado”: eleições e reformulação do sistema partidário

Um dos principais argumentos utilizados pelo governo para alegar que vivíamos em um Estado democrático era a realização regular de eleições diretas. Segundo os militares, se de fato estivéssemos em uma ditadura, como alguns setores da sociedade começavam a alegar, não teríamos eleitores indo regularmente às urnas para votar. Quando os militares subiram ao poder, em abril de 1964, o sistema partidário brasileiro inicialmente não sofreu nenhuma sanção que modificasse o funcionamento dos partidos políticos então vigentes. Houve, no entanto, um número expressivo de cassações de mandatos e suspensões de direitos políticos, atingindo principalmente comunistas e trabalhistas e encerrando precocemente muitos mandatos de deputados e senadores. Além disso, em julho de 1964 o Congresso Nacional aprovou a prorrogação dos mandatos de presidente e vice-presidente da República até março de 1967.

No ano seguinte, em julho de 1965, tendo em vista as eleições para governador que aconteceriam em outubro, o governo editou nova Lei Orgânica dos Partidos Políticos, cujo objetivo principal era diminuir o número de agremiações que participariam das eleições. Para isso, a lei determinava que só poderiam participar do novo pleito os partidos que tivessem recebido pelo menos 3% dos votos do eleitorado na última eleição para a Câmara dos Deputados. Sobre a nova lei, Rachel de Queiroz comenta em uma de suas crônicas:

Esperemos contudo que as grandes eleições que vem por aí, para a escolha de onze governadores estaduais, já se processem sob a égide de nova lei eleitoral, limpas dos vícios e graves erros que ainda marcam estas experiências de agora, quando o processo ainda não foi expurgado pelas novas medidas saneadoras. [...] Vamos ver se as disposições da nova lei, no que diz respeito às incompatibilidades e às condições para elegibilidade, defendem o eleitorado das seduções dos aventureiros e do choro dos ressentidos. Nem que seja preciso incluir uma disposição transitória

que diga mais ou menos como aquele pai da anedota, à filha casadoura: “Você pode escolher qualquer um, contanto que seja o seu primo José...”³⁶⁹

Ao apoiar a nova lei, Rachel de Queiroz demonstra novamente seu pensamento moralista, utilizando termos como “limpas dos vícios” e “expurgado pelas novas medidas saneadoras”, como se a política brasileira precisasse e de fato estivesse passando por uma grande faxina. Além disso, aparece novamente aqui uma ideia de “condução das massas”, como se os eleitores precisassem ser “defendidos” de “seduções de aventureiros”. E, ao final do parágrafo, não se priva de defender uma “disposição transitória” que, embora apareça em forma de anedota, sugere a redução drástica das possibilidades de escolha dos eleitores brasileiros, caso fosse necessário.

Sobre as eleições de outubro de 1965, quando 11 governadores seriam eleitos por voto direto, Rachel de Queiroz escreveu a crônica “Risco calculado”, ainda em setembro, apresentando suas expectativas para o pleito dali a um mês. Segundo a escritora, a expressão “risco calculado”, originalmente utilizada pelos militares, era o jargão das eleições. “Risco calculado” porque, apesar de os resultados serem imprevisíveis, com as cassações sofridas pelo PTB os eleitos provavelmente sairiam do PSD e da UDN. E, se no começo de 1964, em “A lição dos escândalos”, Rachel de Queiroz considerava o PSD “a velha resistência oligárquica dos ‘carcomidos’ de 30”, herdeiro do tão criticado legado getulista junto com o PTB, em 1965 seu pensamento parece ter mudado:

Reduzida a área da disputa, com a desinflação do PTB, o jogo ficou reduzido praticamente à UDN e ao PSD; e ora! tirando as exceções, UDN e PSD não são tão diferentes assim. Nada de ideológico, num sentido radical, propriamente os separa, e é dito repetido por todos que nada há tão parecido com um político do PSD quanto um político da UDN.³⁷⁰

Após a instalação do governo militar, que contou com o apoio em peso do PSD, Rachel de Queiroz parece ter deixado de lado suas críticas à fundação e constituição do partido, e em 1965 passou a compará-lo à UDN. A escritora destacou também que quem ocupava a vice-presidência da República e a presidência do Senado eram políticos pessedistas – José Maria Alckmin e Auro de Moura Andrade, respectivamente –, de modo que o partido “não fazia medo” à “Revolução”. Desta forma, para Rachel, como os resultados das eleições se dividiriam entre dois partidos de apoio ao governo, o risco era “calculado”, com exceção da Guanabara, considerado “o caso mais arriscado” pela escritora. E assim Rachel conclui sua crônica: “Vamos para as eleições. Quem tem medo de voto é comunista e fascista. Democrata

³⁶⁹ *O Cruzeiro*, 29/05/1965, p. 114. “Eleições”.

³⁷⁰ *O Cruzeiro*, 11/09/1965, p. 106. “Risco calculado”.

arrisca. E, depois, a vitória é muito melhor, vitória em urna tem um sabor incomparavelmente superior ao de vitória com tanque...”³⁷¹

O pleito de outubro de 1965, contudo, não saiu como o esperado. Dos 11 estados em disputa, os candidatos apoiados pelo governo venceram em cinco deles. Além disso, na Guanabara e em Minas Gerais, estados de grande peso político, a oposição saiu vitoriosa contra candidatos udenistas, elegendo Negrão de Lima (PSD) e Israel Pinheiro (PSD), respectivamente.³⁷² O resultado foi interpretado como uma derrota para o governo e uma vitória para os opositores ao movimento de 1964 – principalmente pelo grupo de militares interessados, na época, em endurecer o processo político.³⁷³ Algumas semanas depois, em 27 de outubro de 1965, Castello Branco editou o AI-2. O novo ato aumentou os poderes presidenciais, extinguiu todos os partidos políticos existentes e definiu eleições indiretas para presidente da República e governadores, entre outras medidas autoritárias.

Após o novo decreto, Rachel de Queiroz escreveu a crônica “O Ato Número Dois”, onde comentou o cenário político em torno da sua edição e defendeu a atitude do governo. Segundo a escritora, o AI-2 veio provar que “milagre pode ser lindo, mas que milagre é impossível”³⁷⁴. Ou seja, embora o governo tenha tentado “conciliar o processo revolucionário com o restabelecimento da normalidade constitucional”, tal tarefa se mostrou impossível em um período curto de tempo, por conta da situação precária em que o movimento de 1964 teria encontrado o país: “A velha, viciosa máquina política estava instalada muito segura e fundamente, e arrancá-la não era tarefa para ser cumprida em tempo tão curto”³⁷⁵.

A prova de que era “sincera” a intenção dos militares em retornar rapidamente aos princípios democráticos foi, segundo Rachel de Queiroz, a realização das eleições de outubro de 1965. Contudo, o resultado do pleito gerou a necessidade de um passo para trás:

Se cedeu, se temporariamente renunciou à sua paixão legalista, foi pressionado não pelo radicalismo da linha dura, não por ameaças externas ou internas, mas pela lógica dos fatos, por coerência e honestidade. [...] Era revolução mesmo, viera para derrubar a velha ordem corrompida e desmoralizada e fazer funcionar a República Federativa dos Estados Unidos do Brasil em moldes de decência, paz social, recuperação econômica. E para isso precisou de plenos poderes, dos poderes

³⁷¹ *Ibidem*.

³⁷² Cf. DHBB/CPDOC. Verbete: Humberto de Alencar Castello Branco. *Op. Cit.*

³⁷³ GRINBERG, Lucia. *Op. Cit.*, p. 58.

³⁷⁴ *O Cruzeiro*, 20/11/1965, p. 114. “O Ato Número Dois”.

³⁷⁵ *Ibidem*.

excepcionais que lhe foram dados pelo Ato Institucional n.º 1 – e que agora são completados pelo Ato Institucional n.º 2.³⁷⁶

Rachel de Queiroz justifica os “plenos poderes” concedidos ao governo militar pela necessidade de “fazer funcionar” o país. Se as eleições de outubro foram realizadas por conta da “paixão legalista” do movimento, o resultado do pleito fez com que renunciassem a esta paixão. Ou seja, no final das contas, o resultado das eleições só seria admitido, tanto pelos militares quanto pela escritora, se vencessem os candidatos que ambos desejavam. Caso a população não correspondesse as suas expectativas nas urnas, então o legalismo precisava ser deixado de lado “pela lógica dos fatos”.

A crônica veio também com o papel de explicar aos seus leitores as motivações que levaram ao decreto autoritário do AI-2, resumindo em palavras simples e diretas os acontecimentos que levaram os militares a tomar tal atitude. Retomando a discussão sobre este gênero literário na introdução, percebemos aqui como, de um lado, Rachel de Queiroz procura analisar e transformar a realidade a sua volta, induzindo seu público leitor a enxergar o AI-2 como uma medida necessária, mas acaba também sendo influenciada pelas mudanças dos acontecimentos políticos que ocorriam no país.

Neste sentido, é importante destacar as mudanças e, de certa forma, as contradições na argumentação da escritora. Em um primeiro momento, no início de 1964, criticou duramente o PSD, questionando sua fundação e a composição do seu quadro de políticos.³⁷⁷ Já em setembro de 1965, às vésperas das eleições, diminuiu o tom e colocou o partido em patamar semelhante à UDN, destacando sua aproximação com a “Revolução” e os postos de confiança que seus políticos ocupavam.³⁷⁸ Alguns meses depois, contudo, apoiou a extinção desses partidos com o decreto do AI-2.³⁷⁹

Rachel de Queiroz não estava sozinha na defesa ao novo ato institucional. Na mesma edição que aparecia a crônica da escritora sobre o AI-2, a revista *O Cruzeiro* também noticiava, na sua seção de *Política*, as causas e consequências do decreto com a matéria “Revolução no impulso do segundo estágio”:

Encerrou-se, no dia 27 de outubro passado, depois de 18 meses, a experiência dos revolucionários de abril de 1964, chefiados pelo Marechal Castello Branco, de conciliar os interesses daquele movimento com a normalidade político-

³⁷⁶ *Ibidem*.

³⁷⁷ *O Cruzeiro*, 22/02/1964, p. 130. “A lição dos escândalos”.

³⁷⁸ *O Cruzeiro*, 11/09/1965, p. 106. “Risco Calculado”.

³⁷⁹ *O Cruzeiro*, 20/11/1965, p. 114. “O Ato Número Dois”.

constitucional da Carta de 1946. Evidenciada a rearticulação dos antirrevolucionários, as tentativas levadas a efeito para o que se dizia ser a marcha do ‘retornismo’, a ‘corrupção e a subversão’, aliados no mesmo propósito, preparou-se o Ato Institucional nº 2, contendo uma série de medidas destinadas a consolidar e dar continuidade à Revolução. Mas esse gesto de autoridade, a despeito de tudo, não deixou de ser conciliador. Nele estão respeitados os resultados eleitorais do dia 3 de outubro e nele também se encontra o germe da reformulação partidária, defendida por muitos, há muito tempo.³⁸⁰

A partir do trecho citado, podemos perceber a congruência nos argumentos usados por Rachel de Queiroz e pela revista *O Cruzeiro*, em matéria assinada por Benedito Coutinho. Assim como alega a escritora, a reportagem justifica o AI-2 como uma medida necessária para “consolidar e dar continuidade à Revolução”. Segundo a revista, o decreto autoritário só foi lançado por conta da “rearticulação dos antirrevolucionários”. Além disso, vemos aqui também o argumento de que a “reformulação partidária” – ou seja, a extinção do pluripartidarismo – era “defendida por muitos”.

Este pensamento dialoga diretamente com a crônica “A lição dos escândalos”, de Rachel de Queiroz, na qual a escritora atenta para o artificialismo do PSD e do PTB, analisada no tópico anterior. Resgatando a discussão sobre a identificação partidária e a institucionalização ou não do sistema político brasileiro entre os anos de 1945 e 1965, podemos perceber como a argumentação de estudos que apontavam o sistema partidário em processo de desagregação nos anos 1960 encontram eco na própria época pesquisada. Tanto a intelectual quanto a revista *O Cruzeiro* acreditavam na necessidade de uma reformulação dos partidos políticos, fosse ela encaminhada de maneira autoritária ou não.

No entanto, como destaca Lucia Grinberg, os resultados eleitorais de outubro de 1965 também podem ser interpretados como “a continuação de experiências vividas nos últimos vinte anos”³⁸¹, ou seja, derrotas sucessivas de udenistas para candidatos da coligação formada entre PSD e PTB, um histórico eleitoral que transcendia fatores ligados necessariamente ao novo regime. Mais uma vez, portanto, a UDN recorria a caminhos autoritários – desta vez corroborado pelos militares no poder – para reverter os resultados das urnas.

No ano seguinte, em 1966, foram realizadas eleições para o Senado e Câmara dos Deputados. Contudo, durante o período eleitoral Rachel de Queiroz estava fora do Brasil, representando o país na Assembleia Geral da ONU nos Estados Unidos e, por conta disso, acompanhou o resultado das eleições à distância. Na crônica “O país, meu país”, a escritora

³⁸⁰ *Idem*, p. 110. “Revolução no impulso do segundo estágio”.

³⁸¹ GRINBERG, Lucia. *Op. Cit.*, p. 59.

relata a angústia pela qual ela e seus colegas na Assembleia passaram, acompanhando as notícias que iam sendo divulgadas:

Os boletins de notícias, que é só o que chega de novidade para o pessoal do exterior, davam os resumos da imprensa, cada qual mais pessimista. E ficávamos a pensar que talvez o novo governo tivesse que tomar medidas extremas, quem sabe odiosas, para neutralizar um Congresso antirrevolucionário, eleito pelos ressentidos.³⁸²

No trecho acima, a escritora faz previsões do que poderia acontecer caso o resultado fosse desfavorável para o governo, justificando a possível tomada de “medidas extremas”, ou seja, autoritárias, em razão de um suposto ressentimento do eleitorado. Apesar dos temores de Rachel de Queiroz, o resultado das eleições foi considerado favorável ao governo militar. Realizado já nos novos moldes do bipartidarismo, o pleito foi dividido entre candidatos da ARENA e do MDB, sendo o primeiro no papel de apoio à ditadura e o segundo, de oposição. Na Câmara dos Deputados, das 409 cadeiras disputadas 277 ficaram com a ARENA e 132 com o MDB, menos da metade dos candidatos eleitos pelo partido concorrente. Já no Senado, 18 políticos foram eleitos pela ARENA, enquanto o MDB conseguiu apenas quatro representantes.³⁸³ E uma vez apurados os resultados, Rachel de Queiroz comemorou:

Consultaram as urnas – e nas urnas a Revolução venceu por toda parte. O povo pode ressentir as durezas, a vida cara, as dificuldades da reconstrução – mas o povo não quer, de jeito nenhum, que aquilo que a Revolução derrubou volte a se levantar. [...] O povo é muito menos burro e menos doído do que pensam os seus cornacas derrubados.³⁸⁴

Ao reconstituir suas expectativas antes de receber o resultado das eleições, Rachel cogitava uma nova intervenção autoritária no sistema eleitoral brasileiro, caso o saldo não fosse positivo para o governo e o Congresso acabasse eleito por “ressentidos”. Após a vitória nas urnas, contudo, a necessidade de “medidas extremas” desaparece, e no lugar de “ressentido”, o povo passa a ser descrito como “muito menos burro” do que imaginam os “cornacas³⁸⁵ derrubados”, ou seja, a oposição. Portanto, assim como nas eleições de 1965, o único resultado admitido como possível nas eleições é a vitória do governo e só nesta situação o povo é considerado apto a votar, ou, nas palavras de Rachel, “muito menos burro”. Qualquer desvio deste caminho, apela-se para artifícios autoritários ou para a desvalorização do eleitorado brasileiro.

³⁸² *O Cruzeiro*, 14/01/1967, p. 122. “O país, meu país”.

³⁸³ Cf. “Dados estatísticos: eleições federais e estaduais realizadas no Brasil em 1965 e 1966”. Disponível em: <<http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/13036>>. Acesso em 01 jul. 2016.

³⁸⁴ *O Cruzeiro*, 14/01/1967, p. 122. “O país, meu país”.

³⁸⁵ Cornaca é o indivíduo que trata e conduz elefantes.

De um modo geral, percebemos novamente uma grande semelhança no discurso de Rachel de Queiroz com o udenismo. Assim como a escritora, a UDN possuía um histórico de apelos a intervenções militares ou medidas inconstitucionais quando os resultados eleitorais não lhe favoreciam. Além disso, como destaca Benevides, o partido da eterna vigilância também não tinha grande apreço pela participação eleitoral da população:

Esta visão moralista e elitista de governo traduzia a crença antiga, e sempre renovada – pelos mesmos grupos – de que “o país não está amadurecido para um verdadeiro regime democrático, porque o povo não sabe escolher seus representantes”. Daí, a frustração com as derrotas nas urnas, a contestação dos resultados, e o apelo à intervenção militar.³⁸⁶

Quando os resultados nas urnas eram favoráveis a sua causa, contudo, Rachel de Queiroz fazia questão de comemorar, como acabamos de ver. No final das contas, o povo só era considerado apto a “escolher seus representantes” quando as eleições saíam conforme o desejado.

3.2.3 Aniversários e balanços positivos da “Revolução”

A partir do golpe de 1964, desejado e comemorado por Rachel de Queiroz, a escritora passou de uma postura opositora ao governo, na época de João Goulart, para grande defensora das medidas implementadas pelos militares, novos ocupantes do poder. Ao longo dos anos que se seguiram ao golpe, Rachel escreveu diversas crônicas comentando o andamento da ditadura e apontando os progressos feitos no país através de balanços sempre positivos.

Um dos primeiros balanços sobre a “Revolução” foi em outubro de 1964, na crônica intitulada “Brasil, ontem e hoje”, onde a escritora analisa a situação do país antes e depois de os militares tomarem o poder. O texto expõe um de seus principais e mais recorrentes argumentos em defesa do movimento de 1964: a comparação com o cenário brasileiro antes do golpe. Ainda que admita alguns percalços no caminho da “Revolução”, Rachel sempre os justifica alegando que os militares encontraram o país em péssimas condições, por conta do “janguismo”, e que melhoras significativas levavam tempo – mas, em comparação com o período anterior, muito já havia sido conquistado, e mais ainda estava por vir.

Ora, afinal parece que as coisas estão tomando jeito. Mesmo com o dólar tão caro, mesmo com a vida tão cara. O povo já se convenceu de que, de agora em diante, há alguém tomando conta, se esforçando, trabalhando dia e noite, quebrando a cabeça para acertar. Alguém só, não. Toda uma numerosa equipe sincronizada, obedecendo a um comando único e empenhada em atingir os mesmos fins. Em cada setor da vida do País se sente esse esforço: acertar, corrigir, por a casa em ordem. Podem errar –

³⁸⁶ BENEVIDES, Maria Victoria. *Op. Cit.*, p. 259.

muitos erram. Mas errar sem malícia, sem fraude e sem mentiras, disposto a começar de novo logo que se conheça o erro – esse jeito de errar é quase acertar. [...] Ah, quantas vezes será preciso repetir que os homens da revolução de 31 de março não encontraram um país funcionando – mas o caos, a indisciplina, a desordem, o saque, a terra arrasada?³⁸⁷

Seis meses após o golpe, Rachel de Queiroz acredita que “as coisas estão tomando jeito” e, novamente, utiliza o “povo” para legitimar sua argumentação: segundo a escritora, o “povo” já se convencera das boas intenções dos militares em governar o país, como se toda a população brasileira tivesse uma única opinião. Além disso, aponta a “terra arrasada” que teria sido deixada pelo “janguismo” como um dos motivos pelos quais a “Revolução” cometia eventuais erros – afinal, não encontraram o “país funcionando”.

Em janeiro de 1965, Rachel de Queiroz publicou a crônica “Às vésperas de 1965”, provavelmente escrita ainda no final de 1964, mas divulgada algumas semanas depois, como era comum na revista *O Cruzeiro*. Na crônica, a escritora faz um balanço positivo do ano de 1964, destacando como começara “ominoso e desmoralizante”, mas conseguiu terminar “sob uma impressão de tranquilidade e esperança, de amor próprio recuperado, de segurança, de ordem, de promessas de equilíbrio e prosperidade”³⁸⁸. Novamente, aponta algumas questões que ainda precisavam ser melhoradas, mas argumenta que o mais importante é o fato de que brasileiros começariam o ano de 1965 “de coração leve”, graças ao movimento de 1964. Recorrendo novamente à analogia com a ideia de “limpar”, comenta que a “Revolução” se viu obrigada a fazer “grosseiras tarefas de limpeza”:

Arregaçar as mangas e fazer. E afinal tudo muito medido e muito contado. Sem sangue derramado, sem mortos nem feridos, sem maldição nem ranger de dentes. Tanto quanto possível dentro da letra da Constituição. Tanto quanto possível respeitando a ordem republicana. Tanto quanto possível respeitando o diálogo dos três Poderes. Com tanta prudência que às vezes até impacienta.³⁸⁹

Salta aos olhos o uso repetido da expressão “tanto quanto possível”, por Rachel de Queiroz. A escritora admite, com isso, que em alguns momentos houve desrespeito à Constituição, à “ordem republicana” e ao diálogo dos três Poderes, mas minimiza esses acontecimentos e chama atenção para o fato de a “Revolução” tê-los respeitado “tanto quanto possível”. A última frase, “com tanta prudência que às vezes até impacienta”, é significativa se pensarmos que, ao longo dos anos na segunda metade da década de 1960, a ditadura só fez endurecer. Rachel de Queiroz, portanto, ao mostrar-se “impaciente” com a suposta prudência

³⁸⁷ *O Cruzeiro*, 10/10/1964, p. 114. “Brasil, ontem e hoje”.

³⁸⁸ *O Cruzeiro*, 16/01/1965, p. 114. “Às vésperas de 1965”.

³⁸⁹ *Ibidem*.

excessiva do movimento de 1964, que já havia cassado e prendido centenas de políticos e civis, acaba por incentivar e ajudar a legitimar o endurecimento do regime, que viria com o decreto do AI-2 e, mais tarde, com o AI-5.

O que procuramos demonstrar aqui são as crônicas de Rachel de Queiroz como bens simbólicos produzidos por uma importante intelectual em favor da ditadura, um espaço semanal onde a escritora explicava para seus leitores as medidas do governo e apresentava os benefícios trazidos pela “Revolução”, exercendo assim um papel mediador entre os militares e a população. Ao passar esses primeiros anos fazendo avaliações e balanços positivos sobre a ditadura, Rachel não estava apenas escrevendo suas crônicas semanais, sem maiores implicações; estava fazendo política, usufruindo de seu lugar de fala em uma revista de distribuição nacional, de seu prestígio e influência como intelectual consagrada para legitimar um governo autoritário junto à sociedade brasileira.

Seguindo esta linha, Rachel publica no início de 1966 a crônica “Balanço de fim de ano”, na qual escreve sobre os principais setores desenvolvidos pelo governo ao longo de 1965: político, militar e econômico. Em todos eles, a escritora aponta melhorias e progressos, tornando o saldo final do ano extremamente positivo:

O fato é que chegado ao fim de dezembro, realçando-se certos personalismos e respeitáveis idiossincrasias, e fazendo-se uma retrospectiva sincera do que se passou no País em 1965, se há de verificar que o saldo favorável excede de muito os prejuízos, neste ano crucial para a Revolução. O Governo [...], o “nosso” Governo, em 1965 consolidou-se e ganhou muito mais prestígio e autoridade do que esperavam seus adversários e até mais do que esperávamos nós, seus partidários.³⁹⁰

Podemos perceber, no trecho acima, a preocupação da escritora em reafirmar a consolidação do governo militar, enaltecendo a superação de expectativas conquistada no que diz respeito a “prestígio” e “autoridade”. Rachel, portanto, utiliza sua influência como intelectual e sua capacidade de formar opiniões em favor da ditadura, empenhando-se na tarefa de assegurar reconhecimento e prestígio para a “Revolução” na imprensa, junto aos seus leitores.

Se no início de 1966 o balanço do governo já era positivo, o fim do mandato de Castello Branco trouxe ainda mais progressos para o país, segundo Rachel de Queiroz. A crônica “Missão cumprida”, já citada anteriormente, teve este título em alusão à conclusão do governo de Castello, que deixou a presidência da República em março de 1967, após três anos à frente do país: “o homem que tomou posse a 16 de abril de 1964, pode dizer tranquilamente,

³⁹⁰ *O Cruzeiro*, 08/01/1966, p. 106. “Balanço de fim de ano”.

à militar, enquanto troca continências com o sucessor: ‘Missão cumprida’³⁹¹. Ao longo do texto, Rachel utiliza um novo argumento para comprovar o sucesso do governo Castello Branco – o reconhecimento externo:

[...] falemos no muito que se criou. A primeira dessas criações, e que mais chama atenção, é a nova imagem do Brasil no mundo exterior. O novo respeito que merecem, fora das fronteiras, o governo do Brasil, a palavra do Brasil e até mesmo o dinheiro do Brasil! Não estou a repetir slogans – andei lá fora trabalhando entre gente de 122 nações do mundo – e vi, ouvi, testemunhei. [...] E essa nova imagem no exterior resulta, é claro, de todas as realizações no interior – a restauração financeira, a dura luta contra a inflação, a retomada do desenvolvimento em termos de honradez e realismo, a recuperação do imenso acervo de obras e serviços públicos; a nova filosofia, posta em prática, de trabalho e de recuperação.³⁹²

Citando seu trabalho como delegada do Brasil na Assembleia Geral da ONU, Rachel de Queiroz atribui autoridade ao seu discurso ao esclarecer que testemunhou a “nova imagem” do país no exterior, uma imagem positiva, de respeito, resultante das realizações internas comandadas pelo governo de Castello Branco. Assim, Rachel de Queiroz usa a suposta aprovação internacional como mais uma forma de conceder legitimidade à ditadura, colocando-a como responsável pelas reformas internas que criaram uma nova imagem positiva para o Brasil no exterior.

Em janeiro de 1968, já no governo Costa e Silva, Rachel escreveu a crônica “Os votos de ano novo”, onde aponta a necessidade de mudança como o principal motor para o progresso tanto no Brasil quanto no resto mundo. Considerando o conceito de “mudar” como algo positivo, a escritora descreve assim o então atual estágio brasileiro: “E o Brasil, por fim [...] está mudando também. Muito mais depressa do que cinco anos atrás, quando alguns pensavam que o barulho era sinal de melhora. Ainda há muita coisa ruim e errada, mas o gráfico sobe”³⁹³. Mesmo após o fim do governo de Castello Branco, seu amigo pessoal, Rachel de Queiroz continuou com seu costume de avaliar o andamento do país sob o comando militar; continuou, também, a considerar o saldo positivo, ainda que com alguns percalços.

Levando em consideração que o mandato de Costa e Silva começou em março de 1967, e em abril de 1968 Rachel de Queiroz afastou-se da revista *O Cruzeiro*, onde só voltaria a escrever em agosto de 1970, época em que Médici já governava, houve pouco tempo hábil para falar sobre o governo de Costa e Silva. Como veremos no próximo capítulo, contudo, Rachel de Queiroz manteve o hábito de fazer balanços positivos e apontar os progressos da ditadura na década de 70.

³⁹¹ *O Cruzeiro*, 25/03/1967, p. 130. “Missão cumprida”.

³⁹² *Ibidem*.

³⁹³ *O Cruzeiro*, 13/01/1968, p. 122. “Os votos de ano novo”.

3.2.4 As ressalvas feitas à ditadura

Apesar de o número de crônicas escritas por Rachel de Queiroz a favor da ditadura ser bastante significativo, nem todos os textos da escritora foram elogiosos ao governo militar. Houve momentos, principalmente no ano de 1964, em que Rachel apontou alguns problemas e fez críticas pontuais ao andamento da “Revolução”. No entanto, suas críticas raramente vinham em textos com comentários apenas negativos; ao contrário, a elas sempre se seguiam explicações para as falhas, ou a reafirmação de que o movimento de 1964 fazia “tanto quanto possível”, ou ainda que percalços eram parte do caminho.

Em junho de 1964, época movimentada por prisões e cassações de mandatos e suspensões de direitos políticos, Rachel de Queiroz reclama sobre a falta de punições aos homens que teriam enriquecido ilicitamente, “à custa do povo”. No entanto, antes de elaborar sua crítica, a escritora enaltece o golpe e o então presidente Castello Branco:

Uma coisa desde já posso falar, e não só por minha conta, mas por conta da grande maioria do povo: com todas as alegrias que nos proporcionou a derrubada do janguismo, e com a ascensão do nosso impecável Presidente Castello Branco e da equipe de homens excelentes que ele chamou ao seu redor, há um elemento de decepção e até mesmo de descrença na euforia geral. Essa decepção, essa descrença, se referem ao destino dos bilionários do regime caído, os homens que reuniram imensa fortuna à sombra do poder –, na advocacia administrativa, na sonegação tributária, no subfaturamento de exportações; [...] sem falar no roubo puro e simples do dinheiro do povo; [...] Crimes que a imprensa se cansou de denunciar, que todo mundo conhece, mas que só as autoridades ignoram ou não conseguem apurar.³⁹⁴

A crítica que Rachel de Queiroz faz ao governo consiste, basicamente, em reclamar sobre a falta de mais punições – no caso, aos “bilionários do regime caído”. Considerando um elemento de “decepção” e “descrença” em relação ao movimento de 1964, Rachel se queixa da ineficiência dos militares na hora de executar as punições contra os crimes “que todo mundo conhece”. Esses crimes consistiam em atos de corrupções cometidos justamente nos anos anteriores ao golpe. A crítica da escritora, portanto, era na verdade para que a “Revolução” cumprisse com mais afinco as demandas moralistas que suscitaram o golpe.

Como justificativa para esses crimes não investigados, Rachel sugere que ou as autoridades os ignoravam, o que seria displicência com os compromissos ideológicos da “Revolução”, ou que não conseguiam apurá-los, o que significaria incompetência. Contudo, mesmo em um momento de crítica, Rachel de Queiroz não deixa de qualificar Castello Branco como “impecável” e sua equipe de homens como “excelente”.

³⁹⁴ *O Cruzeiro*, 06/06/1964, p. 122. “Os mestres das obras feitas”.

Se nesta crônica a escritora critica a falta de mais punições, alguns meses depois, em agosto de 1964, Rachel começa a reconhecer que excessos e injustiças possam ter ocorrido junto com o “movimento revolucionário”. Contudo, o reconhecimento desses fatos é feito de forma breve e superficial, seguido de justificativas e argumentações em defesa dos militares, como sempre acontece quando a escritora admite qualquer tipo de crítica, ainda que implícita:

Tinha que haver um período anormal – e por que ter medo das palavras? – um período de ditadura revolucionária. Que foi rápido e já passou – ou já vai passando. Deve ter havido injustiças. Deve ter havido excessos. Mas nem tão graves, nem tão irremediáveis. Não houve morte de homem. Quando as outras executam – fuzilam, enforcam – aqui apenas se suspenderam direitos políticos dos mais culpados, se cassaram os mandatos daqueles que traíram esses mandatos. E, pondo-se na balança os excessos e os benefícios – que grande saldo nos fica ainda! Não preciso lembrar como é que estávamos, a que abismo de degradação este País caíra. Éramos uma casa traída e saqueada, como disse muito bem o Presidente Castello Branco.³⁹⁵

A escolha de palavras da escritora no trecho destacado é bastante reveladora. Sem admitir explicitamente excessos, Rachel escreve que “deve ter havido injustiças” – ou seja, não necessariamente houve. E caso tenham de fato acontecido, ainda assim não foram “tão graves, nem tão irremediáveis”. Na sequência, Rachel de Queiroz usa dois de seus argumentos mais frequentes: a balança final com um saldo positivo, ainda que com alguns percalços negativos, e a comparação com a situação do país antes do golpe, sempre descrita de forma catastrófica. Esse trecho, cabe destacar, é o que mais se aproxima de um reconhecimento implícito de excessos cometidos pelo governo militar entre 1964 e 1975, período em que a escritora publicou suas crônicas na revista *O Cruzeiro* durante a ditadura. Em nenhum momento Rachel de Queiroz admitiu ou comentou sobre torturas ou qualquer outro tipo de violência cometida pelo Estado.

Como nordestina e dona de uma fazenda no sertão cearense, Rachel de Queiroz fez das mazelas do Nordeste tema recorrente em suas crônicas durante todo o período estudado. Em muitos momentos, principalmente a partir de 1970, a escritora pediu ajuda ao governo, fez sugestões para melhorias na região e apontou problemas a serem resolvidos – na maioria das vezes, a seca e a fome. Contudo, se podemos entender a exposição das mazelas no Nordeste como um tipo de crítica ao governo, seus textos sempre vinham acompanhados de explicações para a falta de resolução dos problemas no sertão, como a complexidade das questões que envolvem a região e as dificuldades históricas que há muito tempo criavam obstáculos para o desenvolvimento do Nordeste.

³⁹⁵ *O Cruzeiro*, 01/08/1964, p. 114. “Manter as aparências”.

Na crônica “Primeiro aniversário”, publicada em junho de 1965, quando o golpe acabara de completar um ano, Rachel de Queiroz aponta como no Norte e no Nordeste do Brasil ainda faltava “um mínimo de civilização e de condições humanas de vida”³⁹⁶. Isso representava um “terrível” e “insolúvel” problema para o governo, que, apesar das tentativas, encontrava muitas dificuldades em resolver os problemas da região:

Aqui no Ceará, como no Amapá, como no Pará, por onde andei recentemente, o povo de interior adentro praticamente não conhece governo. Não conhecia antes, não conhece ainda. E diga-se que a Revolução tem nestas três províncias homens excelentes: os governadores Luiz Mendes no Amapá, Jarbas Passarinho no Pará, Virgílio Távora no Ceará. Que dão tudo de si, num esforço imenso para realizarem a sua obra de governo, e fazem mais do que humanamente está ao seu alcance para criar soluções. Mas tudo é contra: a extensão das terras, a falta de comunicações, a pobreza extrema da terra e do povo, a dificuldade de contato direto do Governo com as camadas mais humildes dos seus governados. [...] O Governo está fazendo. O Ministério da Agricultura se esforça e as Secretarias estaduais se desdobram. Mas é muito grande o espaço que medeia entre a mão do Governo e mão do pobre – e há muitas outras mãos preenchendo esse espaço.³⁹⁷

Ainda que Rachel de Queiroz afirme que o “povo do interior” praticamente desconhecia o governo, a escritora ressalta todo o esforço feito por vários setores em prol dessas regiões, tanto pelos governadores, quanto pelos ministérios e secretarias. Ainda assim, enumera diversos obstáculos que acabam por impedir o governo de cumprir o seu papel, ou pelo menos dificultar a sua atuação, o que contribui para atenuar a responsabilidade dos militares sobre a situação precária na qual se encontrava o Norte e o Nordeste do país. De qualquer forma, o que a escritora faz na crônica é uma mediação entre a população do interior do país e o governo, apresentando suas necessidades, por um lado, e o esforço dos militares em supri-las, de outro.

Sobre o primeiro ano de governo, a escritora resumiu: “Sim, este primeiro aniversário da Revolução, com os nossos sonhos políticos satisfeitos, com os melhores homens mandando, e assim mesmo tudo tão distante. A vontade que a gente tem é de se sentar no chão e começar a chorar”³⁹⁸. No entanto, ainda que Rachel de Queiroz explicita sua profunda tristeza pela situação no interior do país e dê ênfase em todos os seus problemas e mazelas, na mesma crônica a escritora declara seu apoio irrestrito ao governo, usando seu recorrente argumento de que “antes de março de 1964 estava pior”:

Não, absolutamente não irei dizer que esta não era a revolução dos meus sonhos. Melhor não sonhávamos, nem diferente, naqueles dias escuros de 1962, 1963, 1964.

³⁹⁶ *O Cruzeiro*, 01/05/1965, p. 114. “Primeiro aniversário”.

³⁹⁷ *Ibidem*.

³⁹⁸ *Ibidem*.

A mim, se me mandassem refazer tudo, chamaria exatamente os mesmos homens – salvo um ou dois! – pois não tinha melhores para lhes por no lugar. Principalmente o Presidente, que até agora não nos decepcionou, e, verdade seja dita, em muitas ocasiões excedeu nossa expectativa. E olhe nós que o conhecíamos, já esperávamos muitíssimo de tal homem. O que os responsáveis pelo governo têm feito nestes doze meses não é preciso dizer. Basta olhar para trás e recordar como é que tudo estava.³⁹⁹

De forma semelhante, na crônica “A batalha da fome”, publicada em agosto de 1964, Rachel de Queiroz analisa a difícil situação pela qual passava o país, principalmente “o povo do interior”, apontando problemas graves como a alta do custo de vida, a inflação, a proibição do comércio do café em grão, a falta dos gêneros de primeira necessidade nos mercados, entre outros. Para resolvê-los, no entanto, precisaria acontecer um verdadeiro “milagre”:

[...] se não for vencida, e já, a batalha do custo de vida e da produção, talvez a nossa milagrosa revolução se veja de asas aparadas, pregada à terra [sic], vencida, incapaz dos voos para que se alçara. Quando acabou o carnaval janguista, a situação já era intolerável. E de lá para cá piorou. Sabe-se que seria impraticável deter a inflação de repente, sabe-se que seria impossível remediar, em três meses, as loucuras, o desperdício, a corrupção impune de trinta anos – mas se o governo novo não realizar o milagre de praticar o impraticável, não sei como será. Nem o que será.⁴⁰⁰

Ainda que a escritora aponte problemas graves pelos quais o país atravessava sob o comando dos militares, atenua a responsabilidade que teria o governo quando afirma que a situação “já era intolerável” quando houve o golpe, ou que “sabe-se que seria impossível” resolver todas as “loucuras” que se acumulavam há trinta anos em poucos meses. A “culpa” nunca recai sobre os militares, mas sim sobre as adversidades que o próprio passado do país impunham ao presente. Desta forma, Rachel de Queiroz dialoga com seu leitor ao abordar os problemas sentidos pela população brasileira, mostrando ao público que está ciente deles e é sensível as suas dificuldades, estabelecendo assim uma relação de cumplicidade. Porém, ao mesmo tempo procura suavizar a responsabilidade do governo militar, novamente usufruindo de seu espaço na revista e de seu lugar de fala para exercer um papel mediador entre a ditadura e a população.

Este conjunto selecionado de crônicas indica, portanto, de que forma eram feitas as críticas de Rachel de Queiroz ao governo militar: na maioria das vezes de maneira indireta, e dificilmente sem que na mesma crônica aparecessem palavras de reverência aos militares. Além disso, sempre que problemas eram apontados, seguiam-se justificativas ou atenuantes em relação à responsabilidade que o governo poderia ter na resolução das dificuldades.

³⁹⁹ *Ibidem.*

⁴⁰⁰ *O Cruzeiro*, 08/08/1964, p. 130. “A batalha da fome”.

3.3 “O coro das onze mil virgens”: desqualificando a oposição

Ao longo dos primeiros anos de ditadura no Brasil, um dos temas que mais sobressaiu nas crônicas políticas de Rachel de Queiroz foi a crítica implacável feita aos opositores do governo. Em diversos momentos, a escritora desqualificou a oposição utilizando uma série de argumentos que já foram apresentados em tópicos anteriores, como a comparação com a situação anterior ao golpe; o discurso moralista contra a corrupção e o enriquecimento ilícito dos quais os opositores eram acusados; e a suposta hipocrisia que permeava as falas e ações da esquerda brasileira.

De um modo geral, as críticas que Rachel direcionou à oposição tiveram o objetivo principal de desqualificar e desvalorizar o discurso dos que se colocaram contrários ao governo militar, menosprezando suas reivindicações e colocando em dúvida seu comprometimento para com o que seria verdadeiramente o melhor para o país. Desta forma, ao atacar os opositores da ditadura, a intenção final de Rachel de Queiroz era justamente a de defesa ao movimento de 1964.

A crônica “A grita impaciente”, publicada em setembro de 1964, é uma síntese reveladora de alguns dos principais argumentos utilizados por Rachel de Queiroz ao longo dos anos ditatoriais. Logo nos primeiros parágrafos, a escritora compara a situação do país antes e depois do golpe:

Quem ouve a gritaria, parece que estávamos antes num paraíso, rigorosamente dentro do lema da ORDEM E PROGRESSO. Com um Governo exemplar, honesto, meu Deus! Respeitado, consciente dos seus deveres, provendo a tudo com abundância, o povo nadando em alegria e prosperidade. Em apenas cento e vinte dias, todo mundo esqueceu tudo. Aquela vergonha, aquele descalabro, aquela vil ladroeira.⁴⁰¹

Com um título já bastante sugestivo e crítico, “A grita impaciente”, Rachel de Queiroz chama os discursos opositores à ditadura de “gritaria”, o que imprime uma ideia de histeria, de reclamações sem fundamentos, uma vez que o governo de Jango era uma “vergonha”, um “descalabro”, e não um governo “exemplar, honesto” como diziam alguns. Além disso, descreve com ironia a imagem de um povo supostamente “nadando em alegria e prosperidade” antes do golpe para ridicularizar o discurso da oposição e evidenciar a falta de conexão com a real situação vivida pelo país.

⁴⁰¹ *O Cruzeiro*, 12/09/1964, p. 130. “A grita impaciente”.

Na sequência, Rachel de Queiroz dedica boa parte da crônica à descrição da situação calamitosa na qual o Brasil se encontrava antes do golpe, para depois voltar a combater os críticos da ditadura:

Mas a algazarra que se ouve não é contra algum erro eventual deste Governo – é, acima de tudo, a voz dos interesses contrariados. As medidas de contenção, de desinflação, de moralização administrativa, os cortes nas despesas [sic], estão sempre a prejudicar qualquer um. E cada qualquer um, um sangrado na bolsa, grita mais do que sangrado na veia.⁴⁰²

Além de “gritaria”, Rachel de Queiroz utiliza também o termo “algazarra” para atribuir a imagem de histeria às reclamações da oposição. O que a escritora deixa subentendido, quando fala em “voz dos interesses contrariados”, é que os descontentes com o governo são, na verdade, os que se beneficiavam da desmoralização administrativa e das despesas excessivas nos governos anteriores ao golpe. Com as medidas de contenção, esses descontentes agora “sangravam na veia” e sentiam as mudanças mais do que todos. Na sequência, Rachel descreve outro grupo de insatisfeitos:

E ainda há os que não reclamam em nome de interesses diretos, mas em nome de preconceitos, opiniões, ideias de governo. Mesmo entre os companheiros de revolução, cada um tinha no peito a revolução dos seus sonhos. E claro, a revolução que o Governo executa o melhor que pode (e note-se que esse melhor é muito bom), não pode corresponder ao sonho particular de cada revolucionário. Os descontentes, então, entregam-se à luta aberta ou encoberta, que vai desde simples resistência passiva até a sabotagem e à conspiração.⁴⁰³

Neste parágrafo, Rachel de Queiroz se refere aos que apoiaram o golpe em março de 1964, mas com o passar dos meses ficaram descontentes com os rumos do movimento e viraram oposição. De fato, a onda de prisões e cassações e o adiamento das eleições para a presidência da República, entre outros fatores, afastaram muitos apoiadores iniciais da ditadura. A cassação do mandato de Juscelino Kubistchek, por exemplo, gerou muitas críticas de políticos e da imprensa, além da imediata retirada do apoio parlamentar do PSD ao governo de Castello Branco – muito embora um grande número de pessedistas tenha continuado a manter relações próximas com a ditadura.

Assim como na crônica “Primeiro aniversário”, quando diz “Não, absolutamente não irei dizer que esta não era a revolução dos meus sonhos”⁴⁰⁴, Rachel também utiliza aqui a expressão “a revolução dos seus sonhos”, se referindo aos que inicialmente apoiaram o golpe. As palavras da escritora são uma alusão à conhecida frase “Esta não é a República dos meus

⁴⁰² *Ibidem.*

⁴⁰³ *Ibidem.*

⁴⁰⁴ *O Cruzeiro*, 01/05/1965, p. 114. “Primeiro aniversário”.

sonhos”, atribuída a diferentes autores e repetida por intelectuais e militantes da causa republicana após a derrubada da monarquia e a subsequente desilusão com o novo sistema político brasileiro.

Ao final da crônica, como último argumento, Rachel de Queiroz usa a ironia para tratar as críticas da oposição:

As duras penas, o laborioso e fiel síndico a quem foi entregue a massa falida que era o Brasil, luta por lhe restabelecer a riqueza e o bom nome perdidos. Mas os impacientes querem milagres! Engraçado, essa gente durante mais de trinta anos teve paciência, **cooperou**, colaborou com a oligarquia. Agora já não podem mais esperar nem alguns meses...⁴⁰⁵

Novamente apontando as dificuldades do novo governo, cujo recebera “a massa falida que era o Brasil”, a escritora chama a oposição de “impaciente” e ironiza o fato de não ter faltado paciência nos trinta anos anteriores ao golpe, o que indicaria uma incongruência nas críticas feitas pelos opositores da ditadura.

No ano seguinte, em 1965, Rachel de Queiroz escreve a crônica “Coragem”, já citada anteriormente, onde menospreza a suposta coragem da oposição em discursar contra o governo e exalta as medidas implementadas por Castello Branco até ali. No texto, a escritora cria uma oposição entre falar e fazer, atribuindo a primeira ação à oposição, com sentido negativo, e a segunda aos militares, de forma positiva:

Sim, é fácil ter “a coragem” de se opor ao Governo, nestas alturas. Basta abrir a boca e falar, que ninguém impede. Difícil é fazer um plano e seguir para a frente. É receber tranquilo os assobios da impopularidade, o povo descontente porque não vê chegar o fim do tempo das vacas magras, e, saindo da bebedeira inflacionária, enfrenta as dores de cabeça da ressaca. [...] O difícil é não falar. Difícil é trabalhar sem arriar a carga. Difícil é se manter fiel a um plano que pareceu bom quando traçado e na verdade é tão bom mesmo que, por mais que o maldigam, ainda não lhe ofereceram uma alternativa viável. Afinal a vida não é um conto de fadas, não é ilusionismo de pelotiqueiros. Os povos, como os homens, têm que prosperar e crescer não a golpe de mágica, mas devagarinho, pelo trabalho e pela poupança. Só ladrão enrica de repente.⁴⁰⁶

Admitindo a impopularidade do governo, Rachel de Queiroz a encara como um “mal necessário”, ocasionada por medidas de contenção da crise, importantes para trazer o Brasil de volta aos eixos. Sobre as críticas da oposição, a escritora desvaloriza seu discurso ao dizer que “é fácil ter ‘a coragem’ de se opor ao Governo”, ignorando o fato de muitos já terem sido presos e torturados ou buscado o exílio por conta de opiniões contrárias aos militares. Além disso, ao argumentar que aqueles que maldiziam o “bom plano” traçado pelo governo “ainda

⁴⁰⁵ *O Cruzeiro*, 12/09/1964, p. 130. “A grita impaciente”.

⁴⁰⁶ *O Cruzeiro*, 03/07/1965, p. 114. “Coragem”.

não lhe ofereceram uma alternativa viável”, Rachel de Queiroz atribui uma ideia de inutilidade para as críticas da oposição, uma vez que não sugeriam “uma alternativa viável”, embora viável seja um conceito subjetivo.

Quando a escritora sugere, ainda, que o “difícil é não falar”, mas “trabalhar”, desencoraja tanto a oposição quanto seus leitores a usufruírem da liberdade de expressão e da possibilidade de fazerem uma análise crítica do governo. Assim, escrevendo como se “falar” e “trabalhar” fossem ações opostas e incompatíveis, resta ao brasileiro trabalhar para ajudar o país a se desenvolver ou desperdiçar seu tempo e o futuro do Brasil fazendo críticas ao governo. Aparece novamente aqui, portanto, o enaltecimento do trabalho, visto como uma virtude que deveria ser buscada pela população.

Em setembro de 1966, na crônica “O coro das onze mil virgens”, Rachel de Queiroz deixa o tom sugestivo de lado e faz uma crítica dura à parte da oposição no Brasil. Com ironia e desdém, a escritora ridiculariza as denúncias que vinham sendo feitas sobre o autoritarismo do governo e procura deslegitimá-las:

Mas essas primas-donas que andam pelas tribunas gargarizando árias de loucura, essas tristes madalenas com grinalda de virgem, teúdas e manteúdas de todas as situações, ai, queridos, nós vos conhecemos desde o outro carnaval! Não há nenhum entre os que agora clamam por diálogo (essa palavra está muito em moda) que não tenha aplaudido com delírio o monólogo aborrecido da ditadura. Os que choram as liberdades proibidas, os que reclamam contra o arrocho do Congresso, os que defendem a intocabilidade da Constituição não têm um que não seja réu de crime contra essas mesmas liberdades, contra esse dito Congresso, essa própria Constituição.⁴⁰⁷

No trecho acima, Rachel de Queiroz ironiza as críticas feitas à ditadura e procura mostrar a suposta hipocrisia que existia em seu discurso, uma vez que todos seriam réus dos mesmos crimes contra os quais reivindicavam. É importante notarmos que todas as críticas ironizadas por Rachel eram de viés democrático: mais liberdade e diálogo, contra o arrocho do Congresso e a favor da intocabilidade da Constituição. Além disso, o menosprezo por essas reivindicações acabavam contribuindo de certa forma para a naturalização da ditadura e suas práticas autoritárias.

Na época em que Rachel de Queiroz escreveu a crônica, o decreto do AI-2 já completava praticamente um ano. O ato, além de extinguir os partidos políticos existentes e estabelecer eleições indiretas para a presidência da República, reabriu as cassações de mandatos e a suspensão de direitos políticos, ampliou a competência da Justiça Militar, que

⁴⁰⁷ *O Cruzeiro*, 12/09/1966, p. 130. “O coro das onze mil virgens”.

passou a julgar e condenar civis acusados de crimes contra a segurança nacional, e concedeu amplos poderes ao presidente da República, como fechar o Congresso e legislar por decretos. Ou seja, de um modo geral, o AI-2 representou um endurecimento da ditadura, ceifando a Constituição de 1946 em muitos dos seus princípios fundamentais.⁴⁰⁸

Importantes nomes na política brasileira já haviam rompido com o governo militar, inclusive líderes civis que participaram ativamente do golpe em 1964, como Carlos Lacerda, Magalhães Pinto e Adhemar de Barros. Além disso, em meados de 1966, Castello Branco decretou a cassação de mandatos de vários parlamentares gaúchos da oposição, com o objetivo de conceder maioria de votos à ARENA no Rio Grande do Sul e garantir a eleição de seu candidato ao governo do estado. No dia 3 de setembro, portanto nove dias antes da publicação da crônica de Rachel de Queiroz, aconteceram as eleições para governador com a abstenção do MDB. Em meados do mês, protestos estudantis contra o governo foram organizados no Rio de Janeiro, em Belo Horizonte e em Porto Alegre, resultando em violência e prisões. Um mês depois, quando o parlamento não aceitou a cassação de seis deputados federais, Castello Branco determinou a invasão e o recesso do Congresso Nacional.⁴⁰⁹ É neste cenário de críticas aos militares que Rachel de Queiroz condena o discurso da oposição:

E agora todos, velhos e moços, vestidinhos de branco como catecúmenos, vêm defender a democracia e a liberdade – esses matadores da liberdade, esses vendilhões da democracia. Ver clamar por diálogo, os que abafavam as vozes dos que defendiam o jogo democrático. Foi ontem ainda, no governo Juscelino, com a sua alegada paixão pela cordura e pelos direitos invioláveis do cidadão, que se proibia o acesso à TV (e em véspera de eleição) ao Sr. Carlos Lacerda e mais outros deputados e jornalistas. E nessa hora não havia ato institucional, nem clima revolucionário – nada que justificasse a medida ilegal.⁴¹⁰

Novamente, Rachel de Queiroz tenta apontar contradições no discurso dos opositores da ditadura, indicando a hipocrisia em levantar bandeiras democráticas que antes desprezavam. A última frase do parágrafo, contudo, é bastante esclarecedora. Quando a escritora afirma que não havia, no governo Kubistchek, nenhum ato institucional ou “clima revolucionário” que justificasse uma medida ilegal, podemos depreender que, em tempos de “Revolução”, para Rachel, medidas ilegais eram justificáveis.

Por fim, levantamos a seguinte questão: com quem a escritora dialoga na crônica, ou seja, de onde vinham as críticas que Rachel ironiza e desmerece? Ao final do texto, a escritora

⁴⁰⁸ Cf. DHBB/CPDOC. Verbetes: Humberto de Alencar Castello Branco. *Op. Cit.*

⁴⁰⁹ *Idem.*

⁴¹⁰ *O Cruzeiro*, 12/09/1966, p. 130. “O coro das onze mil virgens”.

explica que prefere não dizer os seus nomes, pois poderia acabar sendo mandada para a cadeia por esses “aliados perigosos”, mas garante que “todos nós” já os conhecíamos. E, ao longo do texto, cita indiretamente os atores políticos a quem se refere, esclarecendo que “os mais velhos vêm de longe, desde Getúlio e a ditadura; ajudaram o golpe de 37 e a outorga da Polaca, empanturrando-se durante os quinze anos do ‘curto período’”⁴¹¹. Em seguida, cita a crise política de 1955, quando o à época general Henrique Lott forçou a deposição do presidente interino da República, Carlos Luz, para evitar um golpe de Estado e garantir a posse de JK: “Os de meia-idade, que não tinham idade ou posição para aparecer mais cedo – procurem por eles – lá estavam todos no 10 de novembro de 1955”⁴¹². Encerrando sua cronologia do período 1930-1964, Rachel menciona ainda a renúncia de Jânio Quadros e “Jango entronizado no grito por Brizola”⁴¹³. Após recapitular, à sua maneira, os principais acontecimentos políticos das últimas quatro décadas, resume suas impressões sobre esses atores:

Porém entre todos os mais repugnantes são aqueles que, usando precisamente das liberdades de que se dizem privados, ocupando tribunas e colunas de imprensa que pretendem censuradas, vêm fazer baixa demagogia alegando *a fome do povo*. Eles, os ladrões do triste dinheirinho do povo, que durante trinta e quatro anos se cevaram em sinecuras e em negociatas que sem dó e sem medo esbanjaram as rendas do País, [...] – esses mesmos têm agora a coragem cínica de ameaçar o governo revolucionário com a fome do povo! A fome que eles instituíram e eternizaram!⁴¹⁴

Desta forma, apesar de não termos os nomes explícitos da oposição criticados por Rachel, seu texto permite identificar ao menos a que grupo político eles pertencem: são os que participaram do governo Vargas e depois deram continuidade a sua herança política através do trabalhismo. A crônica, portanto, se refere principalmente aos políticos do PTB, mas também aos pessedistas que se aliaram aos trabalhistas na composição de governos e nas disputas de eleições – grupo ao qual Rachel de Queiroz já se opunha e criticava fazia tempo.

No início de 1967, poucos meses depois da publicação desta crônica, os comentários afiados da escritora receberam uma crítica. Na seção *Escreve o leitor*, Nair Souza, de Belo Horizonte, Minas Gerais, enviou a seguinte carta para a revista *O Cruzeiro*: “É com grande pesar que tenho estranhado a linha adotada pela excelente cronista Rachel de Queiroz. É lamentável que, com a grande cultura que possui, se enverede por maus caminhos arrastando

⁴¹¹ *Ibidem*.

⁴¹² *Ibidem*.

⁴¹³ *Ibidem*.

⁴¹⁴ *Ibidem*.

muitos que a admiram”⁴¹⁵. Logo abaixo da carta vem a resposta da revista: “Seria interessante que V. esclarecesse quais são esses ‘maus caminhos’ pelos quais a nossa Rachel tem enveredado...”⁴¹⁶

Embora a leitora não diga explicitamente quais seriam os “maus caminhos” tomados por Rachel, como aponta a resposta da revista, parece muito provável que Nair Souza estivesse se referindo às crônicas políticas da escritora em apoio ao governo militar. A carta é um pequeno indicativo de que nem todos os leitores da seção *Última Página* estavam satisfeitos com a linha adotada por Rachel de Queiroz durante a ditadura. A crítica de Nair, contudo, não pareceu influenciar nos textos da escritora.

Em janeiro de 1967 foi outorgada a nova Constituição brasileira, entrando em vigor em março do mesmo ano, quando o novo presidente, Costa e Silva, assumiu o governo. Em dezembro de 1966 Castello Branco editou o Ato Institucional Nº 4 (AI-4), convocando o Congresso antigo, e não o recém-eleito nas eleições de outubro daquele ano, para elaborar a nova Constituição, transformando-o em Assembleia Nacional Constituinte. Desde o anúncio da proposta para a redação de uma nova Constituição, houve críticas tanto da imprensa quanto de parlamentares. Os jornais viam o projeto como uma manobra do Executivo e debatiam a legitimidade de congressistas em fim de mandato votarem a nova Carta. Do outro lado, alguns políticos de peso no cenário nacional tentaram, desde o início, garantir maior liberdade para o Legislativo e reduzir o poder do Executivo sob os outros poderes, sem sucesso.⁴¹⁷

Adauto Lúcio Cardoso (ARENA) e Auro de Moura Andrade (ARENA), na época presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado, respectivamente, pleitearam junto a Castello Branco o restabelecimento das condições de autonomia e inviolabilidade do Legislativo para darem prosseguimento à elaboração da Constituição, mas a reivindicação não foi acolhida pelo presidente. Sob pressão dos militares, os constituintes tiveram de 12 de dezembro de 1966 até 24 de janeiro de 1967 para discutir e aprovar a nova Carta, em ritmo de trabalho acelerado. ARENA e MDB chegaram a apresentar um total de 1800 emendas ao projeto, contudo, a Constituição foi autoproclamada promulgada sem que fosse considerada a maior parte das emendas propostas.⁴¹⁸ Alguns pontos foram muito criticados pelos parlamentares, como a exclusão da apreciação judicial de atos do Executivo e o poder de

⁴¹⁵ *O Cruzeiro*, 28/01/1967, p. 30. “Escreve o leitor”.

⁴¹⁶ *Ibidem*.

⁴¹⁷ GRINBERG, Lucia. *Op. Cit.*

⁴¹⁸ Cf. DHBB/CPDOC. Verbete: Humberto de Alencar Castello Branco. *Op. Cit.*

expedir decretos-leis e decretar estado de sítio sem audiência prévia do Congresso. Ao longo da elaboração e votação do projeto, políticos da própria ARENA, partido que formava a base de apoio ao governo, discursaram denunciando a falta de liberdade da nova Constituição, como Afonso Arinos de Mello Franco, Flores Soares e Herbert Levy.⁴¹⁹

De um modo geral, as principais medidas do texto constitucional reforçavam o Poder Executivo, em detrimento do Legislativo e do Judiciário, e propiciavam a institucionalização jurídica do movimento de 1964, estabelecendo a eleição indireta para Presidente da República, com mandato de cinco anos; a ampliação da Justiça Militar, encarregada de julgar civis acusados de crimes contra a segurança nacional; a possibilidade de punição com pena de morte para estes crimes; entre outras medidas. Criticada pela oposição e pela imprensa, a nova Constituição foi alvo de um manifesto com pedido de revisão imediata por parte do MDB no próprio dia 24 de janeiro.⁴²⁰ Nesta conjuntura, Adauto Lúcio Cardoso e Afonso Arinos, udenistas históricos e conspiradores em 1964, afastaram-se da ARENA por divergências quanto ao rumo que o movimento tomava, ao lado de outros parlamentares liberais.⁴²¹

Sobre a nova Carta, Rachel de Queiroz escreveu a crônica “A Constituição ao Alcance de Todos”, cujo tema principal era na verdade a obra de Paulo Sarasate, ex-udenista que apoiou o golpe de 1964 e depois se filiou à ARENA. Além de comentar e elogiar o livro de Sarasate, “A Constituição do Brasil ao Alcance de Todos”, Rachel de Queiroz também fez sua própria avaliação positiva sobre a nova Carta de 1967 e a defendeu das críticas da oposição:

E esta constituição nova, a de 1967, feita e promulgada com rapidez inusitada, tem sido uma das mais caluniadas desconhecidas deste país. Falou-se mal dela antes de se lhe conceder um único artigo – o que é fácil de entender, pois o que repugnava aos maldizentes não seria a constituição em si, que eles ignoravam, mas a fonte de onde ela emanava, que era o movimento revolucionário de 31 de março. Recordo, a propósito, a declaração de um reverendíssimo arcebispo brasileiro, que deu uma entrevista aos jornais, verberando a lei nova; e como o repórter lhe perguntasse quais os aspectos que nela pareciam piores, Sua Excelência declarou textualmente: “Não posso precisar, porque ainda não a li”.⁴²²

Apesar de todas as controvérsias e medidas autoritárias que cercaram a criação da nova Constituição brasileira, Rachel de Queiroz novamente desqualifica as críticas feitas pela oposição ao governo, contribuindo para a legitimação da ditadura. Desta vez, a estratégia de desqualificação do discurso passa pelo argumento de que a oposição criticava um texto que

⁴¹⁹ GRINBERG, Lucia. *Op. Cit.*

⁴²⁰ Cf. DHBB/CPDOC. Verbetes: Humberto de Alencar Castelo Branco. *Op. Cit.*

⁴²¹ GRINBERG, Lucia. *Op. Cit.*

⁴²² *O Cruzeiro*, 30/09/1967, p. 146. “A Constituição ao Alcance de Todos”.

sequer conhecia, exemplificado na fala de um arcebispo brasileiro que, no entanto, não é identificado pela escritora em seu texto. Assim, as críticas à Constituição, segundo argumenta Rachel, não passavam de implicância sem fundamento contra quem conduziu o processo, ou seja, o “movimento revolucionário”. A escritora ignora, portanto, todos os conflitos internos que apareceram durante a elaboração da Constituição e as críticas e denúncias feitas por próprios arenistas e revolucionários de 1964, apresentando, em seu lugar, a nova Carta como um trabalho harmônico, livre de embates e reivindicações.

O que vimos neste capítulo, de um modo geral, foi o desenvolvimento da posição política de Rachel de Queiroz ao longo da década de 1960, diante de uma série de acontecimentos decisivos para o curso da história do Brasil. Ao analisar a afinidade do discurso político da escritora com a UDN, partido que atuou em peso pelo golpe de 1964, pôde-se identificar uma série de fatores que, de uma forma ou de outra, contribuíram para sua posição de defesa ao golpe civil-militar: o antigetulismo – e depois o antijanguismo –, o anticomunismo e o moralismo presentes em suas crônicas. O apoio ao golpe foi, acima de tudo, uma opção autoritária para afastar o comunismo e a influência varguista do poder – opção que vimos aparecer muitas outras vezes depois em suas crônicas, defendendo novas medidas autoritárias sempre que o caminho legal e democrático não correspondia às suas expectativas.

Com a ditadura já instalada, acompanhamos a posição da escritora diante de acontecimentos importantes que levaram à institucionalização do governo militar, como as cassações de mandatos e as suspensões de direitos políticos, as eleições de 1965, o AI-2 e a Constituição de 1967. Ainda que com algumas críticas discretas feitas por Rachel de Queiroz à ditadura, fica evidente seu apoio e seu “jornalismo de combate” realizado em prol dos militares. E, principalmente, sua atividade intelectual como cronista, debatendo questões atuais no cenário político da época, dialogando com seus leitores e procurando sempre explicar e justificar as medidas do governo a partir de uma linguagem de fácil compreensão.

4. “NINGUÉM SEGURA ESTE PAÍS!”: OTIMISMO E UFANISMO NA ÚLTIMA PÁGINA (1970-1975)

“Se outros benefícios não devêssemos à Revolução de 64, bastaria esse. A autoridade internacional. A segurança de dizer verdades, de reclamar direitos, de distinguir publicamente entre os gestos de fraternidade e as imposições do paternalismo imperial. Poder recusar a velha coleira de guizos de carneiro do batalhão.”

(Rachel de Queiroz, *O Cruzeiro*, 13/10/1971)

Rachel de Queiroz se ausentou da revista *O Cruzeiro* por dois anos, de abril de 1968 até agosto de 1970, quando retomou seu lugar cativo na *Última Página*. Este capítulo tem como tema principal o retorno de Rachel à revista, já após a morte de Assis Chateaubriand. Durante o espaço de tempo em que a escritora ficou ausente, o governo editou o Ato Institucional Nº 5 (AI-5), fechou o Congresso e realizou uma série de novas cassações. O início da década de 1970 representou o período de maior prosperidade econômica para a ditadura, mas também o de maior violência contra a população.

Durante a década de 1970, Rachel de Queiroz aproximou seu discurso de forma significativa à propaganda do governo. Repetiu *slogans*, exaltou as qualidades da nação, propagou otimismo quanto ao presente e ao futuro do país e repercutiu campanhas da ditadura, como o sesquicentenário da independência. Para analisar os temas presentes neste segundo grupo de crônicas, teremos como referência o livro *Reinventando o otimismo*, de Carlos Fico, onde o autor estuda o discurso e as campanhas feitas pela propaganda política oficial da ditadura.⁴²³

No livro em questão, Fico aponta a existência de um conflito secular entre duas visões sobre o Brasil: uma otimista e esperançosa quanto ao futuro do país, baseada na ideia de terra abençoada, rica em recursos naturais e grandiosa; e outra pessimista e cética quanto ao futuro, dando ênfase para as deficiências estruturais que atrasavam o país e dificilmente seriam superadas. A propaganda da ditadura se encaixava na primeira visão, mas promoveu uma reinvenção deste otimismo, incluindo novos princípios inspirados principalmente nas matrizes ideológicas do Estado Novo: congraçamento racial, uma ideia de nação baseada nos princípios de coesão e cooperação e enaltecimento do trabalho, e a crença no caráter positivo

⁴²³ FICO, Carlos. *Reinventando o otimismo: Ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil*. *Op. Cit.*

do povo, constituindo assim uma “identidade brasileira”. Desta forma, além do ufanismo baseado nas riquezas naturais do país, a ditadura deu ênfase à exacerbação do caráter e das conquistas da população.

Entre 1969 e 1977, a Assessoria Especial de Relações Públicas (Aerp – 1968-73) e a Assessoria de Relações Públicas (ARP – 1974-78) foram responsáveis pela produção e divulgação da propaganda política da ditadura. Apesar disso, a Aerp/ARP não se definia como um órgão de promoção do governo ou do presidente da República, mas sim como fomentadora de uma consciência nacional, fundada em valores éticos e morais, a partir de campanhas voltadas para o interesse comunitário. Desta forma, a propaganda governamental se travestia de inofensiva, de “despolitizada”, passando-se por um instrumento de utilidade pública, criador de uma atmosfera de paz ao projetar imagens de otimismo e esperança para o Brasil. Essa mensagem de união nacional, de enaltecimento do trabalho e do caráter positivo do povo brasileiro, de otimismo em relação ao futuro do país é o que encontramos nas crônicas de Rachel de Queiroz analisadas neste capítulo.

É importante destacar, antes de tudo, que a propaganda realizada não deve ser percebida pela visão pura e simples de “manipulação”, de “instrumentalização ideológica”. Conforme esclarece Carlos Fico, as ações da Aerp/ARP tiveram êxito porque eram fundadas em um imaginário secular que não se descolava totalmente da realidade na época. O “milagre econômico” nos primeiros anos de 1970 ajudou a validar essas ações, consolidando uma visão de Brasil como grandeza viável e tangível: “Bastava ter olhos para ver: a ‘vocaçao de grandeza do Brasil’ seria justificada facilmente pelos dados ao redor, pela dimensão concreta, natural, do país; não era uma utopia”⁴²⁴.

4.1 O retorno de Rachel de Queiroz e a construção de um novo Brasil

A última crônica de Rachel na *Última Página* durante a década de 1960 foi em 6 de abril de 1968. A escritora ficou ausente até o dia 4 de agosto de 1970, por razões não esclarecidas por ela ou pela revista. Durante este período de afastamento, contudo, Rachel de Queiroz continuou colaborando com suas crônicas em *O Jornal*, um dos principais periódicos dos *Diários Associados*, onde comentava o cenário político do país e elogiava as ações da ditadura.

⁴²⁴ *Idem*, p. 77.

Durante o tempo em que a escritora ficou ausente da revista *O Cruzeiro*, conferimos suas crônicas publicadas em *O Jornal* com o objetivo de analisar a posição de Rachel em um período tão conturbado. Em 13 de dezembro de 1968, época em que a escritora estava afastada da revista, o governo Costa e Silva editou o AI-5. O ato foi considerado o “golpe dentro do golpe” por conta do endurecimento da ditadura, suspendendo o que restava das garantias individuais e abrindo caminho para um novo ciclo de punições arbitrárias e ações autoritárias. O AI-5 autorizou o presidente da República, independente de qualquer apreciação judicial, a suspender a garantia de *habeas-corpus* para crimes políticos, fechar o Congresso e outros órgãos legislativos, cassar mandatos eletivos, suspender por dez anos os direitos políticos de qualquer cidadão e intervir em estados e municípios. Logo após a edição do novo ato, jornalistas, políticos e artistas que haviam manifestado oposição ao governo foram presos, como Juscelino Kubitschek, Carlos Lacerda, Caetano Veloso, Gilberto Gil, Carlos Heitor Cony, entre outros.⁴²⁵ Após as prisões, muitos opositores do governo deixaram o país rumo ao exílio e retornaram somente após a Lei da Anistia, em 1979.

O Congresso foi fechado no dia em que o AI-5 foi editado e só seria reaberto em outubro de 1969, para a eleição do general Emílio Médici à presidência da República. Ao fim do mês de dezembro, 11 deputados federais foram cassados. Em janeiro de 1969 a lista aumentou, atingindo, além de novos parlamentares, ministros do Supremo Tribunal Federal (STF).⁴²⁶ Ao longo do ano de 1969, 333 políticos tiveram seus direitos políticos suspensos: 151 deputados estaduais, 78 deputados federais, 23 vereadores, 22 prefeitos e cinco senadores.⁴²⁷

No entanto, não há nas crônicas de Rachel de Queiroz em *O Jornal* qualquer menção ao AI-5, ao fechamento do Congresso ou às cassações. Assim como fazia na *Última Página*, defendeu a ditadura e elogiou o governo e os militares. Em crônica de outubro de 1969, “O país tropical abençoado por Deus”, a escritora elogia a atuação da Junta Militar que comandou o país após a morte de Costa e Silva e descreve desta forma o perfil dos militares que assumiram o governo: “São antes os mais acirrados dos legalistas, repugna-lhes qualquer

⁴²⁵ Cf. *Dicionário histórico e biográfico brasileiro*/ Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (DHBB/CPDOC). Verbetes: Atos Institucionais. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbetes-tematico/atos-institucionais>>. Acesso em: 04 nov. 2016.

⁴²⁶ *Idem*.

⁴²⁷ BECHARA, Gabriela Natacha; RODRIGUES, Horácio Wanderlei. “Ditadura militar, atos institucionais e poder judiciário”. *Justiça do Direito*, Passo Fundo, v. 29, n. 3, set./dez. 2015, p. 599. Disponível em: <<http://seer.upf.br/index.php/rjd/article/view/5611/0>>. Acesso em: 03 fev. 2017.

forma de governo que não se norme por pacto constitucional e, uma vez na posse de uma constituição, aferram-se fervorosamente a ela, como o mais legalista dos bacharéis”⁴²⁸.

Em setembro do mesmo ano, Rachel de Queiroz escreveu uma crônica defendendo que o Brasil não deveria se preocupar em seguir os modelos de democracia dos países desenvolvidos, pois cada nação tinha suas próprias características e peculiaridades. Ao longo do texto, explica que certas dificuldades necessitam de “solução pragmática”, que, por conta de sua natureza, “não pode ser enquadrada dentro dos moldes estreitos da lei”, justificando de forma indireta às alterações na Constituição brasileira feitas pelos militares. E, ao final, aponta como característica dos países sulamericanos a necessidade de intervenções militares para nos guiar: “Aqui, na América do Sul, o uso e a boa tradição é contarmos com as forças armadas para os trabalhos de evolução e sustentação política e não há vergonha nisso, é o nosso jeito e daí?”⁴²⁹. Encontramos novamente, aqui, traços do udenismo no discurso da escritora, um discurso conservador que não acredita na capacidade do povo brasileiro de resolver seus problemas democraticamente, dentro da lei, mas sim através da “sustentação política” fornecida pelas Forças Armadas.

Feito um breve resumo sobre como Rachel de Queiroz se posicionou durante o afastamento da revista *O Cruzeiro* – período que correspondeu aos anos mais conturbados e autoritários da ditadura –, voltemos as suas crônicas na *Última Página*.

4.1.1 O recomeço

Às vésperas do retorno da escritora para *O Cruzeiro*, a revista publicou matéria intitulada “A volta de Rachel”, na qual anuncia com orgulho a chegada de sua tradicional cronista: “Rachel de Queiroz, a Ímpar, volta à *Última Página* de O CRUZEIRO, à qual, durante tanto tempo, emprestou a mágica relutância do seu segredo inimitável de cronista”⁴³⁰. A reportagem vem em destaque no centro da folha e estende-se por sete parágrafos elogiando a escritora e celebrando o seu retorno:

Dizemos Rachel, a Ímpar, porque, na realidade, ela o é. Deixou aqui uma lacuna que só poderia se preenchida por ela própria. E acaba de fazê-lo, num impulso de fidelidade a esta casa, que sempre a acolheu com o carinho unânime de quantos aqui trabalharam. Ganha, assim, O CRUZEIRO, de novo, um dos melhores motivos de sugestão para os seus leitores. Rachel de Queiroz lhes trará, todas as semanas, a mensagem encantadora da sua crônica, airosa na forma e sedutora no contexto. Essa

⁴²⁸ *O Jornal*, 26/10/1969, p. 4. “O país tropical abençoado por Deus”.

⁴²⁹ *O Jornal*, 07/09/1969, p. 4. “Fim de agosto”.

⁴³⁰ *O Cruzeiro*, 28/07/1970, p. 106. “A volta de Rachel”.

preciosa reconquista representa o resgate de uma dívida em que se achava O CRUZEIRO para com o seu grande público.⁴³¹

Na edição subsequente, Rachel de Queiroz confirma o seu retorno à *Última Página* na crônica intitulada “O recomeço”. Como não poderia deixar de ser, a escritora inicia o texto falando justamente sobre a sua volta como colaboradora na revista:

Bastante tempo passamos separados, O CRUZEIRO e eu, bastante tempo sem entendimento direto entre esta antiga ocupante da Última Página e o seu fiel público de todas as semanas. Fiel, sim; nunca faltaram as cartas reclamando a ausência, os recados, os chamados de volta. Por isso, muito obrigada, e só posso prometer que tudo farei para não desapontar.⁴³²

Uma vez confirmado o retorno, Rachel de Queiroz segue para o tema principal de sua crônica: o cenário político brasileiro e os avanços conquistados no período em que a escritora ficou afastada da revista. Após lamentar a morte de Costa e Silva, “um homem cheio de patriotismo e de bons propósitos”, Rachel presta homenagem a Aurélio de Lyra Tavares, conforme já mostrado em capítulo anterior, atribuindo ao militar e intelectual o sucesso da Junta Militar e da transição do governo para Médici. Em seguida, retoma a prática recorrente na década de 1960 de fazer balanços positivos sobre o governo, enumerando vários dos problemas vencidos pela “Revolução” e apontando o progresso conquistado até ali, ainda que “duramente” e “sacrificadamente”:

As estradas de asfalto cada dia penetram mais longe o interior profundo, as pontes escalam os rios e os braços de mar, nos estaleiros se multiplicam navios, as fábricas de veículos passam da casa de um milhão, as demais indústrias se expandem em ritmo japonês. A grande ofensiva da educação alcança índices que surpreendem os mais otimistas, Brasília se consolida, as dívidas se pagam, o dinheiro se reabilita, o crédito internacional se afirma com valor inesperado.⁴³³

É bastante significativo que a primeira crônica no retorno de Rachel de Queiroz à revista *O Cruzeiro* tenha sido um elogio aberto aos militares, uma demonstração de confiança inabalável na “Revolução” quando a ditadura já havia adentrado em seu período mais autoritário. A crônica do recomeço seria um prenúncio do tom ufanista adotado pela escritora ao longo da década de 1970 – nem sua preferência por escrever sobre política nem sua admiração pelo governo foram abalados pelo afastamento de mais de dois anos da *Última Página*. Ao final do texto, temos a conclusão do cenário de prosperidade e otimismo em relação ao futuro do país construído pela escritora no seu retorno:

E também, pouco a pouco, o brasileiro vai tomando consciência desse seu reajuste à grandeza, dessa confirmação de esperanças. O brasileiro vai mostrando uma

⁴³¹ *Ibidem*.

⁴³² *O Cruzeiro*, 04/08/1970, p. 130. “O recomeço”.

⁴³³ *Ibidem*.

confiança nova, vai largando de um em um os velhos complexos. E vai deixando de sorrir os slogans, como sorria no seu antigo jeito desencantado, e, com uns começos de orgulho na voz, começa a repetir: **Ninguém segura este país!**⁴³⁴

Assim como na propaganda política da ditadura, Rachel utiliza as palavras “grandeza”, “esperança”, “confiança” e “orgulho” para falar sobre o país e o povo brasileiro. Além disso, a cronista descreve esses sentimentos como pertencentes à população de um modo geral, e não apenas seus. No texto, não é a Rachel de Queiroz quem está otimista e confiante em relação ao país, mas sim “o brasileiro”. Publicada poucos meses após a conquista da Copa do Mundo de futebol de 1970, quando o Brasil vivia um clima de euforia incentivado e aproveitado pela ditadura, a crônica de Rachel é concluída com o *slogan* ufanista “Ninguém segura este país”, lançado pela propaganda política do governo. Utilizando a mesma estratégia discursiva, a escritora atribui ao povo a reprodução satisfeita do *slogan*, com “começos de orgulho na voz”.

O retorno de Rachel também foi comemorado pelos leitores de *O Cruzeiro*. Ainda em agosto de 1970, na seção *Escreve o leitor*, a revista traz o depoimento de Maurício L. Sarah, de Ourinhos, São Paulo: “Eu já me incorporava entre os milhares de seus leitores que reclamavam a volta da escritora Rachel de Queiroz à **Última Página** desta grande revista, o que graças a Deus aconteceu em seu número de 4 de agosto de 1970, com seu belo artigo **O Recomeço**”⁴³⁵. Não apenas o retorno de Rachel foi elogiado, mas também sua crônica defendendo a ditadura civil-militar. Continuando seu comentário, o leitor também celebra a volta de David Nasser, que regressara à revista na mesma época que a escritora.

Mensagem semelhante se repete no ano seguinte, em janeiro de 1971, enviada pela leitora Lúcia Carvalho Sette: “Com a publicação dos trabalhos de David Nasser e Rachel de Queiroz voltei a comprar esta revista”⁴³⁶. Esses comentários ajudam a mostrar como Nasser e Rachel eram, de fato, dois dos principais carros-chefes de *O Cruzeiro*, com colunas valorizadas e aguardadas pelos leitores da revista. É possível, também, que tenham sido chamados a voltar para *O Cruzeiro*, já em momento de queda de circulação, justamente como uma tentativa de melhorar as vendas do periódico.

4.1.2 Gosto de Brasil

⁴³⁴ *Ibidem*.

⁴³⁵ *O Cruzeiro*, 25/08/1970, p. 35. “Rachel e David”.

⁴³⁶ *O Cruzeiro*, 13/01/1971, p. 58. “Retorno”.

Rachel de Queiroz manteve a prática de fazer balanços favoráveis sobre os governos militares em suas crônicas ao longo da década de 1970, assim como aconteceu nos primeiros anos da ditadura, de 1964 a 1968. Em 1973, por exemplo, Rachel de Queiroz compara a situação do país antes e depois do golpe para mostrar o quanto o país progrediu, apesar de todas as dificuldades:

Nove anos atrás, nós éramos um país insolúvel, aparentemente ingovernável. [...] Nós procedíamos como herdeiros incapazes que não sabem administrar a sua herança: donos de um imenso latifúndio, dele mal tirávamos para o magro feijão de cada dia. E isso parecia irreversível, quando eis que, de repente, numa hora feliz, resolvemos tomar tenência e levar a vida a sério. De lá para cá, parecemos outros. Temos trabalhado muito e conseguido muito. Aquele **slogan** dos “**50 anos em 5**” agora é que realmente o pomos em prática. E vamos suportando, com ânimo e paciência, as durezas impostas pelo tremendo esforço exigido para a reabilitação nacional.⁴³⁷

Podemos ver com clareza neste trecho o embate entre as visões pessimista e otimista quanto ao futuro do país delineadas por Carlos Fico em *Reinventando o otimismo*. Antes do golpe de 1964, prevalecia o pessimismo no discurso de Rachel de Queiroz, que considerava o Brasil um país “insolúvel”, “ingovernável”, dono de grande riqueza natural mas incapaz de aproveitá-la com competência. Acompanhando o discurso da propaganda política militar, a escritora defende que foi a partir da “Revolução” que o Brasil entrou nos eixos e começou a “levar a vida a sério”, passando de uma perspectiva pessimista sobre o futuro do país para a otimista, de reabilitação nacional.

As ideias de “construção” e “transformação” do Brasil também aparecem nas principais campanhas da propaganda política da ditadura nos anos 1970. Associando essas ideias à noção de “ruína”, relacionando-a ao cenário de decadência moral e material que prevaleceria no país antes de 1964, os militares se colocavam como os responsáveis por “inaugurar um novo tempo, reconstruindo, em bases transformadas, o Brasil”⁴³⁸. Segundo Fico, “o anúncio desta ‘nova era’, portanto, na medida em que superava o caos, sempre tinha que ser feito através de uma ‘pedagogia esclarecedora’ sobre os ‘velhos tempos’ e suas mazelas, que arruinaram o Brasil”⁴³⁹. Para isso, tanto os discursos dos presidentes militares quanto a propaganda política da ditadura faziam menção à ideia de “correção de rotas”, “a

⁴³⁷ *O Cruzeiro*, 22/08/1973, p. 130. “Balé e Brasil”.

⁴³⁸ FICO, Carlos. *Reinventando o otimismo: Ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil*. *Op. Cit.*, p. 121.

⁴³⁹ *Idem*, p. 122.

presunção de que, ‘agora sim’, estaríamos no rumo certo”⁴⁴⁰ – mesma argumentação presente nos textos de Rachel de Queiroz.

As noções de “transformação” e “renovação” também aparecem na crônica “Gosto de Brasil”, publicada em setembro de 1970. Afirmando que os brasileiros estavam cansados da “estagnação no subdesenvolvimento”, do sentimento de ser “irremediavelmente pobres, pregados no atraso e na desordem de um país de segunda classe”, Rachel de Queiroz apresenta o governo militar como o principal responsável por essa mudança de sentimento, trazendo o tão esperado “orgulho nacional” e o “gosto de Brasil”:

Nota-se contudo que há no povo uma grande sensibilização que só se pode chamar de patriótica: um interesse novo pelo Brasil, um gosto de dizer o nome do Brasil, de falar que é brasileiro, de usar a bandeira, de pintar as coisas de verde e amarelo, de sentir o Brasil grande. Talvez o elemento desencadeador dessa euforia tenha sido o resultado da Copa do Mundo: mas o interessante é que a euforia não passou, mesmo depois de passadas as comemorações do feito esportivo.⁴⁴¹

Rachel de Queiroz expõe, neste trecho, um discurso carregado de ufanismo. Mesmo reconhecendo a euforia causada pela conquista da Copa do Mundo, faz questão de dizer que a sensibilização patriótica envolvendo o país ia além da vitória no futebol. Mais uma vez, a autora não fala deste novo “gosto de Brasil” na primeira pessoa, como sendo um sentimento pessoal, mas sim em terceira pessoa, um sentimento que pertencia ao povo brasileiro e que se espalhava por todo o território. A ideia de “Brasil grande”, destacada por Fico como uma forma de propaganda política do governo, também aparece na fala de Rachel. A crônica é concluída com mais frases otimistas quanto ao presente e futuro do país:

Mas o bom mesmo é o cheiro de madrugada que se sente por toda parte. Um gosto de deixar que os meninos cresçam. Uma confiança, uma segurança novas, como se de repente houvésssemos descoberto que nem tudo está perdido ou, pelo contrário, que nada está perdido. Que a terra é bela e é nossa e quem tinha razão era mesmo o escritor Caminha: em se querendo plantar, dar-se-á nela tudo.⁴⁴²

Destacando a “confiança” e a “segurança” que agora faziam parte do imaginário dos brasileiros, Rachel de Queiroz reforça as expectativas positivas para o progresso do país. Além disso, aparece novamente aqui a ideia de riqueza natural brasileira, descrita como “terra bela” e local onde “se querendo plantar, dar-se-á nela tudo”. Se antes do golpe de 1964 éramos herdeiros de um grande latifúndio, incapazes de administrar nossa herança, com o governo militar esta questão foi revertida aos olhos de Rachel.

⁴⁴⁰ *Ibidem*.

⁴⁴¹ *O Cruzeiro*, 15/09/1970, p. 146. “Gosto de Brasil”.

⁴⁴² *Ibidem*.

A ideia de abundância dos recursos naturais e de exuberância da natureza está presente na literatura desde os primeiros relatos de viajantes e cronistas europeus que chegavam ao Novo Mundo.⁴⁴³ Além deles, românticos, poetas do barroco e do neoclassicismo também contribuíram para esta longínqua tradição se instalar com a “força de uma verdade incontestável”⁴⁴⁴ no imaginário de diversos grupos sociais brasileiros. No entanto, Fico argumenta que a força desta ideia provém dela mesma: “A *necessidade* de construir uma leitura positiva sobre a região que se habita encontrou, na paisagem natural brasileira, um prodigioso manancial de imagens propícias”⁴⁴⁵. Coube à propaganda da ditadura, portanto, ressignificar este imaginário em prol da construção do clima de otimismo, de orgulho nacional baseado na ideia de um “Brasil grande” predestinado ao sucesso.

A crônica “Gosto de Brasil” rendeu uma carta vinda dos Estados Unidos, em Monterey, na Califórnia. A mensagem veio do leitor William Cary Mein, brasileiro que morava no exterior, elogiando e agradecendo a crônica de Rachel de Queiroz por “renovar a fé” no Brasil:

Muito obrigado pelo seu excelente artigo *Gosto de Brasil* publicado em O CRUZEIRO de 15-9-70. Quando por motivos de força maior vivemos no estrangeiro, “exilados” e isolados da pátria, mormente num país onde a imprensa presta raríssimas informações sobre o Brasil e, quando o faz, parece ter como objetivo o menosprezo, artigos como *Gosto de Brasil* renovam a fé, nutrem o espírito de brasileiro, reestimulam o “gosto de dizer o nome do Brasil, de falar que é brasileiro...” Muito obrigado!⁴⁴⁶

A mensagem de William ajuda a perceber como a crônica de Rachel era recebida, ainda que corresponda à opinião de apenas um entre os milhares leitores da revista: de forma positiva, cumprindo com a função à qual se propôs, a de estimular o “gosto de Brasil”, ou seja, um sentimento de otimismo e satisfação em relação à situação do país na época. Além disso, leva uma mensagem positiva sobre o Brasil aos que moravam no estrangeiro e, como diz na própria carta, enfrentavam dificuldades em ter informações que não se limitassem a críticas.

A carta vinda dos Estados Unidos também nos leva a pensar no papel de Rachel de Queiroz como intelectual e no alcance de suas crônicas, através da imprensa. Usando como suporte a revista *O Cruzeiro*, a escritora foi capaz de enviar uma mensagem de otimismo em

⁴⁴³ Cf. BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. *Visão do Paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

⁴⁴⁴ FICO, Carlos. *Reinventando o otimismo: Ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil*. *Op. Cit.*, p. 81.

⁴⁴⁵ *Ibidem*.

⁴⁴⁶ *O Cruzeiro*, 20/10/1970, p. 116. “Rachel”.

relação ao governo e ao país para além das fronteiras brasileiras, pondo em xeque, para o leitor no estrangeiro, a hegemonia de críticas ao Brasil que permeava a imprensa americana na época, construindo um imaginário positivo para quem não podia conferir presencialmente a situação de seu país. As crônicas de Rachel de Queiroz, neste sentido, colaboravam para a construção de uma realidade brasileira, difundindo entre seus leitores tanto no Brasil quanto no exterior um imaginário comum que favorecia a ditadura e contribuía para a criação de uma atmosfera positiva para o país.

Em setembro de 1971 a escritora publicou a crônica “Hora decisiva”, cujo principal objetivo é incentivar os jovens brasileiros a povoar o interior. Tendo como pano de fundo esta mesma ideia do Brasil como um país de território extenso e grandioso, esperando para ser devidamente aproveitado, Rachel de Queiroz apresenta todos os esforços que o governo vinha fazendo pelo desenvolvimento do Brasil e defende a importância da ocupação do território nacional.

O Brasil chegou a uma encruzilhada. Ou a um ponto de decolagem. Vem o nosso governo preparando com resolução todo o aparelho estatal para fomentar o desenvolvimento. Todo esforço que dependa da ação oficial está sendo feito; há um clima febril de planejamento, captação de recursos, organização logística, treinamento intensivo – tal como o faz um grande exército na previsão de gravíssima campanha. E atira-se o governo agora à conquista ideológica da tropa, que é afinal quem faz a guerra [...]. Mas essa tropa, o material humano, a chamada carne para canhão – no caso os soldados para o desenvolvimento –, essa parte não pode ser fornecida pelo governo, tem que ser contribuição do povo.⁴⁴⁷

Destacando o “ponto de decolagem” no qual se encontrava o país, Rachel adere à campanha desenvolvimentista da ditadura. Se, por um lado, “todo esforço que dependa da ação oficial” estava sendo feito, restava então à ação popular a adesão aos incentivos fornecidos pelo governo. A crônica dialoga com o Programa de Integração Nacional (PIN) instituído em 16 de junho de 1970, durante o governo do general Médici, com o objetivo de implementar obras de infraestrutura econômica e social no Norte e no Nordeste do país. A parte mais importante do PIN era justamente a colonização de regiões mais afastadas, o que levou à construção de portos e rodovias, como a Transamazônica e a Cuiabá-Santarém, que possibilitassem a sua ocupação e a maior integração com o resto do Brasil.⁴⁴⁸

⁴⁴⁷ *O Cruzeiro*, 08/09/1971, p. 130. “Hora decisiva”.

⁴⁴⁸ Cf. *Dicionário histórico e biográfico brasileiro*/ Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (DHB/CPDOC). Verbete: Programa de Integração Nacional (PIN). Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/programa-de-integracao-nacional-pin>>. Acesso em: 12 dez. 2016.

O discurso de “Integrar para não entregar” vinha desde o governo Castello Branco, quando começou a tomar força a preocupação com uma possível “internacionalização” da Amazônia e sua ocupação por estrangeiros. A preocupação se tornou política estatal principalmente a partir da década de 1970, com a criação do PIN. Em discurso feito em 1971, Médici destaca as ações de fomento tomadas em prol da migração de contingentes populacionais: “As gigantescas obras rodoviárias em andamento, aliadas aos programas de colonização, [...] empurram as fronteiras econômicas do país para regiões onde imperava o vazio demográfico, fazendo com que o Brasil cresça dentro dos seus próprios limites”⁴⁴⁹. Neste contexto, a crônica de Rachel de Queiroz adere à campanha do governo e encoraja seus leitores a atender aos estímulos estatais:

Está, portanto, na hora de se desencadear no país uma febre exploradora, autocolonizadora, ocupadora. Tal como se registrou no Brasil colonial, com a arrancada dos bandeirantes, que romperam a linha de Tordesilhas; [...] como aconteceu no Nordeste durante o **boom** da borracha, que acabou nos dando o Acre. Agora, porém, não se trata de avançar fronteiras; trata-se de conquistar o que é nosso, de abrir a nós próprios nossas terras invioladas. Ocupar o Brasil desocupado, antes que outros se adiantem para lá.⁴⁵⁰

O discurso de Rachel nesta crônica, e em muitas outras, dialoga com o movimento modernista surgido no país nos anos 1920 – mas especificamente, com uma determinada corrente do modernismo, a verde-amarela. Tendo como evento fundador a Semana de Arte Moderna de 1922, realizada em São Paulo, os intelectuais modernistas voltavam-se principalmente para a criação da nação e da identidade nacional, assumindo o papel de “soldado a serviço da pátria”⁴⁵¹. Com o tempo, surgiram algumas correntes distintas dentro do movimento, com ideias diferentes sobre questões como o herói nacional e a definição da verdadeira “brasilidade”. O grupo chamado verde-amarelo, composto por intelectuais como Menotti del Picchia e Cassiano Ricardo, viam os bandeirantes paulistas como os verdadeiros heróis na nação, responsáveis por ocupar e integrar o país.

Segundo Mônica Pimenta Velloso, o protagonismo do bandeirante era inspirado na importância da extensão territorial dada pelo grupo, construindo uma identificação entre nacionalismo e território como fator determinante na história da formação da nação. É desta identificação que deriva a ideia do “Brasil grande”, tendo a geografia como diferencial e

⁴⁴⁹ MÉDICI, Garrastazu. *O povo não está só*. Brasília: Departamento de Imprensa Nacional, 1971, p. 11 apud SOARES, Filipe Menezes. “O governo Médici e o Programa Nacional (Norte e Nordeste): discursos políticos e governamentais (1969-1974). Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, Pernambuco, 2015, p. 10.

⁴⁵⁰ *O Cruzeiro*, 08/09/1971, p. 130. “Hora decisiva”.

⁴⁵¹ VELLOSO, Mônica Pimenta. “A brasilidade verde-amarela: nacionalismo e regionalismo paulista”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 11, 1993, p. 90.

testemunha da nossa grandiosidade: “Daí a ênfase que os verde-amarelos conferem à defesa de nossas fronteiras, cujo conceito extrapola uma representação puramente jurídica para exprimir a própria ideia de nação: sua economia, política, cultura e espiritualidade”⁴⁵².

A natureza aparece neste cenário, e também nas crônicas de Rachel, como elemento construtor da nacionalidade e fonte de nossa originalidade, argumento que seria utilizado para colocar de lado a imagem pessimista do Brasil e inspirar o “sentimento patriótico”. Como destaca Velloso, “é perfeita a conjugação geografia – ufanismo. Se o terreno da história está minado pelo pessimismo, se nele não cabem as loas e glórias, é necessário deslocar-se então para a geografia”⁴⁵³. Para a autora, portanto, as ideias de “Brasil grande” e “Brasil, ame-o ou deixe-o” não passam de uma reinvenção desta associação entre ideologia ufanista e visão geográfica produzida pelos verde-amarelos.

Nesta linha, Rachel de Queiroz compara a tarefa brasileira com a Marcha para o Oeste americana, destacando que o Brasil levava grande vantagem sobre os Estados Unidos por dispor de “gente brasileira” para ocupar o seu território:

Não precisamos abrir as portas a todos os aventureiros do mundo exterior, que chegariam trazendo para cá a sua carga de preconceitos, de ódios raciais e religiosos, criando aqueles quistos inimigos e intolerantes que ainda hoje envenenam as relações entre os filhos da comunidade americana.⁴⁵⁴

Rachel de Queiroz descreve a “gente brasileira” como livre de preconceitos, ódios raciais e religiosos. O “mito da democracia racial”, segundo Mônica Pimenta Velloso, também está presente na corrente verde-amarela do modernismo, cujo destacava a “positividade de nosso meio, sempre flexível à absorção de novos elementos étnicos. [...] O problema do choque cultural advindo da miscigenação está fora de cogitação, pois o que predomina é a perspectiva de *integração pacífica*”⁴⁵⁵.

Da mesma forma, as noções de “congraçamento racial e social” também foram fonte de campanhas feitas pela propaganda política da ditadura, como aponta Carlos Fico. Quando Rachel afirma que “não há perigo de nascerem plantas carnívoras no nosso roçado”, a ideia de nação brasileira implícita em sua argumentação passa pela mesma noção de “harmônica

⁴⁵² *Idem*, p. 102.

⁴⁵³ *Idem*, p. 109.

⁴⁵⁴ *O Cruzeiro*, 08/09/1971, p. 130. “Hora decisiva”.

⁴⁵⁵ VELLOSO, Mônica Pimenta. *Op. Cit.*, p. 106.

integração nacional” reinventada pela propaganda do governo, baseando-se na democracia racial e no conagração social inerentes ao povo brasileiro.⁴⁵⁶

Os balanços positivos feitos sobre a situação do país e os progressos conseguidos pela “Revolução” se estendem por toda a década de 1970, até 1975, quando a revista deixa de circular. Neste retorno de Rachel à *Última Página*, contudo, os balanços ganham um tom ainda mais ufanista que nos anos anteriores, incorporando *slogans* e propagandas do governo. Discursos disseminados pela Aerp/ARP, como a crença no “Brasil grande” e o sentimento de otimismo, de orgulho nacional e de união entre povo e governo foram repetidos nas crônicas de Rachel, que apresentava os progressos da ditadura e incentivava o ufanismo e a confiança no futuro promissor do país.

Rachel de Queiroz, é importante ressaltar, não estava sozinha na defesa à ditadura feita na grande imprensa. Muitos intelectuais e jornalistas ocuparam colunas em jornais e revistas escrevendo a favor dos militares e contribuindo, assim como Rachel, para a legitimação da ditadura. Nelson Rodrigues mantinha a coluna *Confissões*, no jornal *O Globo*, onde retratava as esquerdas brasileiras de modo pejorativo e, a partir de 1970, adotou discurso ufanista, exaltando as Forças Armadas e o governo de Médici, a quem o cronista via como um grande líder e estadista.⁴⁵⁷ Gustavo Corção, intelectual católico e um dos líderes do movimento leigo católico, foi um entusiasta da ditadura na grande imprensa, defendendo os militares primeiro no *Diário de Notícias* e depois no jornal *O Globo*. Defensor da ala “linha-dura” do governo, apoiou o AI-5 e se indispôs com membros da Igreja que denunciavam as arbitrariedades e violências da ditadura.⁴⁵⁸ Pedro Calmon, reitor da Universidade do Brasil (1948-1966) e presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1968-1985), escrevia para o jornal baiano *A Tarde*. Dentre vários assuntos, o intelectual também tratava de política, escrevendo textos defendendo a censura, elogiando os presidentes militares e os “progressos” encaminhados pelo governo, como por exemplo, a obra da Transamazônica.⁴⁵⁹

⁴⁵⁶ FICO, Carlos. *Reinventando o otimismo: Ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil*. *Op. Cit.*, p. 147.

⁴⁵⁷ Cf. BEZERRA, Carolina. “Representações anticomunistas: as esquerdas brasileiras nas confissões de Nelson Rodrigues (1967-1974)”. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

⁴⁵⁸ Cf. PAULA, Christiane Jalles de. “Gustavo Corção: apóstolo da ‘linha-dura’”. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 32, n.63, p. 171-194, 2012; PAULA, Christiane Jalles de. “Consagração e deslegitimação: Gustavo Corção na crônica brasileira”. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 13, 2007, Recife. *Anais...* Recife: Sociedade Brasileira de Sociologia, 2007, p. 1-15.

⁴⁵⁹ *A Tarde*, Bahia, 1968-1971.

A atmosfera otimista que tomou conta de boa parte do país na década de 1970 foi, portanto, incentivada pela grande imprensa de um modo geral e por muitos escritores e jornalistas que ocupavam espaços importantes em jornais e revistas de grande circulação na época, contribuindo para a disseminação de um imaginário positivo e favorável ao governo. O clima de euforia e satisfação com o país, é sempre bom destacar, não encontraria recepção entre a população se estivesse totalmente descolado de seus anseios e percepções próprias sobre a realidade que a cercava. Ou seja, apesar de a imprensa e os intelectuais terem contribuído para a disseminação de uma atmosfera favorável, esta ação não se constituía em “manipulação” sob os seus leitores, como se estes aceitassem informações e opiniões de forma passiva, mas sim em uma relação de diálogo e influência mútua.

4.1.3 O sesquicentenário da independência

Em 1972 aconteceu o aniversário de 150 anos da independência do país, data comemorativa que ficou conhecida como o “sesquicentenário da independência”. O governo aproveitou o evento histórico para organizar festividades de proporções nacionais para comemorar a data, com o objetivo de promover um grandioso espetáculo cívico-patriótico. Como mostra Janaina Martins Cordeiro em *A ditadura em tempos de milagre*, as comemorações do sesquicentenário foram a síntese da atmosfera otimista que se disseminou no Brasil nos primeiros anos da década de 1970, baseada numa sensação de “construção do novo”.⁴⁶⁰

Para organizar e coordenar as comemorações do sesquicentenário, o governo Médici criou a Comissão Executiva Central (CEC) em janeiro de 1972. A CEC foi composta por membros de ministérios civis e militares, além de instituições da sociedade civil, como os presidentes do IHGB e do Conselho Federal de Cultura, Pedro Calmon e Arthur Cezar Ferreira Reis, respectivamente. Organizando obras especiais e seminários sobre a história do Brasil, lançamento de filme e músicas, torneio de futebol e homenagens aos heróis nacionais D. Pedro I e Tiradentes, o sesquicentenário representou a “chegada do futuro” e a “concretização das expectativas em torno do *Brasil potência*”⁴⁶¹. Reunimos aqui algumas crônicas publicadas ao longo de 1972 com o objetivo de analisar qual foi o tom dos textos de Rachel de Queiroz durante este ano marcado por comemorações ufanistas, onde o clima de otimismo alcançou seu ápice.

⁴⁶⁰ CORDEIRO, Janaina Martins. *A ditadura em tempos de milagre: Comemorações, orgulho e consentimento*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

⁴⁶¹ *Idem*, p. 19.

Já em janeiro 1972, a escritora reproduz em sua crônica o que parece ter sido um poema enviado por seu leitor, Laureano de Jesus, intitulado “ABC BRASILEIRO e PATRIÓTICO para o ano de 1972”. O poema relaciona cada letra do alfabeto a uma temática que traduz o otimismo com que era aguardado o novo ano. A seguir, reproduzimos alguns versos da crônica:

O **A** pertence ao Amazonas / Agora desencantado / **B** é a letra do **Brasil** /
Começando outro reinado / **C** é a **Casa** onde se mora / De palha, zinco ou telhado /
D é do **Dinheiro** no bolso / Por nós o eterno esperado / [...] **S** é o **Saber** da leitura /
O povo alfabetizado / **T** é o da **Transamazônica** / Nunca demais festejado / **U** é a
letra da União / Governo e povo aliados / **V** é de **Viva** o Brasil / Para sempre
abençoado [...].⁴⁶²

Para o ano que se iniciava, portanto, as perspectivas eram a obra da Transamazônica, avanços na economia e na educação (“dinheiro no bolso” e “povo alfabetizado”) e união entre povo e governo. Embora o sesquicentenário da independência não esteja citado no “ABC”, as expectativas para o ano de 1972 são claramente otimistas, demonstrando grande satisfação com o rumo que o país tomava. A ideia de Brasil como “país abençoado”, já bastante discutida no subtópico anterior, também volta a aparecer aqui.

O poema evidencia ainda a relação de diálogo e cumplicidade desenvolvida entre Rachel de Queiroz e seus leitores ao longo dos anos. Assim como a escritora fornecia conteúdo de leitura para o seu público, contendo suas opiniões e percepções sobre questões relevantes para o país, também recebia material com as percepções de seus leitores – transformado depois em conteúdo de suas crônicas, completando um círculo de informações. A publicação do poema demonstra, mais uma vez, como o trabalho de Rachel em suas crônicas não era estático e isolado, mas fruto de colaborações e influências tanto de suas redes de sociabilidade, quanto dos acontecimentos imprevisíveis que a cercavam e do público com o qual dialogava.

No final de janeiro temos a primeira crônica citando diretamente o sesquicentenário. A escritora abre o texto afirmando que o ano de 1972 começava sob bons auspícios, dando como exemplo o crescimento do Produto Nacional Bruto, no campo da economia, e as festividades dos 150 anos da independência, no campo nacional:

[...] entre as excelências deste ano de 1972, a maior é a de marcar o sesquicentenário da Independência. Os historiadores pátrios (muitos dos quais da nossa especial amizade) andam indóceis. É o ano deles. Se desdobram em conferências, seminários, concentrações, simpósios, jornadas cívicas, sessões solenes. [...] Por

⁴⁶² *O Cruzeiro*, 05/01/1972, p. 130. “ABC”.

essas e outras, tenho a impressão de que estes 150 anos de pátria livre serão mais bem comemorados no Brasil do que o foi o primeiro centenário, apesar da Exposição Internacional com todas as suas pompas. Neste ano a festa faz-se mais em termos de cultura, de pesquisa histórica, de redescobertas.⁴⁶³

Como intelectual, Rachel de Queiroz inicialmente vê o sesquicentenário pela sua importância cultural, chamando atenção para as possibilidades de pesquisa histórica que se abriam. Além disso, a escritora situa o evento como a maior “entre as excelências” do ano de 1972 e, apesar de destacar sua importância intelectual e no campo da cultura, não deixa de considerá-lo uma grande festa.

A temática volta a aparecer em crônica publicada no dia 19 de julho. Desta vez, contudo, Rachel de Queiroz usa a temática como pano de fundo para sugerir que, aproveitando as comemorações do sesquicentenário, os moradores do Rio de Janeiro retomem certos hábitos “do Reino e do primeiro Imperador”, “entre eles o de viajar embarcado”⁴⁶⁴. Denunciando o “pandemônio do tráfego” no Rio, a escritora sugere rotas que poderiam ser feitas com transporte aquático, apresentando suas vantagens. Sobre o sesquicentenário de fato, palavra que intitula a crônica, Rachel de Queiroz faz uma ressalva sobre a complexidade do termo e admite que o escreve “com relutância”.

[...] e creio que se o povo não se entusiasma muito mais com as festas é por causa desse nome feio e incompreensível: “*Sesquicentenário*”. Por que não inventaram palavra mais bonita? Explicam que, em latim, “*sesqui*” quer dizer *um e meio*: e daí? “*Cinesíforo*” quer dizer chofer e ninguém usa, só porque é horrível. Antes ficar no cardinal: “Cento e cinquenta de Independência” ou no “Século e meio”.⁴⁶⁵

Descrevendo o termo que intitulava as festividades como “feio e incompreensível”, a escritora aproveita para explicar aos seus leitores sua origem no latim. Ainda assim, Rachel critica a utilização da palavra, considerando-a demasiadamente complicada, o que acabaria reduzindo o entusiasmo da população em relação às comemorações. No entanto, como mostra Janaina Martins Cordeiro, os eventos do sesquicentenário obtiveram sucesso ao longo de todo o território nacional e engajaram grande parcela da sociedade, tornando-se uma fonte importante de entusiasmo em favor do governo.⁴⁶⁶

Em setembro, mês da independência do Brasil e período de grandes comemorações naquele ano, Rachel de Queiroz escreveu a crônica “Árvore & ave”, entrando no debate sobre que pássaro e árvore deveriam ser oficializados como símbolo do Brasil. Em 1961, Jânio

⁴⁶³ *O Cruzeiro*, 26/01/1972, p. 130. “Claro e escuro”.

⁴⁶⁴ *O Cruzeiro*, 19/07/1972, p. 130. “Sesquicentenário”.

⁴⁶⁵ *Ibidem*.

⁴⁶⁶ CORDEIRO, Janaina Martins. *Op. Cit.*

Quadros aprovou um projeto decretando o pau-brasil e o ipê, respectivamente, como árvore e flor símbolos nacionais. A discussão provavelmente foi reativada por conta do clima de orgulho e exaltação da nação que vigorava em 1972, com as comemorações patriotas feitas em homenagem ao sesquicentenário. Nessa época, o deputado José Bonifácio Neto propôs um projeto de lei, nº 1006, dispondo sobre o plantio de muda de pau-brasil, em caráter preferencial, durante a Semana da Árvore. Contudo, um substituto do projeto foi votado apenas em 1978, declarando o pau-brasil como Árvore Nacional e instituindo o dia 3 de maio como o dia do pau-brasil.⁴⁶⁷

Na crônica, Rachel de Queiroz entra no debate em defesa da oficialização do pau-brasil como árvore símbolo nacional e do sabiá como pássaro símbolo, baseando seus argumentos em fatos históricos e literários. Para a escritora, a discussão nem tinha “razão de ser”, uma vez que a escolha já havia sido feita há muito tempo, imposta “pela tradição e até pela consagração mundial”. Ao final do texto, não deixa dúvidas: “Não há que fugir: o símbolo nacional tem que ser um sabiá cantando num ramo de pau-brasil. E temos conversado”⁴⁶⁸.

Na última edição de 1972, Rachel de Queiroz publica a crônica “Balanço”, onde retoma alguns dos temas anunciados lá no início do ano, no poema “ABC”, mostrando que suas previsões otimistas para o país foram concretizadas. No texto, a escritora faz primeiro um resumo do cenário mundial e, depois, do nacional. Enquanto a situação mundial é descrita como afundada em guerras, principalmente as disputas entre árabes e israelenses, o cenário nacional é analisado de forma extremamente positiva:

No Brasil, como se sabe, as notícias são boas – fora os Inhamuns, claro. As exportações transbordam da pauta, os homens do dinheiro vêm de chapéu na mão oferecer mais, a industrialização cresce, os corredores de produção se alargam, as estradas se multiplicam. Até a Belém-Brasília, que, confesso – no tempo em que abriram –, muitos de nós supúnhamos fadada a ser engolida de novo pela mata, no ano que vem já estará de asfalto de ponta a ponta! E já não chega a Transamazônica, vem agora a Perimetral, que irá estender um ramal de boa vontade até o Suriname. [...] liquidamos os analfabetos do Mobral, aumentamos as vagas no ensino, de alto a baixo, do ABC ao doutorado. E se ainda há menos vagas do que candidatos, isso não é mau, é sinal de crescimento, triste seria se houvesse vagas e faltassem estudantes.⁴⁶⁹

⁴⁶⁷ RAMOS, Ana Lúcia. “Conhecendo o Pau-Brasil: história e biologia”. *Núcleo Viva Ciência*, São Paulo, 2011. Disponível em: <<http://www.terrabrasilisdidaticos.com.br/images/stories/revistanucleovivaciencia/conhecendoopaubrasil.pdf>>. Acesso em: 12 dez. 2016.

⁴⁶⁸ *O Cruzeiro*, 06/09/1972, p. 122. “Árvore & ave”.

⁴⁶⁹ *O Cruzeiro*, 27/12/1972, p. 122. “Balanço”.

Economia, educação e Transamazônica são temáticas retomadas neste balanço de fim de ano com o objetivo de mostrar como o país progrediu e correspondeu ao que dele se esperava. O texto de Rachel aparece de forma muito mais próxima de uma propaganda oficial do governo do que uma crônica do cotidiano. Utilizando termos mais técnicos, fala em exportações, industrialização e trechos de estradas como se reproduzisse informações de um *release* de assessoria de imprensa. Ao final, ainda transforma o fator naturalmente negativo de haver menos vagas no ensino do que candidatos em fator positivo – antes disso do que faltar estudantes.

Ao longo de 1972, portanto, Rachel de Queiroz continuou com discurso patriótico, destacando as ações positivas da ditadura e aderindo às comemorações do sesquicentenário da independência. Embora em uma das crônicas a escritora tenha criticado a escolha do nome para as festividades, considerando-o demasiadamente complexo, em nenhum momento a crítica passa para as comemorações patrióticas. O tom otimista e confiante quanto ao caminho seguido pelo Brasil rumo ao desenvolvimento e à superação dos seus problemas continua aparecendo, assim como nas crônicas analisadas anteriormente.

4.2 O diálogo com as oposições e denúncias à ditadura

Diferentemente das crônicas na segunda metade da década de 1960, Rachel de Queiroz dialogou pouco com a oposição no seu retorno à revista *O Cruzeiro*. Se nos primeiros anos da ditadura a escritora abriu espaço de forma recorrente em seus textos para responder às críticas feitas pelos opositores do governo, as quais vinham da imprensa, de políticos e ainda de outros intelectuais, essa prática diminuiu bastante na década de 1970 e aparece pouquíssimas vezes como temática de suas crônicas. Antes composta por vários setores da sociedade, agora a oposição interna mencionada por Rachel se limita à resistência armada. Por outro lado, cresce o diálogo da escritora com a oposição à ditadura brasileira feita no exterior, principalmente pela imprensa de outros países. Esses dois aspectos serão analisados a seguir neste tópico.

4.2.1 Oposições internas

Em relação ao cenário nacional, Rachel de Queiroz escreveu sobre os movimentos de luta armada e sobre o desempenho do MDB nas eleições, partido de oposição ao governo. A

interlocução com críticas feitas por intelectuais e políticos que tanto estiveram presentes nas crônicas da década de 1960 praticamente desapareceram na volta de Rachel à revista *O Cruzeiro*. Apesar de o AI-5 ter representado o endurecimento da ditadura, com novas cassações de mandatos, prisões, fechamento do Congresso e censura à imprensa, a oposição ao governo continuou sendo feita dentro do limite possível. Se por um lado o novo ato diminuiu os espaços da oposição, por outro representou a gota d'água para muitos revolucionários e defensores do movimento de 1964, levando-os a se posicionar abertamente contra as medidas autoritárias do governo na imprensa e no Congresso.

Políticos como Adauto Lúcio Cardoso, Aliomar Baleeiro, Aloísio de Carvalho, Daniel Krieger, Carvalho Pinto, Milton Campos e Pedro Aleixo foram alguns dos que fizeram críticas à ditadura. Adauto Lúcio Cardoso renunciou ao cargo de ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) em 1971 denunciando a preponderância do Executivo sobre o Judiciário. Aliomar Baleeiro, presidente do STF em 1972, concedeu entrevista condenando o AI-5 e também criticando as restrições impostas ao Judiciário. Além disso, militares como o general Moniz de Aragão e o marechal Cordeiro de Farias se pronunciaram publicamente contra a longa duração da intervenção militar na política.⁴⁷⁰

No entanto, Rachel de Queiroz não dialogou com nenhuma dessas críticas e pronunciamentos. Nas poucas vezes em que fez da oposição interna à ditadura assunto de suas crônicas, limitou-se a comentar a luta armada, o movimento artístico de resistência e a vitória do MDB nas eleições de 1974. Uma mudança drástica se compararmos com os ataques feitos principalmente aos trabalhistas em seus textos na segunda metade dos anos 1960.

Um dos poucos exemplos em que Rachel aborda a oposição no Brasil é o texto “O homem morto”⁴⁷¹, publicado após a morte do guerrilheiro Carlos Lamarca, ocorrida em setembro de 1971. Lamarca foi uma das lideranças da luta armada no Brasil durante a ditadura, considerado um dos principais inimigos do Estado e procurado em todo o país. Capitão do Exército até 1969, desertou e se juntou à Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), organização armada que lutava contra o governo militar. Já como guerrilheiro,

⁴⁷⁰ GRINBERG, Lucia. *Op. Cit.*

⁴⁷¹ *O Cruzeiro*, 06/10/1971, p. 130. “O homem morto”.

participou de assalto a bancos e do sequestro do embaixador suíço no Rio de Janeiro, Giovanni Enrico Bucher.⁴⁷²

Em sua crônica, Rachel de Queiroz faz diversas críticas à personalidade e às ações armadas de Carlos Lamarca, classificando suas motivações como “rasas”, “sem grandeza” e “mesquinhas”. A preocupação da escritora é, principalmente, afastar os jovens brasileiros da opção pela luta armada e evitar que Lamarca se torne “herói” após a sua morte:

Muitos moços que leram nos jornais sobre Lamarca talvez enxerguem nele, através do seu halo sangrento, uma espécie de figura de herói que se dedicou a uma causa e matou e morreu por ela. Mas há um terrível equívoco nesse conceito e é mister que vocês, moços, descubram tal equívoco; porque não é com o sangue de inocentes que se prepara a vitória de uma causa – qualquer causa. Os terroristas matam de maneira cega e indiscriminada, como se dissessem: matamos porque estamos dispostos a tudo. E liquidam pobres vigias e sentinelas, e jogam bombas que atingem qualquer um, e prendem e assassinam reféns inocentes, e fuzilam pobres transeuntes inofensivos, e cometem toda espécie de atrocidades contra quem lhes passa por perto.⁴⁷³

O discurso da escritora está em sintonia com o do governo militar. Em 22 de setembro de 1971, o diretor da Censura Federal soltou um comunicado a todos os meios de comunicação, com o objetivo de impedir a construção de uma imagem de mártir em torno da morte de Lamarca:

Por determinação do presidente da República, qualquer publicação sobre Carlos Lamarca fica encerrada a partir da presente, em todo o país. Esclareço que qualquer referência favorecerá a criação do mito ou deturpação, propiciando imagem de mártir que prejudicará interesses da segurança nacional.⁴⁷⁴

Esta foi uma das únicas crônicas em que Rachel expôs sua opinião sobre a luta armada contra a ditadura civil-militar. Mantendo a mesma linha anticomunista adotada nos textos da década de 1960, a escritora desvaloriza as ações dos grupos de extrema-esquerda, afirmando que “nem sequer conhecem o povo” e “parece até que vieram da Lua”, tornando-os um elemento estranho à realidade brasileira. Ao final, faz um apelo aos jovens, pedindo que não se iludam com o terrorismo e se dediquem ao país através do trabalho: “O Brasil Imenso e

⁴⁷² Cf. *Dicionário histórico e biográfico brasileiro*/ Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (DHBB/CPDOC). Verbetes: Carlos Lamarca. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/lamarca-carlos>>. Acesso em: 03 nov. 2016.

⁴⁷³ *O Cruzeiro*, 06/10/1971, p. 130. “O homem morto”.

⁴⁷⁴ GÁSPARI, Élio. *A ditadura escancarada*. São Paulo: Cia das Letras, 2002, p. 358 apud NOGUEIRA, Jefferson Gomes. “Carlos Lamarca no imaginário político brasileiro: o papel da Imprensa na construção da imagem do ‘Capitão Guerrilheiro’”. *Revista Ágora*, Vitória, n. 7, 2008, p. 26.

palpitante chamando por vocês, meninos, precisando desesperadamente de médicos, de engenheiros, de professores, de técnicos, de cientistas”⁴⁷⁵.

Em 1970, o cônsul do Brasil no Uruguai, Aloísio Gomide, foi sequestrado em Montevideu por membros do Movimento de Liberação Nacional – Tupamaros, grupo de guerrilheiros uruguaios de extrema-esquerda. Na crônica “Os sequestros”, Rachel condena a prática de sequestros políticos que estava em voga e critica a ação da guerrilha de capturar inocentes:

Na hora em que escrevo estas linhas continua insolúvel o drama do cônsul brasileiro no Uruguai. Um dos aspectos mais cruéis desses sequestros parece que é a longa, interminável espera, o matar devagarinho da paciência e das esperanças. Por ele mesmo, o cônsul, não sei – a gente ignora como o estão tratando, onde o estão encerrando, as ameaças ou as promessas que lhe fazem; mas, para a família, é a pior das agonias. Um verdadeiro massacre de inocentes. Aliás, é o sofrimento dos inocentes que mais choca e revolta, quando se pensa nas vítimas dos sequestros políticos agora em voga. Por que – se têm pretensões de justiça, se reclamam por justiça, os terroristas só agridem e ferem os inocentes?⁴⁷⁶

Encarando a situação como um verdadeiro drama, Rachel de Queiroz se posiciona de forma contrária aos sequestros realizados, chamando os sequestradores de “terroristas” e responsabilizando-os pelo “massacre de inocentes”. Contudo, essas considerações feitas pela escritora sobre o sequestro do cônsul Aloísio Gomide ocupam apenas a parte inicial da crônica. O principal tema do texto foi, na verdade, um editorial do *New York Times* que comenta o ocorrido, discussão que será analisada mais adiante, ao tratar das críticas estrangeiras à ditadura.

Essas duas crônicas reúnem os raros comentários feitos por Rachel sobre a resistência armada à ditadura no Brasil. Sobre a resistência cultural, a escritora publicou um texto ainda em 1970, quando artistas importantes no cenário cultural brasileiro estavam exilados por conta da repressão da ditadura, como Caetano Veloso e Gilberto Gil. Rachel escreveu uma crônica comentando que os “homens do show-business” haviam abandonado decididamente a contestação e o protesto porque a situação do país teria melhorado consideravelmente e, portanto, já não se tinha motivo para protestar.

E não se diga que esse abandono do protesto é obra da censura, pois mesmo nos momentos de censura mais severa há meios de chegar até o limiar do permitido e insinuar ou dizer entre linhas o que abertamente não pode ser dito. Acontece é que evidentemente o público já não prestigia os shows de protesto; não vai ver, não compra entradas. Os letristas da MPB sintomaticamente deixam de falar só em

⁴⁷⁵ *O Cruzeiro*, 06/10/1971, p. 130. “O homem morto”.

⁴⁷⁶ *O Cruzeiro*, 01/09/1970, p. 138. “Os sequestros”.

irmão, em paz, em mão aberta, em guerra, em fome, em sangue e demais chavões do cancionista contestatório.⁴⁷⁷

Ignorando os artistas exilados em outros países e as sucessivas músicas censuradas pela ditadura, bem como qualquer tipo de manifestação popular contra o governo, Rachel de Queiroz atribui o fim da arte de protesto à falta de interesse do público por ela, uma vez que o país entrava num período de grande prosperidade e progresso. E conclui: “Afinal, o povo não é burro. E o povo está vendo que os homens trabalham, e lhe entram pelos olhos os bons resultados desse trabalho”⁴⁷⁸. É preciso destacar que a escritora reconhece, ainda que brevemente e sem aprofundar o assunto, a existência da censura ao material de protesto no país – mas deixa claro que não é isso o que levou a população e os artistas a abandonarem as manifestações contrárias ao governo, e sim o bom trabalho que a ditadura vinha fazendo.

Deixando de lado as ações repressivas e censoras institucionalizadas pelo governo militar, a escritora atribui a falta de críticas da população à ditadura ao bom momento que o país vivia. Os movimentos de luta armada apareceram aqui como um caso à parte, integrados por homens e mulheres que não eram o “povo brasileiro”, e sim guerrilheiros violentos sem motivações dignas.

Rachel de Queiroz também abordou de forma sucinta a oposição pela via eleitoral. Comentando o cenário político brasileiro de forma mais discreta que nos anos anteriores, a escritora seguia negando a acusação de que o país vivia uma ditadura e, ao contrário, acreditava que tínhamos um sistema democrático estabelecido, com propaganda eleitoral veiculada na televisão e eleições válidas.

Em outubro de 1970, véspera do pleito que elegeria novos senadores e deputados, Rachel de Queiroz se queixou da má qualidade da propaganda eleitoral exibida na televisão. Segundo a escritora, as propagandas foram um “desastre”, com apresentações de candidatos “monótonas” e “melancólicas”, consequência da falta de tato e de experiência dos políticos em aparecer na TV. O único que teria ficado “à vontade diante das câmaras”, para Rachel, fora Danton Jobim, que concorria a uma vaga no Senado pelo MDB e era presidente da ABI desde 1966.⁴⁷⁹

Na crônica, Rachel de Queiroz faz um apelo aos dois partidos que disputavam as eleições para que contratassem profissionais de comunicação para desenvolverem melhor as

⁴⁷⁷ *O Cruzeiro*, 15/09/1970, p. 146. “Gosto de Brasil”.

⁴⁷⁸ *Ibidem*.

⁴⁷⁹ *O Cruzeiro*, 27/10/1970, p. 158. “Os candidatos e a TV”.

propagandas eleitorais, evitando assim “levar todo o processo ao ridículo e gerar o ressentimento do eleitor contra os pretendentes ao sufrágio”⁴⁸⁰. Isto porque, para a escritora, os programas eleitorais que iam ao ar acabavam fazendo uma propaganda negativa tanto do processo eleitoral brasileiro quanto dos candidatos lançados pelos partidos. Contudo, Rachel procura eximir os políticos da responsabilidade pela má qualidade das propagandas, afirmando que “a TV é cruel e só funciona nas mãos de profissionais”, e que na verdade os candidatos “são muito melhores do que aquilo”⁴⁸¹. Ao final, a escritora revela sua dificuldade em decidir o voto:

Eu, por mim, desses que vi, não vou votar em nenhum. Deixaram-me impressão tão lamentável que não lhes posso passar procuração para que me representem na Assembleia ou no Congresso. E nem mesmo no Danton Jobim posso votar – ele é MDB e eu sou da ARENA!⁴⁸²

Ao longo do texto, Rachel parece ora fazer uma crítica direta aos candidatos às eleições, ora apontar a má qualidade das propagandas eleitorais para que isso não gere uma impressão negativa do processo eleitoral brasileiro na população, em tom de conselho. Em nenhum momento, no entanto, o sistema eleitoral é questionado, apenas o formato dos programas políticos na televisão. Rachel de Queiroz também deixa claro, na conclusão da crônica, a que partido era fiel durante a ditadura: ARENA. Embora não se prive de elogiar um candidato do MDB, a escritora informa aos seus leitores que só vota em políticos arenistas. E faz isso com escolhas de palavras bastante simbólicas: “eu sou da ARENA”. Como vimos em capítulo anterior, Rachel fez parte do diretório do partido até 1972, quando pediu diretamente a Médici que seu nome fosse retirado da lista – mas reiterando que continuaria “pronta a fazer” o que lhe pedisse a agremiação.⁴⁸³

Em 1974 aconteceram novas eleições para senadores e deputados. A chegada de Geisel à presidência da República, em março daquele ano, dava início ao processo de abertura política no país, ainda que de forma “lenta, gradual e segura”. Às vésperas das eleições, portanto, havia um clima de liberdade, ainda que moderado, quanto à realização da campanha eleitoral, partilhado por políticos da ARENA e do MDB e noticiado na imprensa. O próprio

⁴⁸⁰ *Ibidem.*

⁴⁸¹ *Ibidem.*

⁴⁸² *Ibidem.*

⁴⁸³ QUEIROZ, Rachel de. [Carta] 06 mar. 1972, Rio de Janeiro [para] MÉDICI, Emílio. Arquivo Emílio Garrastazu Médici/IHGB.

presidente Geisel deu declarações a jornais destacando a importância deste clima de liberdade para a realização das eleições.⁴⁸⁴

No entanto, os resultados das urnas trouxeram uma grande surpresa para o governo e, como consequência, para a ARENA: das 22 vagas disputadas para o Senado, o MDB conquistou 16 e a ARENA apenas seis; na Câmara dos Deputados, o MDB também aumentou significativamente sua presença, levando 187 cadeiras, contra 233 da ARENA. O resultado foi avaliado como uma vitória para o MDB e abriu espaço para novas disputas no campo político. Segundo Grinberg, “essas 16 vitórias no Senado tornaram-se um marco importantíssimo na história do regime. Elas apontavam, indiscutivelmente, que a competição eleitoral era um campo legítimo e uma maneira viável de desafiar o governo”⁴⁸⁵.

Rachel de Queiroz repercutiu o resultado destas eleições em crônica publicada no dia 4 de dezembro de 1974. Em seu texto, a escritora procurou tratar a resposta das urnas com naturalidade, destacando o caráter honesto da eleição em comparação com o histórico de fraudes que Rachel atribui aos anos anteriores ao golpe de 1964:

Haverá decepções para muitos, nós inclusive. Mas eleição é assim mesmo, se um ganha o outro tem que perder; eleição honesta não vem de cartas marcadas e, pois, não se sabe de antemão o nome quer do perdedor, quer do ganhador. Eleição honesta é assim. O que esta foi. Honesta. Pra estrangeiro nenhum botar defeito. Nem surra, nem curral, nem caminhão fretado, nem título preso na mão de um ou outro, nem fraude, nem bico de pena.⁴⁸⁶

A escritora cita indiretamente as críticas vindas de fora do país e aproveita para ironizá-las, afirmando que a eleição foi honesta, “pra estrangeiro nenhum botar defeito”. Além disso, diferentemente da crônica escrita sobre as eleições de 1970, Rachel pede mais adiante que “não se fale mal da ajuda da TV” e destaca a importância das propagandas televisionadas para a conquista de votos da classe C, “o povo mesmo”, segundo a escritora. Em seguida, aborda a vitória eleitoral do MDB:

Vitória do MDB, gritam. E daí? Não é partido registrado, oficial, correspondente à “oposição de S. Majestade” da civilizadíssima Inglaterra? Eu por mim não morro de amores pelo MDB e nunca vi candidato seu que me sensibilizasse. Mas o fato é que o MDB foi que se virou, renovou, apelou, e no fim ganhou os votos. Ganhou votos, ganhou o seu terço ou quase de representação, o que também não foi mau. [...] E, pois, digamos: boa eleição, feliz eleição. Embora muitos dos nossos candidatos tenham sido poucos felizes – mas democracia é isso mesmo. Perde hoje, ganha amanhã.⁴⁸⁷

⁴⁸⁴ GRINBERG, Lucia. *Op. Cit.*, p. 187-188.

⁴⁸⁵ *Idem*, p. 188.

⁴⁸⁶ *O Cruzeiro*, 04/12/1974, p. 82. “Eleição”.

⁴⁸⁷ *Ibidem*.

Apesar da repercussão negativa que a vitória do MDB teve junto ao governo e à ARENA, Rachel de Queiroz defende o resultado das urnas e a possibilidade do partido de oposição se beneficiar dele, vencendo a partir do próprio jogo do sistema eleitoral. A escritora também aproveita o triunfo do MDB para reforçar a argumentação que perpassou todas as suas crônicas durante a ditadura: a de que vivíamos em uma democracia – e nada melhor para comprovar este fato do que uma eleição da qual a oposição saiu beneficiada. Contudo, Rachel também deixa explícito que, apesar de encarar o resultado com naturalidade, não tem afinidade com o MDB, chegando a dizer até que nunca viu nenhum candidato do partido oposicionista que a sensibilizasse, apesar de ter citado Danton Jobim de forma elogiosa em crônica de 1970.

Ao final, a escritora reforça sua fidelidade à ARENA ao comemorar a vitória nas urnas de Lígia Lessa Bastos e Sandra Cavalcanti, ambas eleitas deputadas pelo partido no Rio de Janeiro – candidatas para quem Rachel fazia propaganda em suas crônicas desde os anos 1960, como vimos em capítulo anterior.⁴⁸⁸ Integrantes da chamada “ala lacerdista” da UDN, foram deputadas na Assembleia Constituinte do recém-criado estado da Guanabara, de 1960 a 1962, e apoiaram o golpe civil-militar de 1964. Durante a ditadura, Lígia Lessa Bastos integrou o diretório nacional da ARENA e se elegeu deputada estadual pelo partido em 1966 e 1970,⁴⁸⁹ enquanto Sandra Cavalcanti foi presidente do Banco Nacional da Habitação (BNH) de 1964 a 1965, indicada pelo presidente Castello Branco, e elegeu-se deputada estadual pela ARENA em 1974, assumindo a liderança do partido na Assembleia Constituinte do Rio de Janeiro até 1976.⁴⁹⁰

No retorno da escritora à revista *O Cruzeiro*, a frequência dos textos que abordavam a oposição à ditadura diminuiu significativamente. É sintomático perceber como as críticas feitas pela imprensa, por intelectuais e políticos que eram reproduzidas e contestadas nas crônicas da década de 1960 perdem espaço. Os comentários da escritora se limitam a abordar a luta armada, eleições e, como veremos a seguir, críticas estrangeiras.

⁴⁸⁸ Cf. *O Cruzeiro*, 10/09/1960, p. 178. “Voto a descoberto”.

⁴⁸⁹ Cf. *Dicionário histórico e biográfico brasileiro*/ Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (DHBB/CPDOC). Verbete: Lígia Maria Lessa Bastos. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/ligia-maria-lessa-bastos>>. Acesso em: 11 jan. 2017.

⁴⁹⁰ Cf. *Dicionário histórico e biográfico brasileiro*/ Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (DHBB/CPDOC). Verbete: Sandra Martins Cavalcanti de Albuquerque. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/sandra-martins-cavalcanti-de-albuquerque>>. Acesso em: 11 jan. 2017.

4.2.2 Oposições externas

A imprensa e a elite brasileira sempre demonstraram, ao longo da história do Brasil, grande preocupação com a imagem externa do país. Segundo Carlos Fico, por muito tempo essa preocupação com o que outras sociedades pensavam de nós alimentou a tradição do pessimismo no Brasil, incentivando a ideia do brasileiro como preguiçoso, formado por uma composição racial “impura” ou distante do caminho para se tornar um povo civilizado. Como exemplo deste constante interesse pela imagem externa do país, Fico cita a importância que ganhava o desempenho de presidentes da República em visitas ao exterior entre a imprensa e a elite. Situar o Brasil entre os grandes países, com influência no cenário internacional, sempre foi um desejo desses setores.⁴⁹¹

Assim, uma das principais preocupações da ditadura foi, desde o começo, com a imagem do país no exterior. Na edição do primeiro ato institucional, em 9 de abril de 1964, os militares indicaram as duas frentes em que pretendiam trabalhar: “a restauração da ordem interna e do prestígio internacional”⁴⁹² do Brasil. Conforme aponta Fico, o principal objetivo da política externa dos governos militares era fazer do Brasil uma grande potência, vanguarda entre os países de maior crescimento econômico e progresso social, transformando o antigo pessimismo em uma perspectiva otimista que começou a parecer possível nos anos de “milagre econômico” sob o governo Médici.

Da mesma forma, a Aerp/ARP também teve como um dos principais objetivos “cooperar na formação e consolidação da imagem do Brasil e de seu governo no exterior, objetivando melhorá-la continuamente”⁴⁹³. No entanto, não foram poucas as críticas feitas por outros países ao governo autoritário em vigência no Brasil ao longo dos anos, o que causava grande constrangimento para os militares, principalmente a partir do governo Geisel, quando já existia certa liberdade na imprensa nacional para divulgar a repercussão externa negativa gerada pela política repressiva dos militares. Em resposta a essas críticas, o governo e a Aerp/ARP tentavam inverter o jogo colocando-se no lugar de “perseguidos”, ou seja, consideravam-nas “campanhas difamatórias” com o único interesse de prejudicar o Brasil, de evitar que o país se igualasse às outras grandes potências.

⁴⁹¹ FICO, Carlos. *Reinventando o otimismo: Ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil*. *Op. Cit.*

⁴⁹² *Idem*, p. 48.

⁴⁹³ *Idem*, p. 50-51.

Rachel de Queiroz acompanhou o discurso do governo neste sentido. Desde o início da ditadura, como vimos no capítulo anterior, a escritora usava como argumento positivo em suas crônicas o “respeito” e os “bons olhos” com o que, segundo afirmava, o resto do mundo passava a ver o país, considerando este fato como uma grande conquista da “Revolução”. Contudo, desde o final da década de 1960 e sobretudo no anos 1970 muitas denúncias foram feitas pela imprensa estrangeira, por associações internacionais e por exilados brasileiros, expondo a falta de democracia no Brasil e as torturas e desaparecimentos de presos políticos no país.

Periódicos como o italiano *Il Giorno*, o espanhol *Triunfo*, o britânico *The Times* e os americanos *Washington Post* e *New York Times*, entre tantos outros, trouxeram em suas páginas reportagens denunciando as torturas e a precária situação dos presos políticos no Brasil.⁴⁹⁴ Entre as associações estrangeiras, uma das mais atuantes foi a Anistia Internacional, que publicou em setembro de 1972 o Relatório sobre as Acusações de Tortura no Brasil (*Report on Allegations of torture in Brazil*), contendo denúncias referentes às violações aos direitos humanos cometidas pelo governo brasileiro entre março de 1969 e junho de 1972. O relatório teve ampla divulgação na imprensa internacional e foi encaminhado para governos e organizações religiosas e humanitárias para chamar a atenção da opinião pública à situação dos presos políticos no Brasil.⁴⁹⁵

Nos Estados Unidos, religiosos, ativistas, artistas e intelectuais americanos e exilados brasileiros trabalharam pela divulgação das torturas e prisões políticas que aconteciam no Brasil. Com isso, a grande imprensa americana, que em fins da década de 1960 criticava as medidas arbitrárias da ditadura, como o AI-5, a partir dos anos 1970 passou a denunciar as violações aos direitos humanos e a repressão. Embora os Estados Unidos tenham apoiado o golpe em 1964, a mobilização popular contra o regime repressivo primeiro no Brasil e, posteriormente, no Chile, pressionou o governo americano a limitar a ajuda econômica a

⁴⁹⁴ Cf. RIBEIRO, Denise Felipe. “A Anistia Brasileira: antecedentes, limites e desdobramentos da ditadura civil-militar à democracia”. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012; GREEN, James N. “Clérigos, exilados e acadêmicos: oposição à ditadura militar brasileira nos Estados Unidos, 1969-1974”. *Proj. História*, São Paulo, (29), tomo 1, p. 13-34, dez. 2004; MEIRELLES, Renata Costa Reis de. “A Anistia Internacional e o regime militar: a reação do governo Médici à publicação do Relatório sobre as Acusações de Tortura no Brasil”. In: ENCONTRO ANUAL, 38, 2014, Caxambu. *Anais...* Caxambu: Anpocs, 2014, p. 1-27.

⁴⁹⁵ MEIRELLES, Renata Costa Reis de. *Op. Cit.*

países que reconhecidamente violassem os direitos humanos em seus territórios a partir de 1975 – restrição que depois incluiu ajuda militar.⁴⁹⁶

Quando as denúncias vindas do exterior passaram a ser mais recorrentes, Rachel de Queiroz tratou de rebatê-las a partir da visão otimista sobre o país, segundo a qual entrávamos para o novo patamar das “grandes potências mundiais”. É o que acontece, por exemplo, na crônica “Os sequestros”, já citada anteriormente, que aborda o sequestro do cônsul Aloísio Gomide por guerrilheiros, mas tem como assunto principal um editorial do *New York Times*. Rachel demonstra indignação com a imprensa americana por considerar o Brasil uma ditadura e a descreve como inimiga do seu próprio país por cometer esse equívoco:

E, agora, um reparo curioso: os jornais brasileiros transcrevem um editorial no *New York Times* onde, comentando o assassinio de seu patrício Dan Mitrione e o sequestro de Fly e Gomide, é dito que o “democrático Uruguai” não poderia agir de maneira diferente, não poderia fazer como fazem as ditaduras militares do resto da América Latina... Eu não digo sempre que a imprensa americana é a pior inimiga do povo e do governo do seu próprio país? Está aí mais uma prova. Então o Brasil salvou as preciosas vidas do embaixador Elbrick, do cônsul japonês e do embaixador alemão apenas porque é uma ditadura militar! Se pode haver mais negra ingratidão, morder a mão que te salva – temos aí um bom exemplo.⁴⁹⁷

Um dos mais influentes jornais impressos americanos, o *New York Times* era constantemente citado pela imprensa brasileira na época, assim como seus editoriais, tanto no que se referia ao Brasil quanto a questões externas. Dan Mitrione, citado por Rachel de Queiroz no trecho acima, foi um agente dos Estados Unidos enviado para a América Latina nos anos 1960 para ensinar métodos de tortura para as polícias do Brasil e do Uruguai. Em 1970, assim como o cônsul Aloísio Gomide, foi sequestrado por revolucionários uruguaios e, diante da recusa do governo vizinho em negociar, acabou assassinado. Assim, chamando a imprensa americana de “ingrata” e “pior inimiga” do seu próprio povo, Rachel de Queiroz situa o Brasil em patamar superior, como o governo que salvou “preciosas vidas”. Em seguida, refuta categoricamente a alcunha de “ditadura” dada pelos Estados Unidos ao país:

Pois, se houve, nesses trágicos incidentes, comportamento que não teve cheiro a ditadura foi exatamente o do governo brasileiro, ao pagar o preço que pagou a fim de salvar os diplomatas sequestrados. Ditadura, como se sabe, vive da máscara de força interna e externa, da exibição de poder, da reputação de implacabilidade. Ditadura nenhuma pode se dar ao luxo de fazer exhibições de cordura. Qualquer coisa que arranha a sua imagem de força esmagadora – a ditadura está perdida, já que a sua existência é condicionada à realidade de fato e não baseada no direito ou consentimento geral.⁴⁹⁸

⁴⁹⁶ GREEN, James N. *Op. Cit.*

⁴⁹⁷ *O Cruzeiro*, 01/09/1970, p. 138. “Os sequestros”.

⁴⁹⁸ *Ibidem.*

Refutando veementemente o rótulo de “ditadura militar” conferido ao governo brasileiro pela imprensa americana, Rachel de Queiroz utiliza o fato de os militares terem atendido às exigências dos guerrilheiros em sequestros anteriores como prova de que vivíamos uma democracia, diferentemente do que afirmava o *New York Times*. A escritora critica e ironiza o editorial, apontando o preconceito que existiria por parte do jornal americano em relação ao Brasil, de forma a criar um conflito entre o “estrangeiro” e o “nacional”. Rachel continua o texto argumentando que países como China, Cuba e Rússia eram os que possuíam regimes autoritários, casos muito distantes da realidade brasileira, e conclui retomando o discurso de “perseguidos” do governo:

A gente não pode nem lavar as mãos e dizer que se é assim que nos agradecem a vida salva, no futuro eles que se arranjam. Pelo contrário, se a coisa se repetir, teremos novamente que negociar e aceitar os termos dos chantagistas e fazer o impossível para salvar a pele dos inocentes ameaçados pelos gangsters políticos. Afinal, o governo brasileiro não pode traçar a sua linha de conduta em obediência aos preconceitos do *New York Times*...⁴⁹⁹

Assim, classificando as críticas da imprensa americana como “preconceito” em relação ao Brasil, Rachel de Queiroz desvaloriza seus comentários baseando-se em um discurso ufanista. Considerando os americanos como “íngrats”, incapazes de reconhecer as boas ações do governo brasileiro, Rachel coloca o Brasil na posição de superior, benevolente, disposto a “salvar a pele” dos diplomatas estrangeiros sempre que necessário, independentemente das críticas recebidas.

A escritora adota estratégia semelhante na crônica “Democracia”, publicada em setembro de 1974, onde repercute a renúncia do presidente americano Richard Nixon por conta do escândalo político conhecido como *Watergate*. O caso aconteceu no início da década 1970, quando cinco pessoas foram detidas tentando fotografar documentos e instalar aparelhos de escuta na sede do Comitê Nacional do partido Democrata, em Washington, e levou à renúncia de Nixon após a divulgação de provas que ligavam o presidente à tentativa de espionagem. Nixon renunciou em agosto de 1974 e foi substituído por seu vice-presidente, Gerald Ford. Antes de introduzir o assunto, contudo, Rachel de Queiroz recapitula o modo como, a seu ver, a imprensa americana descrevia o cenário político brasileiro:

Não há como um dia depois do outro. Não sei se vocês se lembram – faz por aí um ano, nem isso, quando o nosso Congresso ratificou a escolha prévia do nome do general Geisel para a Presidência da República: aquela revista americana que se vende tanto aqui no Brasil deu uma notinha sarcástica e venenosa a respeito, sob o título “Caricatura de Democracia”. E cada uma das curtas linhas da nota era uma

⁴⁹⁹ *Ibidem*.

farpa contra nós, tristes subdesenvolvidos, que escolhíamos Presidentes sem obedecer ao rito do sufrágio universal direto.⁵⁰⁰

Fica novamente visível aqui a preocupação que a escritora tinha quanto ao que era comentado sobre o Brasil no exterior, principalmente nos Estados Unidos, maior potência capitalista na época. Além da preocupação, há um certo tom de rancor em seu texto por conta dos comentários negativos feitos pela imprensa americana em relação ao nosso processo eleitoral. Assim, Rachel de Queiroz escreve seu texto como uma resposta a essas críticas, usando como argumento a sucessão presidencial americana ocasionada pelo escândalo do *Watergate* para colocar Brasil e Estados Unidos no mesmo patamar político. Este argumento se desenvolve porque Gerald Ford, quando assumiu a presidência dos EUA, não havia sido eleito de forma direta para o cargo de vice-presidente. Ford foi indicado por Nixon e ratificado pelo Congresso americano em 1973, após o afastamento do vice eleito Spiro Agnew, que renunciou ao cargo por conta de acusações de evasão fiscal e lavagem de dinheiro.

Pois não é que a Terra nem completou a sua volta em derredor do sol e lá estão eles, os pais da democracia, com o seu Presidente novo, que não saiu de sufrágio universal, quer direto, quer indireto, saiu “de consenso”, confirmado pelo Congresso americano e indicado por quem? Pelo próprio Nixon, o malfadado, que não teve forças nem argumentos para manter a si no poder, mas assim mesmo pôde indicar o seu sucessor. [...] E não vejo, ante isso, as vestais democráticas se cobrirem de véus negros e carpirem o vício de origem do primeiro magistrado, não vejo a imprensa de lá publicar editoriais sarcásticos diante da **sulamericanização** evidente do processo sucessório em uso no berço do presidencialismo.⁵⁰¹

Rachel de Queiroz se utiliza da crise política gerada pelo *Watergate* para atacar a imprensa americana e rebater as críticas feitas à falta de democracia que haveria no Brasil. Para isso, a escritora destaca o fato de Gerald Ford, apesar de não ter sido eleito pelo voto direto, assumir a presidência dos Estados Unidos, colocando a situação em pé de igualdade com as eleições indiretas para presidente da República que aconteciam no Brasil desde o golpe de 1964.

Que esse longo, sofrido e pouco lisonjeiro episódio da história americana traga pelo menos um resultado positivo: ensinar aos nossos irmãos do norte a se olharem a si com menos complacência e aos outros com menos arrogância. Todos os homens são filhos de Deus, e a nenhum desses filhos Ele marcou com especial sabedoria ou especial superioridade.⁵⁰²

Através da comparação entre a sucessão presidencial americana e a brasileira, Rachel de Queiroz tenta mostrar como as críticas vindas dos Estados Unidos eram infundadas,

⁵⁰⁰ *O Cruzeiro*, 18/09/1974, p. 82. “Democracia”.

⁵⁰¹ *Ibidem*.

⁵⁰² *Ibidem*.

construídas a partir da arrogância do sentimento de superioridade dos americanos, que estavam mais interessados em difamar seus “irmãos” do que em olhar para dentro do seu próprio país. Espantando o sentimento de inferioridade em relação ao norte que muitas vezes acometia os brasileiros, Rachel situa o Brasil no mesmo patamar de política interna dos Estados Unidos.

A comparação com outra potência mundial não foi apenas neste texto. Em outubro de 1973, Rachel de Queiroz coloca o Brasil na frente da URSS, agora no campo da cultura. O fato acontece na crônica “Encontro em Brasília”, onde Rachel relata como foi o VIII Encontro Nacional de Escritores, promovido pela Fundação Cultural de Brasília em outubro de 1973. O texto faz muitos elogios ao evento, destacando a presença de escritores de “praticamente todos os estados brasileiros” e o incentivo financeiro concedido às obras premiadas, com a clara intenção de mostrar aos seus leitores como o governo estava investindo na cultura do país. Ao final, Rachel destaca a presença de Médici no encontro e reproduz uma fala de Adonias Filho, vencedor do Prêmio de Literatura para Conjunto da Obra:

Tudo isso promovido pelo governo do DF e diretamente prestigiado pelo Presidente da República, que pessoalmente recebeu e cumprimentou os congressistas. E vale lembrar aqui o comentário feito pelo maior premiado, no seu depoimento: “As esquerdas internacionais bradam aos céus contra o **“terror cultural”** reinante no Brasil. Mas é no Brasil que se prestam essas homenagens e aos escritores; enquanto na pátria de todas as esquerdas, a URSS, o lugar do escritor é no campo de concentração e no hospício de doidos...”⁵⁰³

Novamente dialogando com a oposição ao governo militar vinda de fora do país, Rachel de Queiroz reproduz um depoimento irônico de Adonias Filho, apontando a hipocrisia das “esquerdas internacionais” ao criticar o Brasil e defendendo a ditadura de comentários negativos do exterior. Em tom anticomunista, Rachel compara as condições dos escritores na URSS, “a pátria de todas as esquerdas” onde “o lugar do escritor é no campo de concentração”, com o Brasil, país que valoriza seus intelectuais e lhe presta homenagens. O objetivo é rebater críticas feitas pelas esquerdas internacionais de que não havia liberdade no país, novamente a partir de uma argumentação “nós” versus “eles”, que difamavam o Brasil mas não reconheciam o que acontecia em seus próprios territórios. O argumento de críticas infundadas, portanto, também aparece nesta crônica. Além disso, Rachel apresenta um ambiente extremamente favorável aos escritores brasileiros, reconhecidos e recompensados pelo governo, ignorando, contudo, a censura prévia aos jornais, revistas, músicas e peças de teatro que vigorava no país desde a edição do AI-5, em 1968.

⁵⁰³ *O Cruzeiro*, 21/11/1973, p. 130. “Encontro em Brasília”.

Em relação à oposição, portanto, Rachel de Queiroz adotou estratégia muito semelhante à dos militares: passou a ignorar as críticas internas, fechando o espaço para o diálogo, e contribuiu para a construção de uma imagem do país como “perseguido” pelas grandes potências, as quais inventavam denúncias para prejudicar o Brasil e tentar impedi-lo de alcançar posição de destaque no cenário internacional. Assim como a propaganda da ditadura, Rachel demonstrou grande preocupação com a imagem do país no exterior, dedicando várias crônicas para responder às críticas principalmente da imprensa estrangeira, consideradas sempre infundadas e incoerentes.

Por fim, gostaríamos de destacar que as crônicas sobre a imagem do Brasil mundo afora não giraram apenas em torno de respostas a críticas externas. Rachel de Queiroz também escreveu elogiando um suposto novo patamar alcançado pelo país, de nação séria e respeitada. Em 1971, por exemplo, repercutiu o discurso do diplomata brasileiro Mario Gibson Barbosa na ONU, o qual criticou a entrada iminente da China como membro permanente no Conselho de Segurança. A fala de Barbosa foi utilizada pela escritora para evidenciar a nova condição independente do país: “O Brasil caudatário, fazendo tudo que seu mestre mandasse, o Brasil de chapéu na mão pedindo um dinheirinho aí [...], ah, **esse Brasil acabou**”⁵⁰⁴. E acabou, segundo Rachel, por um motivo claro – o bom governo que vinha fazendo a “Revolução”:

Não há como a solvência para dar autoridade. Um caloteiro corrido dos credores tem que se humilhar perante o credor-mor. Mas o homem que pôs sua casa em ordem e trabalha e economiza para lhe trazer abastança conquista o direito de ter opinião e exprimi-la. [...] [Mario Gibson Barbosa] tem por trás um sólido país de noventa milhões em irreprimível ímpeto de desenvolvimento, uma economia saudável, uma produção sempre em ascensão. E representa um governo forte e honesto, cuja diretiva essencial é a consolidação de um grande Brasil.⁵⁰⁵

A preocupação com a imagem do país foi, portanto, tema constante na *Última Página* nos anos 1970. Além de rebater as críticas externas, Rachel de Queiroz também apontou uma mudança de patamar pela qual passava o país, fruto da organização interna liderada pelos militares. A ideia de um país independente, que não era mais subserviente às grandes potências, pois tinha no comando um governo “forte e honesto”, que consolidava um “grande Brasil”, iam exatamente de encontro à propaganda oficial da ditadura e confirmava uma reivindicação histórica brasileira, sobretudo entre as elites.

⁵⁰⁴ *O Cruzeiro*, 13/10/1971, p. 130. “O discurso na ONU”.

⁵⁰⁵ *Ibidem*.

4.3 Entre presenças e ausências: as crônicas sobre o governo

Assim como na década de 1960, Rachel de Queiroz também destinou um espaço significativo na *Última Página* para comentar as ações do governo, fossem elas boas ou ruins. Neste tópico analisaremos de que forma – ou formas – a escritora comentava o desenrolar da ditadura, começando pela descrição extremamente positiva de Médici, passando pelas principais obras realizadas pelos militares e encerrando com algumas críticas feitas por Rachel.

4.3.1 “O homem”

Nesta segunda fase de crônicas publicadas em *O Cruzeiro*, de 1970 até o início de 1975, na maior parte do período o país foi governado pelo general Emílio Garrastazu Médici (1969-1974). Antes do processo de abertura política e da conseqüente memória da resistência lhe imporem a imagem de *tirano e torturador*, Médici foi por muito tempo o presidente mais popular da ditadura, o amante de futebol que frequentava o Maracanã; “o primeiro presidente do Brasil a visitar o Ceará em plena seca”⁵⁰⁶, conforme noticiava a imprensa; o líder do “milagre econômico”, que encontrou nas festividades do sesquicentenário da independência a saudação calorosa de meio milhão de brasileiros que o aplaudiram no desfile de São Paulo. Assim Janaína Martins Cordeiro descreve sua recepção nas comemorações:

Enfim, era o presidente da *Transamazônica*, da *integração nacional*, do *Brasil para frente*; era o presidente cantado em prosa e verso por diversos cantores populares. Encarnava, naquele momento, os projetos de construção de uma grande potência. Naquele dia em que se rememorava o nascimento da nação, sua figura representava, para muitos, a possibilidade de um *grande futuro*.⁵⁰⁷

Admirado por grande parte da imprensa e da população, Médici também teve expressivo apoio vindo da *Última Página*. Rachel de Queiroz escreveu muitas crônicas elogiando e agradecendo ao presidente por seus feitos positivos pelo país, principalmente em relação ao Nordeste, terra natal da escritora. Em junho de 1970, por conta da grande seca que assolava a região, o presidente foi até lá avaliar os problemas que acometiam os nordestinos. Visitou cidades no interior do Ceará e do Rio Grande do Norte, conversou com flagelados e viu a situação precária de trabalho e moradia em que viviam. Ao final da viagem, em Pernambuco, discursou sobre o que presenciou: “Nada, em toda a minha vida, me chocou assim e tanto me fez emocionar e desafiar a minha vontade. [...] Não, não me conformo. Isso

⁵⁰⁶ *Jornal do Brasil*, 05/06/1970, p. 3. “Médici promete a flagelado melhorar a vida no Ceará assolado pela seca”.

⁵⁰⁷ CORDEIRO, Janaina Martins. *Op. Cit.*, p. 297.

não pode continuar”⁵⁰⁸. Neste dia, o governo anunciou medidas assistenciais para o Nordeste, liberação de crédito especial para a agricultura, garantia de abastecimento de gêneros essenciais, entre outras medidas de auxílio à região.

Quase um ano depois de sua visita, em maio de 1971, Rachel de Queiroz escreve a crônica “Notícia para o presidente Médici”, onde faz um resumo de todas as melhorias que tiveram na região do Nordeste e na vida dos nordestinos, apesar das dificuldades que ainda permaneciam: “Agora o povo ainda está magro e mal vestido, é verdade. Mas já apanha feijão novo, e até come milho verde. [...] Nunca o sertão se mostrou tão lindo. Parece que rebenta todo em verde e flor. O gado já está gordo, as ovelhas se espalham pelos vargeados”⁵⁰⁹.

Após a descrição da condição do Nordeste, Rachel convida Médici para fazer uma nova visita à região e ver de perto o que seu auxílio proporcionou:

Escute, Presidente, o senhor, que tanto lhe doe o coração ante aquela miséria que viu, por que não toma de novo o seu avião e não vem dar uma olhada naqueles mesmos lugares por onde andou no ano passado? Vai ser uma consolação. [...] Sim, vá ver, Presidente. Vá verificar que sua ajuda foi merecida. Em vez daquele caldo preto de feijão na lata, tem gente que bota no fogo três panelas de feijão por dia! E se não fumarem na sua presença, é porque, aqui, fumar na frente de pai, de padre e de autoridade, é falta de respeito... Deus guarda Vossa Excelência, senhor Presidente.⁵¹⁰

Rachel de Queiroz dialoga em sua crônica de forma direta com Médici, como se fosse uma carta aberta. Em tom de extrema reverência, se refere ao presidente como “senhor” e “Vossa Excelência”, atribuindo a ele toda a responsabilidade pelas melhorias percebidas no Nordeste. Assim, fazendo um paralelo entre o ano de 1971 e o de 1972, Rachel evidencia o que mudou na região com a visita de Médici, mudança vista com um olhar bastante positivo.

O sentimento de gratidão e elogio que Rachel de Queiroz demonstrou em suas crônicas sobre o general, aliás, esteve na maior parte das vezes ligado às ações do governo em relação à população nordestina, bandeira que a escritora sempre levantou e procurou chamar a atenção dos políticos para os inúmeros problemas enfrentados pela região. Em 1971 o governo Médici lançou o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural (PRO-RURAL), ligado ao Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL), concedendo

⁵⁰⁸ *Jornal do Brasil*, 07 e 08/06/1970, p. 3. “O discurso de Médici”.

⁵⁰⁹ *O Cruzeiro*, 12/05/1971, p. 130. “Notícia para o presidente Médici”.

⁵¹⁰ *Ibidem*.

aposentadoria por velhice e validade para os trabalhadores do campo, além de auxílio-funeral e serviços de saúde e sociais.⁵¹¹

Em maio de 1972, Rachel aborda este assunto na crônica “O homem”. Conforme conta a escritora, quando a notícia sobre os benefícios da previdência social aos trabalhadores rurais chegou ao Nordeste, foi recebida com “certo ceticismo”. Acostumado a ver promessas feitas em época de eleições não serem cumpridas, o homem do campo, segundo Rachel, “sempre se teve, por definição, como um esquecido”⁵¹². No entanto, o cenário desta vez foi diferente e as promessas haviam sido cumpridas, tudo graças ao presidente Médici:

Como disse acima, todas essas esperanças eles as atribuem ao *homem*. Vivem junto dos rádios, para ouvir se o *homem* falou, se o *homem* já está pagando, alegam que esse *homem* de agora, quando diz que faz, faz mesmo. O *homem* para eles simboliza os tempos novos, as promessas cumpridas, o socorro pronto. [...] E o *Homem* é o senhor, Presidente Médici.⁵¹³

Atribuindo uma série de elogios a Médici, Rachel de Queiroz se refere ao presidente como “o homem”, inicialmente com letra minúscula, como se estivesse reproduzindo a própria forma como os trabalhadores rurais o chamavam. Ao final, já dialogando de forma direta com Médici, muda a grafia e escreve “o Homem”, em letra maiúscula, uma ação simbólica que o eleva à condição de “grande homem”.

O ano de 1974 foi o que reuniu mais crônicas de elogio a Médici. No mês de março, quando o general passava a faixa presidencial para seu sucessor, Ernesto Geisel, Rachel de Queiroz escreveu dois textos em sua homenagem. O primeiro deles, publicado no dia 20, veio intitulado “Recado do Ceará”. Assim como na última crônica analisada, a escritora chama Médici novamente de “o homem” e o convida para uma visita ao Nordeste.

E o povo daqui me pergunta: “E o homem lá em cima já sabe deste grande inverno?” “O homem lá em cima” é o Presidente Médici. Estão orgulhosos com o tempo e as águas e querem que o Presidente venha partilhar da alegria geral. “*Ele que chorou pela gente, no tempo da aflição, venha ver agora como todo mundo está se rindo!*” Está feito o convite, Presidente; e se o senhor quiser mesmo vir, deixe passar o 15 de março com os seus cansativos programas; [...] E o senhor, já tendo deixado a presidência, virá de coração leve, sem aquelas preocupações arrasadoras. Nosso amor pelo senhor transcende de posições e presidências; para nós o senhor será sempre “o *Homem*”, aquele que nos acudiu na hora certa e cuidou em dar soluções maiores para os problemas daqui.⁵¹⁴

⁵¹¹ Cf. Sistema de Legislação da Previdência Social. Disponível em: <<http://sislex.previdencia.gov.br/paginas/23/1972/69919.htm>>. Acesso em: 13 dez. 2016.

⁵¹² *O Cruzeiro*, 24/05/1972, p. 130. “O homem”.

⁵¹³ *Ibidem*.

⁵¹⁴ *O Cruzeiro*, 20/03/1974, p. 114. “Recado do Ceará”.

O “inverno” ao qual se refere à crônica foi a grande chuva que caiu na região, comemorada por moradores acostumados a sofrer com a seca. No dia 15 de março de 1974, data mencionada por Rachel, aconteceria a posse do novo presidente da República, general Ernesto Geisel. O convite feito para a nova visita ao Ceará, portanto, sugere que Médici fosse já na condição de ex-presidente, “de coração leve”. Usando novamente a alcunha de “o homem” para se referir ao militar, Rachel de Queiroz deixa ainda uma mensagem de clara devoção a Médici, tanto de sua parte quanto em nome dos cearenses, ao dizer que “nosso amor pelo senhor transcende de posições e presidências”.

Uma semana depois, no dia 27 de março, Rachel escreve nova crônica, “Pequeno adeus ao Presidente”, em tom de despedida. Já no primeiro parágrafo podemos perceber o saudosismo com que a escritora trata a sua saída da presidência da República: “Presidente Médici, já que, neste 15 de março, não podemos estar no aeroporto, no Rio, com um ramo de flores na mão, à espera de sua chegada de Brasília – quero lhe trazer algumas palavras que sejam como as flores que o senhor merece”⁵¹⁵. Relembrando a “encruzilhada difícil” na qual se encontrava a “Revolução de Março” em 1969, com a morte prematura de Costa e Silva, Rachel de Queiroz elogia a forma como Médici assumiu a presidência e encarou os desafios impostos, levando o país de volta à “normalidade” e à “melhora de vida”. Ao final, comenta a gratidão e o carinho que o general recebe de todos os lugares do país com a conclusão do seu mandato:

Agora o senhor foi fazer em sua terra do Rio Grande as suas despedidas de Presidente: está certo, era o que lhe pedia o coração. Mas em qualquer que fosse o lugar do Brasil que escolhesse para dar o seu adeus de governante, não encontraria diferença: por toda parte teria o mesmo carinho agradecido. [...] Assim, Presidente, no seu apartamento do Rio, onde terá vida nova e menos canseiras, se um dia bater na sua porta um cabeça-chata de chapéu na mão, perguntando pelo senhor, receba-o sem cuidado. Há de ser um dos muitos paus-de-arara agradecidos, que o desejam procurar para lhe dizer que nós lhe queremos bem e temos muitas saudades suas.⁵¹⁶

Em seus textos, Rachel procura sempre destacar a confiança e a adoração que Médici despertava nos brasileiros, em especial nos nordestinos. A própria escritora assume uma postura de gratidão e devoção em relação ao presidente, apontando de forma constante suas qualidades e feitos positivos por todo o país. As crônicas escritas por Rachel de Queiroz sobre Médici – e muitas vezes para ele – têm o mesmo tom de euforia e otimismo apontados por Janaina Martins Cordeiro. Elogiado pela imprensa e celebrado por uma parcela significativa da população, o general passava bem longe da imagem negativa que lhe seria atribuída anos

⁵¹⁵ *O Cruzeiro*, 27/03/1974, p. 114. “Pequeno adeus ao Presidente”.

⁵¹⁶ *Ibidem*.

mais tarde, como o presidente dos “anos de chumbo”, responsável por dezenas de mortes e torturas. Sobre estas diferentes visões do governo Médici, Cordeiro comenta:

Neste aspecto, é importante tentar compreender a memória desse período tendo em vista a complexidade de um governo que é lembrado pela memória coletiva nacional como os *anos de chumbo*, o período da *ditadura* escancarada (Gaspari, 2002), das perseguições e repressão desencadeadas pelo *golpe dentro do golpe* a partir de dezembro de 1968. Mas que é também o período do *milagre brasileiro* e da grande euforia proporcionada pelo crescimento econômico; do entusiasmo pela conquista do tricampeonato mundial de futebol em 1970; dos estádios lotados aplaudindo ao general presidente da vez; da expansão das fronteiras que integravam o país e as obras *faraônicas*.⁵¹⁷

Nas crônicas da *Última Página*, contemporâneas ao governo de Médici, o cenário que aparece de forma contundente é o segundo, dentre os dois citados no trecho acima. Falando principalmente como porta-voz do Nordeste, região distante dos principais centros do país e muitas vezes esquecida pela imprensa, Rachel de Queiroz escreveu durante os primeiros anos de 1970 com grande otimismo e confiança no progresso do país, colaborando, desta forma, para a legitimação do governo Médici e para a propagação da atmosfera de euforia, do clima de *milagre*.

4.3.2 Divulgando as obras do governo

As obras “faraônicas” mencionadas por Janaina Martins Cordeiro também foram tema na *Última Página*. Ao longo dos primeiros anos da década de 1970, Rachel de Queiroz divulgou e elogiou algumas das principais ações e obras do governo militar, como a Transamazônica, a Zona Franca de Manaus e o rio São Francisco.

A Transamazônica, como já vimos em outras crônicas analisadas neste capítulo, foi citada em diversas ocasiões diferentes, sempre em tom elogioso e positivo. A rodovia, também chamada de BR-230, teve o primeiro trecho inaugurado em 1972, durante o governo Médici, e ao longo dos anos se transformou em uma das obras mais polêmicas realizadas no país. A Transamazônica fez parte do Programa de Integração Nacional (PIN), cuja intenção era ligar a região Norte ao restante do país e povoar as áreas pouco habitadas da Amazônia.

A BR-230 foi inicialmente projetada para atravessar a América do Sul de leste a oeste, ligando o oceano Atlântico ao Índico, o que somaria oito mil quilômetros de extensão. No entanto, o projeto foi modificado e a rodovia atualmente liga a cidade de Lábrea, no Amazonas, a Cabedelo, na Paraíba, cortando sete estados brasileiros ao longo de mais de

⁵¹⁷ CORDEIRO, Janaina Martins. *Op. Cit.*, p. 338.

quatro mil quilômetros, tornando-a a terceira maior rodovia do país. Até hoje, contudo, a Transamazônica não foi totalmente concluída e ainda soma grandes trajetos sem pavimentação. Além de não ter conseguido povoar a região Norte como o esperado, a construção da BR-230 ocasionou o desmatamento das áreas próximas.⁵¹⁸

Em setembro de 1970, antes de a Transamazônica ter o seu primeiro trecho inaugurado, Rachel de Queiroz escreveu defendendo sua construção:

Eu, por mim, acho que a Transamazônica irá representar o mesmo papel que representou a abertura das estradas de ferro ligando o Atlântico ao Pacífico, no período da conquista do Oeste, nos Estados Unidos. Esperar que a civilização da Amazônia se faça apenas através das hidrovias, é sonho. Tem que se chegar lá por terra, o rio é sempre caminho auxiliar.⁵¹⁹

Rachel de Queiroz trata o projeto da Transamazônica com grandiosidade, comparando-o às estradas de ferro construídas para cruzar os Estados Unidos de ponta a ponta, imprescindíveis para o desenvolvimento do país na América do Norte. Além disso, a escritora fala em “civilizar” a Amazônia, bandeira muitas vezes levantada pela ditadura. Segundo Fico, a ditadura via a sociedade brasileira como “rude” e “despreparada”, “composta por pessoas que deveriam ser ‘educadas’”⁵²⁰, o que se refletia em campanhas de cunho cívico e educativo. Por conta disso, os militares se imbuíram de uma “missão civilizadora”, expressa através da “firme convicção de estarem construindo um novo patamar econômico, político e moral para o Brasil”⁵²¹.

A Transamazônica volta a ser tema da *Última Página* em junho de 1972, às vésperas de sua inauguração, na crônica “Zona Franca de Manaus”. Criada pelo decreto-lei nº 288, em 28 de fevereiro de 1967, durante o governo Castello Branco, a Zona Franca de Manaus foi pensada para ser uma área livre de comércio de importação e exportação e de incentivos fiscais, com o objetivo de incentivar o desenvolvimento no interior da Amazônia a partir da criação de um centro industrial, comercial e agropecuário na região.⁵²²

Rachel de Queiroz visitou a cidade de Manaus, capital do Amazonas, em 1972, e escreveu uma crônica contando suas impressões do lugar e apresentando os benefícios que a

⁵¹⁸ GLOBO NEWS. “Projeto polêmico, Transamazônica faz 40 anos sem nunca ter sido concluída”. 03 fev. 2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/globo-news/noticia/2014/02/projeto-polemico-transamazonica-faz-40-anos-sem-nunca-ter-sido-concluida.html>>. Acesso em: 14 dez. 2016.

⁵¹⁹ *O Cruzeiro*, 08/09/1970, p. 146. “A SUDENE”.

⁵²⁰ FICO, Carlos. *Reinventando o otimismo: Ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil*. *Op. Cit.*, p. 145.

⁵²¹ *Idem*, p. 41.

⁵²² Cf. Decreto-lei nº 288, com as diretrizes da criação da Zona Franca de Manaus. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0288.htm>. Acesso em: 14 dez. 2016.

Zona Franca de Manaus e a administração do governador Arthur Cezar Ferreira Reis (1964-1967) trouxeram para a região. No texto, a escritora primeiro apresenta as dificuldades pelas quais passavam a capital, com energia elétrica intermitente, falta de abastecimento de artigos de importação como gasolina, café e remédios, e as poucas vias de transporte para chegar à região. A Zona Franca veio, então, para revolucionar o lugar:

Pois veio a Zona Franca de Manaus e revolucionou tudo: foi o acordar da Bela Adormecida. A vida se pôs a vibrar, o comércio deu um salto prodigioso, nascem novas lojas e bancos como cogumelos depois da chuva – Manaus parece uma nova Hong Kong. De todo o Brasil acorrem viajantes atraídos pelas benesses da Zona Franca. Erguem-se edifícios, o povo todo participa da nova prosperidade. [...] E agora já chegam à cidade os primeiros tentáculos da Transamazônica, abrindo a perspectiva de acesso terrestre à imensa região. E então a gente pergunta: depois de concluída a Transamazônica, quem é que vai segurar mesmo aquele Amazonas?⁵²³

Comparando Manaus a Hong Kong, Rachel de Queiroz descreve a capital do Amazonas como uma região próspera e em intenso desenvolvimento, um depoimento bastante otimista onde fica a sensação de que o *futuro chegou* à região Norte do país, graças ao governo militar. Acreditando que o potencial de Manaus estava sendo enfim aproveitado, Rachel de Queiroz conclui a crônica fazendo alusão ao *slogan* da ditadura, “Ninguém segura este país”, indicando que a partir dali *ninguém seguraria* o Amazonas. A crônica é escrita em um tom claramente propagandístico, anunciando as benesses trazidas pela Zona Franca de Manaus e incentivando os brasileiros a investirem ou se mudarem para a região, a partir de comentários que, novamente, parecem ter sido produzidos por uma assessoria de imprensa.

Em agosto de 1974, Rachel de Queiroz voltou a exaltar a facilidade com que se podia viajar pelas regiões Norte e Nordeste do país. Sem mencionar diretamente a Transamazônica, a escritora narrou a viagem que sua prima havia feito de Belém do Pará até o Quixadá, em Fortaleza, destacando as maravilhas da pista asfaltada. O título da crônica, que se chama “Ufania”, resume bem a intenção de Rachel ao escrever o texto: “fazer ufania”:

Mas hoje não vou fazer choro, vou fazer ufania. Quero comemorar um feito que até agora parecia incrível e em que eu mesma não acreditava direito ou – como dizem os americanos – não **realizava** direito. Vocês sabiam, meus senhores e senhoras, que já se pode vir de Belém do Pará, sim, isso mesmo, de Santa Maria de Belém do Grão Pará até às caatingas cearenses, rodando todo o tempo no asfalto? [...] Por isso que eu tanto admiro esse fabuloso homem que se chama Mário David Andreazza. O que ele fez ninguém tinha feito antes e ainda vai custar muito a aparecer outro que faça igual. Do Pará até aqui no sertão, sem sair do asfalto! Benza Deus, a gente sabe que é verdade – e assim mesmo não acredita!⁵²⁴

⁵²³ *O Cruzeiro*, 17/05/1972, p. 130. “Zona Franca de Manaus”.

⁵²⁴ *O Cruzeiro*, 14/12/1974, p. 82. “Ufania”.

Mário Andreazza, elogiado por Rachel de Queiroz no trecho acima, foi um militar gaúcho, nascido em Caxias do Sul. Andreazza apoiou o golpe de 1964, foi um dos signatários do AI-5 e filiado à ARENA. Além disso, foi ministro dos Transportes de 1967 a 1974 e ministro do Interior de 1979 a 1985, responsável por inúmeras obras da ditadura, como a ponte Rio-Niterói e a Transamazônica.⁵²⁵ Exaltando as realizações do ministro e, por tabela, do governo, Rachel escreve crônica declaradamente ufanista, passando uma mensagem de otimismo para seus leitores.

Além das chamadas “obras faraônicas”, Rachel de Queiroz também comentou os programas que eram lançados pela ditadura, como a já citada Zona Franca de Manaus. Em 1972, o governo Médici lançou o Programa Especial para o Vale do São Francisco (PROVALE) como mais uma tentativa de desenvolvimento regional. O programa previa o melhoramento das condições de navegabilidade do Rio São Francisco e a realização de obras de urbanização, infraestrutura social, saneamento e irrigação, entre outros.⁵²⁶ Na crônica “O São Francisco”, Rachel comenta o lançamento do programa:

E afinal – tenho vontade de tocar um clarim! Afinal o Presidente Médici tomou o assunto a peito e criou uma agência, um movimento, esse Provale, que irá transformar o São Francisco. Dentro de um plano equilibrado, com recursos garantidos, e estudos realistas. Desta vez não são sonhos nem discursos, foi feito tudo na base do cálculo, tudo previsto, como uma operação de guerra. [...] Minha fé neste milagre prometido é porque nele não há mistério nenhum. A mágica será só dinheiro bem empregado, administração, amor, entusiasmo. Como estão fazendo com a Transamazônica, que é desafio muito mais difícil.⁵²⁷

Apesar de utilizar o termo “milagre”, Rachel de Queiroz atribui ao provável sucesso do governo o planejamento correto e o “dinheiro bem empregado”. Descrevendo a ditadura como “realista”, em oposição aos governos anteriores, que ficavam apenas nos sonhos ou nos discursos, a escritora constrói uma imagem de praticidade para o governo de Médici, de pragmatismo, sem mistérios e mágicas, apenas seguindo o caminho da boa administração e do entusiasmo.

No ano seguinte, em agosto de 1973, Rachel de Queiroz volta a elogiar as ações da ditadura na crônica “Governo itinerante”. No seu texto, a escritora destaca os deslocamentos

⁵²⁵ Cf. *Dicionário histórico e biográfico brasileiro*/ Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (DHBB/CPDOC). Verbete: Mário Davi Andreazza. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/mario-davi-andreazza>>. Acesso em: 14 dez. 2016.

⁵²⁶ Cf. Decreto-lei nº 1207, com as diretrizes da criação do PROVALE. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del1207.htm>. Acesso em: 14 dez. 2016.

⁵²⁷ *O Cruzeiro*, 08/03/1972, p. 178. “O São Francisco”.

provisórios do governo, constituindo sede itinerante em diferentes partes do país com o objetivo de chamar atenção para esses lugares, “pondo em foco os seus problemas, dando oportunidade à região para desabafar seus desgostos e veicular suas aspirações ante a audiência cativa dos únicos que realmente podem dar remédio a uns e realizar as outras”⁵²⁸.

Argumentando que o poder “distancia” e “isola”, Rachel de Queiroz descreve as ações do governo como uma tentativa de se aproximar ainda mais do povo brasileiro, de ouvir seus problemas e de se aproximar de cidades e regiões até então esquecidas pelo Executivo:

O fato é que, depois desse uso de deslocamentos do Governo, as regiões mais longínquas da Federação já tiveram a sua oportunidade de ver o Presidente, falar com ele, vê-lo funcionando em toda a sua majestade executiva. Sentiram-se menos órfãs, mais integradas no ecúmeno, mais Brasil, cidadãos iguais aos outros e não cidadãos classe B ou C. Ou X ou Z.⁵²⁹

É possível encontrar um ponto em comum nestas crônicas, além do óbvio modo positivo e elogioso com que Rachel se refere às obras e aos programas da ditadura: o tom oficioso de seus textos. Embora a escritora tenha defendido os militares e suas ações desde o golpe de 1964, a partir de 1970 esta defesa ganha ares muitas vezes de propaganda. Além dos balanços sempre positivos feitos ao longo dos anos e das respostas feitas a críticas internas ou externas, Rachel passa também a relatar com precisão muitas das principais campanhas do governo, detalhando as obras feitas e explicando como funcionavam os programas lançados, e reproduzindo *slogans* criados pela propaganda oficial da ditadura.

Neste período o governo era um dos grandes anunciantes da revista *O Cruzeiro*, tanto a partir de matérias pagas que mostravam as obras concluídas e os progressos alcançados nas diferentes cidades do país, quanto a partir de propagandas feitas por empresas estatais ou ministérios. A SUDENE, o Banco do Nordeste, a Eletrobras, o Banco do Brasil, a Embratur, a Petrobras e o Banco da Amazônia foram algumas das empresas que anunciaram nas páginas da revista. Quanto aos ministérios, as propagandas geralmente traziam uma campanha que estava sendo feita pelo governo à época. Entre os anunciantes, podemos citar o Ministério da Educação e Cultura, da Indústria e do Comércio, dos Transportes e da Saúde. O MEC, por exemplo, divulgou no periódico uma campanha incentivando as empresas brasileiras a doarem dinheiro para o Mobral e, com isso, deduzirem até 1% do imposto de renda.⁵³⁰ O Mobral, Movimento Brasileiro de Alfabetização, foi um projeto do governo militar vigente de

⁵²⁸ *O Cruzeiro*, 29/08/1973, p. 130. “Governo itinerante”.

⁵²⁹ *Ibidem*.

⁵³⁰ *O Cruzeiro*, 01/05/1974, p. 18.

1967 a 1985 com o objetivo de erradicar o analfabetismo do Brasil, citado em inúmeras crônicas de Rachel de Queiroz, como vimos neste capítulo.

No seu retorno à revista *O Cruzeiro*, Rachel de Queiroz é, mais do que nunca, porta-voz das medidas tomadas pelos militares, sempre explicando aos seus leitores com linguagem simples e direta as melhorias conquistadas e os benefícios concedidos à população. Passando uma boa parte deste tempo no Quixadá, interior do Ceará, Rachel também apresentou o olhar dos nordestinos para os leitores de outras regiões e para o presidente Médici, com quem dialogava constantemente em suas crônicas. Mais uma vez exercendo um papel de porta-voz, contava para o resto do país os progressos obtidos para o Nordeste e sua população, relatando seus sentimentos inicialmente de ceticismo e depois de felicidade, agradecendo e fazendo convites a Médici em nome dos nordestinos.

4.3.3 As críticas à ditadura e o papel do intelectual

Assim como aconteceu no período anterior, de 1964 a 1968, as crônicas da *Última Página* não foram apenas de elogios ao governo, embora quase sempre o tenham sido. Houve textos em que Rachel de Queiroz denunciou problemas e apontou dificuldades que o país ainda precisava enfrentar para progredir. Veremos a seguir de que forma esses comentários foram feitos.

Nenhuma crônica escrita por Rachel de Queiroz na *Última Página* fez qualquer tipo de crítica direta à ditadura ou a algum presidente. Seus comentários destinavam-se a denunciar problemas que ainda não haviam sido resolvidos pela “Revolução”, principalmente no Nordeste, de forma semelhante à década de 1960. Após o seu retorno à revista, Rachel mergulhou ainda mais nas dificuldades enfrentadas pela sua região natal, dedicando muitas crônicas a explicar de forma detalhada por que certas medidas do governo não funcionavam, as especificidades de cada parte do Nordeste e como os trabalhadores rurais lidavam com o maior problema da região, a seca.

Em “Seca & Trabalho”, por exemplo, Rachel de Queiroz analisa as frentes de trabalho criadas pelo governo para atender os flagelados durante a seca. No texto, a escritora denuncia a longa distância com que essas frentes eram instaladas em relação à moradia dos trabalhadores, dificultando o transporte e o envio do já pouco dinheiro que sobrava para casa.

Peço encarecidamente aos homens do governo, aos nossos queridos amigos da SUDENE, à chefia do DNOCS, que meditem e tomem providência em relação a

esse problema. Socorro mal feito é quase igual a não fazer nada. Outro dia uma autoridade declarou em entrevista à imprensa que “o governo não poderia levar trabalho à porta de cada um”. Claro. Mas também dar trabalho a grandes distâncias – quando o que se quer é evitar o deslocamento compulsório das famílias sertanejas – também é um erro.⁵³¹

Fazendo um apelo à Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e ao Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), Rachel de Queiroz classifica o socorro estatal como “mal feito” e pede que providências sejam tomadas para consertá-lo. Além disso, dialoga com “uma autoridade” do governo e aponta o “erro” em oferecer trabalho a grandes distâncias para os sertanejos, uma das formas de crítica mais direta e sem ressalvas que a escritora fez às ações da ditadura neste período.

Em setembro de 1972, Rachel escreveu a crônica “Ausência”, onde denuncia o estado de abandono na qual se encontram os habitantes de regiões pobres no país, como o Nordeste, a Amazônia e o Centro-Oeste. O objetivo principal do texto é destacar a ausência da Igreja nesses locais distantes, criticando a falta de assistência espiritual aos mais pobres, que não podiam se confessar, batizar seus filhos ou frequentar missas. No entanto, Rachel cita também o abandono que essas regiões sofriam por parte do governo:

Aliás, contra esse desamparo sempre também vivemos clamando e implorando pela imprensa – a falta de escolas, de hospitais, de ambulatórios, de uma assistência mínima, a ausência de governo, mal se abandona o asfalto das estradas ou os trilhos do trem. Mas, se o Governo tem sido ausente eterno nessas regiões de pobreza, há outra grande ausente por lá: a Igreja. Onde não vai o funcionário, raramente vai também o padre; [...] O povo vive como índios, desamparado tanto material quanto **espiritualmente**. Não tem professora, não tem médico nem dentista, e **não tem pastor**.⁵³²

Apesar de o foco da crônica ser a ausência da Igreja, Rachel de Queiroz não deixa de criticar também a ausência do governo federal nas regiões mais pobres e desamparadas do país – fato que, segundo a escritora, é a todo o momento lembrado pela imprensa. No entanto, assim como Rachel fazia na segunda metade da década de 1960, sua crítica à ditadura vem seguida de elogios aos progressos conquistados e explicações para os problemas apontados:

E também deveriam reconhecer os senhores bispos que este governo de hoje, sem demagogia e com persistência, tem procurado alcançar com os seus socorros camadas de população até agora inatingidas pelos benefícios públicos. Nunca se legislou tanto, nunca se gastou tanto, nunca se empenhou tanto o Estado em ensinar, em sanear, em civilizar, em acudir. Se ainda resta muito a fazer, é porque a tarefa é imensa. Mas que se começou essa tarefa com ímpeto jamais conhecido e empregado – é de simples justiça proclamar.⁵³³

⁵³¹ *O Cruzeiro*, 18/08/1970, p. 146. “Seca & Trabalho”.

⁵³² *O Cruzeiro*, 05/07/1972, p. 130. “Ausência”.

⁵³³ *Ibidem*.

Nos meses seguintes, Rachel de Queiroz volta a abordar o tema da seca, tão caro ao Nordeste. No início de novembro, a escritora pede socorro para a região de Inhamuns, localizada no sertão cearense, na crônica “S.O.S. nos inhamuns”. Fazendo um apelo direto ao presidente Médici, lembra a visita feita por ele ao Nordeste dois anos antes, em meados de 1970, e pede nova interferência:

Quando em 1970, no auge da terrível seca, o Presidente Médici esteve nos Inhamuns, emocionou-se profundamente com os quadros de miséria a que assistiu e disse uma frase que ficou registrada na memória de muita gente: “Isso tem que acabar”. Ah, não acabou, Presidente. Não porque o governo não tentasse, mas realmente porque é difícil. Lançou-se, por exemplo, o projeto grandioso da Transamazônica, com a ideia de atrair para as terras bem irrigadas do Norte as populações maltratadas pela volubilidade dos invernos, no Nordeste. Mas, sem querer diminuir a força civilizadora que é a abertura da grande estrada, não será ela que irá resolver o drama do Nordeste.⁵³⁴

Novamente em crítica mais comedida, Rachel de Queiroz afirma que os quadros de miséria “ainda não acabaram”, mas não pela falta de tentativa do governo, e sim pela dificuldade da situação. Da mesma forma, quando explica que a inauguração da Transamazônica não resolverá “o drama do Nordeste”, faz a ressalva da “força civilizadora” do grandioso projeto. Ao final da crônica, contudo, pede que descubram depressa o “remédio” para curar os problemas da região e faz um aviso: “O Presidente Médici sabe, o Presidente Médici viu”. Fechando o texto com esta frase, Rachel de certa forma atribui a responsabilidade da resolução do problema ao presidente militar, deixando claro que Médici conhece de perto a gravidade da situação e precisa resolvê-la.

Pouco mais de um mês depois, Rachel retoma a mesma argumentação na crônica “O milagre e o sertão”. Novamente abordando o tema da seca e as dificuldades enfrentadas pela região Nordeste, a escritora afirma de forma contundente: “Não, (e não é a primeira vez que digo isso) – não, o milagre brasileiro ainda não chegou ao sertão nordestino. Nenhuma das sub-revoluções que a Revolução de março operou deu por lá o ar da sua graça”⁵³⁵. Mesmo com todos os comentários ufanistas e em clima de grande otimismo que vimos anteriormente nas crônicas de Rachel, não podemos ignorar as denúncias feitas por ela sobre o Nordeste, deixando claro que o “milagre” era limitado e não alcançava todas as regiões do país. Mais uma vez, a escritora dialoga diretamente com Médici e menciona sua visita em 1970:

O sertanejo, hoje, como há dez ou cem anos, continua sem conhecer presença de governo. Presença de governo só sentiu, ultimamente, durante a seca de 70, quando a intervenção pessoal do Presidente da República desencadeou medidas de socorro

⁵³⁴ *O Cruzeiro*, 08/11/1972, p. 130. “S.O.S. nos inhamuns”.

⁵³⁵ *O Cruzeiro*, 29/12/1971, p. 130. “O milagre e o sertão”.

urgente às populações flageladas e lhes deu trabalho até que passasse a calamidade. Mas, finda a seca, tudo voltou ao de dantes – solidão e desamparo. Em todos os setores: saúde, educação, agricultura, comércio – tudo. [...] O Presidente Médici, certa vez, referindo-se aos males do Nordeste, teve uma frase: “Isso deve acabar.” Pois não acabou, Presidente. Não acredite quando lhe afirmam que as coisas lá mudaram, porque não mudaram. Para além da beira das estradas novas, é a velha desolação.⁵³⁶

Publicada em dezembro de 1972, a crônica contrasta bastante com as apresentadas nos dois últimos subtópicos sobre o presidente Médici, o sesquicentenário da independência e os projetos e obras realizados pelo governo. Em meados de 1971, Rachel escrevia agradecendo a ajuda do general e pedindo que visitasse novamente o Nordeste, para comprovar que sua ajuda foi “merecida”. Ao final do seu mandato, da mesma forma, convidava-o para voltar à região e ver os progressos alcançados, destacando o carinho e a gratidão que os nordestinos nutriam por Médici, referindo-se a ele como “o homem”. As crônicas se alternam, ao longo desses cinco anos, entre denúncias sobre o problema permanente da seca e o abandono sofrido pelo Nordeste, de um lado, e elogios ao presidente e aos programas do governo, de outro.

Como pudemos ver, as críticas mais contundentes foram relacionadas à situação precária do Nordeste, onde Rachel de Queiroz acompanhava de perto a miséria e a seca da região. Ainda assim, poucas dessas críticas não vieram acompanhadas de elogios ao governo ou ressalvas sobre a dificuldade dos problemas enfrentados. Da mesma forma com que a escritora exercia um papel de porta-voz dos nordestinos ao agradecer ao presidente Médici e convidá-lo para novas visitas, também atuou denunciando os problemas da região, ainda que de maneira muitas vezes comedida. O que Rachel fazia era um movimento duplo: de um lado, expunha os problemas do Nordeste, cobrando ações mais efetivas do governo; do outro, apresentava aos seus leitores todo o esforço e os benefícios trazidos pela ditadura para a região. Desta forma, fazia de suas crônicas uma espécie de canal de comunicação entre o governo e a população, onde a mediação do diálogo era feita pela própria escritora.

Durante o período de ditadura civil-militar, Rachel de Queiroz também colaborava para *O Jornal*, primeiro veículo dos *Diários Associados*, de circulação diária. Rachel escrevia semanalmente no primeiro caderno, na página quatro do jornal, sobre todos os tipos de assuntos, incluindo política, assim como em *O Cruzeiro*. Em agosto de 1970, mesma época em que publicou “Seca & Trabalho” na revista, a escritora escreveu uma carta aberta a Médici em *O Jornal*, apontando os mesmos problemas aqui mencionados: a grande distância das frentes de trabalho e a concentração de muitos trabalhadores em poucas frentes. Na carta

⁵³⁶ *Ibidem*.

aberta, Rachel de Queiroz se coloca na posição de intermediadora no diálogo entre os nordestinos e o governo militar:

A 1º junho, parti do Ceará e estava na firme intenção de procurar Vossa Excelência, em Brasília ou no Rio, a fim de lhe prestar um depoimento sobre o que acontecia – e também do que não acontecia – na região central do sertão cearense, que é o meu nativo Quixadá. E não era de oficiosa, sr. Presidente, que eu pretendia obter essa entrevista. Era porque, além da parte que natural e profundamente me toca na nossa tragédia, eu me tinha constituído numa espécie de fiadora do governo, junto ao povo da zona. Eu tinha prometido, jurado, garantido, que o governo da Revolução não deixaria os sertanejos desamparados, não faltaria com o socorro indispensável, com o indispensável trabalho, perto, ou relativamente perto das suas moradas, livrando-os daquilo de que eles têm mais medo: a necessidade de *retirar*.⁵³⁷

Na sequência do texto, Rachel conta como muitos homens chegavam a sua casa em um “desespero calado”, tentando vender seus pertences com o objetivo de comprar passagens para outros estados. A escritora, no entanto, se esforçava para dissuadi-los: “eu dava conselhos, sr. Presidente, eu suplicava que tivessem paciência, um pouco mais de confiança. Repetia toda hora: ‘Este Governo é como Deus Nosso Senhor: quando tarda está a caminho. Vocês esperem, confiem. As providências vêm aí!’”⁵³⁸. Ao final, pede que Médici “mande verificar” suas informações para que possa resolver o problema, e encerra: “Muito agradecida pelo que já fez e confiando e esperando no que ainda fará, sou, sr. Presidente, sua patrícia e correligionária”⁵³⁹.

Rachel de Queiroz se colocava, em suas próprias palavras, na posição de “fiadora do governo”, garantindo aos nordestinos que confiassem nos militares, pois a “Revolução” não os deixaria desamparados. E quando a ajuda não vinha, ou era insuficiente, a escritora se sentia com a responsabilidade de cobrar o governo, de fazer os problemas do Nordeste serem ouvidos pelas autoridades.

Desde o seu livro de estreia, *O Quinze*, onde aborda as misérias da grande seca que assolou o Nordeste em 1915, podemos perceber em Rachel uma grande preocupação com os problemas da região e sua intenção de denunciá-los para o resto do país. As ações e a posição tomada pela escritora remetem à ideia de intelectual como “soldado a serviço da pátria” que, como exposto nestas páginas, foi uma bandeira levantada pelo modernismo. Segundo Mônica Pimenta Velloso, o modernismo repensa o papel do intelectual brasileiro, passando a considerá-lo elemento fundamental para a construção da nação:

⁵³⁷ *O Jornal*, 02/08/1970, p. 4. “Carta aberta a Médici”.

⁵³⁸ *Ibidem*.

⁵³⁹ *Ibidem*.

A ideia corrente é a de que o intelectual deve forçosamente direcionar suas reflexões para os destinos do país, pois o momento é de luta e de engajamento, não se admitindo mais o escapismo e o intimismo. Cabe, então, ao intelectual evitar os temas de cunho pessoal: ele deve deixar de falar de si mesmo para falar na nação brasileira.⁵⁴⁰

A ordem passa a ser, portanto, abandonar a “torre de marfim” e “por os pés na terra, que é onde se decidem os destinos humanos”⁵⁴¹. De certa forma, é este movimento que vemos nas crônicas de Rachel de Queiroz durante o período pesquisado. Sempre comentando sobre o cenário político brasileiro, indicando candidatos para eleições, criticando a oposição, apresentando aos seus leitores as obras e os programas do governo e, principalmente, chamando atenção para os problemas do Nordeste quando necessário. Seja no papel de “fiadora do governo” ou de porta-voz dos nordestinos, Rachel de Queiroz dedicou muitas de suas crônicas a denunciar as dificuldades da região.

A carta aberta a Médici é, neste sentido, uma síntese da atuação de Rachel como intelectual e cronista no período da ditadura: ao lado do governo, confiando em suas ações e trabalhando para que o resto do país também confie, mas sem deixar de cobrar por melhorias e denunciar os problemas que identificava ou que lhe contavam, atuando como um canal de comunicação entre o povo e a “Revolução” – problemas que, embora identificados e denunciados, jamais tiveram a intenção de questionar a existência ou a eficácia da ditadura civil-militar.

É neste sentido que retomamos o conceito de intelectual como “mediador cultural”, trabalhado no primeiro capítulo. Defensora ferrenha do governo militar na sua *Última Página*, Rachel de Queiroz procurou expor em suas crônicas o projeto político da ditadura, abordando as campanhas estatais e as obras que eram realizadas, explicando as ações e medidas governamentais que atingiam seus leitores e contribuindo para a construção de uma identidade nacional, uma ideia de Brasil e de nação brasileira baseada no otimismo, no conceito de “Brasil grande”, “Brasil potência”, uma pátria com abundantes recursos naturais e conagração racial e social que só carecia de uma administração honesta e competente para progredir.

Atuando como “fiadora do governo” e porta-voz dos nordestinos, Rachel de Queiroz chamou para si a função de mediadora entre a ditadura e o povo brasileiro, tanto os que liam as suas crônicas quanto os que não liam – afinal, muitos dos seus textos denunciavam a

⁵⁴⁰ VELLOSO, Mônica Pimenta. *Op. Cit.*, p. 90.

⁵⁴¹ *Idem*, p. 91.

realidade de trabalhadores rurais pobres e analfabetos. Como mediadora cultural, a escritora fazia circular informações do povo brasileiro para os políticos e militares e do governo militar para o seu público leitor. Rachel atuava como uma espécie de “tradutora”, atividade que tanto exerceu ao longo da vida com livros. Desta forma, “traduzia” em um texto simples e direto as ações e políticas governamentais para seus leitores, defendendo medidas muitas vezes impopulares dos militares e ajudando a justificá-las em suas crônicas, e, do outro lado, “traduzindo” para o governo quais eram as reais necessidades da população – em especial, do povo nordestino.

Por conta das relações de amizade e proximidade estabelecidas entre Rachel e políticos e militares que ocupavam posições de destaque na ditadura, inclusive o então presidente Médici, suas redes de sociabilidade e seu lugar de fala na imprensa criaram condições para que a escritora exercesse este papel de mediação, de “fiadora do governo”. Desta forma, estabeleceu uma relação de cumplicidade não apenas entre autora e público, mas também entre intelectual e Estado.

Dona de grande prestígio tanto na imprensa quanto nos altos círculos do poder, Rachel de Queiroz dispunha de um acúmulo de capital simbólico relevante. Como intelectual engajada, direcionou sua influência para a defesa de um projeto político-cultural conservador e autoritário que ia de encontro, majoritariamente, com o projeto posto em prática pela ditadura civil-militar. Defendendo e explicando as ações do governo, contribuindo para a construção de um clima de otimismo no país e atuando como mediadora entre os militares e a população, Rachel de Queiroz, sempre consciente de seu papel como intelectual, se empenhou em legitimar a ditadura no Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar o conjunto de crônicas de Rachel de Queiroz na revista *O Cruzeiro*, identificamos a aproximação do seu discurso com o udenismo, principalmente a partir do antigetulismo, do anticomunismo e do moralismo. Assim como a UDN, propusemos que a escritora apoiou o golpe de 1964 por entender que, como a via democrática não vinha correspondendo aos seus anseios políticos, a via autoritária era uma opção legítima para ter suas aspirações concretizadas: a retirada total dos trabalhistas do poder e a implementação de um projeto político conservador em seu lugar. Assim, através do que a própria escritora chamou de “jornalismo de combate” feito na imprensa e da conspiração política conduzida a partir de suas redes de sociabilidade, Rachel de Queiroz contribuiu para a deposição de João Goulart e a consequente instauração da ditadura.

As crônicas produzidas nos anos que sucederam o golpe também nos mostraram uma intelectual engajada, que utilizava seu espaço semanal em uma revista de distribuição nacional para fazer política, atuando em favor do projeto político-cultural e da construção de uma identidade nacional nos quais acreditava e que naquele momento eram colocados em prática pelos militares.

Assim, em um período no qual a imprensa consolidava seu processo de modernização, separando em espaços marcados as notícias alegadamente “neutras” e “imparciais” das colunas de opinião, Rachel de Queiroz não fugiu ao engajamento explícito. Opinando nas eleições, indicando candidatos e analisando os perfis dos partidos, a escritora falava abertamente sobre política na *Última Página*, fazendo um diálogo franco sobre o cenário brasileiro, sem medo de expor sua preferência por governos, partidos e políticos. Ao contrário, considerava o debate legítimo e necessário a um sistema democrático – e, por que não, parte de sua tarefa como intelectual.

A revista *O Cruzeiro* e a imprensa, neste sentido, foram compreendidos como uma plataforma importante de difusão de discursos que, embora muitas vezes se digam portadores de projetos e ideais modernos e democráticos, nem sempre o são. O alinhamento da grande imprensa e dos veículos dos *Diários Associados* aos militares evidencia que os periódicos também estabelecem relações complexas com o Estado. Relações que abrangem, em um primeiro momento, afinidades quanto ao projeto político-cultural defendido e, posteriormente, recompensas materiais ou simbólicas, como o livre acesso aos altos escalões do poder, a

publicação de matérias pagas, o investimento feito pela propaganda governamental, a concessão de empréstimos ou negociação de dívidas, entre outros. Neste sentido, a imprensa é também lugar de práticas intelectuais e faz parte deste jogo de mão dupla que envolve o seu capital simbólico como formadora de opinião, de um lado, e as vantagens que a concessão deste capital ao governo podem lhe trazer.

A imprensa, contudo, não é uma entidade impessoal, e sim composta por intelectuais criadores e/ou mediadores que, como tais, também jogam este jogo de complexas relações com o Estado. Como vimos nesta pesquisa, ao mesmo tempo em que Rachel de Queiroz utilizou suas crônicas como espaço de apoio à ditadura, seu discurso em relação ao governo não acontecia de forma isolada. Ao contrário, fez parte de uma interação de caráter multifacetado com o Estado que envolvia suas redes de sociabilidade e as portas que se abriram para a intelectual durante este período. Não queremos aqui afirmar que a escritora “vendeu” seu apoio ao governo por recompensas materiais ou simbólicas, a partir de uma relação de causa e consequência, mas sim que todos esses elementos se misturavam e influenciavam a atuação política e intelectual de Rachel.

Assim, além da óbvia e comprovada afinidade político-ideológica que a escritora tinha com a ditadura, também entravam nesta complexa equação as recompensas financeiras e de caráter sociocultural geradas pela sua aproximação com os militares, como sua nomeação para o Conselho Federal de Cultura, sua consagração como primeira mulher a ser eleita para a Academia Brasileira de Letras, as trocas de favores possibilitadas e o prestígio que o livre acesso aos círculos do poder lhe proporcionava. Ao Estado, da mesma forma, interessava ter uma intelectual influente e consagrada fazendo política a favor da ditadura tanto em suas crônicas quanto em suas redes de sociabilidade, de modo que, como já destacamos tantas vezes neste trabalho, a relação entre Rachel de Queiroz e governo militar foi, o tempo todo, uma relação baseada na via de mão dupla.

As crônicas na revista *O Cruzeiro*, portanto, eram apenas uma parte de sua atuação política e intelectual. Suas redes de sociabilidade eram compostas majoritariamente por políticos de partidos conservadores e pela convivência em espaços ocupados por intelectuais também em grande parte conservadores, como os periódicos dos *Diários Associados*, o CFC e a ABL. Se por um lado essas redes lhe proporcionavam prestígio e capital simbólico, por outro também influenciavam na própria escrita política de Rachel.

Acompanhando as crônicas publicadas pela escritora em *O Cruzeiro*, podemos perceber o papel de mediação que Rachel de Queiroz exerceu entre a ditadura e seu público de leitores. Colocando-se como “fiadora do governo”, Rachel defendeu as medidas autoritárias tomadas pelos militares; elogiou e buscou humanizar a figura dos presidentes, aproximando-os da população; rebateu as críticas internas e externas feitas à ditadura; e fez propaganda dos progressos conquistados pelo governo. Desta forma, contribuiu para a naturalização de um regime autoritário junto aos seus leitores e para a disseminação de uma atmosfera de euforia e otimismo em relação ao país, colaborando assim para a legitimação da ditadura no Brasil. No entanto, como mediadora entre o Estado e o público da revista, suas crônicas não eram insensíveis aos problemas enfrentados pela população. Para que seu discurso alcançasse penetração entre seus leitores, Rachel de Queiroz precisou dialogar com seus anseios e suas próprias percepções da realidade, caminhando também conforme o rumo dos acontecimentos e as impressões de seu público.

Um indício desta flexibilidade são as mudanças que seu discurso sofreu ao longo do tempo, com a escritora afirmando em 1998 ter apoiado os militares somente nos primeiros anos de governo, influência das “batalhas de memórias” que promoveram uma virada na opinião pública quanto à ditadura. A produção da escritora em *O Cruzeiro* não foi concebida, portanto, como uma via de mão única, engessada, manipuladora de um público desinformado, mas como uma parte da cadeia de mediações que compõe a atuação de Rachel de Queiroz. O que procuramos mostrar aqui foram as relações complexas construídas por uma intelectual engajada politicamente, com todas as suas contradições e singularidades.

Algumas questões infelizmente ficaram de fora, por conta da natureza limitada de uma dissertação, como a relação da escrita política de Rachel com seus romances; a questão do feminismo presente em sua produção literária e jornalística; e as opiniões políticas da escritora na segunda metade do período ditatorial. Contudo, este trabalho não tem a pretensão de esgotar o tema da atuação política e intelectual de Rachel de Queiroz. Tanto suas crônicas quanto suas correspondências constituem conjuntos de fontes ricos e extensos que podem ser analisados a partir de muitos ângulos diferentes. As práticas intelectuais de Rachel, a importância de seus romances como reflexo de seus pensamentos, opiniões e experiências de vida e as publicações de outros conjuntos de crônicas publicadas em diferentes periódicos ao longo de sua vida, por exemplo, são assuntos ainda pouco estudados e com potencial para despertar novos questionamentos historiográficos.

Ainda assim, mesmo discutindo apenas alguns aspectos que cercam os estudos sobre Rachel de Queiroz, esta pesquisa procurou contribuir para o debate acadêmico em torno das relações possíveis estabelecidas entre sociedade e ditadura, entendendo que o Estado não é uma entidade isolada e construída à revelia de sua população, mas sim fruto das interlocuções estabelecidas com ela.

REFERÊNCIAS

1. Fontes

1.1 Arquivos

Academia Brasileira de Letras, Rio de Janeiro.

Arquivo Rachel de Queiroz

CPDOC/FGV, Rio de Janeiro.

Arquivo do Diretório Nacional da ARENA

Instituto História e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro.

Arquivo Emílio Garrastazu Médici

Instituto Moreira Salles, Rio de Janeiro.

Acervo Rachel de Queiroz

1.2. Periódicos

A Tarde, Bahia.

Diário de Pernambuco, Pernambuco.

Folha de S. Paulo, São Paulo.

Jornal do Brasil, Rio de Janeiro.

Jornal do Commercio, Rio de Janeiro.

O Correio da Manhã, Rio de Janeiro.

O Cruzeiro, Rio de Janeiro.

O Estado de S. Paulo, São Paulo.

O Jornal, Rio de Janeiro.

Última Hora, Rio de Janeiro.

1.3. Sites visitados

Academia Brasileira de Letras: <http://www.academia.org.br/>

Ancient History Encyclopedia: <http://www.ancient.eu/>

Câmara dos Deputados: <http://www.camara.leg.br/>

Palácio do Planalto: <http://www.planalto.gov.br/>

Previdência Social: <http://www.previdencia.gov.br/>

2. Bibliografia

2.1 Reportagens

BORTOLOTTI, Marcelo. “Dedicatórias de livros revelam o carinho de autores a Golbery do Couto e Silva”. 12 jan. 2016. Disponível em: <<http://epoca.globo.com/ideias/noticia/2016/01/dedicatorias-de-livros-revelam-o-carinho-de-autores-golbery-do-couto-e-silva.html>>. Acesso em: 26 jan. 2016.

FOLHA ONLINE. “Leia entrevista de Rachel de Queiroz concedida à Folha em 1998”. 04 nov. 2003. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/ilustrada/ult90u38515.shtml>>. Acesso em: 25 jan. 2017.

GLOBO NEWS. “Projeto polêmico, Transamazônica faz 40 anos sem nunca ter sido concluída”. 03 fev. 2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/globo-news/noticia/2014/02/projeto-polemico-transamazonica-faz-40-anos-sem-nunca-ter-sido-concluida.html>>. Acesso em: 14 dez. 2016.

THE UNIVERSITY OF TEXAS AT AUSTIN (Estados Unidos). “Dr. Fred P. Ellison passes on October 4th”. 09 out. 2014. Disponível em: <<http://www.utexas.edu/cola/spanish/news/article.php?id=8447>>. Acesso em: 08 dez. 2015.

2.2 Obras gerais

ABREU, Alzira Alves de. “A imprensa e seu papel na queda de João Goulart”. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 2003. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/A_imprensa_e_seu_papel_na_queda_de_Goulart>. Acesso em: 24 out. 2016.

_____. “A Mídia na Transição Democrática Brasileira”. *Sociologia*, Lisboa, v. 48, p. 53-65, 2005.

_____. *A modernização da imprensa (1970-2000)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

_____; BELOCH, Israel; LAMARÃO, Sérgio; LATTMAN-WELTMAN, Fernando (Orgs.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro. 1930-2000*. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 2001.

ABREU, Laila Ribeiro de. “O texto queiroziano e seu percurso crítico”. *Em Tese*, Belo Horizonte, v. 18, n. 1, 2012. Disponível em: <<http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/emtese/article/view/3797/3744>>. Acesso em: 23 set. 2014.

ANDRADE, Ana Maria Ribeiro de; CARDOSO, José Leandro Rocha. “Aconteceu, virou manchete”. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 21, n. 42, p. 243-264, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbh/v21n41/a13v2141.pdf>>. Acesso em: 04 out. 2016.

AQUINO, Maria Aparecida de. *Censura, Imprensa, Estado Autoritário (1968-1978): o exercício cotidiano da dominação e da resistência: O Estado de S. Paulo e Movimento*. Bauru: EDUSC, 1999.

BARBOSA, Marialva. *História Cultural da Imprensa: (1900-2000)*. Rio de Janeiro: MauadX, 2007.

_____. *História da Comunicação no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2013.

_____. “O Cruzeiro: uma revista síntese de uma época da história da imprensa brasileira”. *Ciberlegenda*, n. 7, 2002.

BASTOS, Elide Rugai; RÊGO, Walquíria D. Leão (Orgs.). *Intelectuais e política: a moralidade do compromisso*. São Paulo: Olho d’Água, 1999.

BECHARA, Gabriela Natacha; RODRIGUES, Horácio Wanderlei. “Ditadura militar, atos institucionais e poder judiciário”. *Justiça do Direito*, Passo Fundo, v. 29, n. 3, p. 587-605, set./dez. 2015. Disponível em: <<http://seer.upf.br/index.php/rjd/article/view/5611/0>>. Acesso em: 03 fev. 2017.

BENEVIDES, Maria Victória. *A UDN e o udenismo: ambiguidades do liberalismo brasileiro (1945-1965)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

BEZERRA, Carolina. “Representações anticomunistas: as esquerdas brasileiras nas confissões de Nelson Rodrigues (1967-1974)”. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

BIROLI, Flávia. “Representações do golpe de 1964 e da ditadura na mídia – sentidos e silenciamentos na atribuição de papéis à imprensa, 1984-2004”. *Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 25, n. 41, p. 269-291, 2009.

BOURDIEU, Pierre. “A ilusão biográfica”. In: AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta de Moraes (Orgs.). *Usos & abusos da história oral*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998.

_____. “Campo do poder, campo intelectual e habitus de classe”. In: _____. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2007.

_____. *O poder simbólico*. Lisboa: Edições 70, 2011.

_____. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: UNESP, 2004.

_____. *Razões práticas*. Campinas: Papirus, 1996.

BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. *Visão do Paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

CALABRE, Lia. “Intelectuais e política cultural: o Conselho Federal de Cultura”. *Intellèctus*, Rio de Janeiro, v.2, n. 5, 17-18 mai. 2006.

_____. “O Conselho Federal de Cultura, 1971-1974”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 37, p. 81-98, jan./jun. 2006.

CANDIDO, Antonio. “A vida ao rés-do-chão”. In: CANDIDO, Antonio (Org.). *A crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*. Campinas: Unicamp, 1992.

_____. *Literatura e Sociedade*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2010.

CARVALHO, Aloysio Castelo de. *A Rede da Democracia: O Globo, O Jornal e o Jornal do Brasil na queda do Governo Goulart (1961-64)*. Niterói: Editora da UFF: Editora NitPress, 2010.

CARVALHO, Luiz Maklouf. *Cobras criadas: David Nasser e O Cruzeiro*. 2ª Ed. São Paulo: SENAC, 2001.

CHALHOUB, Sidney; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda (Orgs.). *A história contada: Capítulos de história social da literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

_____; _____; NEVES, Margarida de Souza (Orgs.). *História em cousas miúdas: capítulos de história social da crônica no Brasil*. São Paulo: Unicamp, 2005.

CHARTIER, Roger. “Literatura e História”. *Revista Topoi*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 197-216, jan./dez. 2000.

CHIAPPINI, Lígia. “Rachel de Queiroz: invenção do Nordeste e muito mais”. In: _____. *Literatura e cultura no Brasil: identidades e fronteiras*. São Paulo: Perspectiva, 2002.

CORDEIRO, Janaina Martins. *A ditadura em tempos de milagre: Comemorações, orgulho e consentimento*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

CUNHA, Cecília Maria. “Imagens do sertão cearense nas crônicas de Rachel de Queiroz”. *Revista Humanidades*, Fortaleza, v. 23, n. 2, p. 107-119, jul./dez. de 2008.

CUNHA, Diogo. “Les intellectuels conservateurs entre le culturel et le politique : L’Académie Brésilienne des Lettres pendant la dictature militaire (1964-1979)”. Tese (Doutorado) – Université Paris I, Paris, 2014.

DIAS, Luiz Antonio. “O Golpe Impresso: Análise da participação dos jornais *O Estado de S. Paulo* e a *Folha de S. Paulo* no golpe civil-militar de 1964”. In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA, 22, 2014, Santos. *Anais...* São Paulo: Anpuh, 2014, p. 1-17.

DREIFUSS, René. *1964: a conquista do estado*. Petrópolis: Vozes, 1981.

FANINI, Michele Asmar. “Fardos e Fardões: Mulheres na Academia Brasileira de Letras (1897-2003)”. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

FERREIRA, Jorge. “O nome e a coisa: o populismo na política brasileira”. In: _____ (Org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

_____ ; GOMES, Angela de Castro. *1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

FERREIRA, Raquel França dos Santos. “A ‘Última Página’ de *O Cruzeiro*: crônicas e escrita política de Rachel de Queiroz no pós-64”. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015.

FICO, Carlos. *História do Brasil Contemporâneo: da morte de Vargas aos dias atuais*. São Paulo: Contexto, 2015.

_____. *Reinventando o otimismo: Ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997.

GALVÃO, Walnice Nogueira; GOTLIB, Nádia Battella (Orgs.). *Prezado senhor, Prezada senhora: estudos sobre cartas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

GAVA, José Estevam. “Momento Bossa Nova: Arte e modernidade sob os olhares da revista *O Cruzeiro*”. *Estudos em Jornalismo e Mídia*, Florianópolis, v. 2, n. 1, p. 133-146, jan./jun. 2005.

GOMES, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

_____. *A República, a história e o IHGB*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009.

_____. “Cultura política e cultura histórica no Estado Novo”. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel; GONTIJO, Rebeca (Orgs.). *Cultura política e leituras do passado*. Historiografia e ensino de História. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____. *História e historiadores*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.

_____. “Nas malhas do feitiço: o historiador e os encantos dos arquivos privados”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, CPDOC, v. 11, n. 21, 1998.

_____. “O ministro e sua correspondência: projeto político e sociabilidade intelectual”. In: _____ (Org.). *Capanema: o ministro e seu ministério*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

GREEN, James N. “Clérigos, exilados e acadêmicos: oposição à ditadura militar brasileira nos Estados Unidos, 1969-1974”. *Proj. História*, São Paulo, (29), tomo 1, p. 13-34, dez. 2004.

GRINBERG, Lucia. *Partido político ou bode expiatório: um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional (Arena), 1965-1979*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2015.

GUERELLUS, Natália de Santana. “Como um Castelo de Cartas: culturas políticas e a trajetória de Rachel de Queiroz (1910-1964)”. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015.

_____. *Regra e exceção: Rachel de Queiroz e o campo literário dos anos 1930*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2013.

HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil: sua história*. 3ª Ed. São Paulo: EdUSP, 2012.

HOLLANDA, Heloísa Buarque de. “O ethos Rachel”. In: INSTITUTO MOREIRA SALLES. *Cadernos de Literatura Brasileira: Rachel de Queiroz*. São Paulo, v. 4, p. 103-115, set. 1997.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. *Minidicionário Houaiss da língua portuguesa*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.

KIELING, Camila Garcia. “Autoritarismo no Discurso da Imprensa Brasileira Durante o Golpe de 1964”. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 38, 2015, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: Intercom, 2015.

KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa*. São Paulo: Scritta, 1991.

LABORIE, Pierre. “1940-1944: os franceses do pensar duplo”. In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz (Orgs.). *A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, v. 1.

LACAPRA, Dominick. *Historia y memoria después de Auschwitz*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2009.

LAVAREDA, Antonio. *A democracia nas urnas: o processo partidário-eleitoral brasileiro, 1945-1964*. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Revan, 2012.

LEVI, Giovanni. “Usos da biografia”. In: AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta de Moraes (Orgs.). *Usos & abusos da história oral*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998.

- MAIA, Tatyana de Amaral. *Os cardeais da política nacional: o Conselho Federal de Cultura na ditadura civil-militar (1967-1975)*. São Paulo: Itaú Cultural: Iluminuras, 2012.
- MALATIAN, Teresa. “Narrador, registro e arquivo”. In: LUCA, Tania Regina de; PINSKY, Carla Bassanezi (Orgs.). *Historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009.
- MARTINS FILHO, João Roberto. “A guerra da memória: a ditadura militar no depoimento de militantes e militares”. *Varia História*, Belo Horizonte, n. 28, dez. 2002.
- MEIRELLES, Renata Costa Reis de. “A Anistia Internacional e o regime militar: a reação do governo Médici à publicação do Relatório sobre as Acusações de Tortura no Brasil”. In: ENCONTRO ANUAL, 38, 2014, Caxambu. *Anais... Caxambu*: Anpocs, 2014, p. 1-27.
- MELLO, Marisa Schincariol de. “Como se faz um clássico da literatura brasileira? Análise da consagração literária de Érico Veríssimo, Graciliano Ramos, Jorge Amado e Rachel de Queiroz (1930-2012)”. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.
- MEYRER, Marlise. “Representações do desenvolvimento das fotorreportagens da Revista O Cruzeiro (1955-1957)”. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS DA IMAGEM, 3, 2011, Londrina. *Anais... Londrina*: Universidade Estadual de Londrina, 2011. Disponível em: <<http://www.uel.br/eventos/eneimagem/anais2011/trabalhos/pdf/Marlise%20Regina%20Meyrer.pdf>>. Acesso em: 07 out. 2016.
- _____. “Revista *O Cruzeiro*: um projeto civilizador através das fotorreportagens (1955-1957)”. *História Unisinos*, São Leopoldo, p. 197-212, mai./ago. 2010.
- MIGUEL, Luis Felipe. “Retrato de uma ausência: a mídia nos relatos da história política do Brasil”. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 20, n. 39, p. 190-199, 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbh/v20n39/2986.pdf>>. Acesso em: 04 out. 2016.
- MONTENEGRO, Antônio Torres. “As ligas camponesas às vésperas do golpe de 1964”. *Proj. História*, São Paulo, (29), tomo 2, p. 391-416, dez. 2004.
- MORAIS, Fernando. *Chatô: o rei do Brasil, a vida de Assis Chateaubriand*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o “Perigo Vermelho”*: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva: FAPESP, 2002.

NETO, Vitale Joanoni. “O país na posse de si mesmo: primeira aproximação acerca da reconstrução da Fronteira Oeste brasileira”. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 27, 2013, Natal. *Anais...* Natal: Anpuh, 2013, p. 1-13.

NOGUEIRA, Jefferson Gomes. “Carlos Lamarca no imaginário político brasileiro: o papel da Imprensa na construção da imagem do ‘Capitão Guerrilheiro’”. *Revista Ágora*, Vitória, n. 7, p. 21-28, 2008.

OSTERMANN, Fernanda; CAVALCANTI, Cláudio José de Holanda. *Teorias de Aprendizagem*. UFRGS: Rio Grande do Sul, 2010. Disponível em: <<http://files.pibid-unibr-sao-vicente.webnode.com/200000051-0d0a70e086/Teorias%20de%20aprendizagem.pdf>>. Acesso em: 11 jul. 2016.

PAULA, Christiane Jalles de. “Consagração e deslegitimação: Gustavo Corção na crônica brasileira”. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 13, 2007, Recife. *Anais...* Recife: Sociedade Brasileira de Sociologia, 2007, p. 1-15.

_____. “Gustavo Corção: apóstolo da ‘linha-dura’”. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 32, n.63, p. 171-194, 2012.

PEREIRA, Anthony. “O declínio das ligas camponesas e a ascensão dos sindicatos: As organizações de trabalhadores rurais em Pernambuco na Segunda República, 1955-1963”. *Revista CLIO*, Recife, n. 26-2, p. 245-272, 2008. Disponível em: <<http://www.revista.ufpe.br/revistaclio/index.php/revista/article/viewFile/47/42>>. Acesso em: 09 jan. 2017.

PROCHASSON, Christophe. “‘Atenção: Verdade!’ Arquivos privados e renovação das práticas historiográficas”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, CPDOC, v. 11, n. 21, 1998.

QUEIROZ, Rachel de. *O Quinze*. São Paulo: Círculo do Livro, 1996.

_____; BETHLEM, Nilda. *Livro-Guia para Meu Livro de Brasil 3-4-5*. 7ª Ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1980.

_____; QUEIROZ, Maria Luíza de. *Tantos anos*. São Paulo: Siciliano, 1998.

RAMOS, Ana Lúcia. “Conhecendo o Pau-Brasil: história e biologia”. *Núcleo Viva Ciência*, São Paulo, 2011. Disponível em:

<<http://www.terrabrasildidaticos.com.br/images/stories/revistanucleovivaciencia/conhecendo-pa-brasil.pdf>>. Acesso em: 12 dez. 2016.

REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

_____. “Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória”. In: _____; RIDENTI, Marcelo; SÁ MOTTA, Rodrigo Patto (Orgs.). *O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru: EDUSC, 2004.

_____; RIDENTI, Marcelo; SÁ MOTTA, Rodrigo Patto (Orgs.). *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos de golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

RÉMOND, RENÉ. “Uma História Presente”. In: _____ (Org.). *Por uma História política*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. “Jornalismo, literatura e política: a modernização da imprensa carioca nos anos 1950”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, CPDOC, v. 1, n. 31, 2003.

_____; FERREIRA, Lucia Maria Alves (Orgs.). *Mídia e memória: a produção de sentidos nos meios de comunicação*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

RIBEIRO, Denise Felipe. “A Anistia Brasileira: antecedentes, limites e desdobramentos da ditadura civil-militar à democracia”. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.

ROLLEMBERG, Denise. “A ditadura civil-militar em tempo de radicalizações e barbárie (1968-1974)”. MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes (Org.). *Democracia e ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2006.

_____. “Memórias no exílio, memórias do exílio”. FERREIRA, Jorge; AARÃO REIS, Daniel (Orgs.). *As Esquerdas no Brasil. Revolução e democracia (1964-...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, v. 3.

_____; QUADRAT, Samantha Viz (Orgs.). *A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no Século XX. Brasil e América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, v. 2.

ROUSSO, Henry. “A memória não é mais o que era”. In: FERREIRA, Marieta M.; AMADO, Janaina (Orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FVG, 1998.

SAID, Edward. *Representações do intelectual: as Conferências Reith de 1993*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SECRETARIA Especial de Comunicação Social (SECS). *O Cruzeiro: A maior e melhor revista da América Latina*. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro/ SECS, Cadernos de Comunicação 3, jun. 2002 [Série Memória]. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4204434/4101414/memoria3.pdf>>. Acesso em: 07 out. 2016.

SCHMIDT, Benito Bisso. “Cicatriz aberta ou página virada? Lembrar e esquecer o golpe de 1964 quarenta anos depois”. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 14, n. 26, p. 127-156, dez. 2007.

SIRINELLI, Jean-François. “As elites culturais”. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (Orgs.). *Para uma história cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

_____. “Os Intelectuais”. In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma História política*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

SOARES, Filipe Menezes. “O governo Médici e o Programa Nacional (Norte e Nordeste): discursos políticos e governamentais (1969-1974)”. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, Pernambuco, 2015.

SORÁ, Gustavo. “A arte da amizade: José Olympio, o campo do poder e a publicação de livros autenticamente brasileiros”. *Antropolítica*, Niterói, n. 30, p. 49-71, jan./jun. 2011.

VELLOSO, Mônica Pimenta. “A brasilidade verde-amarela: nacionalismo e regionalismo paulista”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, CPDOC, v. 6, n. 11, p. 89-112, 1993.